

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação do Departamento de História

Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos
(1961 - 1964)

Marina Mesquita Camisasca

Belo Horizonte (MG)
2009

Marina Mesquita Camisasca

Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos
(1961 - 1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: *História e Culturas Políticas.*

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta

Belo Horizonte (MG)
2009

A dissertação intitulada *Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961 - 1964)*, de autoria da mestranda Marina Mesquita Camisasca foi defendida e aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Rodrigo Patto Sá Motta (orientador)
UFMG

Carla Maria Junho Anastasia
UFMG

Heloísa Maria Murgel Starling
UFMG

Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha
UNESP

Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2009.

Para Toninho e Cristina, meus pais.

Para Paulo Ricardo, meu marido.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu orientador Rodrigo Patto Sá Motta, exemplo de intelectual e de professor, que muito me ajudou nos momentos de dúvidas e incertezas em relação aos rumos da pesquisa. Com ponderações e questionamentos sempre muito pertinentes respeitou as minhas opções teóricas e metodológicas. Além disso, me transmitiu calma nos momentos de tensão, e como eu fiquei tensa durante a realização do mestrado. Rodrigo, eu te agradeço sinceramente por tudo o que você fez por mim desde o período da graduação quando comecei a trabalhar no projeto do DOPS. Obrigada por todo o apoio e incentivo.

Às professoras Carla Anastasia e Heloísa Starling agradeço pela leitura atenta e sugestões pertinentes no exame de qualificação.

Ao professor Luiz Carlos Villalta que com suas aulas e orientações durante o trabalho no PAE muito contribuiu para a minha formação.

Ao professor Renato Pinto Venâncio que sempre me apoiou durante o período em que trabalhamos juntos no Arquivo Público Mineiro. Obrigada pelo incentivo e confiança no trabalho.

À CAPES por ter me oferecido auxílio financeiro para a realização da pesquisa.

Agradeço também ao programa de Comutação Bibliográfica (COMUT) que me permitiu ter acesso a teses e dissertações produzidas em diversas universidades do país.

Às instituições de pesquisa que me franquearam o acesso às fontes sobre o tão interessante movimento camponês. Arquivo Público Mineiro meu local de trabalho durante 3 anos e 6 meses e Hemeroteca Histórica de Minas Gerais instituição que tanto frequentei, obrigada pela acolhida. Taís, Jairo, Denis, Elma e Marcinha obrigada por estarem sempre dispostos a ajudarem na pesquisa.

Também devo agradecer aos meus amigos. Tenho uma dívida grande com vocês.

Agradeço aos amigos que fiz durante o tempo que trabalhei no APM. Samuel e Priscilla apoio constante nos momentos mais difíceis, obrigada pelas leituras e pelas conversas intermináveis sobre a pesquisa. Raquel e Emerson, mesmo distantes

sempre interessados em saber como eu estava, agradeço pela generosidade e pela amizade única. Nely, Letícia, Adriana, Gizelle, Nayara e Renata obrigada pela amizade e pelo apoio.

À Luana, amiga que foi chegando com o passar dos anos e que está sempre disposta a ajudar e a oferecer um ombro amigo nos momentos mais difíceis. Valeu pela força!

À Martha, amiga antiga dos tempos de colégio e que é presença constante na minha vida. Obrigada por você estar sempre comigo e por ser esta amiga incrível.

À minha tia, madrinha e amiga Claudinha agradeço por tudo que fez por mim durante toda a minha vida. Além disso, agradeço também por se interessar pelo meu trabalho e por estar sempre disposta a ler e opinar.

À minha querida irmã Flávia agradeço pelos momentos de descontração e alegria vividos em família. Obrigada por me transmitir com seu jeito calmo muita tranquilidade, coisa que você sabe que eu não tenho.

Aos meus pais Toninho e Cristina meus maiores incentivadores agradeço por terem sempre acreditado e confiado em mim. Nos momentos mais difíceis vocês me apoiaram de maneira irrestrita. Obrigada! A concretização deste mestrado também é mérito de vocês, que foram fundamentais para toda a minha formação, não só intelectual quanto moral. Amo vocês!

À minha avó Juca, à tia Marta, à tia Paula, à tia Lulu e à tia Mônica pela presença constante nos almoços de domingo e pelo afeto sempre presentes. À tia Suza pelas intermináveis aulas de francês, um grande prazer em minha vida.

Agradeço também à Marina, ao seu Paulo, à Ana Paula e ao Vítor que há 9 anos convivem comigo e me acolheram como da família.

Gostaria também de prestar, *in memoriam*, uma homenagem à minha avó Zezé: saudades com sabor de biscoito de nata.

Por fim, agradeço àquele que suportou toda a tensão, dúvidas e desesperos durante a realização da pesquisa, PR obrigada por você existir na minha vida. Você me proporcionou momentos de descontração nas horas mais difíceis. Obrigada pelo amor e pela alegria.

*“Senhores Barões de terra
Preparai vossa mortalha
Porque desfrutais da terra
E a terra é de quem trabalha.”*

Vinícius de Moraes - Homens da Terra, 1962.

RESUMO: O presente trabalho estuda o movimento camponês emergente em Minas Gerais durante o período de 1961 a 1964, momento em que a mobilização camponesa apresentou um enorme crescimento em todo o país. Essa mobilização permitiu ao campesinato ocupar o espaço público e ganhar visibilidade política. Assim, a dissertação discute a forma e a expressão alcançada por esta mobilização no estado de Minas Gerais, o que permite apontar para sindicalização rural como forma de organização camponesa preponderante nos primeiros anos da década de 1960. Além disso, são apresentados e analisados também os grupos que procuraram estimular ou até mesmo enfraquecer essa mobilização. Por fim, o trabalho analisa os principais confrontos existentes no estado entre camponeses e proprietários de terras.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento camponês, Minas Gerais, Sindicalização Rural, Grupos políticos, Proprietários de terras.

RÉSUMÉ: Ce travail de recherche étudie le mouvement paysan qui a apparu à Minas Gerais pendant la période de 1961 à 1964, moment où la mobilisation paysanne a présenté un grand développement dans tout le pays. Cette mobilisation a permis au paysan d'occuper l'espace public et obtenir visibilité politique. Ainsi, la dissertation discute la forme et l'expression que la mobilisation paysanne a atteint dans l'état de Minas Gerais, ce qui permet d'affirmer que la syndicalisation rurale a été la plus courante forme d'organisation paysanne dans les premières années de la décennie 1960. Le travail présente et analyse aussi les groupes qui ont stimulé ou ont affaibli la mobilisation paysanne. À la fin, le travail analyse les principales confrontations qui ont eu lieu entre les paysans et les propriétaires terriens.

MOT-CLÉ : Mouvement paysan, Minas Gerais, Syndicalisation Rurale, Groupes politiques, Propriétaires terriens.

Lista de siglas

AC - Ação Católica

AP - Ação Popular

APM - Arquivo Público Mineiro

ATAMG - Associação de Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNTA - Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas

CONSIR - Comissão Nacional de Sindicalização Rural

CONTAG - Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura

CRB - Confederação Rural Brasileira

DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento

DOPS/MG - Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais

ETR - Estatuto do Trabalhador Rural

FAREM - Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais

JAC - Juventude Agrária Católica

JUC - Juventude Universitária Católica

MEB - Movimento de Educação de Base

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDC - Partido Democrata Cristão

POLOP - Organização Revolucionária Marxista-Política Operária

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSD - Partido Social Democrático

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

INIC - Instituto Nacional de Imigração e Colonização

IPM - Inquérito Policial Militar

SSR - Serviço Social Rural

SMA - Sociedade Mineira de Agricultura

SUPRA - Superintendência de Política Agrária

UCEMG - União das Cooperativas do Estado de Minas Gerais

UDN - União Democrática Nacional

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

Lista de gráficos

- p. 63** - Gráfico 1 Sindicatos rurais fundados em Minas Gerais entre os anos de 1962 a 1964
- p. 65** - Gráfico 2 Sindicatos rurais fundados em Minas Gerais por categoria (1962-1964)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
<i>Relendo alguns intérpretes sobre os movimentos no campo: um diálogo possível.....</i>	<i>21</i>
CAPÍTULO 1 - O camponês entra para o espaço público.....	32
1.1. <i>A importância do espaço público.....</i>	<i>34</i>
1.2. <i>A inserção do campesinato mineiro no espaço público.....</i>	<i>36</i>
1.3. <i>Das associações aos sindicatos rurais.....</i>	<i>50</i>
CAPÍTULO 2 - Forças em cena.....	68
2.1. <i>Governo Federal.....</i>	<i>69</i>
2.2. <i>Governo Estadual.....</i>	<i>77</i>
2.3. <i>Partido Comunista Brasileiro (PCB).....</i>	<i>88</i>
2.4. <i>Ação Popular (AP).....</i>	<i>101</i>
2.5. <i>Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP)....</i>	<i>109</i>
2.6. <i>Proprietários de terras.....</i>	<i>113</i>
2.7. <i>Igreja Católica.....</i>	<i>127</i>
CAPÍTULO 3 - A luta pela terra: confrontos entre camponeses e latifundiários	135
3.1. <i>Três Marias.....</i>	<i>136</i>
3.2. <i>Piumhi.....</i>	<i>145</i>
3.3. <i>Governador Valadares.....</i>	<i>153</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS.....	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	172

ANEXOS..... 184

ANEXO 1 - Tabela dos municípios em que foram fundados sindicatos rurais em Minas Gerais (1962-1964).....184

ANEXO 2 - Tabela dos sindicatos rurais fundados em Minas Gerais por categoria (1962-1964).....187

ANEXO 3 - Tabela dos grupos participantes da fundação dos sindicatos rurais em Minas Gerais (1962-1964).....189

ANEXO 4 – Mapa de sindicatos rurais criados em Minas Gerais (1962-1964) de acordo com o ano de sua fundação.....192

ANEXO 5 - Material de propaganda do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.....193

ANEXO 6 - Material de propaganda do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.....193

ANEXO 7 - Temário do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.....194

ANEXO 8 - Material de propaganda contrário à realização do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.....195

ANEXO 9 - Ficha a ser preenchida pelos camponeses que desejavam se candidatar à compra de terras na região da Jaíba, através do plano de reforma agrária instituído pelo governador Magalhães Pinto.....196

ANEXO 10 - Material de propaganda da I Concentração Regional de Agricultores, ocorrida no dia 22 de dezembro de 1961.....200

ANEXO 11 - Material de propaganda do livro *Reforma agrária questão de consciência*.....200

ANEXO 12- Material de propaganda dirigido ao homem do Rio Doce.....201

Introdução

Nas últimas décadas a história política sofreu uma renovação nos métodos, conceitos e formas de abordagem. A utilização de novas fontes possibilitou o estudo de novos temas e a renovação dos enfoques de objetos de pesquisas tradicionais. Os historiadores compreenderam que o político possuía características próprias e que este se ligava aos mais diferentes aspectos da vida coletiva¹. As possibilidades de pesquisa nesta área do conhecimento se ampliaram e o estudo dos movimentos sociais a partir do enfoque político ganhou fôlego. Segundo René Rémond, a nova história política passou a integrar todos os atores, mesmo os mais modestos. Esse ramo da história perdeu, assim, o seu caráter elitista e individualista e passou a eleger as massas como seu objeto central².

Inserida neste território da história política renovada, esta pesquisa tem por objetivo analisar o movimento camponês surgido em Minas Gerais, com a finalidade de entender a mobilização deste grupo e as disputas empreendidas pelos diversos setores da sociedade que desejavam estender sua influência junto ao campesinato, que na luta e na organização por seus interesses construiu uma identidade e tornou-se um ator político³.

A análise privilegiará os anos de 1961 a 1964, o que não significa afirmar que em anos anteriores inexisteram canais que possibilitassem a manifestação dos anseios camponeses⁴. Já no final da década de 1940 e ao longo dos anos 1950, ocorreram

¹ Para uma discussão sobre as renovações na história política cf. RÉMOND, René. Por que a história política?. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, 1994; RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. In: *Anais do X Encontro Regional de História*. Mariana, 1996, p. 83-91.

² RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 7.

³ O termo camponês, utilizado nesta dissertação, se refere aos trabalhadores do campo em geral, que foram mobilizados para a luta política. Uma discussão mais aprofundada sobre o termo pode ser encontrada no Capítulo 1 do presente trabalho.

⁴ O marco temporal se estende até 1964, pois após a instauração do golpe civil militar todas as organizações existentes nas áreas rurais foram reprimidas. A partir de 1966, o governo militar deu início à reabertura dos sindicatos rurais, mas com a intenção de fazer deles um espaço de harmonia entre patrão e empregado. Ao longo da ditadura, muitos desses sindicatos tornaram-se lugar de debate e reivindicação de seus associados, pouco a pouco, politizados pela CONTAG.

alguns movimentos, no interior de Minas, que reivindicavam, por exemplo, a permanência nas terras das quais os camponeses estavam sendo expulsos⁵.

Mas foi no início da década de 1960 que o movimento camponês ganhou força, visibilidade e reconhecimento público. Neste período, os conflitos entre proprietários rurais e camponeses acirraram-se, fato que impulsionou a mobilização deste último grupo como forma de resistir às intolerâncias praticadas pelos primeiros. Outros fatores também contribuíram para o crescimento desse movimento, como a presença de lideranças de grupos de esquerda e da Igreja Católica no meio rural, além da atuação mais incisiva do Estado. Esses setores se propuseram de diferentes maneiras e com objetivos distintos, a trabalhar para que os direitos e as reivindicações do campesinato fossem alcançados.

Entre os anos de 1961 e 1964, o país foi governado por João Goulart, que assumiu a presidência com ampla margem de desconfiança de diversos setores e sob o controle do Congresso, iniciando o seu governo sob o regime parlamentarista⁶. O presidente buscou, deste modo, compor alianças com grupos conservadores, em especial com o PSD, maior partido no Congresso, para garantir a sua governabilidade. Por outro lado, Goulart tinha compromissos com movimentos populares e com grupos mais à esquerda, cujas ações foram fundamentais para viabilizar a sua posse. Isso fez com que o presidente, especialmente durante o período parlamentarista, se movimentasse de maneira oscilante, ora acenando para os conservadores, ora assumindo posturas mais radicais.

Nesse período, crescia em todo o país um movimento reformista que defendia mudanças na estrutura socioeconômica da nação. Os defensores dessas reformas, que seriam sintetizadas na luta pelas reformas de base identificavam em João Goulart o herdeiro do legado de Vargas e o político capaz de assumir a liderança desse

⁵ No final da década de 1940, surgiu na cidade mineira de Canápolis, por exemplo, um movimento rural liderado pelo PCB que reivindicava a modificação dos prazos dos contratos de arrendamento, uma vez que os camponeses estavam sendo expulsos da região para que se plantasse, nas terras, *capim colônia*, que serviria de alimento para o gado.

⁶ Goulart assumiu a presidência após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961. A sua posse foi conturbada, pois os militares vetaram o seu nome para ocupar o cargo de presidente. A solução encontrada foi a adoção do sistema parlamentarista, aprovado pela Câmara dos Deputados em setembro de 1961. Em janeiro de 1963, após a realização de um plebiscito, o presidencialismo foi novamente instaurado e os poderes do executivo recuperados.

processo de transformações sociais⁷. Desde o início do seu governo Goulart se comprometeu a realizar um programa de reformas, dentre as quais se destacava a reforma agrária, considerada essencial para o desenvolvimento político, social e econômico do país. Naquele momento, o problema da reforma agrária estava atrelado à questão do desenvolvimento. Acreditava-se que esta reforma permitiria um melhor abastecimento da população urbana, criaria e alargaria o mercado interno para os produtos industriais e amenizaria os conflitos que se avolumavam no campo.

Todos falavam na realização dessa reforma, que parecia inevitável. Diversos projetos de lei foram enviados ao Congresso com o intuito de implementá-la⁸. A discussão girava em torno da alteração ou não do § 16 do artigo 141 da Constituição Federal de 1946, que vinculava as desapropriações a uma justa e prévia indenização em dinheiro ao proprietário do imóvel. Se havia um consenso em torno da necessidade de realização da reforma agrária, as opiniões eram discordantes quanto à forma de sua realização.

Dentro desse quadro legal se desenvolveu um intenso debate parlamentar em torno da questão agrária, ora buscando provar que os princípios constitucionais eram ágeis para promover significativas alterações na agricultura do país, ora através de empenho para emendar o referido § 16 do artigo 141, de forma a não atrelar a resolução da questão fundiária à existência de vultosos recursos. Assim, para os trabalhistas e as esquerdas a Constituição deveria ser alterada, já para os grupos mais conservadores, ligados a setores da UDN e do PSD, esta não deveria ser modificada.

Mais de noventa projetos referentes ao tema foram remetidos ao Congresso, fato que indica o quanto o problema agrário estava presente na cena política no início

⁷ GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 84.

⁸ Dentre os inúmeros projetos propostos no período, se destacam os de José Joffily, Milton Campos e Bocaiúva Cunha. O projeto Joffily, proposto em 1961 e apoiado pela “ala moça” do PSD, tinha por objetivo regulamentar a desapropriação por interesse social. A desapropriação deveria ser feita de acordo com os princípios constitucionais e com o valor atribuído no último lançamento do imposto territorial rural. O projeto foi rejeitado. Já o projeto Milton Campos, apresentado em fevereiro de 1962 e apoiado pela UDN, propunha que a indenização ocorresse de acordo com o valor venal do imóvel. O que constituía em um grande negócio para os possíveis desapropriados e infundável canal de especulação. O projeto foi rejeitado em agosto de 1963. Por sua vez, o projeto proposto por Bocaiúva Cunha, líder do PTB na Câmara dos Deputados, foi apresentado em abril de 1963 e objetivava realizar uma emenda constitucional que permitiria o pagamento das desapropriações em títulos da dívida pública. Este projeto exacerbou a oposição ao governo e acabou sendo derrotado.

dos anos 1960⁹. A legitimidade do tema expressava-se por um forte apoio da população, como evidenciavam pesquisas realizadas em março de 1964. Segundo elas, cerca de 72% dos eleitores, das principais capitais do país, consideravam necessária a realização da reforma agrária¹⁰.

As discussões sobre o assunto ocorriam simultaneamente ao acirramento dos conflitos entre proprietários rurais e camponeses. Na medida em que estas disputas se intensificavam, também aumentava o número de organizações camponesas. Foram essas organizações que consolidaram a presença do campesinato como ator político importante, construindo-lhe uma imagem pública, fazendo com que ele fosse percebido como grupo, com interesses específicos, com porta-vozes próprios e com uma representação autorizada¹¹.

Estas organizações, que poderiam ser sindicatos rurais, associações de lavradores e trabalhadores agrícolas ou ligas camponesas, proliferaram em todo o país e promoveram a coordenação do campesinato em torno de objetivos comuns. A reforma agrária se tornou, já no início da década de 1960, a principal bandeira da luta empreendida por esses movimentos.

Em Minas Gerais, também ocorreu um crescimento das organizações camponesas, principalmente após 1962, quando o governo federal passou a incentivar a sindicalização rural. Nesse período, inúmeros foram os sindicatos rurais criados em todo o estado. De acordo com o jornal *Última Hora*, em fevereiro de 1964 o número de sindicatos fundados no meio rural ultrapassava uma centena¹². Porém, a criação dessas organizações nem sempre ocorreu de forma natural e pacífica, elas foram marcadas, na maioria das vezes, por disputas e/ou alianças entre grupos que desejavam obter a liderança desses movimentos.

Assim, há muito já se sabe que o movimento camponês foi intenso em Minas Gerais naqueles anos, porém, o tema ainda não havia sido suficientemente estudado

⁹ *Última Hora*, 31/01/1964, p. 3.

¹⁰ GRYSZPAN, Mario. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 62.

¹¹ GRYSZPAN, Mario. Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Vera (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002, p. 132. Maiores informações sobre a constituição do campesinato como ator político podem ser encontradas no Capítulo 1.

¹² Jornal *Última Hora* de 24/02/1964 p. 3. A reportagem afirma que no momento já haviam sido fundados mais de 105 sindicatos rurais. A pesquisa levantou dados sobre o número de sindicatos rurais fundados em Minas Gerais, no início da década de 1960, que se encontram no Capítulo 1.

pelos pesquisadores. A partir do acesso à documentação inédita existente no acervo do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG) foi possível analisar aspectos ainda não conhecidos sobre o assunto, tais como o número de organizações camponesas criadas no estado, os locais onde elas existiram, os grupos atuantes junto a essas organizações, dentre outros.

Todavia, para empreender tal estudo sobre o movimento camponês, que ganhou força e foi alvo de interesses diversos na conjuntura 1961-1964, esta pesquisa se utilizou de uma gama variada de fontes. Além da documentação acumulada pelo DOPS/MG, foram pesquisados também jornais, testemunhos orais e trabalhos historiográficos.

A documentação produzida e apreendida pelo DOPS/MG¹³, que hoje se encontra sob a guarda do Arquivo Público Mineiro¹⁴, fornece dados sobre a constituição de organizações camponesas no meio rural, além de apontar quais os grupos e pessoas que atuaram junto a estes movimentos.

Os *relatórios policiais* são fontes importantes, uma vez que nas localidades em que ocorreram confrontos entre proprietários rurais e camponeses, a polícia política para lá se dirigiu com o intuito de levantar informações sobre os fatos ocorridos. Além disso, eles também são reveladores da ocorrência de manifestações públicas como congressos, assembléias e reuniões de camponeses. Esses eventos, em sua maioria, contaram com a presença de policiais, que frequentemente estavam “infiltrados” nas manifestações, com o objetivo de realizar um completo relatório sobre o ocorrido. Durante a realização dessas manifestações a polícia também apreendeu documentos produzidos pelas organizações camponesas, que apontam os anseios de tais grupos.

Os *Inquéritos Policiais* abertos por ocasião da instauração da ditadura militar no país, também são peças indispensáveis para a análise. Após o golpe, com a

¹³ Em 1927, foi criado o primeiro órgão de polícia política em Minas Gerais com a denominação de Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política. Esse órgão foi extinto em 1931, e suas funções relacionadas à investigação e repressão ao crime político foram transferidas para Delegacia de Ordem Pública (DOP). No ano de 1956, essa delegacia deu origem ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/MG) que foi extinto em 1989.

¹⁴ A documentação foi entregue ao Arquivo Público Mineiro em 1998, após a realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O APM recebeu 97 rolos de microfilme, uma vez que a Coordenação Geral de Segurança alegou que os originais haviam sido incinerados em 1982. Os microfilmes foram digitalizados e foi criado um sistema informatizado de pesquisa para acesso aos documentos. Por meio de um projeto desenvolvido pelo APM em parceria com o Departamento de História da UFMG esta documentação foi descrita e disponibilizada para consulta em 2005.

repressão a todos os grupos considerados “subversivos”, a polícia política realizou investigações, em diversas cidades do interior do estado, com o objetivo de proibir manifestações contrárias ao regime. Ao se deslocar para essas regiões, a polícia colheu depoimentos de diversas pessoas com o intuito de “levantar a ficha” de todos os “elementos subversivos” e de saber quais foram as ações por eles praticadas. A partir da leitura desses inquéritos foi possível fazer uma análise das regiões onde houve conflitos entre camponeses e proprietários de terras. Esses documentos permitiram ainda realizar um levantamento das cidades onde existiram organizações camponesas no período pré-golpe.

Além dos inquéritos produzidos pela polícia política, no acervo do DOPS/MG também existem cópias de alguns *Inquéritos Policiais Militares* (IPM's) instaurados pelo Exército. Esses documentos são importantes para a pesquisa, uma vez que contêm depoimentos de membros da esquerda que participaram dos movimentos existentes no meio rural.

A polícia política, em seu trabalho de investigação e prisão daqueles que eram considerados uma “ameaça à ordem”, produziu ainda documentos sobre os investigados, que foram reunidos em pastas nominais. O conteúdo dessas pastas é muito rico, uma vez que apresenta documentação diversa sobre a atuação do “subversivo” em questão. Estas pastas são fundamentais para o conhecimento dos membros da esquerda que atuaram nas áreas rurais, como, por exemplo, Guido Rocha, Ricardo Prata Soares, Carlos Olavo da Cunha Pereira, dentre outros.

É importante ressaltar que este trabalho adotou procedimentos de crítica e questionamento a todas as fontes pesquisadas. Entretanto, a documentação policial exigiu um cuidado maior, afinal trata-se de informações produzidas por órgão que tinha por objetivo coibir a “subversão”. O discurso policial era marcado por uma lógica acusatória e por uma visão de mundo explicitamente anticomunista, que não devem ser esquecidas¹⁵. Esta pesquisa não objetivou estudar a forma como a polícia política avaliou os movimentos ocorridos nas áreas rurais, mas sim as especificidades

¹⁵ Sobre a polícia política, o imaginário anticomunista e a lógica da acumulação de documentos policiais cf. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *DOPS: A Lógica da Desconfiança*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996; MOTTA, Rodrigo Patto Sá [et al]. República, política e direito à informação – Os arquivos do DOPS/MG. In: *Vária História*. Belo Horizonte, nº 29, janeiro de 2003; ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

desses movimentos, por isso um criterioso trabalho de análise e cruzamento de fontes foi realizado para não reproduzir, nesta dissertação, a ótica policial.

Assim como os documentos acumulados pelo DOPS/MG, os periódicos também constituem outra fonte fundamental para a análise. A pesquisa foi realizada nos jornais *Estado de Minas*, *Folha de Minas*, *Última Hora - edição de Minas Gerais*, *Binômio* e *Terra Livre*, produzidos entre os anos de 1961 e 1964¹⁶. Os três primeiros periódicos encontram-se sob a guarda da Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais. O *Binômio* pertence à coleção particular de José Maria Rabelo, proprietário e editor do jornal nas décadas de 1950 e 1960. Já o *Terra Livre* encontra-se disponível para consulta através do site www.armazemmemoria.com.br.

A escolha desses jornais não foi aleatória, o objetivo era pesquisar periódicos de diferentes tendências políticas. O *Estado de Minas* e o *Folha de Minas* eram jornais de grande circulação e que publicavam, freqüentemente, notícias governamentais e fatos ocorridos em todo o estado. Eles possuíam uma postura moderada e tendiam a ser favoráveis ao governo do udenista Magalhães Pinto. Já o *Última Hora* e o *Binômio* possuíam tendência mais esquerdista e divulgavam, com maior freqüência, os conflitos ocorridos nas áreas rurais e os anseios dos camponeses envolvidos nos embates. O *Terra Livre*, por sua vez, foi criado pelo Partido Comunista em 1949 e tinha nos camponeses seu público alvo. Este jornal possuía um caráter bastante didático, diferindo dos demais instrumentos da imprensa comunista, mais compactos e densos. Veiculava a visão do partido sobre os movimentos rurais, noticiava também os conflitos e o crescimento da mobilização camponesa em todo o país¹⁷.

A divulgação jornalística de determinados eventos e conflitos nos permite avaliar em que medida a mobilização camponesa, em Minas Gerais, teve repercussão e em quais locais ela foi mais intensa. Além disso, por meio da imprensa é possível avaliar a posição e as atitudes de grupos que se opuseram, de alguma forma, à organização e à mobilização camponesa, como foi o caso dos proprietários de terras

¹⁶ Para uma discussão acerca da utilização dos jornais como fonte de pesquisa histórica cf. LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

¹⁷ Para uma análise sobre o jornal Terra Livre cf. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese (Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

e de determinados setores da Igreja Católica. Esses grupos não foram alvo da investigação policial e, por isso, suas opiniões aparecem de forma esparsa na documentação acumulada pelo acervo do DOPS/MG.

Já as fontes orais utilizadas neste trabalho se encontram disponíveis para consulta nos acervos do *Centro de Estudos Mineiros* da Universidade Federal de Minas Gerais¹⁸ e do *Centro de Memória e Pesquisa Histórica* da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais¹⁹. São testemunhos de pessoas que militaram em grupos de esquerda, como o PCB, a AP e a POLOP, e que tiveram alguma participação nos movimentos camponeses. Esta documentação é reveladora do olhar desses ex-militantes sobre a sua participação e a do grupo de esquerda do qual faziam parte, nos movimentos ocorridos nas áreas rurais.

A variedade de fontes arroladas proporcionou um cruzamento de informações, essenciais para a construção dos dados e da argumentação sobre o significado da mobilização camponesa existente no estado de Minas Gerais, entre os anos de 1961 e 1964.

A historiografia produzida sobre os movimentos no campo também foi utilizada, com o objetivo de dialogar com autores que já apontaram questões fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. São apresentados a seguir breves comentários sobre os conteúdos, posicionamentos e conclusões oferecidas por alguns desses trabalhos que trataram da mobilização camponesa, com a finalidade de situar a proposta desta dissertação em relação à literatura disponível.

Relendo alguns intérpretes sobre os movimentos no campo: um diálogo possível

Muitos são os trabalhos que analisam os movimentos ocorridos nas áreas rurais, nas décadas de 1950 e 1960, em vários estados do país. O nordeste brasileiro é, porém, o foco principal da maioria destes estudos, principalmente os estados de Pernambuco e da Paraíba. O grande interesse pela análise desta região se deve a alguns fatores, dentre os quais se destaca o surgimento, na década de 1950, das Ligas Camponesas, lideradas pelo advogado Francisco Julião. Este movimento foi muito

¹⁸ Entrevistas de Antônio de Oliveira Lins, Christóvão Mourão, Evaristo Garcia, Guido Rocha e José Gomes Pimenta.

¹⁹ Entrevistas de Antonio Augusto Pereira Prates e Ricardo Prata Soares.

discutido e analisado por sociólogos, cientistas políticos, antropólogos e historiadores.

A obra *As Ligas Camponesas* (1982), escrita por Fernando Antônio de Azevedo, se dedica a analisar o surgimento, a expansão e o declínio deste movimento na região Nordeste, mais precisamente no estado de Pernambuco. O autor diferencia as atividades empreendidas pelas Ligas Camponesas daquelas desenvolvidas pelos sindicatos rurais. Para Azevedo, as Ligas Camponesas eram constituídas por trabalhadores não assalariados definidos, por ele, como campesinato, e possuíam uma atuação que visava à instauração de “reformas radicais”. Os sindicatos rurais, por sua vez, eram compostos por “moradores assalariados” e exigiam a aplicação das leis trabalhistas. As suas ações favoreciam quem já possuía uma remuneração regular e seu objetivo principal era a aplicação da legislação trabalhista aos homens do campo. Seus líderes não possuíam origem camponesa, eram membros do PCB ou pessoas ligadas à Igreja Católica, e sua organização estava diretamente atrelada ao aparelho estatal. Segundo o autor, a conjuntura tendeu a favorecer principalmente as iniciativas legalistas atreladas aos sindicatos rurais em detrimento das ações “revolucionárias” propostas pelas Ligas Camponesas.

Para Azevedo, o “projeto camponês” empreendido pelas Ligas era revolucionário na medida em que rompia com o sistema capitalista e com a ordem até então vigente. A proposta era a de uma ruptura “radical” que tinha por objetivo a implementação imediata do socialismo²⁰.

Contrária a esta interpretação que considera as propostas das Ligas como uma forma de rompimento com o modelo capitalista, Elide Rugai Bastos em sua obra *As Ligas Camponesas* (1984) afirma que “em boa parte, as reivindicações e lutas das Ligas implicavam na efetivação de ‘novas’ instituições burguesas no Nordeste”²¹. A luta empreendida por esse movimento, segundo a autora, não era propriamente pela propriedade coletiva, mas sim contra uma forma específica de desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Porém, ao tratar do campesinato, a autora subestima o seu papel político, conquistado ao longo dos anos 1950 e 1960. Para ela, “embora a questão camponesa se constituísse como fundamental naquele período, não abriu, ao campesinato,

²⁰ AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 117.

²¹ BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 115.

espaço político correspondente à sua importância na correlação de forças então existentes”²².

Assim como Azevedo, Bastos também diferencia a atuação das Ligas Camponesas, que priorizavam o trabalho junto aos não assalariados, e a do PCB, que atuava para atender as reivindicações dos assalariados agrícolas²³. A autora apresenta o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em 1961, na cidade de Belo Horizonte, como o momento de ruptura entre a atuação das Ligas e do PCB. Para Bastos, a partir desse congresso, o que se percebe é uma transformação estrutural das Ligas, que partem em direção à proposta de uma luta armada²⁴.

Nota-se, com isso, que os dois estudos apresentados privilegiam a atuação das Ligas Camponesas, vistas como símbolo da radicalidade política dos homens do campo. Nestas análises o Partido Comunista é descrito como um grupo que possuía uma importância política limitada, uma vez que orientava suas bases para o enquadramento institucional e não para ações de ruptura, como seria a prática das Ligas.

Além disso, nestes trabalhos, as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais são vistos como entidades estanques, como se por “natureza” possuíssem conteúdos diversos, expressos em pares de oposição: questão de terra X questões trabalhistas, ilegalidade X legalidade, Julianismo X Partido Comunista. Estas análises acabaram por desprivilegiar a experiência dos camponeses e desconsideraram a possibilidade de uma reconstrução histórica que pudesse dar conta da multiplicidade das experiências vivenciadas no meio rural.

Mas ainda nos anos 1980 começaram a surgir estudos que criticavam este tipo de abordagem, que apresentava posições dicotômicas entre as Ligas Camponesas e o Partido Comunista. Foram diversas as pesquisas que contribuíram para colocar em xeque as conclusões apresentadas anteriormente sobre a atuação das Ligas e do PCB. As pesquisas passaram a se preocupar com as demandas dos camponeses e de como os grupos atuantes junto a esta categoria agiram para implementar estas reivindicações.

²² BASTOS, Elide Rugai. *op. cit.*, 1984, p. 10.

²³ BASTOS, Elide Rugai. *op. cit.*, 1984, p. 100.

²⁴ BASTOS, Elide Rugai. *op. cit.*, 1984, p. 101.

A tese de doutorado de Regina Reyes Novaes *De corpo e alma. Catolicismo, classes rurais e conflitos no campo* (1987) é exemplo de estudo que critica posições estanques e delimitadas a priori. A autora analisa os conflitos existentes nas áreas rurais da Paraíba e afirma que “os personagens e organizações que compunham o campo de forças sobre o qual se deram as lutas neste período, nem sempre se mantiveram nas mesmas posições no desenrolar do processo”²⁵. Em seu estudo, Novaes percebe que as alianças e/ou divisões existentes entre os grupos, a nível nacional, não se reproduziram automaticamente para todas as regiões e municípios do estado da Paraíba e que estas uniões e disputas entre os grupos não eram fixas e impostas de cima para baixo.

Na Paraíba, a partir de 1962, com o desenvolvimento da sindicalização rural, as Ligas Camponesas e o Partido Comunista passaram a atuar conjuntamente com o objetivo de fundar sindicatos rurais. Para a autora “ainda que houvesse, sem dúvida, uma pluralidade de concepções políticas entre as lideranças, não era a forma liga ou a forma sindicato que estava, realmente, em discussão. Lançava-se mão de uma ou de outra, de acordo com as condições políticas que se apresentavam em um ou outro local”²⁶. De acordo com a autora, a aproximação destas diferentes correntes favoreceu o crescimento do movimento de luta contra as espoliações ocorridas no meio rural.

Além disso, para Novaes a posição da Igreja Católica diante dos conflitos rurais existentes na Paraíba não era una, “entre os padres houve uma gama de atitudes bem diferenciadas frente a situações em que se explicitavam conflitos entre grandes proprietários e trabalhadores”²⁷.

Nota-se, portanto, que a análise empreendida por Novaes procura resgatar as particularidades dos conflitos rurais existentes na Paraíba. A autora não se limitou a estudar apenas as propostas das lideranças, mas, ao contrário, resgatou as atitudes dos grupos que emergiram devido ao trabalho diário junto ao camponês. As necessidades impostas por uma realidade particular fizeram com que, na Paraíba, a aproximação entre as Ligas Camponesas e o Partido Comunista se tornasse uma

²⁵ NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987, p. 62.

²⁶ NOVAES, Regina Reyes. *op. cit.*, 1987, p. 116.

²⁷ NOVAES, Regina Reyes. *op. cit.*, 1987, p. 133.

exigência, uma vez que estas correntes necessitavam se opor à unidade e à intransigência dos proprietários rurais.

Outro trabalho a ser destacado, nessa produção que pretende romper com as análises dicotômicas, é a dissertação de mestrado escrita por Mário Grynszpan, *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)* (1987). O trabalho objetivava compreender porque os lavradores despejados da região da Baixada Fluminense escolheram lutar pela terra e não migraram para as cidades ou para outras áreas rurais existentes no país.

O autor levantou algumas peculiaridades da região da Baixada que favoreceram a luta pela posse da terra. A mais importante delas era a presença de elementos “externos” na região, os chamados grileiros, que realizavam freqüentes ações de despejo. Estes atos eram vistos pelos lavradores como ilegítimos e foram o fator mais importante para o desencadeamento dos conflitos.

Grynszpan ao analisar a participação dos diferentes grupos junto aos camponeses afirma que “os programas, projetos e propostas dos grupos e partidos interessados na mobilização camponesa, não nos levam, automaticamente, ao conhecimento desta mobilização e, nem mesmo, ao conhecimento das práticas reais destes grupos e partidos junto ao campesinato”²⁸. O autor ressaltou, por exemplo, que as mudanças observadas na linha política do PCB não implicaram no privilegiamento do trabalho junto aos assalariados rurais.

O estudo revela as peculiaridades dos conflitos rurais, da mobilização camponesa e das disputas de diferentes grupos, inclusive da Igreja Católica, para liderarem os movimentos insurgentes no meio rural fluminense. Estas disputas políticas, segundo o autor, favoreceram a intensificação da mobilização camponesa, no estado do Rio de Janeiro, no início dos anos 1960.

Já a tese de doutorado escrita por Leonilde Servolo de Medeiros *Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo* (1995), diferentemente das anteriores, não estuda os conflitos rurais ocorridos em uma região específica do país. O objetivo da pesquisa era estudar a atuação do PCB no meio rural, particularmente através de sua imprensa. Para Medeiros, a

²⁸ GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987, p. 132.

imprensa comunista desempenhou um papel fundamental no processo de aparecimento público dos camponeses, na medida em que ela, voltando-se para determinados leitores, de alguma forma sensibilizados para suas mensagens, socializou certas ações e identificações, contribuindo para a expansão do movimento rural²⁹.

A autora afirma que o Partido Comunista, que no início dos anos 1960, nas suas teses, defendia as formas pacíficas de luta, nem sempre, na prática, rejeitou a opção pelas ações armadas. Trabalhar no que os comunistas chamavam de plano das “reivindicações imediatas” ou incentivar ações “revolucionárias” foi uma tensão que permeou a ação deste partido no campo³⁰. A adoção de um ou outro tipo de ação dependia do contexto político, das condições locais e dos interlocutores junto aos quais o PCB estava a dialogar.

A autora contesta também a afirmação de que o PCB trabalhava prioritariamente com os assalariados rurais. Foram as lutas por terras, encaminhadas quer por “arrendatários”, quer por “posseiros”, que acabaram por polarizar a ação do partido no campo³¹. Além disso, Medeiros afirma que entre os militantes do PCB no campo havia maior proximidade com os membros das Ligas Camponesas do que a literatura, que enfatiza a divergência, deixa perceber.

Assim, é relevante observar que tanto Novaes, quanto Grynszpan e Medeiros procuraram analisar as disputas entre os grupos que atuaram junto aos camponeses de uma forma diversa daquela empreendida por Azevedo e Bastos. Os primeiros deram ênfase não apenas aos conteúdos programáticos e se voltaram para as realidades específicas de determinadas localidades. O objetivo era apresentar as reivindicações dos trabalhadores rurais, que passaram a ser vistos como atores políticos. Os grupos que atuaram junto a esta categoria de trabalhadores tiveram, em cada localidade, que se adaptar aos anseios e reivindicações desses homens que trabalhavam nas áreas rurais. Os estudos não apresentaram os grupos e partidos políticos com posições estanques e definidas a priori pela cúpula e que deveriam ser implementadas de cima para baixo. Ao contrário, visualizaram a importância das

²⁹ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *op. cit.*, 1995, p. 121.

³⁰ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *op. cit.*, 1995, p. 103.

³¹ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *op. cit.*, 1995, p. 186.

disputas entre os grupos e do convívio e conhecimento das reais reivindicações camponesas.

Já em relação aos conflitos rurais e à mobilização camponesa ocorrida em Minas Gerais, objetos centrais desta pesquisa, o único estudo existente é a dissertação de mestrado *Utopias e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964)* (1988), escrita por Maria Eliza Linhares Borges. Neste trabalho a autora apresenta duas idéias centrais. Uma é que nem sempre os interesses imediatos dos camponeses, no período estudado, correspondiam à formulação política empreendida pela esquerda. A outra é que a luta em frente única empreendida pela esquerda não significou homogeneidade de pensamento e de ação no campo.

Borges, ao tratar dos grupos de esquerda que atuaram nas áreas rurais mineiras, afirma que “cada um a seu modo formulava discursos, propunha e desenvolvia práticas políticas para e no meio rural. Estas foram expressões sobre *um saber sobre o campo*, o qual era simultaneamente um saber sobre a sociedade brasileira de então. O universo rural foi, portanto, se constituindo como objeto de interesses múltiplos formulados de fora para dentro; trazia a marca de “estilistas” e “modelistas” urbanos”³². Assim, para a autora, os grupos que atuaram no meio rural mineiro, principalmente o PCB e a AP, já possuíam idéias pré-concebidas que eram “transportadas” para as áreas rurais, e os interesses dos homens do campo não eram priorizados por tais grupos. Tanto que apesar da “utopia camponesa” ser traduzida pelo desejo de posse da terra, os grupos de esquerda, de acordo com Borges, não agiram no sentido de lutar por essa reivindicação.

Para a autora o PCB, por exemplo, preocupava-se em subordinar os movimentos sociais rurais à sua política institucional. O partido se propôs a atender, no meio rural mineiro, apenas às reivindicações mais imediatas dos assalariados agrícolas. A luta pela posse da terra foi deixada para o futuro³³.

³² BORGES, Maria Eliza Linhares. *Utopias e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950- 1964)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1988, p. 86.

³³ BORGES, Maria Eliza Linhares. *op .cit.*, 1988, p. 150.

Para Borges, os camponeses e os trabalhadores rurais³⁴ não eram mais que agentes passivos dos interesses alheios³⁵. Eram os grupos que atuavam no meio rural que decidiam quais as propostas a serem reivindicadas pelos sindicatos rurais existentes no estado.

Além disso, para a autora a opção pela sindicalização rural feita pelo governo federal tinha por objetivo enfraquecer e inviabilizar o crescimento e o fortalecimento das Ligas Camponesas, a nível nacional e local³⁶. Borges, assim como Azevedo e Bastos, analisa as Ligas Camponesas como o símbolo da radicalidade política em oposição aos sindicatos rurais que adotariam medidas legalistas.

Porém, contrariamente à análise empreendida por Borges esta pesquisa observou que a escolha pela formação de sindicatos rurais não significou, necessariamente, a adoção apenas de medidas legais e a supressão da luta pela terra, principal reivindicação dos camponeses mineiros. Percebeu também que os grupos de esquerda que atuaram nas áreas rurais mineiras agiram no sentido de alcançarem a posse da terra para os camponeses; eles não se propuseram a atender apenas as reivindicações imediatas.

Além disso, a partir do levantamento e análise das fontes foi possível notar que as decisões tomadas pelos movimentos rurais não vinham de fora para dentro. Os líderes das esquerdas, oriundos das cidades e que atuaram nas áreas rurais, não decidiam sozinhos, de acordo com as suas formulações teóricas, quais seriam as reivindicações dos movimentos camponeses. Ao contrário, a prática era pautada pela ação que visava alcançar a maior reivindicação camponesa: a posse da terra.

Esta dissertação pretende, assim, apontar para a relevância da experiência camponesa dentro dos movimentos insurgentes, no início da década de 1960, nas áreas rurais mineiras. O trabalho deseja avaliar a mobilização ocorrida no meio rural, tendo como referencial os estudos que privilegiaram a análise dos anseios e vivências dos camponeses, vistos como grupo que possuía reivindicações próprias e que agia com o objetivo de alcançá-las. Além disso, esta pesquisa visa apresentar as peculiaridades do movimento existente em Minas Gerais.

³⁴ Para a autora, os camponeses são aqueles trabalhadores que não são assalariados, como os parceiros, arrendatários e posseiros. Já os trabalhadores rurais são caracterizados por receberem em dinheiro pelo trabalho realizado em propriedade alheia.

³⁵ BORGES, Maria Eliza Linhares. *op.cit.*, 1988, p. 96.

³⁶ BORGES, Maria Eliza Linhares. *op.cit.*, 1988, p. 22.

Diferentemente do nordeste do país, por exemplo, em Minas, o movimento das Ligas Camponesas não possuiu força significativa. O que predominou no estado, na década de 1960, foi a constituição de sindicatos rurais, criados com o apoio do governo federal, do PCB, da AP, da POLOP e da Igreja Católica. Embora alguns movimentos recebessem a denominação de Ligas Camponesas, eles não tiveram nenhuma correspondência com aqueles existentes no Nordeste³⁷.

Mas esses grupos que trabalharam junto aos camponeses, em Minas, não adotaram posturas únicas e imutáveis. Em determinadas ocasiões e localidades, ocorreram alianças entre eles, já em outras existiram disputas. Alguns grupos, além disso, não possuíam uma ação coordenada para o trabalho nas áreas rurais, como foi o caso da Igreja Católica. Essa instituição abrigava clérigos tanto com posturas favoráveis à reforma agrária e ao movimento camponês, quanto com posicionamentos totalmente contrários a essas medidas.

Nota-se, com isso, que assim como o ocorrido em outros estados do país, os grupos atuantes em Minas Gerais apresentaram peculiaridades na ação que só são perceptíveis a partir da análise das realidades locais. A prática cotidiana “impôs” atitudes que diferiam dos conteúdos programáticos existentes nos documentos organizacionais.

Desta maneira, ao objetivar estudar a mobilização camponesa, as disputas e/ou alianças internas vivenciadas pelos grupos que atuaram nas áreas rurais, além dos confrontos existentes entre camponeses e proprietários de terras, a presente dissertação se estrutura de forma a analisar cada uma dessas três temáticas em um capítulo. Entretanto, é importante ressaltar que elas ocorreram concomitantemente. Assim, ao mesmo tempo em que crescia a mobilização camponesa, aumentavam as disputas e/ou alianças entre os grupos e também se avolumavam os conflitos no campo.

O **Capítulo 1** analisa a forma e o sentido da mobilização camponesa surgida no estado. Primeiramente, há uma discussão sobre o significado do termo camponês, o momento em que este começou a ser utilizado e o porquê da escolha deste

³⁷ No início dos anos 1960, membros das Ligas Camponesas, principalmente de Pernambuco, foram remanejados e distribuídos por vários estados do país, onde passaram a orientar a organização e a mobilização camponesa. No entanto, em Minas Gerais a pesquisa não localizou a presença desses quadros.

vocábulo. Em seguida, o texto discorre sobre o aparecimento do camponês no espaço público, visto neste trabalho enquanto espaço da ação política, onde é possível a todos ouvirem e serem ouvidos³⁸. Neste momento far-se-á uma explanação sobre as maneiras utilizadas pelo movimento camponês para se inserir neste espaço. O capítulo contempla ainda uma análise sobre a forma de organização camponesa que preponderou no estado: a sindicalização rural. Um levantamento estatístico sobre a fundação de sindicatos rurais será apresentado, com o objetivo de quantificar a importância e o crescimento da mobilização camponesa.

Já o **Capítulo 2** analisa as práticas adotadas pelos diferentes grupos que buscaram atuar junto ao campesinato. Trabalhar-se-á não só com os grupos que defenderam o movimento camponês, mas também com aqueles que foram contrários. Essas forças são apresentadas não como agentes que tentaram impor um saber pré-concebido sobre o campo. A análise procura comparar as formulações teóricas e as práticas desenvolvidas nas áreas rurais, para que se entenda como esses grupos trabalharam, quais eram seus objetivos e o que eles alcançaram. A análise pretende apresentar as especificidades da ação desenvolvida pelos diferentes agentes nas áreas rurais sem procurar dar um enfoque único, afinal os grupos não eram homogêneos e muitas vezes determinados setores adotavam posturas que não eram comuns a todos. O propósito é entender a dinâmica da cooperação e/ou do conflito que marcaram a atuação dos diferentes grupos no meio rural. O capítulo contempla ainda uma análise de quais grupos e propostas exerceram maior influência junto ao movimento camponês insurgente em Minas Gerais.

O **Capítulo 3**, por sua vez, apresenta os principais conflitos existentes nas áreas rurais mineiras opondo os camponeses a proprietários de terras e a forças de repressão, com o intuito de aprofundar as temáticas desenvolvidas nos capítulos anteriores. Será abordada a mobilização camponesa existente nas regiões em que ocorreram conflitos pela posse da terra. Além disso, tratar-se-á da relação dos camponeses, que participaram dos conflitos, com os grupos de esquerda que atuaram nas regiões. Os estudos de casos das regiões de Três Marias, Piumhi e Governador Valadares permitem visualizar situações em que as práticas camponesas foram conduzidas de maneira mais eloqüente. Isso não significa afirmar que os camponeses

³⁸ Este conceito de espaço público foi proposto por Hannah Arendt. Uma explicação mais detalhada sobre o conceito pode ser encontrada no Capítulo 1 desta dissertação.

só se mobilizaram nestas regiões, mas que, nestes locais, esta foi mais intensa e acabou por gerar conflitos, muitas vezes armados, com proprietários rurais.

O campesinato atuante nos conflitos ocorridos nas três regiões, descritas acima, apresentava o mesmo objetivo: obter a posse legal da terra que, segundo o grupo, pertencia à União. Essa finalidade comum dos camponeses, mobilizados nas três regiões, pode ser vista como uma peculiaridade do movimento camponês, existente em Minas Gerais, nos primeiros anos da década de 1960. O desejo de conquista legal da posse da terra foi a principal reivindicação do movimento camponês mineiro, e o que o torna particular. Em outros estados em que o movimento camponês foi pesquisado, encontram-se informações sobre ocupações de propriedades particulares, tais como as ocorridas na Fazenda Maraú (PB), em janeiro de 1961, e na Fazenda Cachoeirinha (RJ), em maio de 1963³⁹. Já em Minas Gerais, tais ocupações não ocorreram.

Em outras regiões do país os camponeses também lutaram para obter a posse da terra, mas em Minas essa reivindicação ocorreu especificamente em áreas onde a mesma não era comprovada. A luta era para a conquista de terras que, de acordo com os camponeses, pertenciam à União. A reivindicação da posse da terra que supostamente não possuía “dono” é, desta maneira, uma peculiaridade da ação do movimento camponês mineiro.

Assim, o que se pretende apresentar e discutir neste trabalho são as especificidades do movimento rural existente no estado de Minas, sem se esquecer, no entanto, do cenário político vivenciado nacionalmente. Afinal, foi dentro do contexto nacional de luta pela realização da reforma agrária e de apoio à fundação de sindicatos rurais que surgiram os movimentos rurais estudados por esta dissertação.

³⁹ Para maiores informações sobre essas ocupações, cf. NOVAES, Regina Reyes. *op. cit.*, 1987; GRZYNSZPAN, Mario. *op. cit.*, 1987.

Capítulo 1 - O camponês entra para o espaço público

As palavras camponês e campesinato, segundo José de Souza Martins, são recentes no vocabulário brasileiro, aí chegadas pelo caminho da importação política. De acordo com o autor, foram as esquerdas que introduziram em definitivo estes vocábulos, procurando dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país a partir dos anos cinquenta⁴⁰.

Essas palavras, para as esquerdas, sobretudo para o Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁴¹, apontavam para a natureza das relações sociais no campo e para o papel político reservado ao campesinato naquela “etapa da revolução”, “antifeudal, nacional e democrática”. Tratava-se de repetir um processo ocorrido em alguns países da Europa, conhecido como Revolução Democrática Burguesa. O campesinato deveria, em aliança com outras forças progressistas da sociedade, eliminar o latifúndio, entendido como um “resíduo feudal” que obstaculizava o desenvolvimento do capitalismo⁴².

Mas apesar destas palavras terem sido primeiramente empregadas pelos comunistas - que as utilizaram como uma transposição mecânica de conceitos condizentes com outras realidades sociais - os termos camponês e campesinato ganharam, em todo o país, existência política e social. Estas palavras deram unidade aos movimentos ocorridos no campo, a partir do momento em que começaram a se

⁴⁰ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 21.

⁴¹ Utilizarei esta denominação no decorrer do trabalho, lembrando, porém, que desde sua criação até 1962, o nome oficial era Partido Comunista do Brasil. A substituição de “do Brasil” por “brasileiro” fazia parte das estratégias de legalização do partido. Em 1962, através de uma cisão interna, passaram a existir dois partidos comunistas: o PCB e o PC do B.

⁴² Intenso debate marcou a produção acadêmica brasileira, nas décadas de 1960 e 1970, sobre a existência ou não do campesinato no Brasil. Nesses estudos, de viés predominantemente marxista, o termo camponês aparecia, fundamentalmente, como uma transposição teórica do conceito de camponês da Idade Média. Eles definiam camponês como uma camada social explorada e oprimida pelo latifúndio e que estava apartada das relações capitalistas de produção. Para o debate em torno desse conceito, cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967; PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979; GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968; IANNI, Octavio. *A luta pela terra*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978.

organizar, já na década de 1950, as primeiras associações de lavradores e trabalhadores agrícolas⁴³.

Essas associações promoveram uma grande mobilização no campo e os termos camponês e campesinato passaram a ser utilizados indistintamente e ultrapassaram os limites restritos dos debates e resoluções instituídas pelo Partido Comunista. Essas palavras passaram, desta forma, a identificar os homens do campo, de assalariados a pequenos proprietários, incluindo posseiros, parceiros, arrendatários, foreiros, colonos, entre outras denominações, que se organizaram com o objetivo de lutar por terras e por direitos. Neste sentido, a definição de camponês se tornou eminentemente política, uma vez que passou a se referir a todos os trabalhadores do campo, de diferentes categorias, que, unidos e articulados, lutavam, principalmente, para conseguirem a posse da terra.

Assim, em concordância ao afirmado por Palmeira, se pode notar que a mobilização política do campesinato, num certo sentido, cria o campesinato. Ao tirá-lo do isolamento político, tira-o do anonimato político⁴⁴. Para o autor, uma das exigências para a eficácia política dos movimentos constituídos por homens do campo é que o grupo assuma uma identidade política. Esta foi obtida a partir da utilização do termo camponês que formulou uma identidade nova aos homens do campo, antes denominados matutos, caboclos, lavradores, dentre outros termos de circulação restrita⁴⁵. A palavra camponês passou a designar os trabalhadores rurais engajados na luta política.

Esses camponeses comprometidos com a luta política tiveram como bandeira unificadora do seu movimento a reforma agrária. A implementação desta medida era vista como a maneira possível de se alterar a situação vigente no meio rural. As ações para alcançarem esta reforma uniram todos os camponeses, que passaram a lutar contra o latifúndio.

⁴³ NOVAES, Regina Reyes. *op. cit.*, 1987, p. 71.

⁴⁴ PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985, p. 49-50.

⁴⁵ De acordo com Martins (1981), trata-se de palavras que desde os tempos remotos têm duplo sentido. Referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações ou cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados, ou, então, ingênuos, inacessíveis. Às vezes querem dizer também “preguiçoso”, que não gosta do trabalho. No conjunto são palavras depreciativas, ofensivas e que correspondem a uma leitura urbana do mundo rural.

Mas o latifúndio a que os camponeses se opuseram não era somente uma propriedade com tais ou quais características, era, antes de tudo, um conjunto de normas, atitudes e comportamentos atualizados pelo conjunto dos proprietários rurais, respaldados nas instâncias de poder local⁴⁶. O termo latifúndio possuía, assim, um significado abrangente, representava todo o poder utilizado pelos proprietários de terras para estabelecer as formas de vida e de trabalho a serem adotadas nas áreas rurais. A identidade camponesa foi criada, deste modo, a partir da luta e da oposição ao latifúndio. Para se opor a esse poder do latifúndio, os camponeses fizeram uso de diferentes artifícios, indo desde as negociações por meio das vias legais até o confronto armado.

Entretanto, o fator determinante para a consolidação do campesinato enquanto ator político foi a sua mobilização e a utilização de diversas formas de atuação para alcançar seus objetivos. Nesse sentido se pode afirmar que os camponeses se tornaram um sujeito coletivo, ou seja, uma coletividade com uma identidade própria, que organizava práticas através das quais seus membros pretendiam defender seus interesses e expressar suas vontades⁴⁷.

1.1. A importância do espaço público

Esse novo sujeito coletivo, composto pelos homens do campo que se identificaram como camponeses e que decidiram lutar por terras e por direitos, só conseguiu se consolidar enquanto ator político importante com anseios e reivindicações próprios na medida em que se inseriu no espaço público⁴⁸.

Esse espaço é entendido por Hannah Arendt enquanto um local no qual a ação e o discurso de cada um podem ser vistos e reconhecidos como algo dotado de sentido e eficácia para a construção de uma história comum. Segundo a autora, tudo

⁴⁶ NOVAES, Regina Reyes. *op. cit.*, 1987, p. 98.

⁴⁷ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 55.

⁴⁸ É importante ressaltar que nem todos os homens do campo se identificaram como camponeses. Aqui me refiro apenas aos que se engajaram na luta política e não ao conjunto da população que trabalhava no meio rural.

o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos, característica definidora da própria realidade do mundo⁴⁹.

Para Arendt, a política só é possível a partir das ações e dos discursos dos homens, o que requer um espaço onde possam se encontrar e interagir. Esse espaço, denominado público, difere-se do privado por ser um local da confluência da palavra e do agir humano em direção ao senso comum. Ele é por excelência o espaço de relações políticas, caracterizado como ambiente da vivência coletiva, lugar onde se reúnem as pessoas e onde se estabelecem os conflitos e a conciliação de interesses.

Assim, o espaço público deve ser entendido como algo maior do que o espaço físico representado pelas ruas, praças e prédios públicos. Embora esses locais sejam utilizados para promoverem as discussões, eles não representam o espaço público. Esse é caracterizado como um espaço essencialmente político, marcado pela liberdade de expressão, ou seja, um local onde é possível, a todos, ouvirem e serem ouvidos.

Nesse sentido, as manifestações dos anseios e reivindicações camponesas só ganharam relevância política na medida em que estiveram inseridas nesse espaço da visibilidade, do público. Mas esta inserção só foi possível devido ao contexto democrático vivenciado pelo país a partir de 1945 e que se estendeu até o ano de 1964. Afinal, em regimes ditatoriais a acessibilidade de todos ao espaço público é suprimida.

Desta forma, durante as décadas de 1950 e 1960, para consolidar a identidade camponesa foi necessário que o grupo atuasse no espaço público. Para alcançar o objetivo de ouvir e ser ouvido, o campesinato não poderia manter-se restrito aos círculos de convivência estabelecidos nas áreas rurais. Era preciso atuar em locais onde ele pudesse ser visto e reconhecido pela sociedade e pelos órgãos governamentais. Para promover essa visibilidade, o campesinato ocupou as ruas das cidades, realizou congressos, conferências, encontros e manifestações.

Os efeitos provocados por tal estratégia de ocupação do espaço público foram visíveis e marcantes. Promoveram o aumento da mobilização no meio rural, fomentaram disputas entre as esquerdas afinal todos os grupos desejavam exercer influência sobre o campesinato, e provocaram também o medo entre os proprietários

⁴⁹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983, p. 60.

que para defenderem as suas terras, “ameaçadas de invasão”, se armaram e procuraram se unir a outros grupos em defesa da inviolabilidade da propriedade privada. Até mesmo os governos federal e estadual passaram a reconhecer a importância desse novo ator, pois editaram leis e promoveram políticas públicas em seu benefício. Isso revela a eficácia da ação do movimento, afinal o campesinato conseguiu, a partir de sua atuação no espaço público, ser visto e reconhecido enquanto ator político.

1.2. A inserção do campesinato mineiro no espaço público

A inserção do campesinato mineiro no espaço público não foi um fenômeno espontâneo e imediato. Ela ocorreu de forma gradual e os seus primeiros sinais podem ser notados em meados dos anos 1950.

O primeiro momento em que se percebe uma atuação dos camponeses, com o objetivo de manifestar os seus anseios de forma coletiva, ocorreu em 1956, com a realização da 1ª Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Esse foi o primeiro ato público ocorrido em Minas Gerais em que os camponeses tiveram alguma participação. Essa conferência foi realizada em Belo Horizonte e contou com a participação de membros das recém criadas associações de lavradores e trabalhadores agrícolas, entidades que reuniam camponeses e que possuíam como objetivo inicial melhorar as condições de vida e trabalho nas áreas rurais.

Este primeiro evento, que desejava reunir os trabalhadores das áreas rurais mineiras, foi fruto de resoluções adotadas em 1954 durante a realização da II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CNTA), organizada pelo PCB e ocorrida na cidade de São Paulo. Nessa conferência, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e algumas diretrizes foram estabelecidas para o trabalho comunista no meio rural⁵⁰.

A 1ª Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas foi, dessa forma, um resultado das resoluções propostas pelo PCB dois anos antes. No seu temário constavam os seguintes assuntos a serem discutidos durante o evento: a-

⁵⁰ A ULTAB foi um órgão criado pelo PCB, em 1954, e tornou-se um instrumento legal para a ação do partido no campo. A ULTAB tinha como reivindicação principal a reforma agrária, que liberaria as forças produtivas no campo.

direito de organização e de reunião; b- divisão e entrega aos camponeses das terras abandonadas ou incultas; c- financiamento e distribuição de sementes, fertilizantes, inseticidas e maquinaria agrícola; d- estabelecimento de contratos de arrendamento; e- implementação de legislação social de amparo ao trabalhador rural e f- extensão da previdência social ao campo⁵¹.

A conferência contou com a presença do governador Bias Fortes, de prefeitos e políticos do interior do estado, de ruralistas, de representantes da Igreja Católica e também de camponeses de algumas regiões do estado como Açucena, Araguari, Canápolis, Francisco Sá e Uberlândia. Durante a sua realização foi fundada a Associação de Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais (ATAMG), entidade filiada à ULTAB e que era dirigida por membros do PCB⁵².

Porém, apesar do temário propor a discussão de assuntos de grande interesse para o campesinato, nota-se que o tom dos debates e dos pronunciamentos proferidos durante o evento esteve circunscrito à necessidade de se criar condições para o aumento da produtividade rural e, conseqüentemente, promover a melhoria das condições de vida no campo⁵³. O governador, durante a realização do evento, aproveitou a oportunidade para enfatizar as afinidades entre a sua gestão e o setor agrário dominante⁵⁴.

Assim, pode-se perceber que, a partir da segunda metade da década de 1950, houve uma tentativa de inserção dos camponeses mineiros no espaço público com o propósito de criar mecanismos que pudessem promover a melhoria das condições de vida nas áreas rurais. Porém, devido ao fato das organizações camponesas existentes no estado serem pouco organizadas e em pequeno número, a atuação desse grupo foi muito limitada. A 1ª Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas acabou por se tornar um espaço de discussão sobre questões que diziam respeito às áreas rurais, mas não estritamente aos camponeses.

O ganho obtido pelo campesinato a partir da realização desse evento foi, sobretudo, a criação da ATAMG. Essa entidade possuía como principais objetivos a

⁵¹ APM. DOPS. Pasta 0099. Imagens 1321- 1322. [Relatório policial sobre a ocorrência de mobilizações camponesas em Minas Gerais, 01/02/1962].

⁵² A atuação da ATAMG será apresentada mais detalhadamente no capítulo seguinte, no momento em que se abordará o papel desempenhado pelo PCB nas áreas rurais mineiras.

⁵³ APM. DOPS. Pasta 0099. Imagens 1321- 1322. [Relatório policial sobre a ocorrência de mobilizações camponesas em Minas Gerais, 01/02/1962].

⁵⁴ BORGES, Maria Eliza Linhares. *op.cit.*, 1988, p. 137.

promoção da organização camponesa e a concessão de assistência jurídica e social para os que viviam no campo. A ATAMG teve um papel fundamental na criação das associações de lavradores e trabalhadores agrícolas formadas no final dos anos 1950 e início da década de 1960.

Todavia, foi nos primeiros anos da década de 1960 que o campesinato mineiro conseguiu atuar efetivamente no espaço público. Neste momento, o impulso pela realização das reformas de base era alimentado pelo surgimento e/ou fortalecimento de movimentos sociais que clamavam por mudanças nas estruturas do país. O aparecimento de movimentos organizados entre camponeses colocava em xeque o *status quo* no campo e pressionava pela realização da reforma agrária. Assim, a criação de organizações camponesas era acompanhada também pelo crescimento da visibilidade política do grupo, que agora surgia como um importante ator político, capaz de promover intensas mobilizações em favor das suas reivindicações.

Diante desse impulso à mobilização no meio rural, no ano de 1961, foram realizadas no estado de Minas Gerais a 2ª Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, além de inúmeras reuniões, promovidas por camponeses, em cidades do interior, como as ocorridas em Três Marias, Uberlândia e Governador Valadares⁵⁵. Esses eventos objetivavam eleger delegações e discutir demandas a serem encaminhadas para o debate que ocorreria durante a realização do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Este encontro, que congregaria camponeses de todo o país, fora concebido com o objetivo de afirmar como ator político essa nova força social que emergia no espaço público⁵⁶.

O I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas foi de fundamental importância para a consolidação do movimento camponês em Minas Gerais. Afinal, a sua programação promoveu a reunião, a discussão e até mesmo a criação de organizações camponesas. Além disso, muitas foram as delegações, de diversas regiões do estado, a participarem do congresso, o que promoveu, nos camponeses mineiros, o sentimento de que o seu movimento possuía força e relevância política. O jornal *Última Hora* ao tratar do congresso noticiou que “um

⁵⁵ *Última Hora*, 09/11/1961, p. 5.

⁵⁶ SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio Carvalho (orgs.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 22.

camponês mineiro, de Três Marias, revelou o seu estado de espírito quando disse ‘agora não estamos sozinhos’⁵⁷. Esta frase é reveladora do sentimento de união e da capacidade de mobilização gerados por esse evento.

Este congresso foi convocado pela ULTAB e ocorreu entre os dias 15 e 18 de novembro de 1961, na cidade de Belo Horizonte, por esse motivo, também ficou conhecido como Congresso de Belo Horizonte⁵⁸. Dois eram os seus objetivos norteadores: 1- obtenção de soluções para a questão agrária no Brasil; 2- elaboração de um programa de reivindicações e direitos dos camponeses⁵⁹.

Animava a sua realização, entre outros motivos, o entendimento de que era necessário, naquele momento de manifestação viva da nova força social, uma socialização das experiências particulares de luta, com o fito de com elas traçar diretrizes gerais e dar unidade ao movimento camponês⁶⁰. O congresso se propunha desta forma, a ser um evento amplo, a congregar todas as forças interessadas em discutir questões referentes ao meio rural. Os seus organizadores já apontavam para o caráter abrangente do evento⁶¹:

Fazemos questão em frisar que o Congresso abraçará a todos que queiram trazer a sua colaboração para o bom êxito do Encontro. Não fazemos distinções entre participantes, sejam eles da direita, do centro ou da esquerda. A circunstância presente exige de nós uma atitude imparcial, em favor da união das forças, para que se consiga neste encontro um êxito que venha refletir diretamente em favor do homem do campo (...). Colaboremos naquilo que nos une, deixando de lado aquilo que nos separa⁶².

O congresso teve grande repercussão nacional e contou com a presença do presidente da República, João Goulart, do primeiro-ministro Tancredo Neves, do governador de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto e do ministro do Exterior, San

⁵⁷ *Última Hora*, 20/11/1961, p. 12.

⁵⁸ O evento já estava convocado e com data marcada para outubro de 1961, quando ocorreu a renúncia de Jânio Quadros. Diante da crise política gerada pela vacância do cargo, optou-se pelo seu adiamento.

⁵⁹ APM. DOPS. Pasta 0111. Imagens 2206-2207. [Manifesto de convocação para a participação no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, 20/05/1961].

⁶⁰ COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996, p. 69.

⁶¹ Os principais membros da comissão organizadora eram: Hernani Maia - presidente; José Thiago Cintra - secretário geral; Cândido Siqueira - tesoureiro geral.

⁶² APM. DOPS. Pasta 5069. Imagem 1276. [Atestado produzido pela polícia sobre documentação apreendida na residência de Elson Costa, 10/06/1964. Contém transcrição de documento produzido pelos organizadores do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas].

Thiago Dantas. Participaram também vários deputados federais, intelectuais, párocos, estudantes e operários. Conforme noticiou o jornal *Terra Livre*, o evento reuniu 1.800 delegados camponeses de todos os estados e 7.000 pessoas que se acotovelavam no edifício da Secretaria de Saúde e Assistência Pública, cedido pelo governo estadual⁶³.

A maior delegação presente no congresso era a de Minas Gerais com 300 delegados que representavam 50 municípios⁶⁴. As outras delegações que trouxeram um grande contingente de camponeses eram oriundas dos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo e Espírito Santo. Marcaram presença também delegações do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Guanabara, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás e Brasília⁶⁵.

A escolha do estado de Minas Gerais para sediar o evento não foi aleatória, de acordo com Lyndolpho Silva, presidente da ULTAB,

Escolhemos Minas para a realização deste primeiro congresso porque aqui o latifúndio predomina. O congresso terá assim a repercussão que merece e será uma contribuição inestimável para o desenvolvimento da reforma agrária. Quem vê esse espetáculo - realmente inédito no Brasil - há de verificar que os camponeses só acreditam em seu próprio movimento⁶⁶.

Para Francisco Julião a escolha de Minas Gerais ocorreu por duas razões:

1) A situação geográfica de Minas, Estado central, e, por isso, ponto ideal de convergência; 2) A fraqueza do movimento camponês em Minas, Estado em que existem condições excepcionais para sua expansão. Assinala serio: - A miséria do camponês mineiro só se equipara à do nordestino que é, como se sabe, das piores do mundo⁶⁷.

Nota-se, com isso, que as lideranças tanto do PCB quanto das Ligas Camponesas apontavam a escolha de Minas Gerais para sediar o congresso devido à grande concentração fundiária, à fraqueza da organização camponesa e à miséria existente nas áreas rurais mineiras. Entretanto, além desses fatores, a realização do

⁶³ *Terra Livre*, novembro de 1961, p. 1.

⁶⁴ *Última Hora*, 01/11/1961, p. 3.

⁶⁵ ORTEGA, Any Marise. *As esquerdas, a questão agrária e os caminhos da revolução brasileira no "Congresso Camponês" de Belo Horizonte de 1961*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999, p. 73.

⁶⁶ *Última Hora*, 15/11/1961, p. 3.

⁶⁷ *Binômio*, 30/10/1961, p. 8.

congresso na capital mineira foi estimulada também pelo total apoio concedido pelo governador Magalhães Pinto.

Segundo a polícia política, os organizadores tentaram realizar o congresso no estado de São Paulo, e o governador Carvalho Pinto não concordou, tentaram então no estado da Guanabara, também não concordando o governador Carlos Lacerda⁶⁸. Já o governador Magalhães Pinto não só concordou com a realização do evento em seu estado como forneceu também uma verba de um milhão de cruzeiros, além de dar comida, alojamento e transporte para os camponeses⁶⁹.

O início do congresso foi marcado pela realização de uma missa na Igreja São José, o que revela a intenção dos organizadores em legitimar o evento frente à Igreja e também frente a toda a sociedade. A obtenção do apoio do governo e também da Igreja Católica indica a relevância política conquistada pelo movimento camponês no período. Mas revela também o desejo dessas instituições em controlarem, de alguma forma, esse movimento. A descrição da atitude de San Thiago Dantas diante das manifestações dos congressistas é exemplar desse receio existente entre as autoridades. De acordo com o jornal *Última Hora*,

Quando chegou ao auditório da Secretaria de Saúde e Assistência, onde se realizava a sessão solene de encerramento do I Congresso Nacional dos Trabalhadores do Campo, o chanceler San Thiago Dantas teve uma expressão de surpresa: -"*Isto está mais sério do que eu imaginava. Temo que isso se radicalize*"⁷⁰.

A presença de um grande número de autoridades governamentais, convidadas para participar do evento não foi despropositada. Na ótica dos organizadores e também dos camponeses a presença de personalidades ilustres tornava o evento digno de nota na grande imprensa, além de possibilitar a comunicação entre essas autoridades e o campesinato. Era o momento em que os camponeses teriam a oportunidade de pressionar o Estado para que ele atendesse as suas reivindicações. Já para as autoridades, o seu comparecimento também era imprescindível, pois desta forma poderiam saber o que estava sendo proposto pelas lideranças camponesas, o que facilitava a sua atuação junto ao grupo.

⁶⁸ APM. DOPS. Pasta 0278. Imagem 2187. [Relatório policial sobre o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, 20/11/1961].

⁶⁹ *Última Hora*, 15/11/1961, p. 3.

⁷⁰ *Última Hora*, 20/11/1961, p. 12.

Em relação à dinâmica de funcionamento do congresso, presidido pelo deputado petebista Hernani Maia, é importante destacar que esta foi marcada pela divisão em duas instâncias bem determinadas, a tribuna, composta pelas atividades do plenário, e as comissões⁷¹. No plenário, abria-se espaço para os discursos e depoimentos das pessoas que quisessem se manifestar. Já as comissões, que deveriam ter pelo menos um membro de cada delegação, eram responsáveis por discutir determinado tema. Existiam comissões designadas para debater as seguintes temáticas: reforma agrária; arrendamento e parceria; pequenos e médios proprietários; direito; assalariados e semi-assalariados rurais; organização das massas trabalhadoras do campo; reivindicações democráticas e sociais. Dos trabalhos de cada comissão deveria ser lavrada uma ata e elaborado um relatório das suas conclusões que seriam encaminhados à mesa para discussão no plenário⁷².

A abertura de espaço no plenário para a manifestação de opiniões sobre as temáticas discutidas nem sempre foi acompanhada de apreciações concordantes a respeito do assunto. Opiniões divergentes daquelas manifestadas pelos camponeses não eram bem vindas. O líder patronal rural, presidente da FAREM (Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais), Josaphat Macedo, por exemplo, não foi bem recebido pelos ouvintes:

Durante o seu discurso foi vaiado várias vezes pelo plenário, pois, embora falando de reforma agrária, defendia a Constituição. A reforma que ele pregava não era nos moldes que os congressistas queriam daí o motivo das vaias⁷³.

Já o deputado Julião, líder das Ligas Camponesas, segundo os informantes do DOPS/MG, teve outro tipo de recepção:

Admitimos que, de todos os oradores, durante o Congresso o mais aplaudido foi o deputado Julião, pois era sempre aplaudido de pé e um grande número aplaudia-o não com palmas, mas com gritos de “Revolução!!!!”⁷⁴.

⁷¹ APM. DOPS. Pasta 0159. Imagens 0585-0586. [Relatório policial sobre o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, 20/11/1961].

⁷² APM. DOPS. Pasta 0159. Imagens 0859-0860. [Regimento Interno do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, 15/09/1961].

⁷³ APM. DOPS. Pasta 0278. Imagem 2185. [Relatório policial sobre o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, 20/11/1961].

⁷⁴ APM. DOPS. Pasta 0278. Imagem 2184. [Relatório policial sobre o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, 20/11/1961].

Alguns incidentes, contudo, também ocorreram durante o pronunciamento dos discursos no plenário. Durante a cerimônia de abertura, por exemplo, momentos após o início da fala do deputado Julião, ampolas de gás sulfídrico foram quebradas dentro do recinto, o que provocou a saída de um grande número de pessoas, muitas das quais não retornaram⁷⁵. Esse ato tinha por objetivo esvaziar o evento, porém não foi possível identificar sua autoria. Segundo o deputado Hernani Maia, os policiais seriam os responsáveis por tal atitude. Já a polícia afirma que membros da União Operária Camponesa do Brasil, movimento anticomunista e que se opôs à realização do congresso, seriam os autores do incidente⁷⁶.

Mas além da dinâmica das atividades realizadas no plenário e nas comissões, o congresso também promoveu a exibição de filmes sobre a revolução cubana, *Invasão de Cuba* e *Reforma Agrária em Cuba* e veiculou ainda uma gravação de Fidel Castro, que discursava sobre o significado desta revolução. O evento proporcionou, também, a representação, por um grupo de artistas de São Paulo, da peça *Mutirão ao Sol*, que retratava a vida de Jofre Correa Netto, liderança comunista atuante no movimento camponês de Santa Fé do Sul (SP)⁷⁷.

Essas apresentações visavam produzir símbolos com os quais os camponeses deveriam se identificar. Para Bourdieu, os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social⁷⁸. Neste sentido, essas exibições visavam produzir a integração do campesinato a partir da sua identificação com problemas e soluções comuns vivenciadas por camponeses, até mesmo de outros países. Como foi o caso de Cuba, que se tornara o símbolo de nação que iniciara a sua revolução no campo, a partir de focos guerrilheiros, e que conseguira derrubar a ditadura instaurada por Fulgêncio Batista⁷⁹.

⁷⁵ *Estado de Minas*, 17/11/1961, p. 6.

⁷⁶ APM. DOPS. Pasta 0159. Imagens 0589-0590. [Relatório policial sobre o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, 20/11/1961].

⁷⁷ APM. DOPS. Pasta 0159. Imagens 0592, 0593 e 0594. [Relatório policial sobre o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, 20/11/1961]. Jofre Correa Netto, conforme se verá no capítulo 3, também atuou em Minas Gerais, na região de Três Marias.

⁷⁸ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 10.

⁷⁹ Sobre os impactos da revolução cubana nas esquerdas brasileiras cf. SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Tese (Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

Assim, a escolha do que seria apresentado durante o evento não foi aleatória, nota-se que os fatos exibidos promoviam no campesinato um sentimento de um “nós”, combativo e atuante.

Os trabalhos realizados durante o congresso revelam que as discussões giravam em torno dos problemas vivenciados pelos camponeses. Todavia, o tema mais discutido e que teve maior repercussão foi a questão da reforma agrária. Tanto que as palavras de ordem *reforma agrária na lei ou na marra*, trazidas pelas Ligas Camponesas, aglutinaram e animaram quase que unanimemente a massa congressista e boa parte dos comentaristas. Para muitos autores este lema, tão aclamado durante o Congresso de Belo Horizonte, se tornou o símbolo da radicalidade do evento e da vitória das propostas encaminhadas pelas Ligas, em contraposição às medidas legalistas trazidas pelo PCB⁸⁰. Porém, o significado destas palavras deve ser repensado para que não se analise o movimento das Ligas Camponesas como o símbolo da radicalidade e o PCB como um grupo reformista que adotava medidas extremamente limitadas.

O próprio Francisco Julião em discurso proferido durante o congresso afirmou que:

A verdade é que a Reforma Agrária tem de ser radical. **Nada de pagamento em dinheiro, mas em títulos da dívida pública.** Nada de preços extorsivos pelas terras desapropriadas. **O preço deve ser o valor declarado para o imposto territorial.** A política de colonização deve ser em favor do camponês. Isto só é possível se for feita pelo camponês. Estes devem participar ativamente dos órgãos que revisarão a política agrária nacional⁸¹.

A partir das palavras pronunciadas pela liderança das Ligas Camponesas se percebe que a proposta desse movimento era a modificação da forma de pagamento da indenização a ser concedida aos proprietários de terras, ou seja, Julião desejava que o § 16 do artigo 141 da Constituição Federal fosse alterado. O que significava uma reforma agrária a ser instituída por meio de mecanismos legais. Em seu discurso, Julião não propunha a tomada de terras, pelo contrário, achava que os

⁸⁰ Ver, por exemplo, AZEVEDO, Fernando Antônio. *op. cit.*, 1982; BASTOS, Elide Rugai. *op. cit.*, 1984; CAMARGO, Aspásia Alcântara de. *Brésil du Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populist.* Tese (Doutorado). Paris: Université de Paris, 1973.

⁸¹ APM. DOPS. Pasta 0159. Imagem 0625. [Transcrição de discurso de Francisco Julião proferido durante a realização do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, 17/11/1961]. Grifos meus.

camponeses deveriam participar dos órgãos governamentais responsáveis pela realização da reforma agrária.

As palavras de ordem *reforma agrária na lei ou na marra* possuíram desta forma, o efeito de congregar todos os camponeses na luta comum pela realização da reforma agrária, elas não promoveram, contudo, a radicalização das reivindicações como afirmam muitos estudiosos. A expressão “*ou na marra*” desejava expressar que se as reformas não viessem por meio da ação legal, elas viriam nem que fosse através de mecanismos não institucionais. No entanto, a luta primeira seria pela realização da reforma agrária por meios legais.

Um camponês interrogado, no momento da realização do congresso, sobre o significado desta frase explicou que:

Não tem sentido de ameaça (...) Quem se reúne numa capital como Belo Horizonte não quer luta subversiva. Somos brasileiros que querem participar da vida nacional. Mas até agora temos sido os párias de uma terra rica⁸².

Assim, nota-se que as resoluções apresentadas no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas expressavam esta política legal, proposta tanto pelas Ligas Camponesas quanto pelo PCB, quais sejam:

I- Imediata modificação pelo Congresso Nacional do artigo 141 da Constituição Federal, em seu parágrafo 16, que estabelece a exigência de “indenização prévia, justa e em dinheiro” para os casos de desapropriação de terra por interesse social. Esse dispositivo deverá ser eliminado e reformulado, determinando que as indenizações por interesse social sejam feitas mediante títulos do poder público, resgatáveis a prazo longo, e a juros baixos.

II- Urgente e completo levantamento cadastral de todas as propriedades de área superior a 500 hectares e de seu aproveitamento.

III- Desapropriação pelo governo federal, das terras não aproveitadas com área superior a 500 hectares, a partir das regiões mais populosas, das proximidades dos grandes centros urbanos, das principais vias de comunicação e reservas de água.

IV- Adoção de um plano para regulamentar a indenização em títulos federais da dívida pública, a longo prazo, e a juros baixos, das terras desapropriadas, avaliadas à base do preço da terra registrado para fins fiscais.

⁸² *Última Hora*, 20/11/1961, p. 12.

V- Levantamento cadastral completo, pelos governos federal, estadual e municipal, de todas as terras devolutas.

VI- Retombamento e atualização de todos os títulos de posse da terra. Anulação dos títulos ilegais ou precários de posse, cujas terras devem reverter à propriedade pública.

VII- O imposto territorial rural deverá ser progressivo, através de uma legislação tributária que estabeleça: 1) Forte aumento de sua incidência sobre a grande propriedade agrícola; 2) Isenção fiscal para a pequena propriedade agrícola.

VIII- Regulamentação da venda, concessão em usufruto ou arrendamento das terras desapropriadas aos latifundiários, levando em conta que em nenhum caso poderão ser feitas concessões cuja área seja superior a 500 hectares, nem inferior ao mínimo vital às necessidades da pequena economia camponesa.

IX- As terras devolutas, quer sejam de propriedade da União, dos Estados ou Municípios, devem ser concedidas gratuitamente, salvo exceções de interesse nacional, aos que nelas queiram efetivamente trabalhar.

X- Proibição da entrega de terras públicas àqueles que as possam utilizar para fins especulativos.

XI- Outorga de títulos de propriedade aos atuais posseiros que efetivamente trabalham a terra, bem como defesa intransigente de seus direitos contra a grilagem.

XII- Que seja planificada, facilitada e estimulada a formação de núcleos de economia camponesa através da produção cooperativa⁸³.

Esse documento contendo as resoluções do congresso ficou conhecido como “Declaração de Belo Horizonte”. Mas apesar do caráter legalista das medidas apresentadas, é importante ressaltar que, este evento também foi marcado por algumas divergências entre as propostas do PCB e as das Ligas Camponesas. A principal delas se referia à questão da regulamentação dos contratos de arrendamento e parceria. No resultado aprovado pela comissão responsável por este tema prevaleceu a posição das Ligas, de propor a extinção, por lei do Congresso Nacional, de todas as formas de arrendamento ou parceria e a distribuição das terras arrendadas

⁸³ APM. DOPS. Pasta 0159. Imagens 0595 - 0596. [Transcrição das resoluções do congresso contidas em relatório policial, 20/11/1961].

aos arrendatários. Entretanto, este tema não constou na “Declaração de Belo Horizonte”⁸⁴.

Após o encerramento do evento, Francisco Julião, escolhido seu orador oficial, juntamente com outros dirigentes, foram à Brasília entregar a declaração e discutir seus pontos principais com o presidente João Goulart⁸⁵.

O que se percebe é que após a realização do I Congresso, o governo federal passou a acelerar o processo de incentivo à sindicalização rural, além de impulsionar a criação de órgãos e a implementação de projetos responsáveis pela realização da reforma agrária. Como se verá adiante, estas medidas governamentais foram de fundamental importância para o crescimento da mobilização camponesa no estado de Minas Gerais.

Entretanto, apesar da realização do I Congresso ter proporcionado um aumento do apoio concedido pelo governo federal à causa camponesa, este evento também repercutiu de forma a agregar os setores temerosos de que o movimento camponês se radicalizasse. Os proprietários de terras de Minas Gerais, por exemplo, dias após a realização do congresso se reuniram extraordinariamente na sede da FAREM para produzir um documento de repúdio ao evento. Nesta reunião foi redigido um telegrama assinado pelo presidente da instituição, Josaphat Macedo, e que foi enviado ao presidente da República, ao primeiro-ministro e a várias autoridades federais. O telegrama afirmava que:

A FAREM, ora reunida em sessão permanente, pede vênias para alertar os poderes constituídos da posição das classes rurais de Minas na defesa extrema e decisiva da Constituição vigente, repudiando formalmente os movimentos subversivos de caráter eminentemente comunistas ora verificados no país. **A revolução comunista pregada abertamente no I Congresso Nacional dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas, ora reunido nesta Capital, vem agravar a intranqüilidade reinante nas fontes de produção**, importando na fatal e sensível diminuição da produção de gêneros de primeira necessidade, com conseqüente elevação do custo de vida e favorecimento do clima propício à subversão da ordem (...)⁸⁶

⁸⁴ ORTEGA, Any Marise. *op. cit.*, 1999, p. 85-86.

⁸⁵ APM. DOPS. Pasta 0294. Imagem 1153. [Correspondência policial, 18/11/1961].

⁸⁶ *Estado de Minas*, 21/11/1961, p. 2. Grifos meus.

De acordo com a FAREM, um reduzido número de legítimos camponeses teria participado do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas que, segundo a instituição, foi marcado pela infiltração comunista⁸⁷.

Além de temerem que o comunismo fosse instaurado no país, os proprietários de terras, ao tratarem do perigo acarretado pela infiltração comunista no Congresso de Belo Horizonte, desejavam também legitimar seu repúdio ao evento e obter o apoio de outros setores da sociedade. Afinal, já era sólida no país a tradição anticomunista⁸⁸. Conforme se verá no capítulo seguinte, o que ocorreu após a realização desse congresso foi um crescimento do movimento de oposição à causa camponesa.

Exemplo de oposição encontrada pelo campesinato, após a realização do referido evento, pode ser percebido em carta escrita pelo presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Bom Despacho, Alexandrino Euzébio da Silva, e que foi publicada no jornal *Terra Livre*. Na correspondência Alexandrino afirma que a associação se reunia desde 1959 na sede da Rádio Difusora Bomdespachense, mas que após a realização do Congresso de Belo Horizonte eles ficaram impedidos de se reunirem naquele local. Segundo Alexandrino,

Depois do Congresso Camponês temos notado grande diferença nos nossos aliados políticos. **Mas a luta continua cada vez mais ampliada e todos os camponeses mais animados, que a vitória é nossa**⁸⁹.

A partir dessa correspondência é possível notar como o congresso promoveu alterações na forma de funcionamento da associação existente em Bom Despacho. Além disso, o trecho apresentado acima aponta para os sentimentos de força e união adquiridos pelos camponeses após a realização do evento. O Congresso de Belo Horizonte pode ser visto, desta forma, como momento culminante da união dos trabalhadores do campo que passaram a se identificar como camponeses, engajaram-se na luta política e acreditaram que promoveriam alterações na estrutura agrária do país.

Assim, é importante ressaltar que apesar do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas ter promovido o aumento da oposição ao

⁸⁷ *Folha de Minas*, 24/11/1961, p. 1.

⁸⁸ Sobre o anticomunismo cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho” – O anti-comunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, Fapesp, 2002.

⁸⁹ *Terra Livre*, dezembro de 1961, p. 7. Grifos meus.

movimento camponês, a maior importância a ser atribuída ao evento foi o fato de ter se constituído como o momento de consolidação do campesinato no espaço público. Após a sua realização, o movimento camponês cresceu e ganhou visibilidade pública.

O jornal *Binômio*, dias após a realização do evento, já anunciava as conquistas obtidas pelo movimento camponês:

Para os observadores do I Congresso Nacional de Reforma Agrária o movimento camponês passou a ser dividido em duas fases. A primeira, a de fundação de associações de trabalhadores rurais, dos modos mais diversos, com características diferentes em cada região do país, representando as necessidades imediatas da solução de problemas locais, antes do congresso; a segunda, posterior ao congresso, com uma planificação, entrosamento e união das ligas camponesas, associações de assalariados, posseiros e entidades representativas dos pequenos proprietários⁹⁰.

Os redatores do jornal *Última Hora* também apontavam para este caráter unificador alcançado pelo movimento camponês a partir da realização do congresso:

Além de constituir o primeiro grande lance da luta pela reforma agrária, o primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores do Campo teve ainda um outro aspecto: serviu para unificar o pensamento de um grupo que põe na reforma agrária o próprio sentido de luta pela independência econômica do Brasil. Camponeses humildes do Amazonas ao Rio Grande do Sul, despediram-se ontem como se fossem velhos amigos, comentando os resultados do congresso e marcando novos encontros⁹¹.

Isso mostra como o Congresso de Belo Horizonte foi fundamental para a estruturação do movimento camponês, tanto no sentido de promover a sua reunião quanto de tornar públicos os seus interesses⁹². O encontro teve, assim, por efeito principal dar uma nova dinâmica à luta camponesa. Ele mostrou a importância da luta pela terra e o significado dessa bandeira para o movimento⁹³.

⁹⁰ *Binômio*, 20/11/1961, p. 6.

⁹¹ *Última Hora*, 20/11/1961, p. 12.

⁹² É importante ressaltar que nem todos os que trabalhavam no campo aderiram ao movimento. O Congresso de Belo Horizonte foi fundamental para os camponeses que estavam engajados na luta política, pois mostrou que o movimento possuía força e que a luta pela terra que algo que unia a todos.

⁹³ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil 1955-1964*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982, p. 55.

1.3. Das associações aos sindicatos rurais

O incentivo a ser concedido pelo governo federal para a criação de sindicatos rurais foi um dos temas discutidos durante a realização do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, uma vez que a fundação dessas entidades era dificultada pelos sucessivos governos. Embora houvessem leis garantindo a formação de sindicatos no campo, elas não eram devidamente aplicadas, em vista do grande poder que detinham os proprietários rurais. Assim, constantes empecilhos eram criados para impedir o reconhecimento dessas organizações.

O Decreto nº 979, datado de 1903, foi o primeiro ato governamental que tornava possível a constituição de sindicatos rurais. Todavia, este mecanismo legal não fazia distinção entre empregados e empregadores, fato que permitiu que os sindicatos formados ficassem subordinados aos proprietários rurais⁹⁴.

Até 1930, o trabalhador rural somente foi contemplado com leis esparsas e que quase sempre não possuíam correspondência efetiva com a situação existente no campo. A partir desta data, a legislação social ganhou impulso, porém, quase toda ela destinada aos trabalhadores urbanos. O homem do campo ficou ausente, na maioria das vezes, da regulamentação jurídica desenvolvida nesse período e que foi reunida, em 1943, em um corpo sistematizado, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)⁹⁵. A CLT excluía os trabalhadores rurais de diversos de seus preceitos, entre eles os referentes aos processos de organização.

A sindicalização rural foi novamente tratada no Decreto-Lei nº 7.038 de 10/11/1944, regulamentado em 19/11/1945 pela Portaria Ministerial nº 14. O Decreto tornou lícita a organização de empregados e empregadores rurais. A definição de empregado rural, apresentada pelo Decreto, excluía desta categoria os pequenos produtores, como arrendatários, posseiros e parceiros. Enquanto os chamados empregados rurais - *aqueles que se dedicam profissionalmente às atividades rurais, em economia individual, coletiva ou de família, na lavoura, na pecuária ou nas indústrias rurais, com fito de ganho por conta de outrem* - podiam formar seus sindicatos, aos pequenos produtores era reservada apenas a possibilidade

⁹⁴ FUCHTNER, Hans. *Os sindicatos brasileiros de trabalhadores: organização e função política*. Rio de Janeiro: Edição geral, 1980, p. 115.

⁹⁵ COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *op. cit.*, 1996, p. 9.

de entrar para os sindicatos dos empregadores⁹⁶. Fato que revela os entraves desta legislação, uma vez que esta não contemplava todas as categorias de trabalhadores do campo.

Entretanto, mesmo que a legislação, citada anteriormente, permitisse a sindicalização de algumas categorias de empregados esta permaneceu sem efeito para o trabalhador rural, uma vez que esbarrou na oposição dos proprietários de terras.

Até o final da década de 1950, embasados nessa legislação instituída nos anos 1940, haviam sido reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, em todo o país, apenas 5 sindicatos rurais⁹⁷. O mais antigo deles era o Sindicato dos Empregados Rurais de Campos (RJ) que datava da década de 1930. Os demais eram: o Sindicato dos Empregados Rurais de Belmonte (BA), criado em 1951 e reconhecido em 1955; o Sindicato dos Empregados Rurais de Ilhéus e Itabuna (BA), criado em 1952 e reconhecido em 1957; o Sindicato dos Empregados Rurais de Tubarão (SC), criado em 1951 e reconhecido em 1952 e o Sindicato dos Empregados Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaem (PE), criado em 1954 e reconhecido em 1956⁹⁸.

Em Minas Gerais, devido às dificuldades conferidas pela legislação e, principalmente, devido à oposição imposta pelos proprietários de terras, nenhum sindicato rural foi fundado até o final dos anos 1950. As organizações camponesas existentes no estado, nesse período, recebiam a denominação de associações de lavradores e trabalhadores agrícolas. Eram entidades de caráter civil, que para serem criadas necessitavam apenas da aprovação de um estatuto e do seu registro em cartório. Não existiam, assim, obstáculos legais que dificultassem a sua fundação. Mas para os trabalhadores do campo era preferível criar sindicatos rurais ao invés de associações, uma vez que os primeiros eram órgãos que possuíam o respaldo governamental e representavam a coletividade de maneira institucionalizada.

⁹⁶ Decreto disponível no site www6.senado.gov.br/sicon

⁹⁷ Existiam diferenças entre sindicatos fundados e sindicatos reconhecidos. Para fundar um sindicato era necessário reunir um número mínimo de 50 trabalhadores que após a realização de uma assembleia deveriam assinar a ata de fundação. Já o reconhecimento dependia da aprovação da documentação do sindicato fundado pelo Ministério do Trabalho.

⁹⁸ GRZYNSZPAN, Mario. *op. cit.*, 1987, p. 112; GRZYNSZPAN, Mario. *op. cit.*, 2006, p. 65. Porém Luiz Flavio Carvalho Costa, no livro *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996, p. 95, afirma que até 1962 existiam 6 sindicatos rurais reconhecidos em todo país, o autor também incluiu na listagem o Sindicato dos Empregados Rurais do Rio de Janeiro (GB).

Contudo, foi possível notar que o trabalho de organização dos homens do campo em Minas não se iniciou na década de 1950, mas sim em meados dos anos 1940, com a formação das primeiras ligas camponesas, lideradas pelo PCB. Esses movimentos foram criados em algumas regiões do estado após a conquista da legalidade do partido em 1945. Em todo o estado foram criadas cerca de 7 ligas, entretanto, essas tiveram duração efêmera, pois, em 1947, o partido teve o seu registro cassado e essas organizações foram proibidas de funcionar⁹⁹.

Porém, em alguns locais, a mobilização no campo não desapareceu com a extinção das ligas, tal como o ocorrido em Canápolis. Nesta cidade foi fundada, em 1946, a primeira liga camponesa do estado, extinta no ano seguinte. Em fevereiro de 1950, todavia, foi criada, nesta mesma localidade, uma associação de lavradores e trabalhadores agrícolas¹⁰⁰. Fato revelador da permanência dos anseios de organização do campesinato desta região.

As associações de lavradores e trabalhadores agrícolas criadas a partir do início dos anos 1950 existiram em maior número se comparadas às primeiras ligas camponesas e não tiveram uma duração tão efêmera se comparadas ao movimento precedente. A partir do levantamento das fontes foi possível perceber que até o final da década de 1950 existiram, em todo o estado, 13 associações de lavradores e trabalhadores agrícolas. Elas estavam presentes nos municípios de Açucena, Bom Despacho, Canápolis, Capinópolis, Francisco Sá, Frei Inocência, Nanuque, Ponte Nova, Rio Casca, Santa Rita do Sapucaí, São Pedro dos Ferros, Teófilo Otoni e Ubá. Porém, nota-se que essas associações tiveram uma atuação estritamente local. Elas não possuíam uma articulação que permitisse dar unidade ao trabalho a ser desenvolvido no meio rural. Devido à fraqueza do movimento, essas associações não conseguiram se opor, de forma coesa e consistente, ao poder dos proprietários de terras.

Mas nos primeiros anos da década de 1960, o número de associações criadas em todo o estado cresceu, devido principalmente à intensa mobilização provocada

⁹⁹ APM. DOPS. Pasta 5018. Imagem 1231. [Relatório policial que contém transcrição de reportagem publicada pelo *Jornal do Povo* de 31/11/1948]. A reportagem transcrita do *Jornal do Povo* apenas cita a existência de 7 Ligas Camponesas no estado. Não foi possível, contudo, localizar quais foram as 7 ligas. Foram encontradas informações apenas sobre a Liga Camponesa de Canápolis.

¹⁰⁰ APM. DOPS. Pasta 5018. Imagem 1232. [Relatório policial que contém transcrição de reportagem publicada pelo *Jornal do Povo* de 25/02/1950].

pela realização do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas e também pelo contexto nacional de efervescência política, marcado pela crença de que a implementação da reforma agrária era inevitável. Assim, se até o final dos anos 1950 existiam no estado 13 associações de lavradores e trabalhadores agrícolas este número saltou para 22 no início da década seguinte (1960-1961), um aumento significativo de 70%.

Porém, o número de associações, existentes em Minas Gerais no início dos anos 1960, pode ter sido ainda maior. Devido às dificuldades encontradas a partir do levantamento das fontes não foi possível afirmar que todas as associações criadas até o final dos anos 1950 mantiveram-se em funcionamento no início da década posterior¹⁰¹. Das 13 associações existentes nos anos 1950, foi possível perceber que apenas quatro delas permaneceram em funcionamento no decênio seguinte. Somente nos municípios de Açucena, Bom Despacho, Nanuque e Teófilo Otoni foi possível notar a manutenção dessas associações.

Conforme afirmado anteriormente, a pesquisa conseguiu identificar a existência de 22 associações de lavradores e trabalhadores agrícolas, no início dos anos 1960. Elas estavam presentes nos seguintes municípios: Açucena, Água Comprida, Araguari, Bom Despacho, Bom Sucesso, Cataguazes, Centralina, Frutal, Governador Valadares, Itabira, Itambacuri, Itaúna, Ituiutaba, Jaboticatubas, Juiz de Fora, Lagoa da Prata, Montes Claros, Nanuque, Passos, Três Marias, Teófilo Otoni e Uberlândia.

Algumas dessas associações como a de Três Marias e a de Passos, se autodenominavam Ligas Camponesas, ou eram assim chamadas pela imprensa ou até mesmo pela polícia. O jornal *Última Hora*, por exemplo, publicou em 02 de agosto de 1961, dias após a fundação da Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Três Marias a seguinte notícia:

(...) 121 pessoas entre agricultores e suas famílias fizeram uma assembléia no dia 21 de julho e decidiram fundar a Associação dos Lavradores. No dia 22, foi feita uma nova reunião, e nomeou-se uma comissão de cinco nomes para constituir a Associação dos Lavradores,

¹⁰¹ Optei por não incluir determinadas associações criadas na década de 1950 no número de associações existentes no início dos anos 1960, devido ao fato de não ter encontrado referências sobre elas na documentação pesquisada referente à década de 1960. Esta opção pode ter acarretado em uma subestimação no número de associações existentes entre os anos de 1960 e 1961.

fixando-se a data do dia 30 para a **instalação da nova associação dos agricultores ou liga camponesa**¹⁰².

Neste momento, o movimento das Ligas Camponesas, surgido no Nordeste, tinha alcançado repercussão nacional e se expandido para outras regiões do país. Era a organização camponesa mais discutida e também temida pelos latifundiários. No estado de Pernambuco, o movimento conseguiu a desapropriação do Engenho da Galiléia, fato que se tornou símbolo da luta pela conquista da terra.

Mas é importante ressaltar que o termo ligas camponesas, conforme apresentado anteriormente, foi inicialmente utilizado na década de 1940 pelo Partido Comunista, e em meados dos anos 1950 foi empregado novamente para designar outro movimento, esse surgido no Nordeste sob a liderança do advogado Francisco Julião.

Desta maneira, influenciados pelas práticas adotadas e também pelo fato do movimento das Ligas Camponesas ter obtido grande repercussão, algumas associações em Minas Gerais receberam esta denominação. Porém, o que se nota é que apesar da utilização do nome Liga Camponesa, essas organizações existentes em Minas não possuíam um vínculo consistente com o movimento liderado por Julião. Utilizaram a mesma nomenclatura, mas não tinham uma relação política ou até mesmo ideológica com o movimento existente no nordeste do país.

As Ligas Camponesas chefiadas por Julião não atuaram no estado de Minas. Julião chegou a visitar a associação de Três Marias, mas o movimento possuía lideranças ligadas a outros grupos, como a POLOP e o PCB¹⁰³.

A importância de Julião e do movimento por ele liderado para a organização camponesa existente em Minas Gerais, no início dos anos 1960, foi simbólica, pois ofereceu aos camponeses mineiros exemplo de movimento que alcançou, por meios legais, a posse da terra. Não foi percebida a presença de membros ou até mesmo de pessoas ligadas às Ligas Camponesas nos movimentos rurais surgidos neste estado.

Neste período, as associações de lavradores e trabalhadores agrícolas já estavam mais articuladas e reivindicavam principalmente a conquista da terra e a ampliação dos direitos trabalhistas aos homens do campo. O jornal *Binômio*

¹⁰² *Última Hora*, 02/08/1961, p. 5. Grifos meus.

¹⁰³ Maiores informações sobre as lideranças atuantes em Três Marias podem ser encontradas no Capítulo 3.

afirmava, em julho de 1961, que várias associações estavam sendo criadas no estado e tinham por objetivo:

[a] defesa dos legítimos direitos do homem do campo, assistência hospitalar, judiciária, financeira, escolar, garantia de seus produtos e terras com facilidades para os homens que nelas queiram trabalhar. Essa última é a grande meta¹⁰⁴.

Este crescimento da mobilização camponesa foi favorecido pelo contexto de luta pela realização da reforma agrária e também pela situação de miséria vivenciada nas áreas rurais mineiras. Na década de 1960 um grande contingente populacional migrava das áreas rurais para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. De acordo com recenseamento realizado em 1960, a população rural, em Minas Gerais, aumentara 9% enquanto a urbana crescera 60%. Assim, a população rural que, em 1950, correspondia a 70% do total, na década seguinte, caíra para 59,5%¹⁰⁵.

Um dos fatores que contribuiu para a expulsão da população das áreas rurais foi o enorme desenvolvimento da pecuária. De 1950 para 1960 a área utilizada pela lavoura aumentou somente 146 mil hectares, enquanto a área de pastagem aumentou quase trinta vezes mais, isto é, quatro milhões e trezentos mil hectares¹⁰⁶.

Além disso, o meio rural também era marcado por uma enorme concentração da terra. As propriedades com mais de quinhentos hectares, em Minas Gerais no ano de 1960, eram apenas 13.500, mas possuíam 19 milhões de hectares, cerca de 52% da área total¹⁰⁷. Isso revela o predomínio, no estado, das grandes propriedades, na maior parte das vezes, utilizadas como pastagem para o gado.

Este quadro de expulsão da mão-de-obra para dar lugar ao gado, além da enorme concentração fundiária, favorecia o crescimento da organização camponesa no estado, que objetivava obter a posse da terra e também promover melhorias nas condições de vida e de trabalho nas áreas rurais. Porém, a organização dos homens

¹⁰⁴ *Binômio*, 24/07/1961, p. 6.

¹⁰⁵ *Censo Demográfico de 1960*. Minas Gerais. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Volume I. Tomo IX. IBGE.

¹⁰⁶ APM. DOPS. Pasta 5057. Imagem 0075. [Documento de organização produzido pelo PCB, Comitê de Minas Gerais, em janeiro de 1963, denominado *Os comunistas mineiros na luta por um governo nacionalista e democrático*]. Os dados levantados pelo PCB foram contrapostos às informações contidas no Anuário Estatístico do Brasil. 1960, ano XXI, Conselho Nacional de Estatística, IBGE. Devido à precisão das informações produzidas pelo PCB, optou-se por utilizá-las neste trabalho.

¹⁰⁷ APM. DOPS. Pasta 5057. Imagem 0074. [Documento de organização produzido pelo PCB, Comitê de Minas Gerais, em janeiro de 1963, denominado *Os comunistas mineiros na luta por um governo nacionalista e democrático*].

do campo era dificultada devido aos empecilhos impostos pelos fazendeiros, à falta de apoio dos órgãos governamentais e à ausência de informação que imperava nas áreas rurais.

O quadro só começou a alterar-se, a partir de 1962, com a investida do governo Goulart no sentido de buscar apoio junto ao campesinato e também de procurar institucionalizar o então crescente movimento camponês. Essa ofensiva do governo se deu por meio do incentivo à sindicalização rural e também através de órgãos e projetos que seriam responsáveis pela implementação da reforma agrária.

Em relação à sindicalização rural, entre junho de 1962 e novembro de 1963, pelos menos seis portarias foram editadas, além da Lei nº 4.214 de 02/03/1963, que criava o Estatuto do Trabalhador Rural.

De uma organização camponesa pouco expressiva, a sindicalização rural se transformou na forma mais recorrente e dominante de mobilização no campo. De apenas cinco sindicatos rurais reconhecidos em todo o país até o final da década de 1950, o número saltou, em dezembro de 1963, para 270 sindicatos reconhecidos e mais 557 aguardando reconhecimento¹⁰⁸. Estima-se que até março de 1964 cerca de 1.200 sindicatos rurais haviam sido fundados em todo o país¹⁰⁹.

A sindicalização rural foi favorecida, primeiramente, pela instituição da Portaria 209-A de 25/06/1962. Esta medida aprovava instruções referentes à organização e ao reconhecimento de entidades sindicais rurais, tanto de trabalhadores quanto de empregadores. A Portaria previa a criação de uma Confederação Nacional da Agricultura (CNA), reunindo empregadores, e de uma Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Além disso, ela criava um quadro de atividades e profissões rurais que nortearia a formação dos sindicatos, bem como das associações de grau superior, as federações e confederações. Estas organizações deveriam reunir pessoas que exercessem atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas. Excepcionalmente, o Ministério do Trabalho poderia permitir a formação de organizações congregando mais de uma categoria, tendo em vista as dificuldades para a criação de uma entidade para cada categoria. Pelo quadro de

¹⁰⁸ IANNI, Octavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. 3ª ed., rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 89.

¹⁰⁹ CUNHA, Paulo Ribeiro da (org.). *O camponês e a história: a construção da Utlab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004, p. 207.

atividades contido na referida Portaria, posseiros, arrendatários e outras categorias de pequenos produtores ficariam agrupados como empregadores¹¹⁰.

Posteriormente, em 20/11/1962, foi assinada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, João Pinheiro Neto, a Portaria 355-A que introduziu modificações nas categorias profissionais do campo. Foram instituídas as seguintes categorias de trabalhadores: 1- Trabalhadores na Lavoura; 2- Trabalhadores na Pecuária e Similares; 3- Trabalhadores na Produção Extrativa Rural (empregados na extração de lenha, carvão, etc.); 4- Produtores Autônomos (pequenos proprietários, arrendatários e trabalhadores autônomos que possuam uma atividade rural, sem empregados, em regime de economia familiar ou coletiva)¹¹¹. Já a Portaria 356-A de 21/11/1962 regulamentava as eleições para cargos de administração e representação nos sindicatos rurais.

Em março de 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural que estendia para o campo os direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores urbanos, como salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias remuneradas, dentre outros¹¹². Além disso, esse estatuto regia as relações de trabalho no meio rural em seus mais diferentes aspectos, além de contemplar a formação de organizações sindicais. O estatuto penara longos anos no Congresso, onde começou a ser discutido ainda em meados da década de 1950, em função da resistência de setores identificados com os proprietários rurais. Sua adoção só se concretizou em uma nova conjuntura marcada pelo fim do parlamentarismo e por um processo crescente de pressões sobre o Congresso para a realização de uma reforma agrária.

Com base nesse estatuto, três portarias foram editadas com o objetivo de regulamentar a questão. A Portaria 346, de 17/06/1963, informava sobre a organização e o reconhecimento de entidades sindicais rurais. Ela trazia um novo quadro de atividades rurais e os trabalhadores do campo passaram ser divididos em 5 categorias: 1- Trabalhadores na Lavoura; 2- Trabalhadores na Pecuária e Similares; 3- Trabalhadores na Produção Extrativa Rural; 4- Trabalhadores Autônomos

¹¹⁰ GRYNSPAN, Mario. *op. cit.*, 1987, p. 118.

¹¹¹ *Terra Livre*, dezembro de 1962, p. 4.

¹¹² A adoção deste estatuto não significou, entretanto, que camponeses tenham efetivamente conquistado todos os direitos previstos. Em determinadas localidades, a sua aprovação provocou expulsões de trabalhadores das áreas rurais, uma vez que os proprietários ficaram temerosos dos custos que os novos direitos acarretariam. Mesmo assim, o estatuto foi um importante instrumento para a luta camponesa.

(arrendatários e posseiros que explorem atividade rural, sem empregados ou em regime de economia familiar); 5- Pequenos Proprietários (que explorem atividade rural, sem empregados, ou em regime de economia familiar)¹¹³. Nota-se que com esta nova divisão os posseiros passaram a ser listados como trabalhadores autônomos e os pequenos proprietários passaram a constituir uma categoria diferenciada.

Por sua vez, a Portaria 347, da mesma data da anterior, regulamentava as eleições para cargos nos sindicatos rurais. Por fim, a Portaria 531 de 11/11/1963 aprovava instruções referentes à execução das duas portarias anteriores no que se referia à fundação de sindicatos de trabalhadores rurais. Além disso, essa portaria especificava, em seu artigo 2º, que “no caso de estarem presentes as pessoas enquadradas, no município, em três das cinco categorias, será mantida a denominação de ‘Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de...’”¹¹⁴.

Desta maneira, entre os anos de 1962 e 1963 foi produzida toda uma legislação que regulamentava a formação de sindicatos rurais e estabelecia algumas regras. Os sindicatos deveriam ser formados por um número mínimo de 50 membros, que no prazo de dois anos da data do seu reconhecimento deveriam atingir um número mínimo de 200 sindicalizados¹¹⁵. Mas para serem reconhecidos os sindicatos fundados deveriam encaminhar ao Ministério do Trabalho e Previdência Social os seguintes documentos: 1- Cópia de ata da assembléia de fundação; 2- Estatutos aprovados; 3- Comprovação da publicação do edital de convocação da assembléia, assinado por pelo menos 50 trabalhadores e 4- Relação dos trabalhadores presentes à assembléia¹¹⁶. Além disso, o sindicato rural deveria possuir sede no município e era proibida a constituição de mais de um sindicato, da mesma categoria profissional, em uma mesma base territorial¹¹⁷.

Paralelamente à produção legislativa, para promover a sindicalização rural, o governo Goulart atuou também por meio da Superintendência de Política Agrária (SUPRA)¹¹⁸ e da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR). O primeiro

¹¹³ *Diário Oficial da União*, 21/06/1963, p. 5441, disponível no site www.glin.gov/search.action

¹¹⁴ *Diário Oficial da União*, 20/11/1963, p. 9792.

¹¹⁵ Portaria 346 de 17/06/1963.

¹¹⁶ *Última Hora*, 01/05/1962, p. 4.

¹¹⁷ Portaria 355-A de 20/11/1962.

¹¹⁸ No anteprojeto de reforma agrária do governo Jânio Quadros SUPRA significava Superintendência da Reforma Agrária. Entretanto, quando a lei, que criava o órgão, foi promulgada pelo presidente João Goulart, a denominação já havia sido alterada para Superintendência de Política Agrária.

órgão foi criado em outubro de 1962 e tinha por finalidades colaborar na formulação da política agrária do país; planejar e executar, nos termos da legislação específica, a reforma agrária; promover a desapropriação de terras, por interesse social, objetivando a justa distribuição da propriedade rural e condicionando o seu uso ao bem estar social; e prestar serviços de extensão rural e de assistência social aos trabalhadores rurais¹¹⁹. Apesar de ser responsável pelo planejamento, promoção e execução da reforma agrária e de medidas complementares de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária aos homens do campo, a SUPRA exerceu também grande influência no trabalho de sindicalização rural. À SUPRA coube, juntamente com o Ministério do Trabalho, dar apoio institucional à criação de sindicatos, seja liberando verbas necessárias para o início do funcionamento das entidades, como aquisição de sede e pagamento de serviços de contadores e advogados, seja facilitando o seu reconhecimento¹²⁰.

Desta atuação conjunta da SUPRA e do Ministério do Trabalho foi criada, em meados de 1963, a CONSIR, que possuía como objetivos principais a fundação de sindicatos rurais e a realização de planos integrados de atendimento às reivindicações das populações camponesas em áreas específicas, sobretudo no âmbito do direito civil e do direito trabalhista. A CONSIR era composta por oito membros, sendo três oriundos da SUPRA, três do Ministério do Trabalho e dois de organizações camponesas¹²¹.

Deste modo é possível perceber como estes dois órgãos, SUPRA e CONSIR, atuaram conjuntamente para promoverem a organização do campesinato por meio da criação de sindicatos rurais¹²². Assim, o aumento vertiginoso da fundação de sindicatos rurais, em todo o país, entre os anos de 1962 e 1964, pode ser explicado devido ao impulso concedido pelo governo federal. Entretanto, as ações adotadas pelo Estado devem ser analisadas como resultado de um complexo jogo político, em que a capacidade de pressão exercida pelo campesinato foi fundamental. Mas ao mesmo tempo em que a força de mobilização dos camponeses pressionou o governo

¹¹⁹ *Última Hora*, 22/12/1962, p. 4.

¹²⁰ CAMARGO, Aspásia Alcântara de. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, t.3, v.3, O Brasil Republicano. 3ed. São Paulo: Difel, 1986, p. 221.

¹²¹ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *op.cit.*, 1995, p. 245.

¹²² O papel desempenhado por esses dois órgãos no processo de sindicalização rural ocorrido em Minas Gerais será abordado no capítulo seguinte.

para que ele apoiasse a criação de sindicatos rurais, os próprios atos governamentais também se constituíram em novos estímulos às lutas empreendidas no campo.

Em Minas Gerais a situação não foi diferente. A partir de 1962, o número de organizações camponesas aumentou consideravelmente, sobretudo nos anos de 1963 e 1964, sendo todas elas sindicatos rurais. Das 22 associações de lavradores e trabalhadores agrícolas, existentes no estado, 21 foram transformadas em sindicatos rurais. A exceção ocorreu no município de Teófilo Otoni, onde a fundação do sindicato rural estava marcada para 12 de abril de 1964, mas não chegou a acontecer devido à instauração do golpe civil militar¹²³.

O que se nota é que o sindicato rural se tornou em Minas Gerais, até 1964, a organização camponesa predominante e promoveu disputas e alianças entre diferentes grupos interessados em atuar junto aos homens do campo. Mas além da organização de sindicatos rurais, também foram fundadas no estado três federações. Elas foram constituídas em dezembro de 1963, e denominavam-se Federação de Trabalhadores na Lavoura, Federação de Produtores Autônomos e Federação de Trabalhadores na Produção Extrativa. A criação dessas federações ocorreu em reunião realizada em Belo Horizonte e contou com o apoio da SUPRA, da CONSIR e do governo estadual¹²⁴. A constituição dessas federações estaduais já estava prevista pela portaria 209-A de 25/06/1962 e tinha por objetivo congregar os sindicatos rurais de uma mesma categoria em um único órgão representativo.

Logo após a reunião ocorrida na capital do estado, as lideranças das federações recém-criadas rumaram para o Rio de Janeiro a fim de participarem da fundação da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). O Congresso de criação da CONTAG contou com a presença de delegados de 29 federações, de 19 estados brasileiros, além de membros de inúmeros sindicatos rurais fundados em todo o país¹²⁵.

A realização desse evento foi viabilizada pelo governo federal, por meio da CONSIR e do Ministério do Trabalho¹²⁶. Durante a sua realização, foi escolhida a primeira diretoria do órgão. A partir da sua composição, nota-se que o PCB e a AP

¹²³ APM. DOPS. Pasta 3859. Imagem 1127. [Depoimento de Walter de Oliveira Garrocho, líder do movimento camponês existente em Teófilo Otoni, 29/05/1964].

¹²⁴ *Última Hora*, 21/12/1963, p. 2.

¹²⁵ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *op. cit.*, 1995, p. 192.

¹²⁶ *Última Hora*, 19/12/1963, p. 6.

acabaram por dividir o controle dessa nova entidade¹²⁷. O plano de ação da CONTAG compreendia a continuidade do trabalho de formação e reconhecimento de sindicatos e federações; a realização de cursos de capacitação dos dirigentes sindicais e a assistência urgente às federações, ajudando-as na elaboração de seus planos de trabalho. A entidade se propunha, desta maneira, a utilizar todos os meios de divulgação possíveis para difundir o sindicalismo no meio rural.

Desta forma, é possível notar que todos os esforços se dirigiram para a criação de sindicatos rurais, tanto o governo quanto a maior parte dos grupos de esquerda, atuantes no período, trabalhavam para promover este tipo de organização camponesa. Até mesmo a Igreja Católica atuou no sentido de fundar sindicatos rurais, em diferentes estados da federação.

Em Minas Gerais, devido a toda essa conjuntura de incentivo à sindicalização rural, essas organizações também foram sendo fundadas com o apoio de diferentes setores da sociedade. De acordo com o jornal *Última Hora*, em fevereiro de 1964 existiam, em todo o estado, mais de 105 sindicatos rurais¹²⁸. No mês seguinte, o mesmo periódico divulgou reportagem que afirmava que o número de sindicatos rurais chegara a 130¹²⁹. Entretanto, a partir dos dados coletados pela pesquisa foi possível perceber que, até o golpe civil militar ocorrido em 31 de março de 1964, foram fundados, em todo o estado, 105 sindicatos rurais, alguns deles em um mesmo município, o que diferia era a categoria de trabalhadores¹³⁰.

Mas este número deve ser visto com certa cautela, afinal para a elaboração dos dados foram utilizadas fontes que muitas vezes apresentavam dados diferentes, ainda que não contraditórios. A cifra de 105 sindicatos rurais foi alcançada a partir do cotejamento de informações coletadas no acervo da polícia política, nos periódicos, nas fontes orais e também na bibliografia referente ao tema.

A fundação, em um único mês, de cerca de 25 sindicatos rurais, conforme divulgado pelo jornal *Última Hora*, não foi encontrada pela pesquisa. A grande maioria dos sindicatos dos quais foi possível localizar o ano de criação foi fundada

¹²⁷ A primeira diretoria da CONTAG ficou assim constituída: presidente - Lyndolpho Silva (ULTAB); vice-presidente- Manoel Gonçalves Ferreira (AP); secretário-geral- Sebastião Lourenço de Lima (AP) e tesoureiro-geral- Nestor Vera (ULTAB).

¹²⁸ *Última Hora*, 24/02/1964, p. 3.

¹²⁹ *Última Hora*, 21/03/1964, p. 2.

¹³⁰ A relação dos sindicatos rurais localizados pela pesquisa pode ser encontrada nos anexos desta dissertação (ver anexo 1).

em 1963. Possivelmente, a inexistência de informações sobre esse *boom* de sindicatos fundados em um único mês no ano de 1964, se explique pela curta duração dessas organizações. Afinal, logo após terem sido fundadas, com o advento do golpe, foram imediatamente extintas. Esse fato pode ter propiciado a não divulgação nos jornais ou até mesmo a não investigação pelo DOPS/MG de movimentos tão efêmeros, que possivelmente não tiveram tempo de exercer uma atuação significativa junto ao campesinato.

Deste modo, é possível que o número de sindicatos rurais encontrado esteja subestimado, mas de toda forma é um dado bastante significativo sobre a importância a ser atribuída à sindicalização rural como forma de organização camponesa predominante no estado de Minas Gerais entre os anos de 1962 e 1964. No ano de 1964, existiam em todo o estado 722 municípios¹³¹ e em 98 deles foi possível identificar a presença de um ou mais sindicatos rurais. Esse dado aponta para a relevância do movimento de sindicalização rural no estado, afinal esses sindicatos estavam presentes em 13,57% dos municípios mineiros¹³².

Em algumas localidades a mobilização camponesa foi mais intensa e obteve maiores ganhos para o campesinato, já em outras foi efêmera e conseguiu atuar de maneira muito restrita. Não existiu um padrão preponderante em todo o estado. O que se nota é que a reivindicação principal era a posse da terra, mas a forma como os camponeses atuaram para tentar alcançar essa reivindicação variou muito.

Esse desejo de obter a posse da terra pode ser percebido, por exemplo, na fala do jornalista Carlos Olavo da Cunha Pereira, um dos líderes do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Governador Valadares:

Se conhecermos o Vale do Rio Doce saberemos desde logo que a massa de lavradores sem terra sobe a milhões neste recanto do Estado. Portanto, temos a impressão de que o Sindicato **só terá satisfeita a sua reivindicação de terra** com medidas efetivas de reforma agrária (...)¹³³

Já em relação ao período em que a sindicalização rural foi mais intensa, nota-se que o ano de 1963 foi o momento em que mais sindicatos foram fundados. O

¹³¹ Anuário Estatístico do Brasil, 1964, ano XXV. Conselho Nacional de Estatística, IBGE, p. 361.

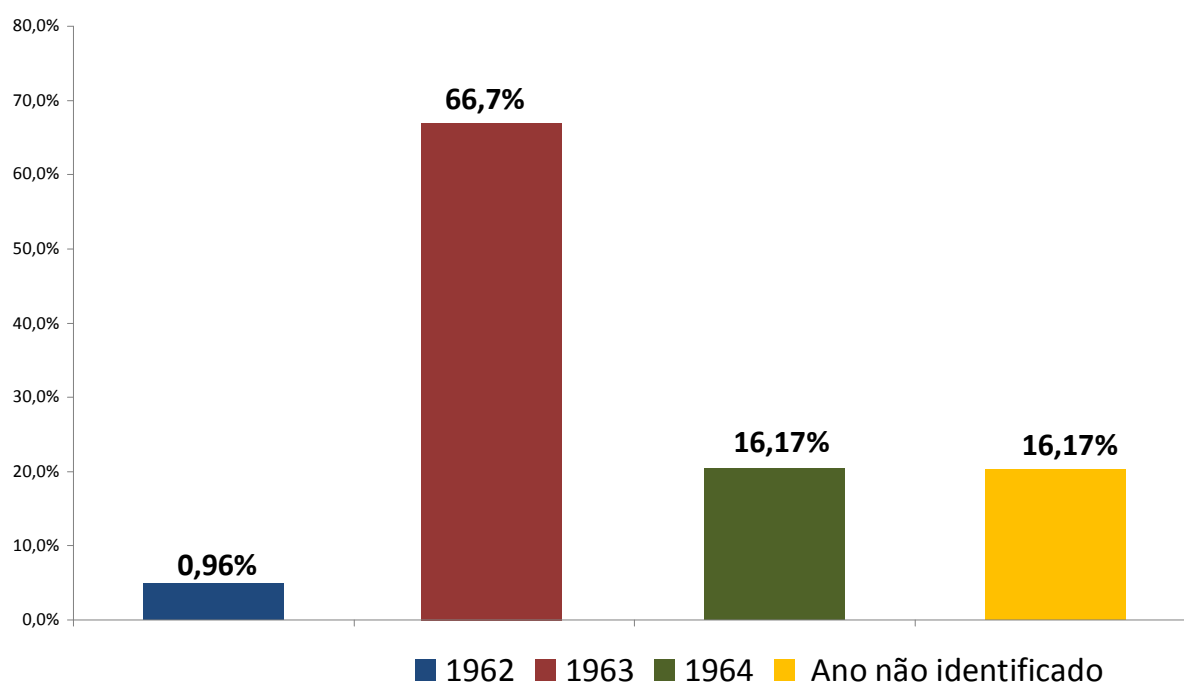
¹³² É importante ressaltar que em 1961 existiam em Minas Gerais 485 municípios, ou seja, em 3 anos foram criados no estado, 237 novas cidades. Assim, é possível que nos municípios recém-criados, não teria havido tempo de se fundarem sindicatos rurais. Afinal, as cidades estavam sendo criadas ao mesmo tempo em que se fundavam os sindicatos rurais.

¹³³ *Terra Livre*, março de 1964, p. 4. Grifos meus.

gráfico apresentado a seguir procura quantificar os dados, localizados pela pesquisa, referentes ao ano de fundação dos 105 sindicatos rurais.

Gráfico 1

Sindicatos rurais fundados em Minas Gerais entre os anos de 1962 a 1964



O grande aumento de sindicatos rurais fundados em Minas Gerais no ano de 1963 se explica, fundamentalmente, devido ao fato de, neste ano, terem sido instaladas no estado sedes regionais da SUPRA e da CONSIR. Esses dois órgãos trabalharam de forma conjunta na sindicalização rural e participaram da fundação de um grande número de sindicatos. Nessas duas instituições trabalharam membros de grupos de esquerda, principalmente da AP e do PCB, que através desses órgãos puderam atuar de forma mais eficaz junto ao campesinato¹³⁴.

Entretanto, a porcentagem de sindicatos em que não foi possível identificar o ano da fundação também é muito significativa. Possivelmente, a maior parte deles foi fundada em 1964, uma vez que os dados referentes a esse ano são muito menos precisos se comparados aos anos anteriores. Essa imprecisão das informações

¹³⁴ O trabalho desenvolvido na SUPRA e na CONSIR por membros da AP e do PCB será abordado de forma detalhada no Capítulo 2.

referentes a 1964 se explica, provavelmente, devido ao curto período de existência das organizações criadas nesse ano.

Além dos sindicatos rurais fundados no estado, outro dado que interessou à pesquisa foi a relação de sindicatos rurais que obtiveram o reconhecimento pelo Ministério do Trabalho. Entretanto, as fontes arroladas não possibilitaram o esclarecimento desta questão. Alguns autores afirmam que nenhum sindicato, em Minas Gerais, chegou a ser reconhecido¹³⁵. Porém, as fontes apresentavam informações divergentes sobre este dado. O que se percebe é que tanto a imprensa quanto a polícia política não distinguiam perfeitamente a diferença entre sindicato fundado e sindicato reconhecido. Seguramente, se algum sindicato rural mineiro chegou a ser reconhecido esse número foi muito reduzido se comparado à quantidade de sindicatos fundados¹³⁶.

A categoria de trabalhadores a que pertenciam os membros dos sindicatos rurais também foi outro dado que a pesquisa procurou levantar. Optou-se por utilizar como referência a última portaria que trata do tema, emitida pelo governo Goulart. Assim, as categorias de trabalhadores se baseiam nas nomenclaturas presentes na portaria 346, que distingue 5 categorias de sindicatos rurais. Além disso, assim como o apontado na portaria 531, foi utilizada a denominação de Sindicato dos Trabalhadores Rurais quando a organização agregava membros pertencentes a mais de três das cinco categorias. Entretanto, devido às lacunas deixadas pelas fontes, a pesquisa conseguiu localizar a categoria de apenas 67 sindicatos rurais, ou seja, de 63,8% do total de sindicatos fundados¹³⁷. Essa imprecisão dos dados é decorrência do fato de, muitas vezes, a imprensa, ou até mesmo a polícia, noticiar a fundação de um sindicato rural, mas não divulgar seu nome ou mesmo o trabalho exercido pelos seus membros.

Apesar de não ser um dado que se refere ao conjunto dos sindicatos rurais, o gráfico 2 apresenta a relação dos 67 sindicatos rurais encontrados, pela categoria de trabalho exercida pelos seus participantes.

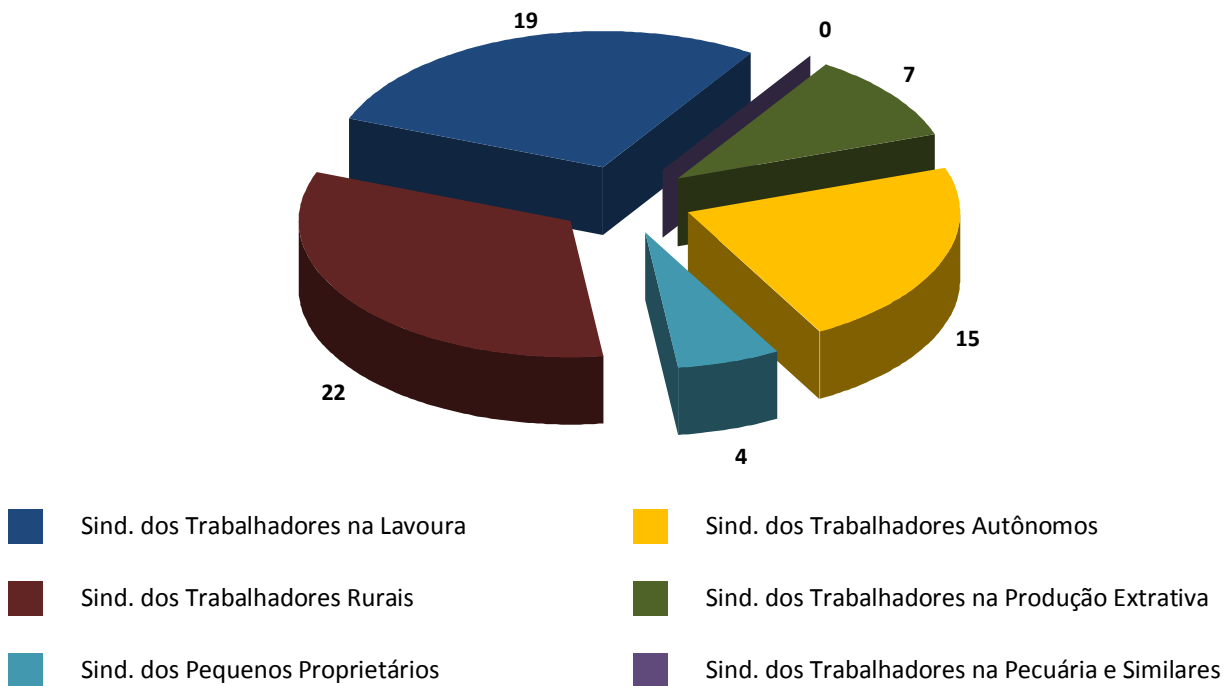
¹³⁵ COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *op. cit.*, 1996; BORGES, Maria Eliza Linhares. *op.cit.*, 1988.

¹³⁶ O jornal *Última Hora* de 22/08/1963, p. 2, afirma, por exemplo, que dois sindicatos rurais já haviam sido reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, os sindicatos de Belo Oriente e de Sobrália. Já o jornal *Terra Livre* de março de 1964, p. 4, afirma que o sindicato rural de Passos já havia obtido o reconhecimento.

¹³⁷ A relação dos sindicatos rurais especificados por categoria pode ser encontrada nos anexos deste trabalho (ver anexo 2).

Gráfico 2

Sindicatos rurais fundados em Minas Gerais por categoria (1962-1964)



A partir da leitura do gráfico é possível perceber que a denominação de Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi encontrada na maior parte dos municípios em que foi possível localizar a categoria. Isso pode sugerir duas conclusões distintas: primeiro que os sindicatos eram compostos por camponeses empregados em diferentes trabalhos, mas que possuíam objetivos comuns e, segundo, que muitas vezes se utilizava esta denominação por desconhecimento da legislação que estabelecia a divisão dos sindicatos por categorias. Possivelmente, esses dois fatores contribuíram para a predominância dessa nomenclatura.

Além disso, o gráfico revela outro dado digno de nota, nenhum Sindicato dos Trabalhadores na Pecuária e Similares foi encontrado pela pesquisa. Fato intrigante, afinal a pecuária, conforme afirmado anteriormente, era uma atividade em expansão no período. Porém, não se deve esquecer que a pecuária estava a expulsar os camponeses empregados na lavoura, e poucos eram os absorvidos como mão-de-obra. Em média, um homem cuidava de 400 bois, na engorda. Já no período de cria a média era de um homem para 250 animais¹³⁸. O gado necessitava, assim, apenas de

¹³⁸ *Estado de Minas*, 08/02/1964, p. 12.

grandes extensões de pastagem, o número de empregados nestas propriedades era muito reduzido.

Os sindicatos rurais constituídos no Vale do Rio Doce, por exemplo, região onde a pecuária se expandia, enquadravam-se, na maior parte das vezes, nas categorias de trabalhadores autônomos ou de trabalhadores na lavoura. Os Sindicatos dos Trabalhadores Autônomos certamente abrigavam os arrendatários e posseiros que estavam sendo expulsos da região. Já os Sindicatos dos Trabalhadores na Lavoura eram compostos por camponeses que trabalhavam nesta atividade e que, freqüentemente, estavam sendo substituídos pelo gado. Esse fato, possivelmente explica a ausência da categoria Sindicato dos Trabalhadores na Pecuária e Similares entre os dados localizados.

O gráfico nos aponta também para a diversidade de atividades realizadas no meio rural mineiro. Os camponeses exerciam diferentes atividades, mas possuíam objetivos comuns, dentre os quais se destacava a conquista da posse da terra. A terra era vista como sinônimo de liberdade, afinal, com a sua conquista, eles poderiam trabalhar para si próprios sem depender das normas e das formas de trabalho impostas pelos latifundiários.

Desta maneira, nota-se como a sindicalização rural foi, em Minas Gerais, a forma de organização camponesa predominante entre os anos de 1962 e 1964. O que não significa afirmar que todos os estados brasileiros foram marcados por este mesmo perfil de organização. No Nordeste, por exemplo, o movimento das Ligas Camponesas foi muito forte e em algumas localidades predominou em comparação à constituição de sindicatos rurais¹³⁹. A existência apenas de sindicatos rurais como forma de organização explicita uma peculiaridade do movimento camponês em Minas, qual seja, a de que todos os grupos atuantes em defesa do campesinato eram favoráveis a este tipo de organização. No estado, não houve a atuação de um grupo que propusesse outra forma de mobilização, por este motivo a sindicalização rural foi dominante.

¹³⁹ Isso não significa afirmar que os membros das Ligas Camponesas se opuseram à constituição de sindicatos rurais. Conforme apresentado por Novaes, na Paraíba os membros das Ligas Camponesas trabalharam conjuntamente com o Partido Comunista para fundarem sindicatos rurais. Para maiores informações, cf. NOVAES, Regina Reyes. *op. cit.*, 1987, p. 116-120.

Assim, para o movimento camponês que ganhava força em Minas Gerais no início dos anos 1960, a sindicalização rural foi fundamental para consolidar a presença desse novo sujeito coletivo no espaço público. A fundação desses sindicatos possibilitou a constituição de espaços para onde os camponeses se dirigiam com o objetivo de discutirem questões que os afligiam, além de produzir resoluções a serem adotadas pela coletividade. O sindicato rural se tornou, deste modo, um local produtor de um “nós”. Essas organizações deram visibilidade ao movimento camponês, afinal era por meio delas que se divulgavam as suas principais ações e reivindicações. O sindicato rural proporcionou ao campesinato a sensação de que o seu movimento possuía força política suficiente para promover uma alteração na estrutura agrária.

Capítulo 2 - Forças em cena

O crescimento da mobilização camponesa no início da década de 1960, principalmente por meio da constituição de sindicatos rurais, veio acompanhado por disputas e/ou alianças entre grupos que desejavam estimular ou até mesmo enfraquecer este movimento. Na medida em que o campesinato passou a ser reconhecido como ator político, ele também se transformou em centro de disputas entre diversos agentes que, sobre ele, buscavam estender o seu controle. A atuação desses agentes tanto da esquerda quanto da direita acabou por favorecer o aumento da percepção pública sobre o movimento camponês, assim como estimulou o crescimento da sindicalização rural.

Este capítulo pretende, não apenas analisar as teses propostas por esses grupos com o intuito de atuarem junto aos camponeses, mas também focar as suas práticas. A finalidade é compreender como esses grupos agiram no meio rural e se houve confrontos ou uniões entre eles. Afinal, é difícil compreender o trabalho desenvolvido pelos diferentes agentes, se não observarmos as relações que eles estabeleceram entre si na disputa pelo domínio das ações no campo.

Mas cada grupo teve uma ação e um envolvimento diferenciado junto ao campesinato, uma vez que os interesses e objetivos eram diversos. A especificidade de cada grupo será abordada tendo sempre em vista as divergências e alianças instituídas entre eles.

Além disso, na medida do possível, será discutida também a participação desses agentes em localidades específicas, porém sem a pretensão de realizar um detalhamento completo da atuação dos grupos em todas as regiões do estado onde existiram mobilizações do campesinato.

Ainda que o marco temporal deste trabalho se restrinja aos anos de 1961 a 1964, nesta parte da dissertação, para a análise de determinados agentes, será necessário recuar no tempo. Afinal, a atuação de alguns grupos se iniciou, muitas vezes, em período anterior à cronologia proposta pela pesquisa. Desta maneira, para conseguir compreender as suas participações nas áreas rurais, no início dos anos 1960, se faz necessário retroceder às décadas de 1940 e 1950.

Nas áreas rurais mineiras foi possível notar a presença de membros dos seguintes grupos de esquerda: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Ação Popular (AP) e Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP). Além desses grupos, o governo federal, o governo estadual, os proprietários de terras e a Igreja Católica, também atuaram junto aos camponeses do estado. Cumpre, portanto, neste momento do trabalho, apresentar e analisar as principais forças em cena.

2.1. Governo Federal

O governo João Goulart iniciou seu trabalho de atuação junto ao campesinato, em Minas Gerais, após a criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), órgão instituído pela lei delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962, e que era responsável primordialmente pela execução da reforma agrária. No momento de sua criação a SUPRA absorveu os órgãos que anteriormente trabalhavam nas zonas rurais de todo o país, o Serviço Social Rural (SSR)¹⁴⁰ e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC)¹⁴¹. Estes dois órgãos também atuavam nas áreas rurais mineiras, mas não conseguiram instituir os benefícios que propunham, como o acesso e a fixação do camponês à terra e a melhoria das condições de vida das populações rurais¹⁴².

O primeiro superintendente nomeado para assumir a direção da SUPRA foi João Caruzo, pessoa ligada ao então deputado Leonel Brizola e que não estava disposto a fazer concessões programáticas no que se referia à implementação de uma política efetiva de alteração da estrutura agrária brasileira. Este permaneceu no cargo de fevereiro de 1963 até junho do mesmo ano, quando foi forçado a demitir-se por pressão dos grupos conservadores e pela nomeação, por Jango, sem a sua consulta, do Conselho Diretor do órgão. Caruzo foi substituído por João Pinheiro Neto, pessoa

¹⁴⁰ Órgão criado em 1955 e que tinha por objetivo prestar serviços sociais no meio rural, visando a melhoria das condições de vida da população, especialmente no que se referia à alimentação, ao vestuário, à habitação, à saúde, à educação, à assistência sanitária, ao incentivo à atividade produtora e a quaisquer empreendimentos que visassem valorizar o homem do campo e a fixá-lo à terra.

¹⁴¹ Órgão criado em 1954 e que possuía, dentre outras atribuições, o objetivo de traçar e executar, direta e indiretamente, o programa nacional de colonização, tendo em vista a fixação de imigrantes e o maior acesso aos nacionais a pequena propriedade agrícola.

¹⁴² *Última Hora*, 12/11/1962, p. 2.

mais próxima de Goulart, e que tinha bom trânsito junto ao PSD mineiro¹⁴³. Esta nomeação se deu no mesmo momento em que aquela seção do PSD, partido majoritário na Câmara, ameaçava romper com Goulart devido, entre outras razões, ao encaminhamento que o governo vinha buscando dar à questão agrária¹⁴⁴.

Nota-se que apesar de ter criado um órgão que seria responsável pela execução da reforma agrária, Jango, neste momento, não pretendia romper com os grupos mais conservadores. Devido às pressões de vários setores da sociedade para a implementação da reforma agrária, o governo agiu na tentativa de conciliar interesses diversos.

Ainda que a SUPRA tenha sido criada em outubro de 1962, ela somente iniciou suas atividades no início do ano seguinte. Em Minas Gerais, a seção regional do órgão foi instalada apenas em junho de 1963 e o único superintendente a atuar no estado foi João Pinheiro Neto¹⁴⁵. A direção regional do órgão ficou a cargo do advogado Antônio de Oliveira Lins, que embora tivesse incorporado ao seu quadro de pessoal os funcionários dos extintos SSR e INIC, abriu espaço também para que membros do PCB e da AP trabalhassem no meio rural¹⁴⁶. Em entrevista, Antônio de Oliveira Lins afirmou que:

Nós abrimos a SUPRA à participação estudantil (...). Então nós engajamos o pessoal disponível do movimento estudantil, na SUPRA. E para poder juntar esse pessoal com o pessoal do INIC e do Serviço Social, deu muito trabalho, mas conseguimos¹⁴⁷.

Antônio de Oliveira Lins era membro da AP e, por meio da SUPRA, proporcionou aos grupos de esquerda a possibilidade de trabalharem de forma mais efetiva nas áreas rurais. Desta maneira, o órgão passou a ser constituído de aproximadamente 190 funcionários que percorriam todo o estado com o propósito de fundarem sindicatos nas áreas rurais¹⁴⁸.

Apesar da SUPRA ter como principal objetivo o planejamento, a promoção e a execução da reforma agrária, em Minas Gerais, este órgão atuou de forma mais

¹⁴³ *Estado de Minas*, 17/02/1963, p. 4. *Última Hora*, 05/07/1963, p. 4.

¹⁴⁴ CAMARGO, Aspásia Alcântara de. *op. cit.*, 1986, p. 220.

¹⁴⁵ APM. DOPS. Pasta 0101. Imagem 1510. [Relatório policial sobre as atividades desenvolvidas pela SUPRA em Minas Gerais, 27/08/1964].

¹⁴⁶ Foram contratados para trabalhar na SUPRA, por exemplo, Jair Ferreira de Sá e José Santa Bárbara, ambos membros da AP.

¹⁴⁷ *Centro de Estudos Mineiros: Programa de História Oral – FAFICH/UFMG*. Entrevista Antônio de Oliveira Lins.

¹⁴⁸ *Última Hora*, 13/01/1964, p. 2.

incisiva na fundação de sindicatos rurais. Segundo José Gomes Pimenta, também conhecido como “Dazinho”, um dos coordenadores do processo de sindicalização rural realizado pela SUPRA em Minas Gerais¹⁴⁹,

Esse órgão não tinha condições de fazer reforma agrária, mas podia promover a criação de sindicatos rurais, que eram úteis, a fim de que devidamente esclarecidos os trabalhadores pudessem melhor lutar por seus direitos¹⁵⁰.

Mas a SUPRA não trabalhou sozinha na fundação desses sindicatos. Meses após a instalação da seção regional da SUPRA no estado, em setembro de 1963, veio a Belo Horizonte o presidente da recém criada Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR), Sérgio Velloso, que desejava instalar em Minas Gerais um setor estadual desse órgão.

Contatos logo foram estabelecidos entre Antônio de Oliveira Lins e Sérgio Velloso. O primeiro propôs que a sede da CONSIR fosse instalada nas dependências da SUPRA, pois alegava que essa medida possibilitaria aos órgãos economizarem recursos. Após diversas conversações, Velloso concordou com o intento de Lins, e a CONSIR passou a ocupar as dependências da SUPRA¹⁵¹. Em depoimento prestado ao DOPS/MG, Lins declarou que tomou esta atitude para ficar sempre a par do trabalho de sindicalização rural¹⁵².

Com o estabelecimento de setor da CONSIR em Minas Gerais, Padre Lage foi nomeado para ocupar o cargo de coordenador do órgão¹⁵³. Assim que iniciou os seus trabalhos, Lage afirmou que não teriam valor os atos instituídos antes da sua nomeação. Diante disso, Antônio Lins fez ver ao padre as vantagens do trabalho em conjunto¹⁵⁴. Padre Lage concordou então com a atuação conjunta, mas como a CONSIR possuía verba própria, logo foram contratadas pessoas para trabalharem na sindicalização rural.

¹⁴⁹ José Gomes Pimenta era também deputado federal, eleito pelo PDC para a legislatura de 1963-1967. Com o golpe de 1964, ele teve o seu mandato cassado pelo governo militar.

¹⁵⁰ APM. DOPS. Pasta 0173. Imagens 2216-2217. [Depoimento de José Gomes Pimenta, 09/05/1964].

¹⁵¹ APM. DOPS. Pasta 0101. Imagem 1513. [Relatório policial sobre as atividades desenvolvidas pela SUPRA em Minas Gerais, 27/08/1964].

¹⁵² APM. DOPS. Pasta 0428. Imagens 1739- 1740. [Atestado de antecedentes políticos e sociais de Antonio de Oliveira Lins, 15/09/1967].

¹⁵³ Pároco adepto de idéias socialistas. Para maiores informações sobre Padre Lage cf. LAGE, Padre. *O padre do diabo*. Rio de Janeiro: EMW Editores, 1998.

¹⁵⁴ APM. DOPS. Pasta 0246. Imagens 2367- 2368. [Atestado de antecedentes políticos e sociais de Jerônimo Moura Neto, 08/05/1967].

Assim como a SUPRA, a CONSIR também contratou pessoas ligadas a grupos de esquerda, principalmente à AP e ao PCB, para trabalharem na instituição, como foi o caso de Ricardo Prata Soares, Geraldo Antonio Pinto e Raimundo Gonçalves Figueiredo, membros da AP e de Jerônimo Moura Neto, membro do PCB e também da ATAMG. Além desses contratados, assessoravam ainda o trabalho da CONSIR, Evaristo Garcia de Matos e Nestor Vera, filiados ao PCB, sendo este último membro também da ULTAB¹⁵⁵.

Os dados levantados permitem perceber que a SUPRA e a CONSIR tiveram participação ativa na fundação de sindicatos rurais no estado. A partir das informações coletadas, foi identificada a participação de algum grupo, que almejava incentivar a criação dessas organizações, em 51 dos 105 sindicatos rurais encontrados pela pesquisa¹⁵⁶. Mas desses 51 sindicatos, 24 deles contaram com o apoio da SUPRA e/ou da CONSIR no momento de sua fundação¹⁵⁷. Esse dado, apesar de lacunar, aponta para a importância desses órgãos na criação das organizações representativas do campesinato.

O jornal *Estado de Minas* chegou a divulgar reportagem que se referia à atuação da SUPRA no estado. Segundo esse periódico,

A SUPRA, que está superintendendo a criação dos sindicatos, devia cogitar de escolher elementos mais aptos para essa tarefa, impedindo a presença de agitadores, já incompatibilizados com as tendências democráticas e cristãs que caracterizam a mentalidade dos fazendeiros¹⁵⁸.

Já a polícia política em relatório que tratava do trabalho desenvolvido pela SUPRA em Minas Gerais, afirmou que os membros desse órgão,

Não distinguindo credos ou facções político-partidárias, julgavam lícitos quaisquer meios para alcançarem seus objetivos e até se entrosavam com

¹⁵⁵ APM. DOPS. Pasta 0101. Imagem 1513. [Relatório policial sobre as atividades desenvolvidas pela SUPRA em Minas Gerais, 27/08/1964].

¹⁵⁶ O objetivo era especificar as áreas de atuação de cada grupo, porém o alcance desta finalidade se mostrou impossibilitado, uma vez que as fontes consultadas não permitiram perceber a presença e/ou a ausência de grupos políticos em todos os 105 sindicatos rurais. É possível que tenha havido sindicatos que, no momento da sua fundação, não contaram com a participação de nenhum grupo, mas essa informação não constou nos dados levantados. A relação dos grupos que participaram da fundação de sindicatos rurais pode ser encontrada nos anexos desta dissertação (ver anexo 3).

¹⁵⁷ São os sindicatos fundados nos seguintes municípios: Água Comprida, Bom Despacho, Campo Florido, Cataguazes, Córrego Danta, Estrela D'Alva, Frutal, Galiléia, Itanhandú, Ituiutaba, Jequitibá, Lagoa da Prata, Luz, Monte Alegre, Monte Carmelo, Passos, Piumhi, Pirajuba, Planura, Santa Rosa da Serra, Sete Lagoas, Seritinga, Uberaba e Uberlândia. Esse dado foi obtido a partir do cruzamento de informações existentes nos periódicos, no acervo do DOPS/MG e nos trabalhos historiográficos referentes ao tema.

¹⁵⁸ *Estado de Minas*, 12/01/1964, p. 4.

elementos considerados extremistas, por causa da sua influência no meio rural. Dessa maneira, fundavam sindicatos e os abandonavam à sua própria sorte¹⁵⁹.

As lideranças da SUPRA e também da CONSIR procuravam contratar para trabalharem nessas instituições membros de grupos de esquerda que já possuíam certa atuação nas áreas rurais. Ricardo Prata Soares, por exemplo, trabalhou anteriormente no Movimento de Educação de Base (MEB) e já havia atuado no meio rural, inclusive na criação de sindicatos¹⁶⁰. Jerônimo Moura Neto por sua vez, trabalhava na Associação de Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais (ATAMG) desde o final dos anos de 1950 e participou da fundação de diversas associações de lavradores e trabalhadores agrícolas no estado. Pessoas com experiência foram recrutadas para trabalharem nos órgãos, o que facilitava a inserção dessas instituições nas áreas rurais. Segundo o jornal *Estado de Minas*, a SUPRA “recrutou a fina flor dos agitadores para trabalharem na empreitada de fundação de sindicatos rurais”¹⁶¹.

De acordo com a polícia política, além de trabalhar junto a grupos “extremistas” para criar sindicatos rurais, a SUPRA, após a fundação desses órgãos, os relegava a sua própria sorte. Contudo, foi possível perceber que a SUPRA constantemente estava presente nas áreas rurais e procurava se reunir com as lideranças dos sindicatos.

Exemplo dessa atuação da SUPRA no meio rural, foi uma viagem realizada pelo superintendente do órgão João Pinheiro Neto, juntamente com o delegado regional Antônio de Oliveira Lins à região de Governador Valadares, em fevereiro de 1964, para tentar solucionar o conflito existente entre camponeses e latifundiários¹⁶². Entretanto, Pinheiro Neto encontrou na cidade um clima de hostilidade à sua presença. O comércio local fechou as suas portas em sinal de protesto a sua chegada. As entrevistas de João Pinheiro às emissoras locais foram impedidas e, na

¹⁵⁹ APM. DOPS. Pasta 0101. Imagem 1515. [Relatório policial sobre as atividades desenvolvidas pela SUPRA em Minas Gerais, 27/08/1964].

¹⁶⁰ A fundação de sindicatos rurais realizada pelo MEB será descrita posteriormente no item 2.4. Ação Popular.

¹⁶¹ *Estado de Minas*, 27/12/1963, p. 4.

¹⁶² O conflito existente em Governador Valadares será descrito de maneira pormenorizada no Capítulo 3 do presente trabalho.

Associação Rural, os dirigentes da entidade negaram-se a tomar assento à mesa, sob alegação de que não participavam de reuniões com comunistas¹⁶³.

Assim, nota-se que a SUPRA e a CONSIR encontraram muita dificuldade para atuar no meio rural mineiro. Padre Lage, por exemplo, juntamente com outros funcionários dos órgãos, em dezembro de 1963, rumaram para o município de Luz para fundarem um sindicato rural na localidade¹⁶⁴. Entretanto, foram impedidos pelo presidente da FAREM, Josaphat Macedo, e por outros latifundiários da região¹⁶⁵. O sindicato rural teve que ser fundado em uma localidade próxima à cidade de Luz, para que os latifundiários não tivessem conhecimento da ocorrência da solenidade.

Já em Lagoa da Prata, o aeroporto foi interditado para que os líderes da SUPRA não comparecessem à reunião de fundação do sindicato local. Porém, a reunião se realizou em praça pública, ainda que estivesse presente no local um grupo de jagunços, liderados por Juca Vidal, que empunhavam revólveres e espingardas. Esse clima hostil não impediu o comparecimento de mais de 500 camponeses e de José Gomes Pimenta, que viajou para a cidade de automóvel¹⁶⁶.

Mas além de trabalhar na sindicalização rural, a SUPRA também atuou para que os direitos trabalhistas fossem devidamente aplicados nas áreas rurais. Afinal, após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em março de 1963, esses direitos foram estendidos para os que trabalhavam no campo.

A SUPRA agiu nesse sentido, por exemplo, ao defender os direitos do camponês Joaquim Albino, que trabalhava na fazenda de propriedade de José Lauriano, localizada próximo à cidade de São Lourenço. O primeiro, após ter sido mandado embora da fazenda pertencente ao segundo, afirmou que não sairia enquanto não recebesse as indenizações a que tinha direito. Diante da atitude adotada pelo camponês, José Lauriano decidiu levar o fato ao conhecimento do juiz e do promotor da cidade. Porém, segundo as autoridades, “o caso já se encontrava nas

¹⁶³ *Estado de Minas*, 05/02/1964, p. 8.

¹⁶⁴ Dentre os funcionários da SUPRA que se dirigiram para a cidade de Luz estavam José Gomes Pimenta e Evaristo.

¹⁶⁵ *Folha de Minas*, 18/12/1963, p. 3; *Última Hora*, 18/12/1963, p. 3

¹⁶⁶ *Última Hora*, 27/11/1963, p. 2; *Última Hora*, 11/12/1963, p. 2.

mãos da SUPRA e dali só sairia através de indenização compensadora conforme determinará aquele órgão”¹⁶⁷.

Contudo, apesar da SUPRA ter realizado um importante trabalho ao defender os direitos dos camponeses, ao promover a sindicalização nas áreas rurais e ao atuar nas regiões onde havia conflitos, o campesinato, em Minas Gerais, reivindicava que o órgão promovesse medidas efetivas para a realização da reforma agrária. Essa demanda do campesinato mineiro para obter a posse da terra ganhou força após a realização do comício da Central do Brasil, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 1964.

Este evento reuniu entre 200 mil a 250 mil pessoas e tinha por objetivo divulgar a decisão do governo federal de implementar as chamadas reformas de base. Após a sua realização, Jango não mais tentou conciliar os interesses antagônicos que polarizavam a cena política do período e comprometeu-se com um programa de reformas efetivas nas estruturas do país.

Durante esse comício, o presidente anunciou a assinatura do chamado decreto da SUPRA, que regulamentava a desapropriação, por interesse social, de propriedades superiores a 500 hectares localizadas dentro de um raio de dez quilômetros à margem de rodovias e ferrovias federais, além daquelas beneficiadas por investimentos federais em obras de irrigação, drenagem e açudes¹⁶⁸. Esse decreto fazia parte de uma nova ofensiva do Executivo na política agrária, baseada em medidas que não exigiam ação legislativa para serem implementadas.

Embora o decreto fosse em princípio uma medida agrária de grande alcance, era economicamente inviável devido à permanência da cláusula constitucional que exigia o pagamento prévio e em dinheiro aos proprietários que tivessem as terras desapropriadas¹⁶⁹. Ainda assim, o mero anúncio dessa medida teve repercussão política imediata. Devido exatamente à impossibilidade de sua implementação, o decreto causou enorme expectativa de que o governo iria, em breve, confiscar terras e de que as propriedades seriam invadidas pelos camponeses.

¹⁶⁷ APM. DOPS. Pasta 0099. Imagem 1307. [Relatório policial que abordava fatos ocorridos na cidade de São Lourenço, 19/02/1964].

¹⁶⁸ *Última Hora*, 14/03/1964, p. 2.

¹⁶⁹ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 179.

Esse temor do confisco e da invasão de propriedades também acometeu os latifundiários de Minas Gerais que começaram a adotar medidas para impedir que os camponeses ocupassem os terrenos. A principal delas foi a compra de grande número de armamento, para expulsar à bala quem ousasse invadir as propriedades¹⁷⁰.

Mas, segundo o delegado regional da SUPRA Antônio Lins, em Minas Gerais poucas propriedades seriam atingidas pelo decreto da SUPRA, pois das 370 mil fazendas, mais ou menos conhecidas, apenas 12 mil possuíam mais de 500 hectares e dessas propriedades poucas eram as situadas às margens de ferrovias, rodovias ou açudes¹⁷¹.

Assim, mesmo que o decreto fosse implementado, ele não promoveria a desapropriação de muitas propriedades no estado. Entretanto, a repercussão causada por sua assinatura foi muito grande. Na cidade de Governador Valadares, por exemplo, após a realização do comício da Central do Brasil, os camponeses ficaram na expectativa de que fazenda pertencente ao Ministério da Agricultura, existente na região, seria entregue à SUPRA e de que suas terras seriam imediatamente distribuídas.

Até mesmo um comício foi planejado pelo sindicato rural existente no município. Esse ocorreria no dia 31 de março de 1964 e nesta solenidade, o Ministro da Agricultura Oswaldo Lima Filho entregaria pessoalmente aos camponeses os títulos de propriedade da fazenda¹⁷². O comício não chegou a ocorrer devido a tiroteio promovido pelos latifundiários da região, no dia 30 de março de 1964, contra a sede do sindicato rural¹⁷³. Desta maneira, em Governador Valadares a mobilização camponesa foi reprimida antes mesmo da instauração do golpe civil militar.

Em Minas Gerais, o decreto da SUPRA não promoveu a desapropriação de nenhuma propriedade. A principal consequência da sua assinatura, para o movimento camponês existente no estado, foi o aumento da repressão dos latifundiários, que temerosos das invasões de terras armaram-se e reprimiram as mobilizações do campesinato.

¹⁷⁰ *Última Hora*, 10/03/1964, p. 3; *Última Hora*, 21/02/1964, p. 3.

¹⁷¹ *Estado de Minas*, 20/03/1964, p. 14.

¹⁷² APM. DOPS. Pasta 4632. Imagem 1350. [Recorte do periódico *Novos Rumos* de 27/03/1964]; APM. DOPS. Pasta 4632. Imagem 1323. [Material de propaganda produzido pelo Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Governador Valadares, março de 1964].

¹⁷³ Maiores informações sobre esse acontecimento podem ser encontradas no Capítulo 3 do presente trabalho.

Além disso, a SUPRA ficou responsável por promover no estado a desapropriação de algumas áreas tais como as localizadas nos municípios de São Gonçalo do Abaeté, Piumhi e Capitólio¹⁷⁴. Como nenhuma dessas desapropriações foi efetivada, nota-se que a SUPRA não conseguiu fazer frente ao poder dos proprietários de terras contrários às desapropriações. Em Minas Gerais, o órgão teve grande atuação na fundação de sindicatos rurais, mas não conseguiu promover medidas efetivas para a implementação da reforma agrária. Não obstante essa última função ser, em tese, a sua principal atribuição.

2.2. Governo Estadual

José de Magalhães Pinto (UDN) foi eleito para governar Minas Gerais durante o período de 1961 a 1965. Em sua campanha eleitoral o amparo ao homem do campo foi uma das temáticas centrais. O político se comprometeu, se fosse eleito, a solucionar os problemas que assolavam as áreas rurais do estado, principalmente a miséria que acometia a maior parte dos que trabalhavam no campo.

Empossado em janeiro de 1961, após ter vencido nas eleições Tancredo Neves (PSD), a problemática rural foi relegada a segundo plano. Somente em julho de 1961, o governador iniciou algumas discussões para tentar amenizar os problemas vivenciados nas áreas rurais. Nesse mês, Magalhães Pinto criou uma comissão composta por 10 membros, que seria responsável por realizar estudos sobre a viabilidade da execução da reforma agrária no estado¹⁷⁵. Essa comissão foi denominada Comissão Mineira de Reforma Agrária e dentre os seus componentes estavam Francisco Campos, ex-ministro da Justiça, que era o seu presidente; Josaphat Macedo, presidente da FAREM; João de Matos Costa, presidente da SMA e Padre Luiz Viegas, professor da Universidade Rural de Minas Gerais, que pertencia a uma ala mais progressista da Igreja Católica¹⁷⁶.

¹⁷⁴ Desapropriações determinadas pelo governo federal por meio dos decretos n° 53.498 e n° 53.499 ambos de 27/01/1964.

¹⁷⁵ *Última Hora*, 27/09/1961, p. 3.

¹⁷⁶ De acordo com investigadores do DOPS/MG, Padre Luiz Viegas foi assistente da JUC em Minas Gerais e também militante da AP. Segundo o jornal *Binômio*, 08/07/1963, p. 4, esse padre era assistente da JUC. Entretanto, não foi possível comprovar a veracidade dessas informações.

O governador preconizava a descentralização da reforma agrária que deveria ser realizada por cada estado da federação, sob normas estabelecidas pela União. Segundo Magalhães Pinto, em um país com dimensões continentais, de características tão variadas, não seria concebível que um só órgão centralizasse a execução da reforma agrária, uma vez que os problemas diferiam de região para região¹⁷⁷. Além disso, para o governador o principal objetivo da implementação de um projeto de reforma agrária seria o aumento da produção, uma vez que o mercado interno estava sofrendo com a falta de gêneros alimentícios¹⁷⁸.

A partir do trabalho realizado pela comissão instituída por Magalhães Pinto, foi criado um plano de reforma agrária que tinha por objetivo a venda de extensões de terras, de propriedade do governo estadual, situadas na Jaíba. Essa região possuía aproximadamente 310.000 hectares e se localizava ao norte do estado, a 220 quilômetros de Montes Claros e a 80 quilômetros de Januária. O governo desejava, com esse projeto, povoar a região da Jaíba com cerca de quatro mil famílias¹⁷⁹.

Anteriormente a esse projeto de colonização criado pelo governo estadual, já havia sido fundado na região da Jaíba um pequeno núcleo colonial instituído pelo governo federal, através do Ministério da Agricultura, e que posteriormente foi entregue ao INIC. O governo de Magalhães Pinto propunha regularizar a situação deste núcleo mediante convênio entre o governo estadual e o INIC e, posteriormente, incorporá-lo ao projeto de colonização criado pelo seu governo¹⁸⁰.

Os terrenos da região da Jaíba eram planos e se apresentavam como ótimos para a pastagem. Eram terras relativamente férteis que poderiam ser aproveitadas para o cultivo de milho, algodão, mandioca e mamona. Mas a água era o grande problema da região, que deveria ser abastecida por meio de poços artesianos¹⁸¹.

O prazo para o financiamento da compra da propriedade seria de 25 anos e o novo proprietário iniciaria o pagamento somente após o quinto ano da compra. A cota de terra mínima para cada família seria de 100 hectares e de acordo com o plano

¹⁷⁷ *Última Hora*, 19/06/1963, p. 5.

¹⁷⁸ *Última Hora*, 19/06/1963, p. 5.

¹⁷⁹ *Última Hora*, 09/11/1961, p. 3.

¹⁸⁰ *Estado de Minas*, 03/05/1962, p. 7.

¹⁸¹ *Folha de Minas*, 21/09/1961, p. 3.

de reforma agrária do governo de Minas Gerais, as famílias teriam financiamento para a construção de todas as benfeitorias e para as despesas normais de operação¹⁸².

Sobre o projeto da Jaíba, afirmou o então secretário da agricultura de Minas Gerais, Paulo Salvo,

Dar terra apenas não resolve. Temos que colocar nas mãos do novo proprietário os meios adequados para que ele possa trabalhar no êxito de sua tarefa. (...) O plano proposto é perfeito e observa todos os aspectos do problema. E vai demonstrar que podemos fazer uma reforma agrária democrática¹⁸³.

O plano de colonização da Jaíba previa toda a ajuda necessária para o estabelecimento dos camponeses nas terras, como o auxílio para a compra de sementes, e ferramentas de trabalho, além da constituição de uma infra-estrutura no local, como a construção de postos de saúde, escolas e estradas que dessem acesso à região.

Listas de inscrição para requerer um lote de terras na Jaíba foram deixadas em vários municípios do estado¹⁸⁴. A primeira condição para se candidatar à compra das terras, era ser residente em Minas Gerais há pelo menos três anos. O candidato deveria preencher uma ficha composta por vinte perguntas, apresentar três testemunhas idôneas e assinar o documento requerendo a compra¹⁸⁵. Para os analfabetos era permitido colocar a impressão digital no lugar da assinatura. A partir da análise das fichas, o governo iria selecionar os candidatos que já tivessem prática e conhecimentos agrícolas. Além disso, alguns outros fatores também seriam avaliados como estado civil, número de dependentes e dependentes aptos para o trabalho. Fatores que constituiriam critérios de eliminação seriam doenças infecto-contagiosas e maus procedimentos sociais¹⁸⁶.

De acordo com o governador Magalhães Pinto, cerca de 2.000 pessoas se inscreveram no projeto¹⁸⁷. Mas inicialmente, rumaram para a região apenas 32 famílias e decorridos seis meses só havia na localidade oito delas. Segundo Dorgival Modesto Jorge, prefeito de Nazareno, município próximo à Jaíba,

¹⁸² *Última Hora*, 15/11/1961, p. 3.

¹⁸³ *Última Hora*, 09/11/1961, p. 3.

¹⁸⁴ *Última Hora*, 19/10/1961, p. 4.

¹⁸⁵ Essa ficha pode ser consultada nos anexos desta dissertação (ver anexo 9).

¹⁸⁶ *Estado de Minas*, 07/10/1961, p. 3.

¹⁸⁷ *Folha de Minas*, 03/03/1962, p. 3.

As 32 famílias que foram para Jaíba ganharam enxada, enxadão, foice e machado para tratar a terra que é fértil e plantando dá. Mas não tiveram qualquer financiamento e a mínima assistência médica ou dentária. Quando adocece uma pessoa, tem que ir de caminhão a Matias Cardoso (150 quilômetros) onde existe o posto médico mais próximo (...). Aconteceu que das 32 famílias só existem 8. Há mais de 200 casas, na maioria abandonadas¹⁸⁸.

As dificuldades enfrentadas pelas famílias que se dirigiram para a Jaíba foram muitas, o acesso à região era muito precário e existia apenas um meio de transporte, um caminhão pertencente ao INIC e que era ao mesmo tempo utilizado como lotação e como carro de transporte dos gêneros alimentícios produzidos pelos camponeses, que eram vendidos nas cidades mais próximas. Não havia posto médico, escola e qualquer assistência técnica ou financeira para proporcionar aos camponeses as condições mínimas para trabalharem a terra.

João Pinheiro Neto, em artigo publicado no jornal *Última Hora* abordou a proposta de reforma agrária do governo estadual, que visava à colonização da Jaíba, e afirmou que:

Entregar ao camponês desalentado e humilde do velho interior mineiro o trato de terra que a sua pobreza não fará o milagre de aproveitar, é cavar-lhe a sepultura irremediável com que sufocará as últimas esperanças, na ilusão da propriedade inútil¹⁸⁹.

Diante do fracasso do projeto, o governador Magalhães Pinto se dirigiu à região para conhecer de perto os reais problemas enfrentados pelos camponeses. Durante a sua visita o governador assegurou que:

O seu governo estaria sempre ali presente, atento, permanentemente, aos anseios e dificuldades dos agricultores. Afirmou, em seguida, que em breve enviaria uma Unidade de Penetração Rural, com médico, agrônomo, veterinário e dentista, além das máquinas agrícolas, inseticidas e sementes, para prestar completa assistência aos habitantes da região¹⁹⁰.

As Unidades de Penetração Rural eram equipes volantes que levavam ao campo assistência técnica e médica, além do fornecimento de materiais necessários aos trabalhadores rurais. Essas equipes eram formadas por um agrônomo, um veterinário, um médico, um cinegrafista e um encarregado de vendas e possuíam para o seu serviço dois caminhões, para o transporte dos materiais, e um veículo

¹⁸⁸ *Última Hora*, 12/05/1962, p. 3.

¹⁸⁹ *Última Hora*, 29/09/1961, p. 5.

¹⁹⁰ *Estado de Minas*, 25/05/1962, p. 3.

utilitário, para a condução dos técnicos¹⁹¹. As unidades faziam parte de um programa de emergência que visava suprir a impossibilidade do governo de dar assistência permanente aos homens do campo, através de técnicos residentes nos municípios do interior.

Entretanto, os camponeses que permaneceram na região da Jaíba reivindicavam ao governador Magalhães Pinto benefícios maiores do que aqueles concedidos através do trabalho exercido pelas Unidades de Penetração Rural, como, por exemplo, estradas ligando a Jaíba aos maiores núcleos populacionais vizinhos; assistência religiosa como a construção de uma Igreja; fornecimento de máquinas agrícolas para o aperfeiçoamento e maior produtividade do trabalho e ensino eficiente, através da instalação de escolas¹⁹².

Para tentar solucionar os problemas existentes na região, o governo estadual obteve um empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) da ordem de 20 bilhões de cruzeiros¹⁹³. Antes de obter o crédito, técnicos do BID e do Ministério da Agricultura juntamente com o secretário da agricultura Paulo Salvo, visitaram a região. O objetivo da visita era que os técnicos do banco conhecessem a localidade e os trabalhos lá desenvolvidos pelo governo estadual, a fim de que pudessem autorizar o empréstimo. O dinheiro seria concedido por meio do plano norte americano *Aliança para o Progresso*¹⁹⁴.

Mas mesmo após o recebimento do empréstimo, a situação dos que migraram para a Jaíba não se alterou. O descaso das autoridades governamentais foi o responsável pelo fracasso desse primeiro projeto de reforma agrária criado pelo governo de Minas Gerais, no início dos anos 1960.

Em agosto de 1963, o governo de Magalhães Pinto lançou outro projeto, que segundo o governador também se destinava à realização da reforma agrária no estado. Esse projeto denominava-se Plano Integrado de Utilização Agrícola Racional

¹⁹¹ *Folha de Minas*, 18/01/1962, p. 5.

¹⁹² *Folha de Minas*, 25/05/1962, p. 3.

¹⁹³ *Estado de Minas*, 08/04/1962, p. 5

¹⁹⁴ *Última Hora*, 09/05/1962, p. 5. Este plano foi instituído pelo governo dos EUA em 1961 e pretendia fornecer ajuda econômica aos países da América Latina para a consecução da paz, segurança, liberdades políticas e progresso econômico e social. Esse programa foi elaborado sob o impacto da Revolução Cubana e concebido para impedir a disseminação no continente americano de experiências inspiradas no regime castrista. Para maiores informações sobre o plano *Aliança para o Progresso* cf. SILVA, Vicente Gil da. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

e visava dar assistência técnica e financeira ao homem do campo, principalmente ao pequeno agricultor, além de fornecer adubos e tratores, para que esses pudessem trabalhar a terra com maior eficiência.

O lançamento do plano ocorreu no povoado de Mello Viana, a 25 quilômetros de Pedro Leopoldo, e contou com a presença de várias autoridades, inclusive do bispo auxiliar de Belo Horizonte, D. Serafim Fernandes de Araujo, que deu as bênçãos da Igreja Católica ao plano. Na solenidade de abertura o governador afirmou que:

O plano integrado lança bases de uma reforma agrária objetiva e racional, partindo do conhecimento da realidade a que está aplicado e dos meios indispensáveis para o aproveitamento da terra e a promoção social do homem rural, a um só tempo, se façam em condições que representem a renovação da estrutura do campo¹⁹⁵.

A primeira região beneficiada pelo plano foi o Vale do Palmital, composta por uma área de 16.171 hectares, localizada nos municípios de Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves e Esmeraldas e formada por aproximadamente 250 propriedades¹⁹⁶. O Vale do Palmital foi escolhido para receber o auxílio do Plano Integrado de Utilização Agrícola Racional, devido ao fato de estar localizado a menos de 50 quilômetros de Belo Horizonte, o principal mercado consumidor dos alimentos a serem produzidos na região. O maior objetivo do projeto era propiciar o aumento do fornecimento de gêneros alimentícios principalmente para a capital do estado, que enfrentava uma séria crise de abastecimento.

Rapidamente o estado implementou as primeiras medidas para promover o aumento da produção no Vale do Palmital. De acordo com o jornal *Última Hora*,

Menos de um mês depois do lançamento do plano-piloto, o governo já construiu uma represa, iniciou o desvio do córrego do Palmital para efeito de irrigação, preparou terras para o plantio de arroz e hortaliças, colocou em funcionamento conjuntos de irrigação e está dando assistência aos produtores na colheita do alho¹⁹⁷.

Além de promover melhorias na região, o governo também proporcionou aos pequenos produtores a realização de um estágio na Universidade Rural de Viçosa, para que esses pudessem aprender técnicas adequadas de plantio e colheita¹⁹⁸.

¹⁹⁵ *Última Hora*, 31/08/1963, p. 7.

¹⁹⁶ *Folha de Minas*, 27/09/1963, p. 3.

¹⁹⁷ *Última Hora*, 30/09/1963, p. 2.

¹⁹⁸ *Folha de Minas*, 29/09/1963, p. 3.

Entretanto, o Plano Integrado de Utilização Agrícola Racional teve a sua atuação restrita à área do Vale do Palmital. O incentivo ao desenvolvimento da produção concedido aos pequenos agricultores ficou circunscrito a essa região, próxima à capital do estado. Além disso, apesar do governo divulgar que esse era um projeto que visava implementar a reforma agrária em Minas Gerais, o plano não tinha por finalidade promover alterações na estrutura agrária, uma vez que não intencionava desapropriar, vender ou conceder terras a camponeses.

Os dois projetos de reforma agrária criados pelo governador Magalhães Pinto são indicativos de que a luta por terra colocava o debate sobre a questão agrária na ordem do dia e impunha ao governo que esse intervisse de alguma maneira. Desta forma, ao afirmar que realizaria a reforma agrária em Minas Gerais, Magalhães Pinto desejava conter as inquietações vivenciadas no meio rural. Nesse momento os camponeses, com o apoio de membros de diferentes grupos de esquerda, fundavam sindicatos rurais em diversas regiões do estado e já haviam mostrado o seu poder de mobilização como, por exemplo, durante a realização do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrido em novembro de 1961 na capital do estado.

Magalhães Pinto não desejava se apresentar como um governante contrário ao movimento camponês e à causa da reforma agrária, entretanto, as suas ações não promoveram benefícios reais para esse grupo. Mas ao afirmar, durante conferência realizada na cidade de Araxá, em junho de 1962, que era favorável a realização da reforma agrária através de alterações na Constituição Federal, Magalhães Pinto acabou por gerar descontentamento de setores ligados aos proprietários de terras. Em carta dirigida ao governador, a FAREM afirmou:

Temos a honra de transmitir a Vossa Excelência o desagravo da classe rural mineira face a “Declaração de Araxá”, documento que ao versar a questão da reforma agrária no seu item cinco recomenda: a desapropriação mediante indenização em títulos do Estado e ações de empresas públicas ou de economia mista. (...) Ora, a desapropriação nos termos da “Declaração de Araxá” fere fundamentalmente a Constituição Federal (...). A alteração desse texto básico da Constituição se traduz em ato de violência que não se harmoniza com o princípio “evolutivo” recomendável na condução da delicada e complexa questão da reforma agrária¹⁹⁹.

¹⁹⁹ *Estado de Minas*, 02/08/1962, p. 5.

Todavia, Magalhães Pinto não desejava entrar em atrito com os proprietários de terras e procurou em seus discursos posteriores defender a propriedade privada. Em solenidade de abertura da 24ª Exposição de Animais, realizada em maio de 1963 na cidade de Curvelo, por exemplo, o governador

Assinalou que a reforma agrária será cristã e democrática, visando aumentar a produtividade do campo e que jamais atingirá as terras produtivas e legitimamente incorporadas ao patrimônio particular²⁰⁰.

No mês seguinte, durante a realização da II Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados, em Belo Horizonte, o governador pronunciou outro discurso que tratava novamente da reforma agrária. Segundo o jornal *Última Hora*,

As palavras do chefe do Executivo mineiro serviram para tranquilizar os ruralistas ali reunidos, que passaram a conhecer a verdadeira posição do governo do Estado com relação às reformas estruturais defendidas pelo Sr. Magalhães Pinto²⁰¹.

Em seu discurso, Magalhães Pinto se dirigiu aos proprietários de terras afirmando que:

Tranqüilizem-se porque de Minas partirá sempre uma voz fiel ao passado do Estado; uma voz que defende a civilização cristã, as liberdades, a emancipação econômica do país e o meio rural, no qual também se assenta o desenvolvimento nacional (...). Jamais poderia a revisão agrária comprometer a tranqüilidade dos que trabalham a sua terra, espoliá-los ou suprimir o direito de propriedade, necessário à vida e à condição social do homem²⁰².

Após tomar conhecimento da posição defendida por Magalhães Pinto sobre a forma de realização da reforma agrária, a FAREM, em novembro de 1963, lançou manifesto de apoio ao governador no qual afirmava que:

A classe rural mineira endereça, na oportunidade, caloroso aplauso ao Sr. Governador Magalhães Pinto pela vigorosa atitude tomada em defesa dos interesses do povo mineiro e em que Sua Excelência, fiel às mais legítimas tradições mineiras esteja **ao lado dos agricultores mineiros na solução constitucional dos problemas que afetam as atividades da agropecuária**²⁰³.

Parece claro que os setores ligados aos proprietários de terras não desejavam romper com o governador Magalhães Pinto, pois sabiam da importância do apoio do governante. Porém, este grupo não estava disposto a fazer concessões no que se

²⁰⁰ *Estado de Minas*, 21/05/1963, p. 5.

²⁰¹ *Última Hora*, 19/06/1963, p. 5.

²⁰² *Folha de Minas*, 21/06/1963, p. 3 e *Última Hora*, 19/06/1963, p. 5.

²⁰³ *Última Hora*, 09/11/1963, p. 3. Grifos meus.

referia a projetos que visassem à implementação da reforma agrária de forma a alterar o § 16 do artigo 141 da Constituição, que vinculava as desapropriações a uma indenização prévia e em dinheiro aos proprietários das terras.

Já Magalhães Pinto não desejava criar tensões com o movimento camponês e seus aliados e nem mesmo com os proprietários de terras. Por isso, ele buscava pronunciar discursos de acordo com o público com o qual estava a dialogar. O governador não se mostrou contrário à realização da reforma agrária e ao processo de mobilização no campo que pretendia criar sindicatos rurais, porém, se opôs às medidas adotadas pelo governo federal, pois considerava que o processo de reforma agrária deveria ser realizado pelos estados de forma descentralizada.

Magalhães Pinto chegou a escrever uma carta ao presidente João Goulart, que foi publicada em diversos jornais, na qual propunha a convocação de um encontro para discutir a questão da reforma agrária, para se avaliar melhor as estruturas e os problemas rurais de cada estado²⁰⁴. Nessa carta Magalhães Pinto criticou o processo de radicalização que acometeu todo o país, que segundo ele, foi provocado pela forma como o governo federal encaminhou a questão da reforma agrária.

As sugestões concedidas pelo governador Magalhães Pinto sobre a forma como o governo federal deveria conduzir o processo de reforma agrária, foram rebatidas pelo superintendente da SUPRA João Pinheiro Neto, que afirmou:

A SUPRA não acredita na possibilidade de se realizar uma Reforma Agrária efetiva sob orientação dos governos estaduais. (...). A ação deve partir de um órgão federal, mesmo porque assunto de tal importância econômica deve obedecer a um planejamento centralizado²⁰⁵.

Além das discordâncias em relação à forma de condução da reforma agrária, o governador Magalhães Pinto se indispôs novamente com o governo federal, após a instalação da sede regional da SUPRA em Minas Gerais. De acordo com o jornal *Folha de Minas*,

Depois de lamentar que as autoridades federais, através da SUPRA, tenham iniciado a campanha de sindicalização rural, sem procurar entendimento com os Estados, o sr. Magalhães Pinto concluiu suas palavras dizendo que em Minas **seu governo assegurará plena**

²⁰⁴ *Última Hora*, 26/06/1963, p. 3, *Folha de Minas*, 26/06/1963, p. 1 e 6 e *Estado de Minas*, 26/06/1963, p. 3.

²⁰⁵ *Binômio*, 19/01/1964, p. 5.

liberdade às atividades sindicais e não faltará com sua colaboração para garantir os altos objetivos dos homens que trabalham a terra²⁰⁶.

O governador se mostrou favorável à criação de sindicatos rurais. Porém, não foi identificada a presença de representantes do governo estadual na criação de nenhum sindicato. Mas o governo de Magalhães Pinto também não impediu que esses fossem fundados. De acordo com o delegado regional da SUPRA, Antônio de Oliveira Lins, “o Magalhães Pinto era populista não é. Então ele não queria ficar mal com os movimentos. Ele deu muita cobertura para a gente”²⁰⁷. Um dos assessores da CONSIR em Minas Gerais, Evaristo Garcia, também observou o auxílio concedido pelo governador ao afirmar que: “Magalhães Pinto apoiava a gente. Tanto que a gente tinha liberdade aqui”²⁰⁸.

Mas logo após o início das atividades da SUPRA no estado, para tentar de alguma maneira conter as inquietações que se avolumam nas áreas rurais, Magalhães Pinto criou, em agosto de 1963, o Conselho de Assistência Social ao Trabalhador Rural. Esse órgão tinha por finalidade organizar e por em prática medidas de amparo aos camponeses, no que dizia respeito às questões relativas à saúde, educação, problemas jurídicos e financeiros. Esse conselho seria responsável ainda por dar assistência às associações de lavradores e trabalhadores agrícolas e também aos sindicatos rurais existentes no estado, conforme as regras estabelecidas pelo Estatuto do Trabalhador Rural, instituído meses antes, em março de 1963²⁰⁹.

Entretanto, não foi possível notar se este conselho teve atuação efetiva nas áreas rurais. Contudo, a sua criação revela que o governador desejava não perder o controle sobre as organizações camponesas que estavam sendo criadas no estado. Magalhães Pinto já havia declarado que:

Somos um país anticomunista e não concordamos por isso, com soluções que não estejam em concordância com a nossa formação. Reformas não podem servir de protesto a agitações²¹⁰.

²⁰⁶ *Folha de Minas*, 20/12/1963, p. 3. Grifos meus.

²⁰⁷ *Centro de Estudos Mineiros*: Programa de História Oral – FAFICH/UFMG. Entrevista de Antônio de Oliveira Lins.

²⁰⁸ *Centro de Estudos Mineiros*: Programa de História Oral – FAFICH/UFMG. Entrevista de Evaristo Garcia.

²⁰⁹ *Folha de Minas*, 07/08/1963, p. 1 e 6.

²¹⁰ *Folha de Minas*, 15/04/1962, p. 1.

Essa fala pode ser indicativa do temor do governador de que os grupos de esquerda obtivessem a liderança das ações promovidas no meio rural. Isso explicaria a necessidade do governante em criar o Conselho de Assistência Social ao Trabalhador Rural, que atuaria mais diretamente nas áreas rurais com o propósito de tentar enfraquecer as ações dos grupos “extremistas”.

Já em relação ao decreto da SUPRA, o governador de Minas Gerais se mostrou contrário a sua assinatura. De acordo com Magalhães Pinto, “a assinatura do decreto da SUPRA iria liquidar politicamente o presidente João Goulart, uma vez que esse não teria meios para executá-lo”²¹¹.

Essa posição adotada por Magalhães Pinto provocou manifestações de apoio pronunciadas pelos proprietários de terras. O presidente da Associação Rural de Araguari, por exemplo, enviou telegrama ao governador em que dizia, “parabéns Governador, por tão patriótica atitude, demonstrando aos brasileiros que ainda temos políticos de alto equilíbrio e bom senso”²¹².

Ao se opor à implementação desse decreto, Magalhães Pinto talvez já sinalizasse para as atitudes adotadas nos meses posteriores. Afinal, o governador foi um dos civis que apoiou o golpe, ocorrido em 31 de março de 1964, que destituiria João Goulart da presidência do país.

As atitudes de Magalhães Pinto revelam que o governador não possuía uma posição clara diante do tema da reforma agrária e da mobilização do campesinato. Em alguns momentos ele se mostrou favorável à alteração da Constituição para promover modificações na estrutura fundiária, em outros afirmou que a propriedade privada era intocável. Já em relação à mobilização camponesa, o governador afirmou ser favorável à sindicalização rural, porém não foi possível perceber a presença de lideranças do governo estadual na fundação desses sindicatos.

Além disso, em algumas situações Magalhães Pinto ofereceu apoio aos camponeses, tal como ocorrido durante a realização do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Tanto que após esse evento o governador de Minas Gerais foi homenageado com uma moção aprovada pelos organizadores do

²¹¹ APM. DOPS. Pasta 4632. Imagem 1244. [Recorte do periódico *Diário do Rio Doce* de 08/03/1964].

²¹² *Folha de Minas*, 11/01/1964, p. 3. É importante observar que meses antes da assinatura do decreto da SUPRA, intenso debate sobre a sua viabilidade e possível implementação marcou a cena política do país.

congresso²¹³. Já em outras circunstâncias, Magalhães Pinto se mostrou favorável à inviolabilidade da propriedade privada e apoiou as medidas adotadas pelos proprietários de terras. Assim, essa dubiedade na ação talvez seja a característica definidora desse governante.

2.3. Partido Comunista Brasileiro (PCB)

A constituição do Partido Comunista Brasileiro (PCB) remonta ao ano de 1922, período em que o partido elaborou uma proposta de revolução democrático-burguesa, seguindo as orientações da Internacional Comunista e sem grandes aprofundamentos em relação à questão agrária. Somente com a sua legalização em 1945, após a queda do Estado Novo, é que a temática agrária passou a ter maior centralidade.

A partir de 1945, o PCB iniciou sua atuação nas áreas rurais. Neste momento surgiram as primeiras ligas camponesas lideradas pelo partido. O *Estatuto Provisório das Ligas Camponesas* definia os seus objetivos e a sua forma de organização:

A Liga Camponesa é uma associação de trabalhadores do campo que visa congregar em seu seio todas as pessoas que tenham como fonte de renda e sustento, a exploração agrícola e pastoril. (...) Como organismo democrático que é, **a Liga Camponesa se propõe a lutar dentro das leis do país**, mas com vigor e energia, para a conquista de condições mais humanas e justas para todos os camponeses²¹⁴.

Neste período de legalidade, o movimento das ligas camponesas, lideradas pelo PCB, se propunha a lutar por melhores condições de vida nas áreas rurais, através de mecanismos legais. Elas reivindicavam principalmente a fixação da taxa de arrendamento em 20%, o direito de indenização pelas benfeitorias feitas nas propriedades, assistência médica e extensão da legislação trabalhista ao campo.

Estas ligas foram as primeiras organizações camponesas existentes em Minas Gerais. No ano de 1946, foi constituída no estado a primeira liga camponesa, a de Canápolis. De acordo com o PCB, esta liga tinha como principal reivindicação a ampliação dos prazos dos contratos de arrendamento, uma vez que os proprietários rurais estavam a expulsar os camponeses das terras arrendadas, pois pretendiam

²¹³ *Folha de Minas*, 19/11/1961, p. 1.

²¹⁴ APM. DOPS. Pasta 5018. Imagem 1254. [Documento de organização, Estatuto Provisório da Liga Camponesa, s/d]. Grifos meus.

plantar capim colônia, que seria utilizado como alimento para o gado. A liga reivindicava também a baixa da taxa do contrato, a redução dos preços das ferramentas e a exigência de que os contratos fossem escritos²¹⁵.

Além da liga camponesa de Canápolis, neste período foram criadas, em Minas Gerais, mais seis ligas²¹⁶. Segundo Azevedo, estas ligas não possuíam autonomia política e eram verdadeiros apêndices da estrutura centralizada do PCB²¹⁷. Contudo, contrariamente ao afirmado por esse autor, em Minas Gerais, ao que tudo indica as ligas não eram organizações totalmente dependentes das propostas provenientes da cúpula do partido, que imporia a adoção de determinadas ações.

O documento produzido em 1947 pelo Comitê Estadual do Partido Comunista, que trata da constituição da liga camponesa de Canápolis, é revelador da forma de trabalho a ser desenvolvida nas áreas rurais mineiras:

O Comitê Estadual chama a atenção dos camaradas para o trabalho do campo e abaixo mostra como foi organizada a Liga Camponesa de Canápolis, no Triângulo Mineiro, e que representa uma rica experiência do nosso Partido e que pode ser aproveitada pelos camaradas. No entanto, **os companheiros não devem se esquecer de que o nosso trabalho deve ser feito de acordo com as possibilidades e condições do lugar e, portanto, qualquer experiência do Partido não deve ser aplicada esquematicamente**²¹⁸.

O documento aponta para o desejo do partido de que o trabalho realizado nas áreas rurais variasse de acordo com as condições particulares de cada localidade e de que a sua atuação fosse flexível para se adaptar a essas especificidades. No entanto, a produção desse documento não nos permite afirmar que tais práticas sempre ocorressem.

A pesquisa não localizou documentação referente à fundação de outras ligas camponesas, assim, não foi possível analisar qual foi, na prática, a efetiva participação do PCB no momento de fundação e nas ações desenvolvidas por outras ligas camponesas existentes no estado de Minas Gerais.

²¹⁵ APM. DOPS. Pasta 0190. Imagem 0944. [Documento de organização produzido pelo Comitê Estadual de Minas Gerais do PCB, fevereiro de 1947].

²¹⁶ APM. DOPS. Pasta 5018. Imagem 1231. [Relatório policial que contém transcrição de reportagem publicada pelo *Jornal do Povo*, de 31/11/1948].

²¹⁷ AZEVEDO, Fernando Antônio. *op.cit.*, 1982, p. 56.

²¹⁸ APM. DOPS. Pasta 0190. Imagem 0943. [Documento de organização produzido pelo Comitê Estadual de Minas Gerais do PCB, fevereiro de 1947]. Grifos meus.

Mas já em 1946, iniciou-se em todo o país um processo de repressão ao partido, que culminou, em 1947, com a cassação do seu registro e a proibição do funcionamento das ligas. A liga camponesa de Canápolis também foi reprimida, porém, a atuação do PCB junto aos camponeses da região não se extinguiu. Apesar da sede da liga ter sido fechada a mobilização camponesa permaneceu.

Em abril de 1948, foi convocado pelo partido o Primeiro Congresso Camponês, a ser realizado em Canápolis. De acordo com o PCB, o congresso tinha por objetivo “reunir todos os homens que trabalham no campo, na lavoura, a fim de estudarem uma maneira de resolver as suas dificuldades”²¹⁹. O evento desejava congrega os camponeses de todo o Triângulo Mineiro, a fim de encontrarem soluções para os problemas que afligiam o campesinato. Mas o congresso não chegou a ocorrer, devido à proibição policial.

Após a decretação da ilegalidade do PCB em 1947 e a sua conseqüente exclusão do jogo político-partidário, o partido refez sua avaliação da situação do país. Um profundo sentimento de derrota e de descrédito no “jogo político” da “democracia burguesa” contagiou os dirigentes e militantes comunistas, fato que provocou uma revisão radical na política a ser desenvolvida pelo partido. O PCB passou a exaltar o caminho armado para a tomada do poder, a defender o confisco das grandes propriedades “latifundiárias” e a propor a abolição das formas consideradas “semi-feudais” de exploração do trabalho, como a meia, a terça e o vale barracão.

Apesar da radicalização proposta pelo partido neste período, não foi encontrado nenhum caso, no estado de Minas Gerais, de operações armadas que visassem o confisco de propriedades. O PCB continuou a atuar no meio rural mineiro e os movimentos por ele liderados não eram mais denominados ligas camponesas e sim associações de lavradores e trabalhadores agrícolas. O trabalho desenvolvido pelo partido, neste momento de radicalização, acabou por dar continuidade àquele iniciado no período da legalidade (1945-1947). Contudo, surgia uma nova reivindicação: a luta pela reforma agrária.

²¹⁹ APM. DOPS. Pasta 5021. Imagens 1461. [Jornal *União Camponesa*, de 01/04/1948].

Em Canápolis no início do ano de 1950 foi fundada uma associação de lavradores e trabalhadores agrícolas. Sobre essa associação, assim relatava o *Jornal do Povo*:

Os camponeses organizaram sua Associação, que conta com 300 membros atualmente. O programa desta sua organização é lutar contra o regime de meia, pela entrega de 20 por cento apenas da colheita, e, **principalmente, pela reforma agrária, isto é, pela repartição das terras das grandes fazendas entre os camponeses pobres**²²⁰.

A centralidade do tema da reforma agrária como principal proposta do PCB para solucionar os problemas que acometiam as áreas rurais, começou a aparecer de forma orgânica e articulada, a partir da realização da I e da II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CNTA). Estas duas conferências tiveram por objetivo discutir a forma de organização dos camponeses, além de elaborar uma pauta dos direitos e reivindicações do campesinato.

Na I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas realizada em 1953, em São Paulo e em Recife, dentre as reivindicações apresentadas constava a reforma agrária, através do confisco da terra dos latifundiários e das companhias estrangeiras e sua entrega gratuita aos camponeses²²¹.

Já na II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, ocorrida em São Paulo no ano de 1954, aprovou-se a “Carta dos Direitos e Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas” que destacava a questão da reforma agrária, entendida como medida de justiça social, uma vez que propunha a distribuição das terras dos latifundiários aos trabalhadores agrícolas e lavradores sem terra ou possuidores de terra insuficiente, além da entrega de título de propriedade a posseiros, ocupantes e colonos²²².

Durante essa última conferência foi criada também a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que possuía como uma de suas principais metas a alteração da estrutura fundiária brasileira²²³. No momento da sua fundação a ULTAB propôs a realização de uma campanha nacional pela reforma agrária, que reivindicava a realização de uma reforma agrária democrática,

²²⁰ APM. DOPS. Pasta 5018. Imagem 1232. [Relatório policial que contém transcrição de reportagem publicada no *Jornal do Povo* em 25/02/1950]. Grifos meus.

²²¹ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *op. cit.*, 1995, p. 104.

²²² COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *op. cit.*, 1996, p. 32.

²²³ Para uma análise sobre a ULTAB cf. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *op. cit.*, 1982.

reconhecida por lei e que entregasse as terras dos latifundiários aos trabalhadores agrícolas e aos lavradores sem terra ou possuidores de pouca terra, com garantia legal de sua posse²²⁴.

A campanha pela reforma agrária era decorrência de uma tentativa do partido de promover a ampla sensibilização da sociedade e do campesinato, em particular, sobre o tema em questão. De acordo com o PCB,

A Campanha pela Reforma Agrária constitui um grande passo para a solução dos problemas do campo. A Campanha pela Reforma Agrária vem se constituindo num êxito sem precedente na luta do povo pela solução de um dos seus mais graves problemas²²⁵.

Essa campanha pela reforma agrária era uma das estratégias adotadas pela ULTAB/PCB para tentar modificar a forma de vida e de trabalho nas áreas rurais. Mas além desse grande movimento em torno da questão da reforma agrária, a ULTAB almejava também mobilizar o campesinato. A organização objetivava coordenar o trabalho das associações de lavradores e trabalhadores agrícolas já existentes e incentivar ainda a criação de novas organizações, fossem elas associações ou sindicatos rurais.

No entanto, na década de 1950, o caminho do sindicalismo estava, na prática, fechado. As exigências para o reconhecimento dos sindicatos - certificado de boa conduta dos dirigentes, prova de que não partilhavam ideologias incompatíveis com as instituições e interesses da nação, além da prova de exercício efetivo da profissão - eram praticamente impossíveis de serem cumpridas. Frente a esse quadro multiplicaram-se as associações subordinadas ao Código Civil e independentes do controle do Estado.

Desta forma, é que se compreende a fundação, no estado de Minas Gerais, até o final dos anos 1950 de 13 associações de lavradores e trabalhadores agrícolas, que contaram com o apoio de PCB²²⁶. Em Minas Gerais, o PCB participou da criação dessas associações, muitas vezes através da ATAMG, associação criada em

²²⁴ APM. DOPS. Pasta 4779. Imagem 1476. [Memorial da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, s/d].

²²⁵ APM. DOPS. Pasta 1314. Imagem 0236. [Manifesto de convocação da I Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, s/d].

²²⁶ Este dado foi produzido a partir da leitura dos jornais e da documentação contida no acervo do DOPS/MG, por isso o número não é totalmente preciso e deve ser relativizado. As associações encontradas pela pesquisa foram as existentes nas seguintes localidades: Açucena, Bom Despacho, Canápolis, Capinópolis, Francisco Sá, Frei Inocência, Nanuque, Ponte Nova, Rio Casca, Santa Rita do Sapucaí, São Pedro dos Ferros, Teófilo Otoni e Ubá.

novembro de 1956 e que era dirigida por membros do partido. Dentre as principais finalidades da ATAMG estava a organização dos lavradores e trabalhadores agrícolas, sem distinção de cor, raça, sexo, crença política ou religiosa, em defesa de seus interesses e direitos²²⁷.

A partir da constituição da ATAMG foi fundado um maior número de associações de lavradores e trabalhadores agrícolas. No início dos anos 1960, a ATAMG já havia participado, por exemplo, da criação de associações nos municípios de Açucena, Cataguazes, Centralina, Ituiutaba, Juiz de Fora, Nanuque e Uberlândia. Foi assim, por meio da ATAMG, que o PCB conseguiu maior inserção no meio rural.

Mas apesar de ter participado da constituição de associações de lavradores e trabalhadores agrícolas, a ATAMG não foi um órgão estruturado de forma eficiente para atuar no processo de mobilização do campesinato. Segundo relatório produzido pela polícia política mineira,

A ATAMG não conseguiu cumprir o papel a que se propusera junto aos lavradores e trabalhadores agrícolas de Minas Gerais, de vez que suas resoluções não foram levadas à prática²²⁸.

O PCB também abordou a fraqueza do órgão ao afirmar que a ATAMG “é muito débil, mas trabalha permanentemente com a massa camponesa. Seus recursos são ainda pequenos para um maior trabalho e enfrenta dificuldades de toda a ordem”²²⁹.

Esses fatos apontam para os problemas e dificuldades enfrentados pela ATAMG para atuar nas áreas rurais. No entanto, ainda que ATAMG tenha tido uma atuação restrita e limitada ela foi o órgão que possibilitou ao PCB atuar, nesse momento, nas áreas rurais mineiras. Pessoas que pertenciam à ATAMG e que também eram membros do PCB, como Jerônimo Moura Neto e Olímpio Martins Gonçalves, também conhecido como Olímpio Malaquias, percorriam as áreas rurais mineiras a fim de prestarem assistência jurídica e social aos camponeses e de fundarem associações de lavradores e trabalhadores agrícolas.

²²⁷ Estatuto das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado de Minas Gerais. In: BORGES, Maria Eliza Linhares. *op. cit.* 1988, p. 137.

²²⁸ APM. DOPS. Pasta 0099. Imagem 1322. [Relatório policial sobre a ocorrência de mobilizações camponesas em Minas Gerais, 01/02/1962].

²²⁹ APM. DOPS. Pasta 5057. Imagem 0087. [Documento de organização denominado *Os comunistas mineiros na luta por um governo nacionalista e democrático*, janeiro de 1963].

Até 1955, em todo o país, o único grupo a trabalhar junto ao campesinato foi o Partido Comunista. Nesse ano ressurgiu no Nordeste o movimento das Ligas Camponesas, liderado pelo advogado Francisco Julião. Esse movimento, em determinadas situações e localidades se aliou aos comunistas, já em outras adotou posturas contrárias e acabou por disputar a liderança dos movimentos camponeses. Contudo, as Ligas Camponesas não chegaram a atuar em Minas Gerais. Nesse estado, o PCB continuou sendo o único grupo a atuar no meio rural até 1961, ano de constituição da POLOP, que será descrita posteriormente.

No início dos anos 1960, apesar de continuar juridicamente ilegalizado, ou sem registro eleitoral, o PCB passou a atuar abertamente e conquistou uma “legalidade de fato”. O partido transformou-se em um importante protagonista no processo histórico em curso e tornou-se uma organização com significativa capacidade de influenciar o debate político. Sua influência na vida política nacional extrapolou em muito sua força orgânica e seu tamanho numérico²³⁰. Esse período representou para o partido um dos mais importantes momentos da sua trajetória.

Porém, antes de analisar as ações empreendidas pelo partido no início nos anos 1960 é importante apresentar as alterações sofridas na linha política do PCB a partir de 1958. Em março desse ano foi divulgada a “Declaração sobre a política do PCB” que considerava que a maior contradição existente no Brasil era entre a nação e o imperialismo norte-americano, vinculado ao latifúndio e a alguns setores burgueses. O golpe principal das forças nacionais, progressistas e democráticas deveria ser dirigido contra o imperialismo americano e os entreguistas que os apoiavam. O partido passou a defender a formação de uma frente única nacionalista e democrática, constituída pela pequena burguesia e pelo proletariado urbano e rural, que lutaria contra o imperialismo.

O PCB privilegiava ainda a ação legal por meio da “via pacífica” para o socialismo, que passava a ser o elemento central da política dos comunistas²³¹. Segundo o partido, o caminho pacífico da revolução brasileira era possível em

²³⁰ SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: DELGADO, Lucília Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; v.3), p. 233.

²³¹ MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 85.

virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática no país²³².

Na perspectiva do partido, lutar pelas reformas de base era principalmente acumular forças para desencadear em um futuro próximo não muito longínquo a revolução socialista, cuja ante-sala era a revolução nacional, democrática, antiimperialista e antifeudal. A luta pelas reformas de base se constituiria em um meio para acelerar a acumulação de forças e aproximar a realização dos objetivos revolucionários. Reforma e revolução estavam, desta forma, indissolavelmente ligadas, uma provocaria a outra.

Além disso, ser aliado de Jango na luta pela implementação das reformas de base era visto pelo PCB como algo positivo, afinal o presidente era considerado um dos principais representantes da burguesia “nacional progressista”, grupo que participaria da etapa “democrático burguesa” da revolução.

Ao realçar a contradição entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano, o PCB fazia predominar o problema da emancipação nacional sobre o problema agrário. Embora a subordinação não significasse omissão quanto ao problema agrário, sua solução estaria balizada pela luta que se travava contra o imperialismo.

Em 1960, por meio da divulgação da Resolução Política nº 15, o PCB expressou sua posição oficial a respeito da questão agrária. Nesse documento o partido propunha lutar por medidas parciais, como a extensão da legislação trabalhista para o campo, a baixa dos preços do arrendamento, a legitimação das posses das terras e a garantia contra despejos, para abrir caminho para a implementação de uma reforma agrária radical.

Em Minas Gerais, o Comitê Estadual do PCB também manifestou sua posição em relação à reforma agrária e afirmou que, para a sua implementação no estado, o partido deveria lutar para:

1- A desapropriação das grandes propriedades latifundiárias, com base no preço registrado para fins fiscais, e a sua distribuição entre os pequenos agricultores sem

²³² PCB: *vinte anos de política, 1958-1979: (documentos)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p. 22.

terra ou com pouca terra, mediante pagamentos módicos e a longo prazo, as terras devolutas devem ser entregues aos camponeses sem terra.

2- O forte aumento progressivo da carga tributária sobre as grandes propriedades e isenções fiscais para as pequenas.

3- Entrega dos títulos de propriedades aos atuais posseiros e defesa dos camponeses contra a grilagem.

4- A legalização dos contratos, visando a baixa do arrendamento e parceria, com estabelecimento de limites máximos; o prolongamento dos prazos contratuais; garantia de indenização por benfeitorias; defesa dos arrendatários e parceiros contra despejos.

5- Financiamento, pelos bancos oficiais, aos pequenos lavradores, proprietários ou não; frete barato e crédito para aquisição de implementos agrícolas; preço mínimo compensador para os produtos agrícolas na fonte; incentivo à mecanização da agricultura e o emprego da técnica mais moderna; ampliação e melhor utilização da rede de armazéns e silos.

6- Realização de um programa de investimentos estatais para o fomento da agricultura, sobretudo da produção de gêneros alimentícios.

7- Estímulo à organização dos trabalhadores em sindicatos rurais²³³.

Nota-se que em Minas Gerais o PCB também propunha a adoção de medidas parciais. No entanto, isso não significa afirmar que o partido atuou apenas para implementar essas medidas. As ações dos comunistas foram permeadas pela tensão entre trabalhar pelas “reivindicações imediatas” ou incentivar ações “revolucionárias”.

Ao trabalhar nas áreas rurais mineiras o partido não adotou uma postura única e permanente. A atuação do PCB no estado não ocorreu a partir de uma diretriz clara e pré-definida, mas, ao que tudo indica, a partir da lógica de onde era possível ir, segundo a disponibilidade de contatos locais, dos quadros a serem deslocados e das possibilidades do trabalho frutificar. O trabalho do PCB foi marcado por variações que se relacionavam às condições existentes em cada localidade.

Em Açucena, por exemplo, o PCB atuou junto aos trabalhadores da produção extrativa de madeira que prestavam serviços para a Belgo Mineira, a Acesita e a

²³³ APM. DOPS. Pasta 5057. Imagens 0103 e 0104. [Documento de organização denominado *Os comunistas mineiros na luta por um governo nacionalista e democrático*, janeiro de 1963].

Cobrace. O partido possuía a liderança do sindicato rural da localidade, uma vez que o seu presidente, Olimpio Malaquias, era membro do PCB muito atuante no meio rural desde os anos cinquenta.

Nessa localidade os camponeses reivindicavam o pagamento do salário mínimo estipulado pelo governo e o cumprimento das leis trabalhistas. Segundo o jornal *Terra Livre*,

Com o salário que recebem só podem os trabalhadores se alimentar de milho com feijão ou angu e fubá suado com sal (...). O salário mínimo da região não é obedecido, as outras leis trabalhistas não são levadas em consideração. Com o conhecimento, compreendendo que existem leis que precisam ser cumpridas porque beneficiam de certo modo os trabalhadores, estes **já fundaram o primeiro sindicato na região, para lutarem organizados pelo cumprimento das leis existentes e conseguir outras que venham favorecê-los**²³⁴.

Assim, o sindicato rural de Açucena, liderado pelo PCB, atuou no sentido de fazer com que a legislação trabalhista fosse implementada na região, ou seja, o partido propôs a adoção de ações estritamente legais.

Já em Frutal, os comunistas, através de participação no sindicato rural, trabalharam junto a meeiros, que, como forma de pagamento pela permanência nas terras entregavam aos proprietários metade da produção. Para os camponeses este tipo de pagamento era muito oneroso, uma vez que eles tinham que arcar com todos os custos do plantio e o que restava da produção mal dava para a sobrevivência das suas famílias.

Nessa região o PCB atuou junto aos camponeses para que esses não entregassem a parte acordada das colheitas aos proprietários das terras²³⁵. Essa medida visava aumentar a renda das famílias, mas não propunha a execução de ações legais, conforme o adotado em Açucena.

Em Governador Valadares, por sua vez, o PCB lutou pela desapropriação de terras. Nessa região o partido atuou junto ao sindicato rural, cujas principais lideranças, Francisco Raimundo da Paixão, também conhecido como Chicão, e Carlos Olavo da Cunha Pereira, faziam parte dos quadros do PCB.

²³⁴ *Terra Livre*, junho de 1963, p. 5. Grifos meus.

²³⁵ APM. DOPS. Pasta 3872. Imagem 1467. [Relatório policial sobre investigação de elementos subversivos atuantes na cidade de Frutal, 13/06/1964].

A maior reivindicação dos camponeses da região era a desapropriação de terras pertencentes ao Ministério da Agricultura. De acordo com o seu presidente, Francisco Raimundo da Paixão,

Queremos apenas um pedaço de terra para trabalhar porque nossos filhos estão passando fome (...). **O objetivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares é conseguir a fazenda do Ministério da Agricultura para as famílias trabalharem.** A fazenda do M.A. com 840 alqueires está abandonada e sem produção, podendo abrigar de 600 a 700 famílias.²³⁶

A conquista das terras pertencentes ao Ministério da Agricultura tornou-se a maior bandeira da luta empreendida pelo sindicato rural de Governador Valadares, que trabalhou com afinco para promover essa desapropriação. Chicão viajou várias vezes para Belo Horizonte, Brasília e Rio de Janeiro para conversar com autoridades federais e estaduais a fim de que essas autorizassem a desapropriação da fazenda. No entanto, o desejo dos camponeses de Governador Valadares de obter a posse dessas terras, não chegou a ser concretizado.

A partir da descrição da atuação do PCB em diferentes localidades de Minas Gerais, o que se percebe é que o trabalho do partido não esteve sempre voltado para um único objetivo, nem para uma única categoria de trabalhadores. O partido trabalhou junto a diferentes grupos como assalariados agrícolas, meeiros, arrendatários e posseiros. Além disso, não havia reivindicações do campesinato que deveriam ser atendidas e priorizadas, naquele momento, em detrimento de outras. O que importava eram os anseios e as necessidades do campesinato de cada localidade e o partido procurava trabalhar para atendê-las.

Para atuar no meio rural, o partido pôde contar com um importante veículo de divulgação de suas idéias, o jornal *Terra Livre*. Esse periódico foi o principal instrumento escrito de propaganda das bandeiras do PCB entre os camponeses e que divulgava ainda as lutas existentes nas áreas rurais de todo o país. Em Minas Gerais, foi possível identificar a presença desse jornal nas sedes de alguns sindicatos rurais. Exemplo dessa presença pode ser percebido por meio de relatório policial que afirmava que “o sindicato rural de Sobrália recebia regularmente o jornal comunista

²³⁶ *Última Hora*, 04/02/1964, p. 3.

*Terra Livre*²³⁷. Já em diligência efetuada pelo DOPS/MG, em janeiro de 1964, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos da Galiléia a polícia apreendeu exemplares desse jornal²³⁸. Assim, é provável que o *Terra Livre* tenha sido lido pelo campesinato mineiro e que tenha exercido um papel importante para a circulação das propostas elaboradas pelo PCB para o meio rural²³⁹.

No entanto, o PCB enfrentou muitas dificuldades para trabalhar nas áreas rurais. Segundo o próprio partido, em Minas Gerais,

Na grande maioria dos municípios o mais importante é a nossa atividade política e organizativa no meio rural. **No entanto, os comunistas não realizam um trabalho permanente entre a massa camponesa. Somente em 1961 reiniciamos a nossa atividade no campo**²⁴⁰.

Essa dificuldade de inserção do partido no campo era agravada devido à falta de membros para trabalhar nas áreas rurais²⁴¹. O PCB enfrentou também o preconceito existente no seio da população rural, em relação aos chamados comunistas. Segundo a polícia política, o PCB recomendava aos seus adeptos não mencionarem nunca o comunismo e sim intitularem-se nacionalistas²⁴².

De acordo com Evaristo Garcia, membro do PCB, era pequena a ajuda dada pelo partido aos sindicatos rurais existentes em Minas Gerais²⁴³. No entanto, apesar de não ter conseguido trabalhar junto aos sindicatos recém criados da maneira como os membros do partido almejavam, o PCB teve uma atuação muito significativa no momento de fundação e no trabalho desenvolvido por muitas dessas organizações camponesas.

Conforme afirmado anteriormente, o PCB trabalhou nos órgãos governamentais SUPRA e CONSIR, com o propósito de fundar sindicatos rurais. A

²³⁷ APM. DOPS. Pasta 3860. Imagem 1212. [Relatório policial que tratava das atividades realizadas pelo sindicato rural de Sobrália, 07/07/1964].

²³⁸ APM. DOPS. Pasta 0325. Imagem 1698. [Relatório policial que investigava as atividades realizadas pelo sindicato rural existente em Galiléia, 08/01/1964].

²³⁹ Embora o índice de analfabetismo entre o campesinato fosse alto, a leitura era estimulada em pequenos grupos onde, quem fosse alfabetizado, deveria ler em voz alta para os demais.

²⁴⁰ APM. DOPS. Pasta 5057. Imagem 0086. [Documento de organização denominado *Os comunistas mineiros na luta por um governo nacionalista e democrático*, janeiro de 1963]. Grifos meus

²⁴¹ APM. DOPS. Pasta 5069. Imagem 1521. [Atestado policial datado de 16/05/1964 que contém transcrição de documentação apreendida na residência do comunista Élon Costa que abordava o trabalho desenvolvido pelo PCB em Minas Gerais.].

²⁴² APM. DOPS. Pasta 0111. Imagem 2240. [Relatório policial que investigava a atuação do Partido Comunista no meio rural mineiro, 27/07/1961].

²⁴³ APM. DOPS. Pasta 5069. Imagem 1506. [Transcrição de carta escrita por Evaristo Garcia para Élon Costa, 23/01/1964].

partir da pesquisa realizada foi possível notar que juntamente com essas instituições, o PCB participou da fundação de 11 sindicatos no meio rural²⁴⁴, sendo que alguns deles também contaram com a presença de membros da AP²⁴⁵. O PCB trabalhou também na criação de sindicatos rurais de forma autônoma e, até 1964, fundou outros 11 sindicatos²⁴⁶. Já ao lado da POLOP e da AP, o PCB participou da criação de mais um sindicato rural, o de Três Marias²⁴⁷.

Os dados demonstram que o PCB concentrou seus esforços para trabalhar em localidades onde já atuava desde a década de 1950²⁴⁸, principalmente o Vale do Rio Doce e o Triângulo Mineiro, regiões que contaram com a participação maciça de membros do partido na fundação de sindicatos rurais²⁴⁹. A facilidade de penetração e de mobilidade de quadros fez com o que o partido atuasse mais intensamente em regiões do estado onde já possuía uma presença mais estruturada.

Além de trabalhar em áreas onde já possuía maior inserção, para realizar um trabalho mais estruturado no meio rural, o PCB procurou também se aliar a outros grupos de esquerda. Em relação ao trabalho realizado junto a AP, por exemplo, o PCB afirmou que:

A AP concentra suas atividades na fundação de Sindicatos Rurais, temos trabalhado em conjunto. (...) A Sindicalização Rural é o novo que existe no trabalho de campo e que abre possibilidades extraordinárias para a mobilização e organização da massa camponesa²⁵⁰.

²⁴⁴ São os sindicatos fundados em Água Comprida, Campo Florido, Frutal, Galiléia, Ituiutaba, Monte Alegre, Pirajuba, Piumhi, Planura, Uberaba e Uberlândia.

²⁴⁵ São os sindicatos de Ituiutaba e Monte Alegre.

²⁴⁶ São os sindicatos fundados em Açucena, Astolfo Dutra, Araguari, Belo Oriente, Campanário, Cataguazes, Governador Valadares, Patos de Minas, Ponte Nova e Sobralia. No entanto, o PCB participou da criação de dois sindicatos rurais em Governador Valadares.

²⁴⁷ Esses dados sobre a participação do PCB na fundação de sindicatos rurais foram obtidos a partir do cruzamento de informações existentes nos periódicos, no acervo do DOPS/MG e nos trabalhos historiográficos referentes ao tema.

²⁴⁸ Sobre a atuação do PCB em Minas Gerais na década de 1950 cf. LIMA, Idalice R. S. *"Flores do Mal" na "Cidade Jardim": comunismo e anticomunismo em Uberlândia*. Dissertação (Mestrado). Campinas: UNICAMP, 2000; PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. *Nas terras do rio sem dono*. 2 ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1988.

²⁴⁹ No Vale do Rio Doce o PCB participou, por exemplo, da fundação dos sindicatos rurais de Açucena, Belo Oriente, Galiléia, Governador Valadares e Sobralia. Já no Triângulo Mineiro atuou na fundação de sindicatos rurais em Água Comprida, Araguari, Campo Florido, Frutal, Ituiutaba, Monte Alegre, Pirajuba, Planura, Uberaba, Uberlândia.

²⁵⁰ APM. DOPS. Pasta 5069. Imagem 1307. [Documento produzido pelo PCB sem data, foi transcrito pela polícia em atestado que relatava documentação apreendida na residência do comunista Élson Costa em 08/04/1964].

O Partido Comunista procurou desta maneira, trabalhar em frente única junto a outros grupos de esquerda com o objetivo de mobilizar o campesinato e de lutar pela implementação da reforma agrária. No entanto, a relação entre os grupos nem sempre foi marcada pela ausência de disputas e conflitos. Desavença ocorrida entre o PCB e a AP pode ser percebida, por exemplo, em correspondência enviada ao Comitê Estadual do partido por um dos seus membros, Roberto Margonari. Esse ao tratar da atuação da AP nas áreas rurais afirmou que:

Minha opinião sobre estes moços da AP (Ação Popular) na viagem que fiz a Monte Alegre e Ituiutaba, jovens 3 deles, e percebi bem que eles querem é nossas ligações, e familiarizar junto a moça que temos influência, e depois disto eles evitam nossa presença e vão ter contato direto²⁵¹.

Assim, nota-se que o PCB muitas vezes disputou com a AP o domínio das ações no campo. Mas o partido, por já estar presente nas áreas rurais mineiras desde a década de 1940, foi o grupo que conseguiu atuar de forma mais intensa junto ao campesinato. O PCB foi o grupo de esquerda que participou da fundação de um maior número de sindicatos rurais, ele esteve presente na criação de 23 dessas organizações²⁵². Isso aponta para a força política alcançada por esse grupo junto aos camponeses, no período anterior ao golpe de 1964.

O PCB contribuiu desta forma, para o reconhecimento político e social do campesinato, como um grupo portador de direitos, não só trabalhistas, mas também políticos, como a liberdade de organização e de manifestação.

2.4. Ação Popular (AP)

A Ação Popular (AP) foi criada em 1962, por uma ala mais à esquerda da Juventude Universitária Católica (JUC)²⁵³, que desejava constituir um movimento

²⁵¹ APM. DOPS. Pasta 5069. Imagem 1269. [Correspondência datada de 04/01/1964 que foi transcrita pela polícia em atestado que relatava documentação apreendida na residência do comunista Élson Costa. Atestado policial datado de 15/06/1964].

²⁵² É importante ressaltar que foi possível observar os grupos presentes na fundação de apenas 51 sindicatos rurais. O que torna o dado de 23 participações bastante significativo, pois revela a presença do PCB em 45% dos sindicatos em que foi possível levantar a participação de algum grupo.

²⁵³ A JUC era um setor especializado de um movimento mais amplo, a Ação Católica (AC), apostolado de leigos promovido pela alta hierarquia da Igreja Católica. No Brasil, a AC foi criada em 1935 pelo arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme. Por volta de 1950, a JUC foi

com atuação especificamente política, permanente e estruturada. A idéia de formação desta nova organização surgiu a partir da necessidade de se estabelecer uma ação que ultrapassasse os ditames da Igreja Católica. A AP não se vinculava às autoridades eclesiásticas, era autônoma, mas, possuía clara inspiração cristã.

A AP, no momento de sua fundação, procurou autodefinir-se como um movimento político independente e defensor de idéias humanistas. No seu Documento Base, aprovado durante o seu I Congresso, realizado em fevereiro de 1963 na cidade de Salvador (BA), as idéias marxistas mesclavam-se à inspiração cristã. Por meio desse documento, a AP definia-se pelo socialismo, pela socialização dos meios de produção. Porém, criticava o meio prático de realizá-lo, que segundo os marxistas seria a ditadura do proletariado. A organização defendia um “socialismo como humanismo”, que seria um socialismo sem ditadura do proletariado²⁵⁴. Ela se propunha à tarefa de elaborar com o povo, na base da contribuição deste, a nova sociedade²⁵⁵.

A AP defendia ainda uma revolução imediatamente socialista no Brasil, e rejeitava a tese veiculada pelo PCB da necessidade de consolidação do capitalismo no país, como etapa prévia à revolução socialista.

Ao ser criada, a AP já estava implantada no meio estudantil, uma vez que seus membros eram oriundos da JUC. Mas a organização pretendia lançar-se com prioridade à organização política de operários e camponeses, sem abandonar o trabalho com os estudantes. Ela desejava se transformar em uma vanguarda revolucionária que liderasse o processo de organização das massas.

Junto ao movimento operário, a AP, até 1964, não conseguiu se inserir de forma consolidada. Apenas alguns membros atuaram de maneira isolada, como foi o caso de Jorge Leal que trabalhou com os operários da refinaria de Mataripe (BA)²⁵⁶.

organizada nacionalmente e se tornou um movimento social significativo. A JUC não era um movimento ideologicamente monolítico e, alguns de seus membros, em fins dos anos 50 passaram a questionar aspectos dominantes na Igreja, como a passividade política diante da ordem estabelecida. No início dos anos 1960, a ala mais à esquerda da JUC que estava sendo questionada pelo episcopado e que desejava atuar mais fortemente na área política passou a constituir a AP.

²⁵⁴ LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular da JUC ao Povo do B.* 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 37.

²⁵⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971.* 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 60.

²⁵⁶ LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *op.cit.*, 1984, p. 45.

Já junto ao campesinato, grupo que interessa a esta análise, a Ação Popular, até o ano de 1964, conseguiu certa inserção. O seu trabalho nas áreas rurais se iniciou com a participação, de alguns de seus membros, no Movimento de Educação de Base (MEB), fundado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e financiado pelo governo federal.

O MEB tinha por objetivo realizar a alfabetização de adultos, no contexto de um programa de educação básica, através de escolas radiofônicas implantadas nas regiões menos desenvolvidas do país. Utilizava o método audiovisual de alfabetização de adultos desenvolvido por Paulo Freire, que buscava conscientizar politicamente os alunos durante a aprendizagem. No momento de sua criação em 1961, o MEB tinha por objetivo atingir apenas as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. No seu início era um movimento paroquial e bastante confessional que, ao longo do tempo, se alterou e tornou-se um projeto cada vez mais laico e comprometido com o desenvolvimento de comunidades auto-sustentadas.

Esta modificação nas suas propostas se iniciou a partir do I Encontro de Coordenadores do MEB, realizado em dezembro de 1962, na cidade do Recife (PE). Após esse encontro, a corrente hegemônica no seu interior passou a ser vinculada aos chamados católicos radicais, ligados à AP. O evento consolidou ainda o princípio de que a educação, razão de ser do MEB, deveria ser considerada como comunicação a serviço da transformação do mundo. Como instrumento dessa prática elaborou-se a cartilha *Viver é Lutar*²⁵⁷. Assim, o MEB passou a realizar um trabalho mais intenso de politização e conscientização do homem do campo.

Mas somente a partir de 1963, de acordo com o Decreto Federal nº 52.267 de 17/07/1963, é que o MEB ficou autorizado a atuar em todas as “áreas subdesenvolvidas do país”²⁵⁸. Após a assinatura deste decreto, ele passou então a trabalhar no estado de Minas Gerais.

Nesse estado, a maior parte dos seus integrantes era composta por membros da AP, o que fez com que as idéias deste grupo se tornassem hegemônicas no trabalho de alfabetização e politização no campo. Segundo Antonio Augusto Prates, membro da AP,

²⁵⁷ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *op. cit.*, 1982, p. 59.

²⁵⁸ Decreto disponível no site www6.senado.gov.br/sicon

O MEB era todo controlado pela Ação Popular, quase não existia mais diferença entre MEB e Ação Popular. Era totalmente controlado. (...) Movimento de Educação de Base. E era basicamente voltado para a área rural. E esse MEB começou na Igreja, mas foi capturado pela gente, da Ação Popular. Então, os diretores do MEB eram da Ação Popular, embora fossem organizações diferentes²⁵⁹.

Para a realização de seu trabalho em Minas, o MEB se dividiu em dois setores: escolas radiofônicas e sindicalismo rural²⁶⁰, além de contar com três seções administrativas, uma em Belo Horizonte, outra em Juiz de Fora e a terceira localizada em Governador Valadares²⁶¹.

Para os objetivos desta dissertação, o setor do MEB a ser analisado com maiores detalhes, será o do sindicalismo rural. Isso não implica afirmar que as escolas radiofônicas não tiveram relevância no trabalho desenvolvido pelo MEB em Minas Gerais. Essas escolas foram fundadas em todo o estado e tinham por meta “não apenas alfabetizar, mas educar no bom sentido, dando ao analfabeto que se instrui uma visão da história e uma consciência de sua posição na sociedade”²⁶². Entretanto, não foi possível levantar os resultados obtidos pelo trabalho desenvolvido por essas escolas, tema que merece ser analisado de forma mais detalhada por futuras pesquisas.

Já em relação ao setor de sindicalização rural, nota-se que esse foi hegemônico pela AP que, através do MEB, pôde trabalhar nas áreas rurais de forma independente a outros grupos de esquerda. Segundo depoimento prestado junto ao DOPS/MG por Antonio de Oliveira Lins, membro da AP,

Antes da organização da Comissão Nacional de Sindicalização Rural, a AP agiu isoladamente através do MEB, fundando diversos sindicatos, ou melhor, de seis a oito sindicatos²⁶³.

Foi possível identificar que a AP, por meio do MEB, orientou a fundação de sindicatos rurais nos seguintes municípios mineiros: Poté, Marliéria, Coronel Fabriciano, Córrego Novo, Centralina e Pará de Minas. Contudo, o MEB pode ter

²⁵⁹ *Centro de Memória e Pesquisa Histórica da PUC Minas*. Fundo: Catolicismo no Brasil Contemporâneo: da politização dos anos sessenta à espiritualização dos anos noventa. Entrevista de Antonio Augusto Pereira Prates.

²⁶⁰ *Última Hora*, 28/09/1963, p. 2.

²⁶¹ *Binômio*, 02/02/1964, p. 6.

²⁶² *Binômio*, 02/02/1964, p. 6.

²⁶³ APM. DOPS. Pasta 0003{1}. Imagem 0291. [Depoimento de Antonio de Oliveira Lins, 07/08/1964].

atuado na criação de um número maior de sindicatos, mas o número seguramente não alcançou uma dezena²⁶⁴.

Vale notar que o sindicato rural de Poté foi fundado ainda em 1962, ano em que, teoricamente, o MEB ainda não estava autorizado a trabalhar na região sudeste do país. Contudo, sua atuação no Vale do Mucuri data de antes da instituição do decreto nº 52.267 de 17/07/1963, que ampliava a área de trabalho do órgão. Porém, não foi possível perceber a razão pela qual o MEB se instalou nessa região em data anterior. Possivelmente isso se deu devido à grande atuação da Juventude Agrária Católica (JAC)²⁶⁵ na região, que pode ter trabalhado, juntamente com a recém criada AP, para instituírem um setor do MEB no Vale do Mucuri.

Todavia, as atividades de sindicalização rural realizadas pelo MEB sofreram um esvaziamento após a instalação de setor estadual da CONSIR em Minas Gerais, no final do ano de 1963. Esse órgão realizava trabalhos conjuntos com a SUPRA, com a finalidade de fundarem sindicatos rurais. De acordo com relatório policial que investigava as atividades da AP no estado,

Instalada em Minas Gerais a Comissão Nacional de Sindicalização Rural, o MEB deixou de cuidar da fundação dos citados sindicatos, passando, tão somente, a prestar-lhe assistência, de modo geral, quer aos sindicatos já fundados, quer aos novos, embora acompanhasse todas as fundações de novas entidades²⁶⁶.

Assim, a AP continuou a trabalhar na fundação de sindicatos rurais, mas não mais através do MEB, e sim por meio da SUPRA e da CONSIR²⁶⁷. Esse esvaziamento da função de criação de sindicatos rurais desempenhada pelo MEB pode ter ocorrido por determinação do governo federal, que desejava centralizar o processo de sindicalização rural através dos órgãos recém criados, SUPRA e CONSIR. Essa possível ingerência do governo nas atividades realizadas pelo MEB

²⁶⁴ O levantamento feito tentou cruzar os dados existentes em toda a documentação pesquisada. Entretanto, nos jornais da época não foi possível obter informações sobre os sindicatos fundados pelo MEB. Esta relação foi criada a partir dos depoimentos de membros da AP que trabalharam no MEB e que foram colhidos pela polícia política por ocasião do golpe civil militar de 1964. Assim, devido a imprecisão dos depoimentos, optei por relacionar apenas os sindicatos que foram citados por um número considerável de integrantes, em geral de 3 a 4 pessoas, na tentativa de criar uma listagem mais precisa.

²⁶⁵ A JAC era outro setor especializado da Ação Católica (AC).

²⁶⁶ APM. DOPS. Pasta 3871. Imagem 1443. [Relatório policial que investigava as atividades realizadas pela AP em Minas Gerais, 26/06/1964].

²⁶⁷ Por meio da SUPRA e da CONSIR foi possível notar que a AP participou da fundação de sindicatos rurais nos municípios de Cataguazes, Ituiutaba, Monte Alegre e Passos.

talvez tenha sido decorrência do fato de que era o governo quem financiava as ações desse movimento.

Com a inserção da AP nos órgãos governamentais, SUPRA e CONSIR, o grupo passou a trabalhar de forma conjunta e, ao mesmo tempo, em disputa com o PCB. Antonio de Oliveira Lins, em seu depoimento, ao ser inquirido sobre a aliança da AP com o PCB, respondeu que:

Não havia por parte da AP qualquer aliança com o PC; no setor camponês que mais de perto o depoente conhece, sabe que com o advento da Comissão Nacional de Sindicalização Rural estabeleceu-se “frente única” para trabalho de sindicalização. (...) Deve-se esclarecer que essa “frente única” se prendia a trabalho concreto e não a objetivos ou ideologia²⁶⁸.

Já Geraldo Antonio Pinto, membro da AP que trabalhou no MEB e, posteriormente na CONSIR, em seu depoimento afirmou que:

No Setor da Sindicalização Rural havia comunistas atuando e que o trabalho da AP era no sentido de disputar a liderança, dando mais autenticidade aos órgãos sindicais, ou melhor, aos sindicatos²⁶⁹.

Por sua vez, Sílvio Diniz Gomes de Almeida, estudante universitário que também era membro da AP, em depoimento prestado ao DOPS/MG, disse que:

A AP trabalhou em “frente única” com o PC nos momentos em que não poderia trabalhar sozinha. A atuação da AP não era convergente com a do PC, antes paralela, sendo o PC o único órgão de peso na atuação popular não poderíamos deixar com que uma bandeira certa permanecesse segura por mãos erradas²⁷⁰.

Vale observar que esses depoimentos foram prestados à polícia após a instauração do golpe civil militar e que talvez os membros da AP, para se protegerem, quisessem passar a impressão de possuírem pouco envolvimento com o PCB.

No entanto, nota-se que em Minas Gerais a AP e o PCB atuaram em conjunto nas áreas rurais, uma vez que ambos trabalharam nos órgãos federais SUPRA e CONSIR. De acordo com o membro da AP, Ricardo Prata Soares, “a gente tinha boa

²⁶⁸ APM. DOPS. Pasta 4152. Imagem 0134. [Depoimento de Antonio de Oliveira Lins, 07/08/1964].

²⁶⁹ APM. DOPS. Pasta 4152. Imagem 0153. [Depoimento de Geraldo Antonio Pinto, 09/06/1964].

²⁷⁰ APM. DOPS. Pasta 0003 {1}. Imagem 0251. [Depoimento de Sílvio Diniz Gomes de Almeida, 23/07/1964].

relação com o Partidão. No Partidão tinha o Jerônimo Moura, que era um velho militante, e que a gente dividia as coisas. A gente trabalhava junto”²⁷¹.

Mas apesar da AP trabalhar em frente única com o PCB, visando à organização de sindicatos rurais, em determinados momentos o grupo procurava agir de forma isolada, na tentativa de obter a liderança dos movimentos. Geraldo Antonio Pinto, por exemplo, em fins de 1963, organizou um curso sobre reforma agrária a ser ministrado para camponeses, que deveria ser realizado nos “bastidores”, para que o grupo ligado à ATAMG e ao PCB dele não tivesse conhecimento²⁷².

Além disso, no momento da fundação das três federações estaduais, que congregariam os camponeses mineiros, o secretário do PCB em Minas Gerais, Élson Costa, foi indicado para assessorar o trabalho da Federação de Trabalhadores na Lavoura. A essa nomeação, Antonio de Oliveira Lins não se indispôs, pois foi indicado para assessorar o trabalho da Federação de Produtores Autônomos. O que, segundo Lins, “contrabalançaria” a presença do secretário comunista no trabalho de sindicalização rural²⁷³.

Esses dois episódios revelam que a relação da AP com o PCB não era inteiramente conciliadora e apontam também para a existência de disputas de poder constantes entre os dois grupos.

Ambos os grupos almejavam obter a liderança das ações realizadas no campo e para alcançar tal objetivo, a AP, além de atuar nos órgãos governamentais, SUPRA e CONSIR, procurou também trabalhar junto ao campesinato de forma autônoma. O grupo criou até mesmo um setor específico para o trabalho nas áreas rurais, que era denominado *setor camponês*. Dele faziam parte, Ricardo Prata Soares, Vilmar Evangelista Faria, Geraldo Antonio Pinto, Raimundo Figueiredo, Jair Ferreira de Sá,

²⁷¹ Centro de Memória e Pesquisa Histórica da PUC Minas. Fundo: Catolicismo no Brasil Contemporâneo: da politização dos anos sessenta à espiritualização dos anos noventa. Entrevista de Ricardo Prata Soares.

²⁷² APM. DOPS. Pasta 3871. Imagem 1457. [Atestado de antecedentes políticos e sociais de Geraldo Antonio Pinto, 28/03/1967].

²⁷³ APM. DOPS. Pasta 0003{1}. Imagem 0293. [Depoimento de Antonio de Oliveira Lins, 07/08/1964].

dentre outros. Esse setor conseguiu em certa medida alcançar o seu objetivo, uma vez que trabalhou autonomamente e fundou oito sindicatos rurais²⁷⁴.

A AP participou, com isso, da fundação de 19 sindicatos rurais no total. Além dos oito sindicatos que ela organizou de forma autônoma, a AP criou ainda, seis sindicatos por meio do MEB, quatro junto com a SUPRA e a CONSI²⁷⁵ e um em aliança com o PCB e a POLOP.

Apesar de em seu discurso a AP adotar uma posição à esquerda do governo federal, ao trabalhar com a sindicalização rural o grupo acabou por se integrar ao esforço reformista da época²⁷⁶. Mas isso não significa afirmar que a sua atuação tenha se restringido apenas a ações legais, como a fundação de sindicatos nas áreas rurais.

Segundo Bonome, a AP se não dirigiu ou esteve à frente de invasões de terras, não lançava olhares tortos, muito ao contrário, desde que se observassem condições de segurança, as invasões eram aconselháveis²⁷⁷. De acordo com a autora, para a AP, todas as formas de ação eram válidas, de petições e telegramas ao governo até as invasões de propriedades, tudo parecia ser bem vindo desde que em prol da libertação do homem²⁷⁸.

No entanto, em Minas Gerais, não foi possível identificar a presença de membros da AP em invasões de propriedades, uma vez que o movimento camponês no estado não atuou no sentido de ocupar terras de outrem. Ao contrário, os camponeses mineiros reivindicavam a posse de terras que pertenceriam ao Estado e que eram, por isso, passíveis de desapropriação.

Em Minas Gerais, a AP realizou um trabalho de politização nas áreas rurais e procurou defender os direitos e anseios do campesinato. Se os camponeses lutavam

²⁷⁴ A AP participou da fundação de quatro sindicatos rurais, dois no município de Esmeraldas e dois em Paracatu. Os demais sindicatos foram fundados em Mesquita, Marliéria, Belo Oriente e Centralina.

²⁷⁵ São os sindicatos de Cataguazes, Ituiutaba, Monte Alegre e Passos. No entanto, conforme afirmado anteriormente, os sindicatos de Ituiutaba e Monte Alegre contaram também com a participação de membros do PCB.

²⁷⁶ RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, volume 5: partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2007, p. 234.

²⁷⁷ BONOME, Maria Angélica Vieira. *A praia sob o paralelepípedo a experiência da AP e as potencialidades da ação política*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1994, p. 94.

²⁷⁸ BONOME, Maria Angélica Vieira. *op. cit.*, 1994, p. 99.

pelo seu direito de organização por meio da fundação de sindicatos rurais e, muitas vezes, reivindicavam a posse de terras pertencentes ao Estado, foi para atender a essas reivindicações que trabalharam os membros do AP que se dirigiram para as áreas rurais.

2.5. Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP)

A Organização Revolucionária Marxista–Política Operária (POLOP) foi criada em fevereiro de 1961 e representou um fenômeno novo em um cenário no qual a contestação à hegemonia do PCB vinha há décadas sendo feita por setores trotskistas, mas que não lograram nenhuma influência efetiva entre os setores de esquerda, nem uma atuação significativa junto aos movimentos de massa. A POLOP, por sua vez, mesmo não tendo chegado a desempenhar tampouco papel preponderante nos movimentos sociais, apareceu trazendo propostas que foram debatidas por amplos setores da esquerda²⁷⁹.

A grande contribuição teórica da POLOP foi a análise inovadora da sociedade brasileira, e por consequência sua estratégia política, que se afastava das idéias do PCB. Neste caminho, vale destacar a sua concepção segundo a qual a economia brasileira seria plenamente capitalista e de que a burguesia nacional era associada ao imperialismo, não restando outro caminho ao proletariado senão a independência política e a implementação de uma revolução socialista.

O Congresso de fundação da POLOP ocorrido em 1961, na cidade de Jundiá (SP), contou com a participação de cerca de 20 delegados que representavam aproximadamente 100 militantes oriundos de diversos grupos e setores sociais. Entre seus fundadores estavam membros procedentes da Juventude Socialista, da Guanabara; da Liga Socialista; da Juventude trabalhista, de Minas Gerais; do Partido Socialista Brasileiro (PSB), e muitos militantes independentes²⁸⁰. O que unia essa diversidade de tendências era, antes de tudo, a crítica à linha política adotada pelo PCB em 1958, que propunha uma aliança com a burguesia para completar as tarefas democrático-burguesas no país.

²⁷⁹ SALES, Jean Rodrigues. *op. cit.*, 2005, p. 179.

²⁸⁰ SALES, Jean Rodrigues. *op. cit.*, 2005, p. 180.

De acordo com a POLOP, a revolução socialista aparecia como necessidade inadiável para a resolução do problema da classe trabalhadora. A estratégia revolucionária, por sua vez, retomava claramente o modelo bolchevique de revolução e propunha a insurreição de massas liderada pela classe operária como caminho para se chegar ao socialismo. O operário era visto, desta maneira, como o sujeito político fundamental para a revolução. A este deveriam somar-se outros segmentos sociais, principalmente os camponeses, numa Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo²⁸¹. Segundo a organização,

Os principais aliados da classe operária brasileira se encontram entre os trabalhadores do campo. A grande massa da população rural se encontra em estado de proletarização: ou já são proletários rurais sem nada de seu além da força de trabalho, ou são meeiros, parceiros ou pequenos camponeses, cujas terras mal dão para o sustento da família e que, em geral, apenas completam ganhos obtidos na condição de empregados nos latifúndios. A incapacidade do capitalismo brasileiro oferecer uma saída menos miserável para esses trabalhadores coloca a possibilidade objetiva da aliança dos trabalhadores rurais e urbanos²⁸².

Mas a POLOP não se considerava necessariamente o partido de vanguarda, a organização propunha uma frente política da cidade e do campo, de onde ele deveria nascer. Outra característica importante da organização é que ela apontava como tarefa principal naquele momento “dar consciência ao proletariado”, uma vez que se estava em uma fase de preparação revolucionária, na qual a ênfase deveria recair sobre o trabalho de propaganda e de atividades de organização do proletariado.

Além disso, a POLOP se opunha ao governo João Goulart, que era visto como um aliado dos interesses burgueses. O grupo também criticava a implementação das reformas de base, que eram analisadas como uma tentativa de mistificação do operariado. A luta democrática pela reforma agrária era condenada pela organização que afirmava que o seu triunfo daria origem inevitável a um campesinato conservador e anti-socialista²⁸³.

²⁸¹ MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967) In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, volume 5: partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2007, p. 189.

²⁸² MATTOS, Marcelo Badaró. *op. cit.*, 2007, p. 189. Trecho de documento intitulado “Resolução do IV Congresso da ORM-PO”.

²⁸³ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987, p. 36.

Para a solução do problema da concentração fundiária existente no país, a POLOP propunha a coletivização das propriedades. Porém, em locais onde não houvesse condições para a adoção desta medida, a organização acreditava ser possível a implementação da “nacionalização dos solos, isto é, a passagem para as mãos do Estado da renda da terra”²⁸⁴. Segundo a POLOP, a nacionalização da terra não impediria a existência de pequenas propriedades privadas, mas impossibilitaria o arrendamento privado da terra e a sua utilização para fins especulativos.

Concretamente, porém, a POLOP se mostrou incapaz de elaborar uma alternativa tática viável para o nacionalismo e o reformismo que tanto criticava. Além disso, seu trabalho junto às massas se mostrou muito limitado. De acordo com Gorender, até o golpe de 1964 a organização teve a sua atuação restrita ao meio intelectual e à produção teórica, sem conseguir penetração nos movimentos de massa²⁸⁵.

Esta fraqueza de inserção também pode ser percebida no trabalho exercido pela organização junto ao movimento camponês existente em Minas Gerais no período do pré-golpe. Se comparada aos dois outros grupos de esquerda analisados anteriormente, o PCB e a AP, a POLOP teve uma atuação muito restrita e secundária. De acordo com um membro da organização, “naquela época a POLOP ainda não tinha um projeto para ir ao campo”²⁸⁶. Diante dessa precária organização para o trabalho com o campesinato, os seus membros conseguiram atuar apenas junto ao movimento camponês existente na região de Três Marias.

Os camponeses dessa região reivindicavam a posse de uma área localizada às margens do rio São Francisco, próxima à represa de Três Marias. De acordo com lei da Capitania Fluvial dos Portos de São Francisco era facultado a qualquer cidadão e preferencialmente aos pescadores matriculados, o direito de ocupação de terras a 15 metros acima das enchentes anuais do rio São Francisco. Essas terras pertenceriam à União e os camponeses vislumbrando a possibilidade de obterem a sua posse ocuparam a região e iniciaram as plantações. Estas ocupações geraram conflitos com latifundiário, que alegava ser o proprietário da área²⁸⁷.

²⁸⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *op. cit.*, 2006, p. 128. Documento produzido pela POLOP, intitulado *As lutas de classes no Brasil*.

²⁸⁵ GORENDER, Jacob. *op. cit.*, 1987, p. 36.

²⁸⁶ Entrevista de Guido Rocha. In: BORGES, Maria Eliza Linhares. *op. cit.*, 1988, p. 193.

²⁸⁷ Uma descrição pormenorizada do conflito pode ser encontrada no Capítulo 3.

Diante dessa disputa entre latifundiário e camponeses, membros do PCB, da AP e da POLOP passaram a atuar na região na tentativa de se obter a posse da terra para o campesinato. A POLOP chegou a enviar para a localidade um de seus membros, o então estudante do curso de sociologia da UFMG Guido de Souza Rocha, que interrompeu os seus estudos e foi morar junto aos camponeses. De acordo com a polícia política,

Guido de Souza Rocha, estudante transformado em mestre da subversão, mencionado como membro da POLOP (...). Orientava e doutrinava os membros da liga camponesa de Três Marias. Agitador perigoso e instrutor de guerrilhas dos lavradores de Três Marias²⁸⁸.

Guido, ao iniciar seus trabalhos em Três Marias procurou implementar as propostas teóricas veiculadas pela POLOP e sugeriu ao campesinato a coletivização das terras, uma vez que acreditava que essa seria a solução para o problema da concentração fundiária. Entretanto, essa não era uma reivindicação dos camponeses da região. Segundo Randolpho Fernandes, líder do campesinato local, “Guido dizia que deveríamos plantar em conjunto, que a colheita devia ser dividida (...); e eu não gostei dessa solução”²⁸⁹.

Como a tentativa da POLOP de colocar em prática um dos seus objetivos teóricos não obteve o resultado esperado, a organização resolveu modificar a sua forma de atuação. O grupo não relutou em apoiar as ações desenvolvidas pelo PCB e pela AP, que procuravam atender às reivindicações dos camponeses que viviam na localidade, como a fundação de uma associação que posteriormente foi transformada em sindicato rural, a construção de uma escola e a adoção de medidas legais para conseguir a posse das terras²⁹⁰.

A organização que na teoria criticava os métodos e as formas de atuação propostos pelo PCB acabou por se aliar a esse grupo na tarefa de tentar alcançar as propostas almejadas pelo campesinato. Além disso, apesar de ser contrária ao governo João Goulart e à implementação das reformas de base, a POLOP apoiou a fundação e trabalhou junto ao Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Três

²⁸⁸ APM. DOPS. Pasta 0824. Imagem 1677. [Atestado de antecedentes políticos e sociais de Guido de Souza Rocha, 02/04/1973].

²⁸⁹ Depoimento de Randolpho Fernandes prestado a 4ª Auditoria Militar de Juiz de Fora. In: BORGES, Maria Eliza Linhares. *op. cit.* 1988, p. 194.

²⁹⁰ As medidas adotadas na região de Três Marias serão descritas de forma mais detalhada no Capítulo 3.

Marias, órgão criado por meio de mecanismos legais, instituídos pelo governo Jango, e que participava da luta democrática pela implementação da reforma agrária. Assim, apesar de propor ações que visavam à instauração imediata do socialismo, a POLOP acabou por atuar dentro de órgãos instituídos pelo governo. O que revela a diferenciação entre as suas concepções teóricas e a sua atuação prática.

2.6. Proprietários de terras

Os proprietários de terras foram o grupo que se opôs de forma mais organizada à mobilização do campesinato e à luta pela realização de uma reforma agrária efetiva. A partir do momento em que o campesinato começou a se organizar e a lutar por terras e direitos, as ações dos proprietários também se iniciaram no sentido de conter e reprimir as reivindicações camponesas. O grupo buscou meios, muitas vezes implícitos, para se opor aos camponeses. Afinal, para conter o movimento insurgente no meio rural, os proprietários necessitavam obter o apoio de diferentes setores da sociedade. Assim, eles se utilizaram de argumentos que eram temidos por grande parte da sociedade, como a ameaça comunista, para legitimar os seus atos. O que não significa afirmar que os proprietários não acreditassem nessa ameaça, ao contrário, esse grupo temia que as propostas comunistas angariassem cada vez mais adeptos, por isso eles agiram para conter a disseminação do “perigo vermelho”.

Em Minas Gerais, diante da ameaça causada pelo crescimento do movimento camponês e pela tramitação no Congresso Nacional de inúmeros projetos de reforma agrária, os proprietários rurais do estado, já no início dos anos 1960, procuraram se mobilizar e se organizar para atuar de forma coesa e eficiente contra a possível perda de suas terras. Para fazer frente à mobilização do campesinato, o setor latifundiário também incentivou a organização dos proprietários em associações rurais.

Entre os anos de 1961 e 1964 houve um grande crescimento dessas organizações. Em Minas Gerais, até o ano de 1964, essas associações alcançaram a cifra de 294 organizações. Em todo Brasil, nesse mesmo período, o número de

associações rurais chegou a 2.025²⁹¹. Esses números apontam para a grande mobilização alcançada pelos proprietários de terras no período pré-golpe.

O ruralista mineiro José Rezende Peres em manifesto divulgado no jornal *Estado de Minas* já conclamava a união do grupo, para que esse pudesse defender seus interesses:

É preciso dar todo apoio à Associação Rural. É preciso comparecer às reuniões, aumentar o número de sócios, construir sedes, criar serviços e cooperativas, apoiar as Federações Estaduais, prestigiar a Confederação Rural. O Associativismo Rural, nas democracias, é a arma mais profícua para defesa da classe, para a defesa de um estilo de vida livremente escolhido²⁹².

As associações rurais eram entidades que congregavam os proprietários de terras de um determinado município e que atuavam em defesa dos objetivos desse grupo. Já a nível estadual, a Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais (FAREM), criada em 1951, era a instituição que representava todas as associações rurais existentes no estado.

No início da década de 1960, a FAREM atuou de forma intensa na defesa do setor ruralista e procurou de diversas formas promover a união do grupo. Com esse intuito, a instituição organizou a I Concentração Ruralista, ocorrida em Belo Horizonte, nos dias 27 e 28 de outubro de 1961, no auditório do Centro de Cultura Italiana.

Nesse evento se discutiria os projetos de reforma agrária em tramitação no Congresso Nacional, com a finalidade de apresentar uma posição a ser adotada pelo conjunto dos ruralistas mineiros diante da questão da reforma agrária.

A concentração contou com a participação de duas centenas de delegações de ruralistas do interior do estado e de várias autoridades estaduais e federais ligadas ao problema da agricultura²⁹³. Foram especialmente convidados pela FAREM para participarem do conclave o senador Milton Campos, presidente do Grupo de Trabalho criado pelo ex-presidente Jânio Quadros para estudar propostas de realização da reforma agrária no país, e o ex-ministro da Justiça, Francisco Campos, presidente do grupo de trabalho criado pelo governador Magalhães Pinto para estudar

²⁹¹ Anuário Estatístico do Brasil, 1965, p. 376. Disponível no site www.ibge.gov.br

²⁹² *Estado de Minas*, 21/10/1962, p. 8.

²⁹³ *Estado de Minas*, 18/10/1961, p. 2.

a viabilidade da execução da reforma agrária no estado de Minas Gerais. Contudo, nenhum dos dois pôde comparecer ao evento.

Entretanto, essa primeira concentração foi marcada pela presença de inúmeras outras autoridades, como o governador, Magalhães Pinto; o vice-governador, Clóvis Salgado; o secretário da agricultura do estado de Minas Gerais, Paulo Salvo; o diretor da Confederação Rural Brasileira, Amaro Cavalcanti; os deputados federais, Manoel de Almeida, Abel Rafael Pinto e Último de Carvalho; os deputados estaduais, Pio Canedo, Dirceu Duarte Braga, Geraldo Landi, Otelino Sol, Sebastião Anastácio, dentre outros²⁹⁴.

Analisados os vários discursos apresentados durante a realização do evento, nota-se que todos concordavam que a reforma agrária não poderia ser realizada com alterações na Constituição, pois a modificação dessa era vista como um atentado inadmissível ao direito de propriedade. Além disso, é possível perceber um forte sentimento anticomunista nas falas dos presentes na concentração. O deputado Último de Carvalho, por exemplo,

Atacou rudemente os socialistas avançados e os comunistas brasileiros, dizendo que os mesmos não são sinceros quando propugnam por uma reforma agrária. Disse que o que se precisa fazer é uma reforma da organização agrária hoje, e nunca uma reforma agrária, 'porque se ela for posta nos termos atuais, não teremos no Brasil a reforma agrária e, sim, a implantação do comunismo'²⁹⁵.

Durante a realização do evento a FAREM aprovou ainda uma série de pontos básicos para a solução dos problemas relativos à terra e ao agricultor, quais sejam:

- 1- A Classe Rural Mineira aceita e recomenda uma Reforma Agrária evolutiva, democrática e cristã.
- 2- A Reforma Agrária há de importar na dignificação do homem e valorização do seu trabalho, com o aumento da produtividade.
- 3- A propriedade rural deve ser considerada segundo o seu aproveitamento econômico e em função do bem-estar social.
- 4- A Classe Rural mineira preconiza o aproveitamento, imediato e racional, das terras públicas.

²⁹⁴ *Estado de Minas*, 29/10/1961, p. 2.

²⁹⁵ *Estado de Minas*, 29/10/1961, p. 2.

- 5- Toda e qualquer desapropriação que se torne imperativa, face ao interesse social, deve se processar com o estrito respeito aos princípios da Constituição Federal vigente.
- 6- Recomenda a criação do Instituto Rural, em moldes cristãos e adequados ao meio rural, visando a proteção do trabalhador rural, no regime de trabalho e previdência social.
- 7- Desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo rural.
- 8- Dinamização do Serviço Rural, dando-lhe vida própria e autônoma.
- 9- A FAREM, em colaboração com as demais entidades representativas da classe, deverá elaborar e remeter, com urgência, à CRB, anteprojeto de lei para a Reforma Agrária, aproveitando os trabalhos oferecidos em Plenário, dando especial atenção aos projetos em tramitação no Congresso Nacional.
- 10- A Classe Rural mineira entende como urgente e inadiável a aprovação da Reforma Bancária, como ponto básico para qualquer providência relativa à Reforma Agrária.
- 11- A Classe Rural mineira, una, coesa, manifesta seu firme propósito de defender, vigilantemente, os direitos e reivindicações aqui afirmados, tendo em vista os supremos interesses do País²⁹⁶.

A partir da realização dessa primeira concentração, os proprietários puderam manifestar as suas opiniões em relação à questão da reforma agrária. De acordo com o jornal *Última Hora*, “dos 300 ruralistas presentes no evento, poucos conheciam os projetos de reforma agrária que estavam sendo discutidos”²⁹⁷. Porém, esse foi o primeiro de uma série de encontros, que propiciaram aos ruralistas mineiros a oportunidade de debaterem e aprenderem sobre os projetos de reforma agrária, e também de discutirem e divulgarem a opinião do grupo em relação a essa questão, tão polêmica no período.

Dois meses depois, no dia 22 de dezembro de 1961, foi realizada na cidade de Belo Horizonte, a I Concentração Regional de Agricultores. A realização de outro evento de ruralistas na mesma cidade, em um curto intervalo de tempo, pode ser explicada devido ao temor causado pela grande repercussão alcançada pelo I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas realizado no mês de

²⁹⁶ *Folha de Minas*, 31/10/1961, p. 1- 2.

²⁹⁷ *Última Hora*, 30/10/1961, p. 7.

novembro. De acordo com o jornal *Estado de Minas*, a concentração ruralista visava demonstrar que:

A reforma agrária nunca deverá ser realizada nos termos que vem sendo pregada e debatida por conhecidos agitadores de nossa vida política, ou seja, sob o lema vermelho “terra ou revolução”, como ficou evidenciado em recente congresso de tendências esquerdistas realizado nesta capital²⁹⁸.

Esta concentração ocorreu na sede da Secretaria de Saúde e Assistência Pública e foi organizada pelas três entidades representativas das classes rurais, a Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais (FAREM), a Sociedade Mineira de Agricultura (SMA) e a União das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (UCEMG). O objetivo era promover um debate entre os proprietários de terras do estado sobre as conclusões a que chegaram os participantes do evento realizado nos dias 27 e 28 de outubro, ou seja, a finalidade era discutir questões referentes à reforma agrária²⁹⁹.

O conclave contou com a participação de mais de três mil ruralistas e também com a presença do governador Magalhães Pinto. Ele foi dirigido pelo presidente da FAREM, Josaphat Macedo e participaram de sua mesa diretora o secretário da agricultura, Paulo Salvo, os deputados Dirceu Duarte Braga, Odilon Rodrigues de Souza e Luiz Maranhã, o presidente da SMA, João de Matos Costa e o presidente da UCEMG, Paulo de Souza Lima³⁰⁰.

Esse último, ao discursar sobre a questão da realização da reforma agrária, afirmou que:

Não somos contrários, apesar do amor que temos às nossas glebas, às desapropriações desde que se destinem ao bem comum e que tenham a justa indenização como prescreve a nossa Carta Magna. Lamentamos e estranhamos que Deputados reconhecidamente democratas e de alto gabarito moral, tenham subscrito as emendas comunistas no nosso Congresso, **pedindo a reforma da Constituição para permitir a desapropriação das terras à moda da Rússia e de Cuba**³⁰¹.

Nota-se que assim como no evento ocorrido no mês de outubro, a defesa da Constituição foi um dos pontos mais defendidos pelos ruralistas, que não desejavam receber títulos da dívida pública como forma de pagamento pelas desapropriações.

²⁹⁸ *Estado de Minas*, 01/12/1961, p. 9.

²⁹⁹ *Estado de Minas*, 21/12/1961, p. 4.

³⁰⁰ *Estado de Minas*, 23/12/1961, p. 5.

³⁰¹ *Estado de Minas*, 23/12/1961, p. 5. Grifos meus.

De acordo com os proprietários, um governo que não pagava nem os juros não pagaria pelos títulos.

Além disso, é possível perceber ainda, que a associação da modificação da Constituição com atitudes eminentemente comunistas visava alarmar os ouvintes quanto à necessidade de mudanças no texto constitucional. Afinal, alterações na Constituição eram vistas como medidas perigosas e ameaçadoras, pois ocorreriam “à moda da Rússia e de Cuba”.

Ao tratar dos objetivos do conclave, o proprietário de terras de Almenara, Darwin da Silva Cordeiro afirmou que:

Essa é uma reunião de suma importância para os agricultores mineiros, pois poderemos analisar detalhadamente **o problema da reforma agrária, já tão explorado pelos comunistas, como meio de agitação.** (...) Repito que todos nós somos por uma reforma agrária, mas democrática e cristã e devemos ressaltar que o maior latifundiário no país é o próprio governo³⁰².

A fala desse ruralista é indicativa do temor que acometeu os proprietários de terras após a realização do Congresso de Belo Horizonte. Segundo o jornal *Binômio*, a FAREM teria organizado essa concentração “para tentar abafar as repercussões do Congresso dos Camponeses”³⁰³.

Mas de acordo com o presidente da SMA, João de Matos Costa,

Trata-se, pois, de um congresso sem política, sem características ideológicas, destinado a estudar a reforma agrária, num clima de ordem, enquadrada na realidade nacional³⁰⁴.

No entanto, João de Matos Costa, em sua fala, teceu várias críticas ao Congresso de Belo Horizonte e afirmou que “se tratava de elementos que desejavam a qualquer preço a bolchevisação do Brasil”³⁰⁵.

A partir dos discursos proferidos durante o evento é possível perceber o grande temor dos proprietários de terras de que fosse realizado no país um processo de reforma agrária “eminentemente comunista”. Um dos ruralistas chegou até mesmo a concitar os presentes, “a defendermos nossas terras dentro da lei ou na marra”³⁰⁶.

³⁰² *Estado de Minas*, 22/12/1961, p. 5. Grifos meus.

³⁰³ *Binômio*, 12/02/1962, p. 3.

³⁰⁴ *Estado de Minas*, 14/12/1961, p. 6.

³⁰⁵ *Estado de Minas*. 23/12/1961, p. 5.

³⁰⁶ *Binômio*, 12/02/1962, p. 3.

Os ruralistas desejavam aprovar resoluções que não produzissem alterações na estrutura fundiária do país. O grupo se mostrava disposto também a adotar qualquer medida para proteger as suas propriedades, até mesmo a prática de ações violentas contra o campesinato.

Meses após a realização dessa concentração, a FAREM foi acusada de comprar cerca de 15 mil carabinas que seriam distribuídas aos ruralistas do estado para que esses pudessem defender suas terras das ameaças de invasão³⁰⁷. O presidente da instituição, Josaphat Macedo, negou, porém a acusação.

Durante a realização da I Concentração Regional de Agricultores foi aprovada ainda a Carta de Princípios da Classe Rural cujo ponto central era o tópico em que os ruralistas manifestaram-se a favor da reforma agrária, “desde que esta seja cristã, democrática e evolutiva e que, em caso de desapropriação, sejam respeitados os princípios constitucionais, especificamente o artigo 141 da Constituição Federal”³⁰⁸. Os ruralistas procuravam, assim, associar as suas idéias aos valores cristãos e democráticos, o que revela o intuito do grupo de obter o respaldo da sociedade. Afinal, a adoção de medidas ligadas à defesa da religião e da ordem certamente teriam boa aceitação junto à maior parte da população.

Além disso, os ruralistas confiaram à FAREM e às duas outras entidades promotoras do certame, a SMA e a UCEMG, o estudo do problema da reforma agrária e da defesa de medidas que visassem salvaguardar os seus legítimos interesses.

Já a Carta de Princípios deveria ser submetida à apreciação nas concentrações ruralistas que ocorreriam logo após a realização desse conclave. A I Concentração Regional de Agricultores marcou com isso, o início de uma série de concentrações regionais que ocorreriam em todo o estado e que objetivavam discutir a questão da reforma agrária com os proprietários de terras de diversas localidades de Minas Gerais.

A pesquisa conseguiu levantar que, após a realização desses dois eventos em Belo Horizonte, a I Concentração Ruralista e a I Concentração Regional de Agricultores, outras concentrações ruralistas ocorreram nos seguintes municípios mineiros: Juiz de Fora (janeiro de 1962), Ponte Nova (fevereiro de 1962), Teófilo

³⁰⁷ *Binômio*, 19/02/1962, p. 3.

³⁰⁸ *Folha de Minas*, 27/01/1962, p. 3.

Otoni (fevereiro de 1962), Governador Valadares (fevereiro de 1962), Canápolis (março de 1962), Montes Claros (abril de 1962), Uberlândia (abril de 1962), Pedro Leopoldo (maio de 1963), Pompéu (maio de 1963), Uberaba (maio de 1963), Cássia (junho de 1963), Caratinga (junho de 1963), Sete Lagoas (junho de 1963), Ponte Nova (junho de 1963) Barbacena (junho de 1963), Brumadinho (junho de 1963), Paraopeba (junho de 1963), Lavras (julho de 1963), Governador Valadares (julho de 1963), Araxá (julho de 1963), Almenara (agosto de 1963), Montes Claros (agosto de 1963), Poços de Caldas (setembro de 1963), Pouso Alegre (janeiro de 1964), Coronel Fabriciano (fevereiro de 1964), Nanuque (fevereiro de 1964), Carlos Chagas (fevereiro de 1964) e Piumhi (março de 1964)³⁰⁹.

Essas concentrações foram organizadas pelas associações rurais municipais, sob os auspícios da FAREM, e contavam invariavelmente com a presença de Josaphat Macedo. Esses eventos foram marcados pela presença de ruralistas oriundos de diversos municípios e tiveram por efeito agregar os proprietários de terras de diversas regiões do estado na busca de um objetivo comum: tentar inviabilizar a execução da reforma agrária através de alterações na Constituição.

A primeira concentração ruralista realizada no interior do estado ocorreu em Juiz de Fora no dia 24 de janeiro de 1962. Após a realização desse conclave, os ruralistas mineiros se dirigiram para o Rio de Janeiro, onde participariam da VI Conferência Rural Brasileira. Esse evento ocorrido no estádio do Maracanãzinho contou com a presença de 10 mil ruralistas de todo o país, sendo aproximadamente mil oriundos de Minas Gerais³¹⁰.

De acordo com a Confederação Rural Brasileira (CRB), a realização dessa conferência era decorrência inevitável do tumultuado ambiente político em que se sucediam as mais antagônicas proposições sobre a chamada reforma agrária, algumas eivadas de lamentáveis excessos demagógicos e, não raro, prejudicadas por infração aos direitos assegurados pela Constituição³¹¹.

³⁰⁹ Esses dados foram obtidos a partir da leitura dos jornais e dos documentos acumulados no acervo do DOPS/MG. Porém, Heloísa Murgel Starling no livro *Os senhores das Gerais: os Novos inconfidentes e o golpe militar*, 1986, p. 253, levantou que concentrações ruralistas ocorreram nos municípios de Governador Valadares, Ponte Nova, Juiz de Fora, Teófilo Otoni, Montes Claros, Bom Despacho, Alto Paraíba, Pouso Alegre e Uberlândia.

³¹⁰ *Estado de Minas*, 24/01/1962, p. 2.

³¹¹ *Estado de Minas*, 21/01/1962, p. 1; *Folha de Minas*, 19/01/1962, p. 3.

Nota-se assim, que em todo o país os ruralistas procuraram se unir para tentar impedir que estrutura fundiária brasileira fosse alterada. Em Minas Gerais, conforme apresentado anteriormente, inúmeras foram as concentrações ruralistas. Mas um grande número desses conclaves ocorreu em junho de 1963. Isso se explica devido à realização no final desse mesmo mês, no dia 22, de Concentração Estadual Ruralista. Por isso, muitas concentrações ocorreram no interior do estado, com o intuito de discutirem propostas a serem levadas ao debate que aconteceria durante a realização desse evento estadual.

A Concentração Estadual Ruralista ocorreu na cidade de Belo Horizonte, no teatro Francisco Nunes e contou com a presença de mais de 1.200 ruralistas de 301 municípios mineiros, sob a liderança de Iris Meinberg, presidente da CRB³¹². O conclave foi promovido pela FAREM, pela SMA e pela UCEMG. Na solenidade de abertura, Josaphat Macedo afirmou que:

Esta concentração uma das muitas que se vêm realizando e não de ser realizadas por todo o Estado, debatendo o problema da reforma agrária, dessa reforma agrária que nós queremos, desejamos e estamos pleiteando, democrática e cristã, mas que não esteja de maneira alguma vinculada a uma reforma constitucional³¹³.

O evento objetivava demonstrar a força adquirida pelos ruralistas do estado de Minas, além de reafirmar os propósitos de intocabilidade da Constituição. Uma das pessoas que discursou durante a concentração foi o comandante cubano Raul Torres, que participou da Revolução Cubana, mas depois entrou em discordância com as idéias de Fidel Castro. O comandante foi expulso do seu país e se asilou no Brasil. Ao ser perguntado sobre o processo de reforma agrária realizado em Cuba, Raul Torres afirmou que:

A reforma agrária não resolveu os problemas dos camponeses cubanos, ao contrário, piorou a situação dos que viviam nas áreas rurais. O governo cubano passou a não pagar o camponês que trabalhava nas cooperativas de oito a dez horas por dia e depois tinha que montar guarda com um fuzil nos ombros noite a fora. Como pagamento recebia um papel que servia, exclusivamente, para trocar por comida³¹⁴.

³¹² APM. DOPS. Pasta 0220. Imagem 2138. [Relatório policial sobre concentração ruralista realizada no teatro Francisco Nunes, 26/06/1963].

³¹³ APM. DOPS. Pasta 0220. Imagem 2138. [Relatório policial sobre concentração ruralista realizada no teatro Francisco Nunes, 26/06/1963].

³¹⁴ APM. DOPS. Pasta 0220. Imagem 2145. [Relatório policial sobre concentração ruralista realizada no teatro Francisco Nunes, 26/06/1963].

A fala desse comandante é indicativa da pretensão dos ruralistas, assinalar os malefícios da implementação de uma reforma agrária executada por “extremistas”, tal como o ocorrido em Cuba. Apontava também para o sentimento de perda da liberdade acarretado pela execução dessa reforma. Esses argumentos reforçavam as idéias dos ruralistas e acabavam por demonstrar como as reformas eram prejudiciais a todos, não só aos proprietários de terras.

Durante o evento muitos foram os oradores, mas a fala de um ruralista da cidade de Abaeté, Teófilo Ezequiel de Melo Franco, é reveladora do sentimento de união e do poder de mobilização conquistados pelos proprietários de terras. Esse afirmou que:

A nossa classe está arregimentada e que ela, também, é hoje uma classe atuante, uma classe que já está unida e, mais ou menos, convencida de que é preciso se unir nesta hora tão grave³¹⁵.

Essa capacidade de mobilização dos proprietários de terras conquistada por meio da realização das concentrações ruralistas também foi destacada pelo periódico *Folha de Minas* que afirmou que:

As concentrações regionais ruralistas, organizadas pela FAREM, tem demonstrado de maneira insofismável que a classe rural mineira está coesa em torno do sr. Josaphat Macedo e sobretudo ao excepcional trabalho que vem desenvolvendo em torno da questão da Reforma Agrária³¹⁶.

Nota-se que as concentrações ruralistas foram eventos importantes para promover a reunião dos proprietários de terras em torno de objetivos comuns, além de serem locais importantes para a divulgação das ações realizadas pelo grupo. Era nessas ocasiões que os ruralistas podiam mostrar para toda a sociedade o que propunham e como agiam em defesa de toda a nação contra a “ameaça comunista”.

Durante concentração ruralista realizada em Sete Lagoas, por exemplo, um orador ergueu-se do plenário e disse que “não somente os fazendeiros estavam contra a modificação constitucional. Também o povo, os trabalhadores democráticos e as massas mais esclarecidas”³¹⁷. Esse fato é revelador do intuito dos ruralistas de conquistar o apoio de diferentes setores da sociedade em favor da sua causa. Afinal,

³¹⁵ APM. DOPS. Pasta 0220. Imagem 2153. [Relatório policial sobre concentração ruralista realizada no teatro Francisco Nunes, 26/06/1963].

³¹⁶ *Folha de Minas*, 24/02/1962, p. 3.

³¹⁷ *Estado de Minas*, 07/06/1963, p. 3.

de acordo com o grupo, aqueles que eram a favor da democracia ou tinham mais conhecimento sobre a questão da reforma agrária, certamente os apoiariam.

Em diversas das concentrações realizadas em Minas Gerais, os ruralistas enviaram também votos de louvor aos autores do livro *Reforma agrária questão de consciência*, escrito pelo professor Plínio Correa de Oliveira, pelo economista Luiz Mendonça de Freitas e pelos bispos D. Geraldo de Proença Sigaud e D. Antonio de Castro Meyer. A obra continha uma defesa explícita à propriedade privada e à impossibilidade de realização da reforma agrária com alterações na Constituição, o que apontava para um pensamento semelhante aos defendidos pelos proprietários de terras. Possivelmente, esses elogios explícitos ao livro visavam à obtenção de apoio de membros da Igreja Católica mineira que participaram ativamente da escrita dessa obra.

Mas esse desejo de aproximação com a Igreja Católica já fora abordado em assembléia geral ordinária realizada pela FAREM, em fevereiro de 1963. Nessa ocasião os ruralistas mineiros afirmaram que:

Há um movimento da Igreja no sentido de incrementar a sindicalização rural. Torna-se necessário um entrosamento entre a classe e a Igreja a fim de se evitar que o sindicalismo rural seja dominado pelos “pelegos”³¹⁸.

O grupo pretendia se unir à Igreja no processo de criação de sindicatos no meio rural. Afinal, os proprietários de terras e os órgãos que os representavam se diziam favoráveis ao processo de sindicalização rural. A SMA, por exemplo, divulgou nota em que afirmava que daria apoio integral ao processo de sindicalização do homem do campo. O presidente do órgão João de Matos Costa afirmou que a sindicalização do homem do campo era a única fórmula de evitar a desagregação no meio rural³¹⁹.

Até mesmo Josaphat Macedo, para se apresentar a favor da sindicalização rural, após tentar impedir a fundação de sindicato rural no município de Luz, afirmou que:

Não houve qualquer ação para impedir a fundação do sindicato de trabalhadores rurais na cidade de Luz. (...) O que realmente houve foi uma agitação provocada pelo padre Lage, que não passa de um comunista

³¹⁸ *Estado de Minas*, 17/02/1963, p. 14.

³¹⁹ *Estado de Minas*, 07/12/1961, p. 9.

vulgar, fazendo agitação, a soldo da SUPRA e procurando implantar o comunismo no meio rural de Minas Gerais³²⁰.

De acordo com o líder da FAREM foi o discurso insultuoso proferido por Padre Lage que provocou a revolta da população, que solicitou ao religioso que se retirasse da cidade. O líder ruralista afirmou não ser o responsável pelo fracasso da tentativa de fundação de sindicato rural na localidade. Josaphat Macedo assegurou ainda que apoiava a sindicalização rural dentro dos princípios democráticos, somente não concordava com a formação de sindicatos eleitoreiros e comunisantes³²¹.

Outro exemplo de manifestação de apoio à sindicalização rural, proferida pelos proprietários de terras, pode ser encontrado em manifesto divulgado pela Associação Rural de Governador Valadares que afirmava que:

A Associação Rural e os ruralistas não são contra a sindicalização rural autêntica são contra isto sim a sindicalização de pessoas que nunca foram da lavoura e são arregimentadas no perímetro urbano desta cidade, sob a promessa de que receberão terras na lei ou na marra. Os ruralistas denunciam o sindicato local dos lavradores como ilegal, porque fere frontalmente a lei. **Os ruralistas apóiam quaisquer sindicatos desde que legais e voltados para a defesa de seus associados**³²².

Os discursos proferidos pelos ruralistas visavam demonstrar que o grupo não se opunha à sindicalização rural, desde que essa fosse realizada pelos homens do campo e não por “comunistas” oriundos do meio urbano. Entretanto, apesar dos ruralistas afirmarem serem favoráveis à fundação de sindicatos rurais, a pesquisa não localizou nenhum sindicato que obteve o apoio de proprietários de terras no momento da sua criação.

Essa não participação dos proprietários de terras no processo de sindicalização rural pode ter ocorrido por diversos motivos, tais como, a desconfiança do campesinato, que não teria permitido a participação de proprietários de terras na constituição de suas organizações; a presença ativa de grupos de esquerda no meio rural, que acabaram por liderar a fundação dessas organizações e a ausência de trabalho prático dos ruralistas junto ao campesinato. Contudo, essas razões podem ter variado de localidade para localidade, mas o resultado concreto foi a ausência dos proprietários no trabalho de criação de organizações camponesas.

³²⁰ *Estado de Minas*, 20/12/1963, p. 12.

³²¹ APM. DOPS. Pasta 0173. Imagem 2214. [Depoimento de Josaphat Macedo, 08/05/1964].

³²² APM. DOPS. Pasta 0238. Imagem 1455. [Atestado de antecedentes políticos e sociais de Francisco Raimundo da Paixão, 24/06/1964]. Grifos meus.

Ao contrário, esses muitas vezes tentaram impedir a fundação de sindicatos rurais, tal como o ocorrido nos municípios de Luz e de Lagoa da Prata. O grupo alegava que os sindicatos estavam sendo criados por pessoas que não eram provenientes das áreas rurais e que possuíam tendências comunistas, o que justificava as suas ações contra essas organizações.

Antes mesmo da constituição dos sindicatos rurais, os ruralistas já se mostravam contrários a atuação de órgãos que congregassem o campesinato. Os proprietários de terras da cidade de Passos, por exemplo, em fevereiro de 1962, enviaram carta ao delegado de polícia do município na qual denunciavam as atividades realizadas pela associação de lavradores e trabalhadores agrícolas existente na localidade. Na correspondência eles afirmavam que:

A referida associação parece ter inspiração e ação comunistas, e se prevalece da ignorância dos camponeses, que são usados como “inocentes úteis”, para insuflá-los contra os fazendeiros, afim de conturbar a vida no campo³²³.

Nessa mesma carta, os proprietários também requeriam que a associação tivesse o seu funcionamento proibido e o registro cassado. A alegação era a mesma utilizada contra a fundação dos sindicatos rurais, a associação era liderada por comunistas e não por autênticos camponeses, por isso deveria ser fechada.

Na prática, os ruralistas além de tentarem bloquear a criação de organizações camponesas, também demitiam das suas propriedades os camponeses que se sindicalizassem. Em Sete Lagoas, por exemplo, de acordo com o jornal *Diário de Minas*, “o desemprego de camponeses sindicalizados aumenta por causa da reação dos donos de terras”³²⁴.

Além da defesa da sindicalização rural, é interessante observar ainda que os proprietários de terras se diziam também favoráveis à implementação da reforma agrária, desde que essa não promovesse alterações na Constituição. O grupo apontava que a principal solução para os problemas do meio rural estava no aumento da produtividade agrícola. Para os ruralistas, o governo, ao invés de pensar em redistribuir a terra, deveria apoiar a lavoura para que se aumentasse a produção, o que solucionaria o problema da carência de gêneros alimentícios. Segundo os

³²³ APM. DOPS. Pasta 0222. Imagem 2260. [Correspondência enviada pelos proprietários de terras ao delegado de polícia do município de Passos, 12/12/1962].

³²⁴ APM. DOPS. Pasta 4632. Imagem 1224. [Recorte do periódico *Diário de Minas*, 25/02/1964].

proprietários, uma política rural capaz de solucionar os problemas que assolavam o campo deveria promover: crédito fácil e barato; assistência técnica, sanitária e educacional; facilidades para a aquisição de máquinas, sementes e fertilizantes; proteção dos preços e, principalmente, a proteção ao direito de propriedade e às tradições cristãs³²⁵. Isso mostra como os ruralistas estavam preocupados em resolver questões relacionadas à produção agrícola e à manutenção da propriedade privada.

De acordo com os proprietários, a atuação dos governos federal e estadual nas áreas rurais deveria visar o aumento da produtividade e não promover agitações com o apoio de grupos esquerdistas. O grupo não se mostrava a favor da forma como a SUPRA atuava em Minas Gerais e via nessa instituição uma ameaça à sua autoridade. Afinal, esse órgão objetivava promover a desapropriação de terras e desta maneira legitimar as pretensões dos camponeses. Nota-se assim, que devido à atuação dos proprietários de terras a SUPRA teve dificuldades, em diversas regiões do estado, de executar o seu trabalho.

Porém, a radicalização das tensões nas áreas rurais em Minas Gerais se intensificou após a realização do Comício da Central do Brasil. Depois da ocorrência desse evento os ruralistas armaram um dispositivo em todo o estado, que visava impedir possíveis invasões de propriedades. De acordo com o jornal *Última Hora*,

Nesse dispositivo, o Sr. Josaphat Macedo não escondeu o fato de estarem os fazendeiros armados e dispostos a responder a bala se os camponeses entrarem em suas terras³²⁶.

Nota-se que no momento em que o governo federal passou a se mostrar favorável à assinatura do decreto da SUPRA, os proprietários começaram a adotar medidas mais práticas para defenderem as suas terras, como por exemplo, a compra de armamentos. Segundo o jornal *Binômio*,

Informações vindas do interior falam na descoberta de carabinas e metralhadoras portáteis em diversas cidades mineiras. Em Luz, Oliveira, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia, Pouso Alegre, Governador Valadares, Lavras e outros locais já foram descobertas essas armas distribuídas - ao que se sabe - por emissários do Sr. Josaphat Macedo³²⁷.

³²⁵ *Estado de Minas*, 02/06/1963, p. 8.

³²⁶ *Última Hora*, 17/03/1964, p. 2.

³²⁷ *Binômio*, 01/07/1963, p. 6 e 8.

O jornal *Última Hora*, divulgou reportagem em que afirmava que pessoas que participaram de concentrações ruralistas ocorridas em fevereiro de 1964, nos municípios de Nanuque e Carlos Chagas,

vieram impressionadas com o armamento de que dispõe os fazendeiros da região, que não escondem o seu propósito de armar seus jagunços para impedir que o decreto da SUPRA seja aplicado³²⁸.

Parece claro que os proprietários de todo o estado de Minas Gerais adotaram medidas efetivas para proteger as suas terras de possíveis invasões e desapropriações a serem realizadas pela SUPRA. Por meio dessas atitudes, o grupo procurou se preparar para uma possível radicalização das ações no campo.

Mas apesar de todo o alarde, nenhuma desapropriação foi efetivada pela SUPRA. Além disso, na maior parte das localidades não foi preciso utilizar essa “potência bélica”, uma vez que em menos de um mês após assinatura do decreto da SUPRA, os militares, com o apoio de muitos civis, implementaram uma ditadura no país que rapidamente exigiu o fechamento de todas as organizações camponesas³²⁹.

2.7. Igreja Católica

Sob o título de *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural*, o bispo de Campanha (MG), D. Inocêncio Engelke, em setembro de 1950, iniciou os trabalhos da I Semana Ruralista. Esse evento contou com a participação de aproximadamente 60 párocos, 250 fazendeiros, 270 professoras rurais, além de religiosos e religiosas que representavam os estabelecimentos de ensino secundário, cuja maioria dos alunos provinha das zonas rurais³³⁰.

Esta I Semana Ruralista marcou o início da preocupação da Igreja Católica em propor medidas que visavam solucionar os problemas vivenciados nas áreas rurais brasileiras. Em Campanha foi afirmada a necessidade da Igreja de criar meios para promover melhorias no meio rural, afinal temia-se que grupos esquerdistas liderassem as mobilizações camponesas que se iniciavam em todo o país. Em vista

³²⁸ *Última Hora*, 10/03/1964, p. 3.

³²⁹ Os conflitos existentes entre camponeses e latifundiários em Minas Gerais que tiveram maior repercussão e que foram marcados por choques, muitas vezes armados, serão analisados no capítulo seguinte.

³³⁰ Pastoral de Dom Inocêncio Engelke, 10/09/1950. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Pastoral da Terra: estudos da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 1977, p. 43.

disso, e dos mais arraigados princípios cristãos propunha-se que “antecipemo-nos à Revolução”, “antecipemo-nos à Legislação Social”, “executemos um programa mínimo de ação social”³³¹.

Desta forma, a partir da realização desse evento, duas características vão marcar as ações da Igreja Católica em relação às áreas rurais, ao longo da década de 1950: o temor e uma proposta preventiva de ação³³². A Igreja temia o perigo da agitação e da revolução no campo e os identificava sempre com o comunismo, por isso se propunha a atuar para tentar conter essa ameaça.

Já em 1954, por ocasião da realização da 2ª Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)³³³, sobre a questão agrária a Igreja afirmava que:

A hora que vive o país não é mais propícia para uma reforma agrária. O Congresso nacional não estaria em condições de apreciar devidamente e com serenidade uma questão que pede estudos cuidadosos e demorados³³⁴.

A Igreja se mostrava favorável ao adiamento da reforma agrária, o que segundo a instituição possibilitaria a execução de estudos prévios sobre a situação das áreas rurais, que promoveriam um conhecimento real sobre o campo brasileiro. Assim, a Igreja protelava para tempos futuros as modificações que deveriam ser realizadas na estrutura agrária do país.

No entanto, no início dos anos 1960, ao se generalizar no Brasil uma situação de conflito social aberto, a Igreja Católica se viu diante de múltiplas propostas para a resolução dos inúmeros problemas vivenciados pelo país, como por exemplo, a enorme inflação, a crise de abastecimento, o aumento do custo de vida, dentre outros. A partir da emergência dessas diferentes propostas, as opiniões no seio da Igreja acabaram por se dividir. Afinal, esta era uma instituição inserida na vida social e sujeita às pressões de interesses contraditórios.

Nos primeiros anos da década de 1960, o enorme debate que marcou a cena política do país referente à implantação das reformas de base, principalmente a

³³¹ Pastoral de Dom Inocêncio Engelke, 10/09/1950. *op. cit.*, 1977, p. 44-47.

³³² CARVALHO, Abdias Vilar de. A Igreja Católica e a questão agrária. Alguns elementos para a análise dos pronunciamentos do episcopado brasileiro no período de 1945-1964. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985, p. 79.

³³³ A CNBB foi fundada em outubro de 1952 e sua 1ª Assembléia foi realizada em agosto de 1953.

³³⁴ Trecho das conclusões da 2ª Assembléia Geral da CNBB. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *op. cit.*, 1977, p. 78.

reforma agrária, e a forma como elas deveriam ser executadas também produziu opiniões diversas entre os membros da Igreja Católica.

A CNBB, por exemplo, divulgou documentos de apoio ao presidente João Goulart e às reformas de base, sustentados nos princípios das encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963). Em abril de 1963 ela declarou-se favorável à alteração da Constituição, para que se pudesse promover a reforma agrária. Em mensagem divulgada, a CNBB afirmou que:

A desapropriação por interesse social não só não contraria em nada a Doutrina Social da Igreja, mas é uma das formas viáveis de realizar, na atual conjuntura brasileira, a função social da propriedade rural³³⁵.

Mas apesar do órgão que congregava os bispos de todo o país se mostrar favorável à execução da reforma agrária por meio de modificações na Constituição, o que se nota é que nem todos os membros da Igreja compartilhavam da mesma opinião.

Um dos religiosos que mais arduamente se mostrou contrário à realização das reformas de base e ao governo de João Goulart, foi D. Geraldo de Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina (MG). Esse prelado escreveu em 1960, juntamente com D. Antonio de Castro Mayer, Plínio Corrêa de Oliveira e Luiz Mendonça de Freitas a obra *Reforma agrária questão de consciência*, que defendia a intocabilidade da propriedade privada e se mostrava contrária a possíveis alterações na Constituição, para a realização da reforma agrária. De acordo com os autores,

Se por reforma agrária se entende uma legislação que, sem exorbitar das funções do Estado e sem atacar o princípio da propriedade privada, visa a melhorar a situação do trabalhador rural e do agricultor, só aplausos lhe temos a dar. Não nos opomos senão a uma reforma agrária de sentido igualitário e socializante, que altere nossa estrutura agrária injustamente, de maneira a abalar o instituto da propriedade, na qual vemos, como já dissemos, a base e a condição de toda economia sadia³³⁶.

Em Minas Gerais, D. Sigaud foi um dos prelados que mais atuou para que a reforma agrária, mediante alterações na Constituição, não fosse realizada. Esse arcebispo chegou a enviar circular, a todo o clero do estado, na qual conclamava os párocos para uma ação contra a reforma da Constituição.

³³⁵ Trecho da mensagem da Comissão Central da CNBB, 30/04/1963. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, *op. cit.*, 1977, p. 128.

³³⁶ SIGAUD, Geraldo de Proença [et al]. *Reforma agrária questão de consciência*. 4ª ed. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1962, p. 9-10.

V. Revma mobilize toda a sua Paróquia, as Associações Religiosas e Civis que houver, os Colégios, as Câmaras de Vereadores, os Prefeitos e demais autoridades e as várias famílias e pessoas, para que telegrafem aos Srs. Deputados Federais e Senadores por Minas Gerais, aos Presidentes da Câmara e do Senado, ao Ministro da Justiça e ao Sr. Presidente da República protestando contra qualquer alteração dos artigos 141 e 147 da nossa Constituição (...) V. Revma. fale no púlpito sobre isto, mobilize toda sua paróquia, em defesa de um dos esteios da civilização cristã, que é o direito de propriedade³³⁷.

D. Sigaud, por meio de suas ações, conseguiu angariar o apoio de vários párocos do estado, como por exemplo, o bispo de Caratinga, D. José Eugênio Correia e o bispo de Governador Valadares, D. Hermínio Malzoni Hugo. Além disso, a partir da leitura das fontes parece que considerável parcela da população também se mostrou a favor das medidas propostas por Sigaud. O jornal *Estado de Minas* em apoio ao arcebispo, afirmou que:

Lamentável não é a atitude corajosa de Sigaud. Lamentável é a divergência doutrinária e programática reinante nos escaninhos de cérebros que deveriam orientar os pobrezinhos de espírito que somos nós³³⁸.

Assim, nota-se como as divergências existentes dentro da Igreja Católica eram patentes e provocavam polarizações em defesa das idéias defendidas por determinados religiosos.

Mas em Minas Gerais, as propostas para atuação nas áreas rurais não provinham somente de grupo conservador, cujo maior expoente era D. Sigaud. A CNBB, por exemplo, também atuou no estado e, com o intuito de propor ações a serem desenvolvidas no meio rural, tanto mineiro quanto capixaba, promoveu, em fevereiro de 1963, na cidade de Belo Horizonte, a Semana Rural. Esse evento reuniu no Seminário do Coração Eucarístico, localizado na Gameleira, prelados do Espírito Santo e de Minas Gerais. De acordo com o jornal *Folha de Minas*,

Sem dúvida alguma, o assunto mais palpitante da Semana Rural será o estudo para a Sindicalização Rural, em nosso Estado problema até então desconhecido e existente apenas em comentários, sem qualquer manifestação concreta para auxílio aos homens do campo³³⁹.

De fato, no início de 1963 a sindicalização rural em Minas Gerais ainda era muito incipiente e a Igreja Católica não havia se manifestado em relação ao tema.

³³⁷ *Estado de Minas*, 10/05/1963, p. 5.

³³⁸ *Estado de Minas*, 22/05/1963, p. 4.

³³⁹ *Folha de Minas*, 08/02/1963, p. 1.

Durante a realização da Semana Rural foi estabelecido um programa mínimo de ação, no qual estava inserido a participação ativa da Igreja na fundação de sindicatos rurais³⁴⁰. A Igreja se propunha também a trabalhar na educação no meio rural que seria feita através da instalação de escolas radiofônicas, em parceria com o MEB.

Durante o evento, a Igreja se manifestou favorável a execução imediata da reforma agrária. Segundo o periódico *Binômio*,

A Igreja em Minas foi inicialmente contra a reforma agrária porque a considerava reivindicação comunista. Mas desde o Seminário Coração Eucarístico de Jesus, da Gameleira, começou a organizar reuniões e conferências sobre a reforma, os padres da nova geração, apesar da posição dos mais antigos e seus superiores, começaram a se preocupar com o problema³⁴¹.

A partir da realização dessa Semana Rural, nota-se uma preocupação maior da Igreja Católica, no estado de Minas Gerais, em discutir os problemas que acometiam o meio rural e de propor ações para tentar solucioná-los. No entanto, apesar da Igreja propor como uma de suas principais ações a ser executada nas áreas rurais a participação na criação de sindicatos rurais, percebe-se que o trabalho realizado por essa instituição junto à população camponesa foi muito incipiente. Não existiu um trabalho coordenado da Igreja Católica para o meio rural mineiro e as ações dependeram da atuação dos párocos locais. Com isso, poucos foram os sindicatos rurais fundados por religiosos.

O pároco que participou mais ativamente da mobilização camponesa foi o Padre Lage, que por ser o coordenador da CONSIR em Minas Gerais trabalhou na criação de diversos sindicatos no meio rural. De acordo com esse religioso,

Para se conseguir a fundação do sindicato tinha-se que chamar a atenção dos trabalhadores, analisando com a ajuda deles a sua situação de miséria e de fome e acrescentando que a solução viria, não apenas do governo, incapaz de ajudá-los no momento como seria necessário, nem dos patrões pelo simples fato de a miséria coexistir com o trabalho dos humildes, nem mesmo diretamente de Deus, que não faz milagres sem a absoluta necessidade, mas da força de união, da fraternidade dos trabalhadores³⁴².

Padre Lage se propunha, assim, a realizar um trabalho de conscientização do campesinato para que esse pudesse agir em defesa dos seus direitos. Esse religioso

³⁴⁰ *Estado de Minas*, 15/02/1963, p. 4.

³⁴¹ *Binômio*, 08/07/1963, p. 4.

³⁴² APM. DOPS. Pasta 0173. Imagem 2248. [Depoimento de Padre Francisco Lage Pessoa, 26/05/1964].

trabalhou na CONSIR juntamente com membros do PCB e da AP e se mostrava adepto do socialismo e defendia ardorosamente a execução da reforma agrária no país³⁴³. Segundo esse padre, “a reforma agrária no Brasil tem de ser revolucionária e se os comunistas estão querendo fazer a reforma estão acertando e merecem parabéns”³⁴⁴.

Padre Lage também apontou para a fraqueza do trabalho da Igreja junto ao campesinato ao afirmar que não existia outro padre ligado ao processo de sindicalização rural³⁴⁵.

Além dos sindicatos que contaram com a participação de Padre Lage no momento da sua fundação, membros da Igreja Católica lideraram a criação de apenas um outro sindicato rural, o de Fernandes Tourinho. De acordo com a polícia política mineira, o Padre José Gomes de Araujo fundou o sindicato rural de Fernandes Tourinho e orientou o seu funcionamento para evitar a infiltração comunista junto ao campesinato da região³⁴⁶.

Desta maneira, nota-se que os objetivos que levaram Padre Lage e Padre José Gomes de Araújo a fundarem sindicatos no meio rural foram diversos e refletem a heterogeneidade existente no seio da Igreja Católica.

Mas outros párocos também atuaram junto ao campesinato embora sem o protagonismo demonstrado pelos dois padres mencionados. Alguns deles apoiaram ações exercidas pelos sindicatos rurais fundados por grupos de esquerda, tal como o ocorrido em Sobrália. Nessa localidade, o Padre Jesus abrigou na igreja o presidente do sindicato rural, José Martins Lima, que estava sendo ameaçado de prisão pelos proprietários de terras. Esta atitude gerou represálias e o delegado local invadiu a igreja para executar a detenção. Segundo o periódico *Terra Livre*,

O delegado Quincas Doutor, conhecido cão-de-fila dos fazendeiros daqui, cercou a igreja para prender o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Sobrália, e como o Padre Jesus tentasse impedir a prisão injusta e arbitrária, foi também desfeiteado, ofendido, humilhado e detido

³⁴³ APM. DOPS. Pasta 0173. Imagem 2200. [Depoimento de Padre Francisco Lage Pessoa, 27/04/1964].

³⁴⁴ *Última Hora*, 06/06/1961, p. 2.

³⁴⁵ APM. DOPS. Pasta 0173. Imagem 2200. [Depoimento de Padre Francisco Lage Pessoa, 27/04/1964].

³⁴⁶ APM. DOPS. Pasta 3878. Imagem 1586. [Relatório policial que trata das atividades exercidas pelo Padre José Gomes de Araujo, 26/05/1964].

em seu próprio templo, tendo sido liberto somente depois de impetrar “habeas corpus”³⁴⁷.

O pároco acabou sendo preso e após ser liberado foi obrigado pelos proprietários de terras a assinar um documento isentando esses últimos da culpa pelas agressões físicas sofridas pelo presidente do sindicato rural, que teve várias de suas costelas quebradas no momento da prisão³⁴⁸.

Já para a fundação de sindicato rural em Sete Lagoas, a SUPRA contou com o apoio do bispo da diocese, D. José de Almeida Batista, que cedeu o pátio do Colégio Dom Silvério para a realização da solenidade³⁴⁹.

Existiram também padres que promoveram ações com a finalidade de conter o avanço dos grupos de esquerda no meio rural. Em Centralina, por exemplo, Padre João promoveu palestras na cidade sobre a sindicalização rural, pois visava esclarecer o povo tentando impedir que esse fosse arrastado para o comunismo³⁵⁰.

Assim, apesar do discurso e da ação da Igreja Católica não poderem ser vistos como homogêneos poucos foram os padres, em Minas Gerais, que realizaram ações efetivas para promoverem melhorias nas condições de vida e de trabalho nas áreas rurais. Ainda que a CNBB tenha incentivado a fundação de sindicatos no meio rural e apoiado também a realização da reforma agrária através de alterações na Constituição, poucas foram as medidas efetivas executadas por párocos mineiros, para que o campesinato pudesse se mobilizar e tentasse promover modificações na estrutura fundiária do estado.

* * * * *

A partir das análises apresentadas ao longo deste capítulo, é possível perceber que existiram diferenças entre as propostas veiculadas pelos diversos grupos atuantes no meio rural e as ações práticas desenvolvidas no campo. Além disso, é relevante observar também que essas práticas muitas vezes variaram e não foram marcadas por posturas uniformes e pré-estabelecidas. O objetivo foi mostrar a heterogeneidade das

³⁴⁷ *Terra Livre*, março de 1964, suplemento, p. 4.

³⁴⁸ *Última Hora*, 21/03/1964, p. 2.

³⁴⁹ *Estado de Minas*, 15/01/1964, p. 7.

³⁵⁰ APM. DOPS. Pasta 0008. Imagem 1034. [Depoimento de João Edilson de Melo, advogado que proferiu palestra em Centralina sobre a sindicalização rural, 08/06/1964].

ações desenvolvidas no meio rural. Esse conhecimento nos permitiu compreender melhor a multiplicidade de interesses e de possibilidades de atuação junto ao campesinato. Em alguns casos essas atuações foram até mesmo de encontro às teorias propostas pelos grupos, tal como o ocorrido com a POLOP durante a sua participação no movimento ocorrido em Três Marias.

Mas para entender melhor como os camponeses se relacionaram com esses grupos, que atuaram tanto para defender quanto para se opor às reivindicações do campesinato, serão apresentados no capítulo seguinte alguns confrontos que opuseram camponeses e proprietários de terras. Serão avaliados os confrontos existentes em locais onde a mobilização camponesa foi intensa e acabou por provocar embates, muitas vezes armados, com setores contrários à organização do campesinato. Nas três áreas abordadas a seguir ocorreram os conflitos agrários mais graves do pré-1964, eventos que contribuíram para a afirmação dos camponeses no espaço público e, não menos importante, para a composição do quadro de crise e polarização política que serviu como detonador da intervenção militar.

Capítulo 3- A luta pela terra: confrontos entre camponeses e latifundiários

Ao longo dos capítulos anteriores foram analisados o desenvolvimento da mobilização camponesa em Minas Gerais e as disputas e alianças estabelecidas entre os diferentes grupos que buscavam estender o seu controle sobre este novo ator político.

Já este capítulo tem por objetivo descrever os principais conflitos que marcaram o meio rural mineiro no período de 1961 a 1964. Serão apresentados os confrontos entre camponeses e latifundiários que ocorreram em Três Marias, Piumhi e Governador Valadares. O intuito é analisar a forma como os camponeses se mobilizaram nessas três localidades e quais foram as relações que eles estabeleceram com as diferentes forças em cena.

Nota-se que em cada região os grupos atuantes se diferenciavam e que esses possuíam particularidades na ação, que variavam de acordo com as especificidades locais. Contudo, o principal objetivo do campesinato mobilizado nas três localidades foi o mesmo: obter a posse legal da terra.

A descrição e o exame desses três estudos de caso possibilitarão compreender algumas particularidades da mobilização camponesa existente em Minas Gerais. Além disso, permitirão conhecer as especificidades existentes em cada localidade analisada.

Deixemos desta forma, que a análise desses estudos nos revele o modo como esses confrontos se desenrolaram e quais foram os seus resultados.

3.1. Três Marias

No ano de 1960, o ex-carpinteiro da CEMIG Randolpho Fernandes Lima passou a ocupar terras próximas à barragem de Três Marias. Ele conseguiu autorização para habitar na região devido ao fato das terras localizadas a 15 metros acima das enchentes anuais do rio São Francisco serem consideradas de propriedade da União. O próprio Randolpho Fernandes é quem narra como obtivera da Marinha autorização para ocupar essas terras. De acordo com Randolpho,

Segundo a lei a União tem domínio até 30 metros na margem dos rios navegáveis e pode ceder essa faixa de terra para quem quiser cultivar. No mês de maio de 1960, com ordem da Marinha, ocupei uma das terras à margem esquerda do Rio São Francisco, dois quilômetros abaixo da barragem de Três Marias. A ordem eu recebi por carta registrada e assinada pelo Capitão Antônio Renato, da Capitania dos Portos de Pirapora, autoridade que dirige todo o trecho navegável do Rio São Francisco³⁵¹.

Após o recebimento desse documento, Randolpho Fernandes passou a trabalhar nas terras e chamou também outras famílias para ocuparem a região. No entanto, apenas Randolpho obtivera licença da Capitania dos Portos de Pirapora para cultivar às margens do rio São Francisco, as demais famílias ocuparam as terras sem a permissão da Marinha.

Rumaram para a localidade cerca de 14 famílias, o que totalizava aproximadamente 120 pessoas, que derrubaram as matas, construíram ranchos, prepararam a terra e plantaram arroz, feijão, milho, mandioca, cana, banana, laranja e hortaliças³⁵². Os camponeses ocuparam as terras localizadas no lado esquerdo do rio São Francisco, a aproximadamente 7 quilômetros da usina de Três Marias, local que estava sob jurisdição da delegacia do município de São Gonçalo do Abaeté.

No ano seguinte, em junho de 1961 o latifundiário Olinto Gonçalves de Melo, também conhecido como Neném da Peleca, por ordem do juiz de São Gonçalo do Abaeté expulsou os camponeses da região, alegando que aquelas terras eram de sua propriedade. O filho de um dos camponeses que habitava a região descreveu a forma como Neném da Peleca agiu para destruir as casas dos camponeses.

³⁵¹ *Última Hora*, 19/07/1961, p. 2.

³⁵² *Última Hora*, 19/07/1961, p. 2.

Era um dia de muita chuva. Neném da Peleca (o latifundiário) chegou acompanhado por três filhos, por dois jagunços armados, com facas e espingardas, por dois oficiais de Justiça de São Gonçalo do Abaeté e por dois investigadores de Belo Horizonte. Virou para o papai e disse que a Marinha mandou destruir os barracos. Os jagunços puseram a gente para fora ameaçando com espingardas e logo, todos eles, começaram a derrubar a casa. Por causa da chuva, tivemos de ir para debaixo da ponte³⁵³.

Os camponeses não tiveram como reagir, afinal o latifundiário se utilizou de armas e também da justiça para expulsá-los da área. De acordo com o delegado de Três Marias, capitão Daniel Noronha Neto, a ação era legal e o que houve foi apenas o cumprimento de um mandato emitido pelo poder judiciário³⁵⁴.

Após serem expulsos e de terem que se deslocar para uma ponte localizada na rodovia Belo Horizonte - Brasília, os camponeses decidiram contratar o advogado Dr. Antonio Ribeiro Romanelli para defender o direito de retornarem a ocupar a região às margens do rio São Francisco. Afinal, os camponeses não podiam permanecer debaixo daquela ponte, pois o Departamento Estadual de Estradas e Rodagem também os ameaçava de expulsão e, além disso, ali eles não tinham condições de produzirem o necessário para a sobrevivência.

De acordo com a polícia política, Antonio Ribeiro Romanelli “é elemento de alta periculosidade, devido a sua formação e inteligência e apesar das suas negativas, elemento ligado e filiado ao Partido Comunista Brasileiro”³⁵⁵. Esse advogado atuou intensamente junto ao campesinato de Três Marias, porém, não foi possível identificar qual era a sua filiação partidária. Mas Romanelli era favorável aos movimentos esquerdistas que atuaram em defesa do campesinato, uma vez que participou do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, possuía ligações com Francisco Julião e apoiou a fundação da Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Três Marias, criada em julho de 1961.

Essa associação foi instituída um mês após a expulsão dos camponeses e tinha por objetivo maior defender o direito do campesinato de retornar a habitar as terras localizadas às margens do rio São Francisco, que eram consideradas propriedade da União. A associação visava também promover a melhoria das

³⁵³ *Última Hora*, 02/08/1961, p. 5.

³⁵⁴ *Binômio*, 07/08/1961, p. 4.

³⁵⁵ APM. DOPS. Pasta 0012{6}. Imagem 2022. [Relatório policial que tratava da atuação de elementos considerados subversivos, 22/06/1964].

condições de vida na região e propunha construir escola e posto de saúde, ambos destinados aos camponeses, carentes de educação e de assistência médica.

A fundação da associação ocorreu no distrito de Joaquim Lima e contou com a presença do líder comunista Jofre Correia Neto, do advogado Antonio Ribeiro Romanelli, do professor José Thiago Cintra, do deputado Hernani Maia e de Jerônimo Moura Neto, membro da ATAMG e também do PCB. Dessa cerimônia participaram cerca de 500 pessoas e o assunto mais abordado foi a reforma agrária e a injustiça de uns possuírem muitas terras, como o fazendeiro da região, Olinto Gonçalves de Melo³⁵⁶. Randolfo Fernandes Lima foi eleito presidente da associação e durante o evento os camponeses foram convidados pelo professor José Thiago Cintra, para participarem do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas³⁵⁷.

Neném da Peleca assistiu parte da solenidade de instalação da associação, no entanto, ao se retirar ordenou que seus capangas permanecessem no local, o que provocou reações nos presentes. Jofre Correia Neto, por exemplo, afirmou que “se Peleca mandasse seus capangas atirar contra os camponeses, estes reagiriam e só sairiam dali mortos”³⁵⁸. Contudo, o evento transcorreu sem maiores incidentes.

Após a expulsão violenta dos camponeses das terras, o movimento de Três Marias passou a ser apoiado por diversos grupos. Estudantes de Belo Horizonte, por exemplo, encabeçaram um movimento de coleta de donativos para o campesinato da região, que contou com o apoio dos sindicatos dos bancários, dos marceneiros, dos cabineiros e dos têxteis³⁵⁹.

Alguns meses depois, em outubro de 1961, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por unanimidade, deu ganho de causa aos camponeses e esses puderam retornar às terras que ocupavam³⁶⁰. Segundo o jornal *Terra Livre* essa vitória dos camponeses,

Deve-se não somente ao advogado Dr. Antônio Ribeiro Romanelli, mas também a Associação dos Lavradores de Três Marias e ao apoio e

³⁵⁶ APM. DOPS. Pasta 0111. Imagem 2225. [Relatório policial que tratava da fundação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Três Marias, 31/07/1961].

³⁵⁷ Convém lembrar que José Thiago Cintra era um dos membros da comissão organizadora do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

³⁵⁸ *Última Hora*, 04/08/1961, p. 3.

³⁵⁹ APM. DOPS. Pasta 0285. Imagens 0426-0427. [Relatórios policiais que investigavam a ação dos estudantes em Belo Horizonte, 10/08/1961 e 11/08/1961].

³⁶⁰ *Terra Livre*, outubro de 1961, p. 8; *Estado de Minas*, 07/10/1961, p. 8.

solidariedade dos operários, estudantes e da imprensa mineira, que mostrou o crime às autoridades maiores³⁶¹.

A luta dos camponeses de Três Marias conseguiu alcançar grande repercussão e obteve o apoio de diversos setores da sociedade. Assim, a entrada dos camponeses nas terras ocorreu sem maiores problemas. Porém, de acordo com o jornal *Última Hora*, “corre naquela zona que Neném pretende mandar um de seus 100 capangas matar Randolpho Fernandes Lima, chefe dos camponeses expulsos”³⁶².

O clima de tensão na região permaneceu e Neném da Peleca continuava a declarar que detinha a posse das terras e que só sairia dali morto, mas que antes disso muitos também morreriam³⁶³. Segundo a polícia, “a situação de Três Marias é da mais graves possíveis e poderá ter conseqüências imprevisíveis”³⁶⁴.

Em novembro de 1961, alguns camponeses de Três Marias foram até Belo Horizonte para participarem do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Após a realização do evento ficaram entusiasmados e confiantes de que a reforma agrária seria realizada imediatamente, na *lei ou na marra*. A presença nesse congresso foi importante para o campesinato de Três Marias, pois eles puderam perceber que a luta por terras era um movimento amplo e que eles não estavam sozinhos. Afinal, eles obtiveram o apoio de muitos dos presentes no evento, na luta que travavam contra o latifundiário Neném da Peleca para obterem a posse das terras que ocupavam.

Após o congresso cresceu o número de membros de grupos de esquerda que passaram a trabalhar junto ao campesinato da localidade. Membros do PCB, da AP e da POLOP estiveram presentes na região, além de deputados e advogados. O movimento de Três Marias ganhou grande repercussão na imprensa mineira, o deputado petebista Hernani Maia, por exemplo, inúmeras vezes em seu programa *Hernani Fala a Verdade*, transmitido pela rádio Itatiaia, tratou do conflito existente em Três Marias. No programa do dia 04 de dezembro de 1961, ele afirmou que:

O que está nos parecendo coisa séria é a teimosia dos latifundiários, que não querem os posseiros, não nas suas próprias terras, mas nas margens do São Francisco, que pertencem à Marinha Mercante.

³⁶¹ *Terra Livre*, outubro de 1961, p. 8.

³⁶² *Última Hora*, 18/12/1961, p. 9.

³⁶³ *Última Hora*, 18/12/1961, p. 9.

³⁶⁴ APM. DOPS. Pasta 0149. Imagem 2105. [Relatório policial que investigava as atividades comunistas exercidas em Três Marias, 20/11/1961].

Conseqüentemente, o problema da alta violência está desafiando as autoridades, não as do setor Judiciário, que já se definiram, mas as autoridades públicas do Executivo, para garantirem a posse legal e legítima daqueles lavradores³⁶⁵.

A questão central era dar garantias aos camponeses para que esses pudessem permanecer nas terras de forma legítima, sem que isso gerasse confrontos com o latifundiário Neném da Peleca. As pessoas e os grupos que atuaram na região acabaram por agir para que essas terras fossem concedidas aos camponeses.

Em abril de 1962, o advogado Antonio Ribeiro Romanelli levou o líder das Ligas Camponesas do Nordeste, Francisco Julião, à região de Três Marias para que esse último conhecesse a atuação do movimento camponês local³⁶⁶. Julião esteve na localidade, mas não orientou as atividades desenvolvidas pela associação, que também era chamada de liga camponesa. O líder das Ligas Camponesas foi a Três Marias apenas uma vez e não estabeleceu nenhuma ligação política e/ou ideológica com o movimento camponês existente na região.

Um dos grupos que atuou junto ao campesinato de Três Marias foi a POLOP, que enviou para a região um dos seus quadros, o então estudante de sociologia Guido de Souza Rocha. Esse, primeiramente, procurou apontar soluções para o problema agrário que não eram compatíveis com as reivindicações do campesinato local, como a coletivização das terras. Posteriormente, Guido acabou por atuar no sentido de conseguir a posse legal das terras, principal reivindicação do campesinato. O estudante permaneceu na localidade somente até meados de 1963, quando teve que retornar à cidade de Belo Horizonte para realizar uma intervenção cirúrgica no coração³⁶⁷.

Os grupos de esquerda atuantes na região trabalharam junto com a Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas criada na localidade e conseguiram fundar um grupo escolar, um banco para emprestar dinheiro aos

³⁶⁵ APM. DOPS. Pasta 0276. Imagem 1895. [Transcrição do programa *Hernani fala a verdade* veiculado pela rádio Itatiaia no dia 04/12/1961].

³⁶⁶ APM. DOPS. Pasta 0006{2}. Imagem 0543. [Relatório policial que investigava as atividades realizadas por pessoas consideradas comunistas, 22/06/1964].

³⁶⁷ APM. DOPS. Pasta 0824. Imagem 1704. [Depoimento de Guido de Souza Rocha, 16/09/1964].

matriculados na associação, e compraram ainda maquinário para a lavoura, como arado, descascadeira e cortadeira³⁶⁸.

A escola primária foi criada em março de 1963 e possibilitou que cerca de 40 crianças lá estudassem³⁶⁹. As tábuas para as carteiras escolares foram doadas pelo Cônsul de Portugal e o Sindicato dos Marceneiros de Belo Horizonte se ofereceu para confeccionar o mobiliário. Após a chegada da Kombi com as carteiras, correu o boato que os camponeses estavam se armando. Diziam ter chegado até a comunidade um grande carregamento de armas³⁷⁰. O boato levou a polícia política a se dirigir para a localidade para investigar se essa informação era verdadeira. Em relatório os investigadores afirmaram que:

Uma informação apontou a existência de mais de cinquenta metralhadoras thecas e farta munição em um núcleo camponês em Três Marias; um de nossos bons agentes ali permaneceu mais de vinte dias, infiltrado e irmanado com os líderes camponeses da região, acusando apenas a existência de uma carabina velha, uma espingarda e dois revólveres³⁷¹.

Ao que tudo indica os camponeses não possuíam armamento suficiente para promoverem ações violentas contra os latifundiários da região. Na realidade o que eles desejavam era a conquista da terra por meios legais e não através da força ou da ameaça. Mas para a polícia, o que preocupava era a atuação na localidade de pessoas consideradas “subversivas”. Em relatório policial ela chegou a afirmar que:

Deixando de lado o direito ou não das terras, a legalidade ou não da invasão de terras, o fato é que existe no local um foco de agitação político-subversiva, chefiado e orientado por agitadores profissionais³⁷².

A polícia temia a atuação dos “comunistas” na região e as possíveis ações que poderiam ser iniciadas a partir daquela localidade. Os agentes do DOPS/MG que investigaram as atividades “subversivas” existentes em Três Marias, afirmaram ainda que:

A Liga Camponesa de Três Marias era controlada pelo Partido Comunista Brasileiro e este interesse era talvez devido a sua localização, pois era um

³⁶⁸ APM. DOPS. Pasta 0099. Imagem 1336. [Relatório policial que investigava as atividades realizadas pelo movimento camponês existente em Três Marias, 17/07/1963].

³⁶⁹ *Última Hora*, 01/08/1963, p. 9; *Estado de Minas*, 13/07/1963, p. 14.

³⁷⁰ BORGES, Maria Eliza Linhares. *op. cit.*, 1988, p. 194.

³⁷¹ APM. DOPS. Pasta 0290. Imagem 0042. [Relatório policial sobre investigação das atividades dos camponeses de Três Marias, 02/09/1963].

³⁷² APM. DOPS. Pasta 0111. Imagem 2181. [Relatório policial que investigava o movimento camponês existente em Três Marias. 12/02/1962].

ponto vital na rodovia Belo Horizonte - Brasília, logo abaixo da ponte que atravessa o Rio São Francisco e bem próxima à barragem de Três Marias, pontos ideais para que em qualquer movimento subversivo, fosse, com a dinamitação da referida ponte, cortada a ligação Belo Horizonte - Brasília e com atos de sabotagem na Usina Hidroelétrica, cortado o abastecimento de energia do Estado de Minas Gerais³⁷³.

A presença de um grande número de membros da esquerda na região atraiu a atenção da polícia, que procurava explicar porque os “comunistas” se dirigiam para a localidade. Segundo os policiais, isso ocorria devido ao fato da região ser um ponto estratégico para a instauração de qualquer movimento subversivo. O problema da posse da terra era considerado pelo DOPS/MG como uma questão menos relevante diante do problema maior que era a infiltração do “comunismo”.

Em julho de 1963, os latifundiários de Três Marias temendo novas invasões, juntamente com o presidente da FAREM, Josaphat Macedo, compareceram ao gabinete do Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, Caio Mário da Silva Pereira, para solicitar reforço de destacamento policial na região. Os proprietários afirmavam que a situação em Três Marias não podia continuar como estava, uma vez que existiam ameaças de novas invasões, por isso eles necessitavam do apoio da polícia³⁷⁴. O secretário autorizou o envio de armamento para os policiais e dois agentes do DOPS/MG foram deslocados para Três Marias para reprimir qualquer tentativa de “subversão”³⁷⁵.

De fato, o movimento em Três Marias alcançava grande repercussão e muitos camponeses se dirigiam para a região em busca de terras para trabalharem. Segundo a polícia, Randolpho Fernandes,

Consegui com a sua influência congregar cerca de 1.500 lavradores naquela região. Mais de duzentas famílias viviam na área invadida dando margem a uma luta judicial entre o proprietário da terra e os posseiros que eram defendidos pelo advogado Antônio Romanelli³⁷⁶.

Os camponeses tentaram até mesmo ocupar terras localizadas na Ilha da Catuaba - região bem próxima à área ocupada pelo grupo liderado por Randolpho -

³⁷³ APM. DOPS. Pasta 0012{6}. Imagem 2022. [Relatório policial que investigava as atividades realizadas por pessoas consideradas comunistas, 22/06/1964].

³⁷⁴ *Estado de Minas*, 12/07/1963, p. 8.

³⁷⁵ *Binômio*, 22/07/1963, p. 8.

³⁷⁶ APM. DOPS. Pasta 3876. Imagem 1529. [Relatório policial sobre investigação de atividades subversivas em diversas cidades de Minas Gerais, 10/06/1964].

alegando que aquela propriedade também pertencia à União. Entretanto, os camponeses foram presos e conduzidos para a delegacia³⁷⁷.

No mês seguinte, em agosto de 1963, o líder Randolfo Fernandes afirmou ao jornal *Última Hora* que:

A Associação dos Lavradores e Camponeses de Três Marias reúne mais de três mil membros, e que pretende, em breve, fundar um Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que será o primeiro da região³⁷⁸.

Desta forma, diante do grande incentivo concedido pelo governo federal à sindicalização rural, em outubro de 1963 a Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Três Marias foi transformada em Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Três Marias. A cerimônia de fundação do sindicato rural contou a presença do advogado Antônio Ribeiro Romanelli, do professor José Thiago Cintra, dos membros do PCB Jerônimo Moura e Oswaldo Waldir Brandão, dos membros da POLOP Guido de Souza Rocha e Carlos Alberto de Freitas e do membro da AP Cássio Gonçalves.

As atividades do sindicato recém criado deram continuidade às ações empreendidas anteriormente pela associação. O seu maior objetivo era conseguir a obtenção legal das terras ocupadas pelo campesinato. No entanto, o seu presidente não era mais Randolfo Fernandes, mas sim outro camponês que também vivia na área ocupada, chamado Raimundo Nonato Pereira³⁷⁹. Embora a pesquisa não tenha conseguido identificar os motivos que levaram à substituição da liderança camponesa, percebe-se que a alteração não promoveu modificações nas reivindicações e nas ações empreendidas pelo movimento camponês de Três Marias.

Além de realizar atividades que visavam conseguir a obtenção das terras, o sindicato rural distribuía para o campesinato local o jornal comunista *O Combate*, editado em Governador Valadares, que narrava os conflitos existentes entre camponeses e latifundiários na região do Vale do Rio Doce³⁸⁰. Deste modo, os camponeses de Três Marias puderam tomar conhecimento das lutas empreendidas

³⁷⁷ *Estado de Minas*, 13/07/1963, p. 14.

³⁷⁸ *Última Hora*, 01/08/1963, p. 9.

³⁷⁹ *Última Hora*, 23/10/1963, p. 2.

³⁸⁰ APM. DOPS. Pasta 3876. Imagem 1532. [Relatório policial sobre investigação de atividades subversivas ocorridas em diversas cidades de Minas Gerais, 10/06/1964].

pelo campesinato de outras regiões do estado, o que certamente lhes motivava a continuar a batalha contra o latifundiário Neném da Peleca.

No início do ano de 1964, uma nova decisão judicial mudou o quadro político na região. A justiça deu ganho de causa ao latifundiário Olinto Gonçalves e determinou que os camponeses fossem novamente despejados³⁸¹.

Como o movimento de Três Marias havia alcançado enorme repercussão, muitas foram as manifestações de apoio aos camponeses. Exemplo foi a publicação de carta aberta que solicitava a desapropriação imediata das terras ocupadas pelos camponeses de Três Marias, dirigida ao presidente da SUPRA, João Pinheiro Neto, pelo Comando Geral dos Trabalhadores, juntamente com a União Estadual dos Estudantes, o Diretório Central dos Estudantes e a Liga Feminina de Minas Gerais³⁸².

A pressão era grande para que o governo federal solucionasse a questão em Três Marias. Alguns dias após a publicação dessa carta, em 27 de janeiro de 1964, o presidente Goulart emitiu o decreto nº 53.499 que autorizava à SUPRA promover a efetiva desapropriação das terras ocupadas pelos camponeses³⁸³. A SUPRA estipulou para o pagamento da desapropriação a quantia de 47.320 cruzeiros, mas Neném da Peleca não concordou, pois alegava que as terras valiam muito mais, cerca de um milhão de cruzeiros³⁸⁴.

A desapropriação não chegou a ser efetivada. Com o golpe de 31 de março de 1964 muitos camponeses de Três Marias foram presos e acusados de realizarem atividades subversivas. Os líderes Randolpho Fernandes e Raimundo Nonato foram presos e prestaram depoimentos ao DOPS/MG, sendo que o primeiro negou a existência de armas no local e também a adesão ao comunismo³⁸⁵.

Assim, o movimento pela conquista da posse da terra em Três Marias foi abortado e o latifundiário Neném da Peleca acabou por expulsar das terras os camponeses que permaneceram na área.

³⁸¹ *Estado de Minas*, 07/02/1964, p. 5

³⁸² *Última Hora*, 09/01/1964, p. 2.

³⁸³ Decreto disponível no site www6.senado.gov.br/sicon

³⁸⁴ *Estado de Minas*, 06/03/1964, p. 12.

³⁸⁵ APM. DOPS. Pasta 3876. Imagem 1529. [Relatório policial sobre investigação de atividades subversivas ocorridas em diversas cidades de Minas Gerais, 10/06/1964].

3.2. Piumhi

Os conflitos entre camponeses e latifundiários em Piumhi se deram devido à disputa pela posse da terra de uma região denominada Pântano, área que possuía cerca de vinte mil hectares e que, nos primeiros anos da década de 1960, estava sendo drenada pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS)³⁸⁶. A região se caracterizava, anteriormente, por ser um terreno pantanoso impróprio para agricultura e pastagem, por esse motivo não era objeto de interesse. Porém, à medida que a drenagem era realizada as terras se tornavam extremamente férteis e passavam a ser alvo de disputas.

Os investigadores do DOPS/MG ao se dirigirem para a região, para averiguarem as ações “subversivas” geradoras dos conflitos afirmaram que:

Trata-se de um terreno muito fértil e estará totalmente em condições de ser aproveitado no segundo semestre de 1963. À medida que este terreno é drenado ele é invadido pelos latifundiários ribeirinhos, que aumentam suas propriedades à custa do Estado, só permitindo aos lavradores utilizarem-se das terras mediante contratos onerosos, como se fossem os legítimos proprietários do referido terreno. Os comunistas aproveitam desta situação para insuflar os camponeses à rebelião e à invasão dessas terras, delas se apoderando³⁸⁷.

O trecho transcrito acima é parte de relatório produzido pela polícia política sobre a disputa pela posse da terra na região do Pântano. A partir dele é possível perceber que, para a polícia o terreno drenado pertencia à União, mas esse era invadido pelos latifundiários. Já os camponeses trabalhavam nas terras como arrendatários e devido às péssimas condições de trabalho, eram “insuflados” pelos comunistas a rebelarem-se.

O problema central girava em torno da propriedade da terra, afinal os latifundiários afirmavam serem os donos, já os camponeses consideravam que as terras pertenciam à União, alegando que antes da drenagem a área não era aproveitada para o plantio e ninguém reclamava a sua posse.

À medida que a drenagem era realizada as terras eram apropriadas pelos latifundiários que alegavam deter a sua posse, uma vez que nas escrituras, os limites

³⁸⁶ *Estado de Minas*, 12/11/1963, p. 2.

³⁸⁷ APM. DOPS. Pasta 0135{3}. Imagem 0741. [Relatório policial sobre levantamento das atividades comunistas realizadas em diversas regiões de Minas Gerais, 23/04/1962].

das propriedades eram demarcados por meio da trajetória percorrida pelo rio Piumhi. Mas como o curso do rio foi alterado devido ao processo de drenagem, os fazendeiros afirmavam deter a posse de uma extensão maior de terra. Assim, os proprietários de terras baseando-se nas escrituras, que eram anteriores à drenagem do rio, se diziam os donos dos terrenos e, na maior parte das vezes, os arrendavam e cobravam, em média, de trinta a quarenta por cento da produção como forma de pagamento.

Esses contratos, na maioria das vezes apenas verbais favoreciam somente aos latifundiários. Afinal, a não existência de documentos que pudessem comprovar as taxas estabelecidas para o pagamento do arrendamento e o prazo de permanência dos camponeses nas terras acabavam por gerar arbitrariedades, como o confisco de uma parte maior da produção e expulsões dos arrendatários das propriedades, antes mesmo do período da colheita.

Alguns camponeses insatisfeitos com a situação começaram a realizar um trabalho de união de todos aqueles que trabalhavam como arrendatários nas terras do Pântano, para reivindicarem a posse daqueles terrenos, que eles alegavam pertencer à União. Um desses camponeses, Christóvão Mourão, membro do PCB, se destacou no trabalho de união e conscientização do campesinato em prol da conquista da posse dessas terras. A partir do trabalho realizado por Mourão, os camponeses se uniram em torno de uma reivindicação comum: obter a posse das terras da região do Pântano.

Diante disso, o conflito entre camponeses e latifundiários começou a se acirrar e os primeiros passaram a não pagar as taxas de arrendamento, alegando que os terrenos não possuíam dono. Para impedir que os camponeses invadissem os terrenos, os latifundiários chegaram até mesmo a tentar embargar a serviço de drenagem. De acordo com depoimento prestado ao DOPS/MG por Benjamim Rodrigues dos Santos, funcionário do DNOS,

O fazendeiro José Neca, disse ao depoente que ele respondia por todas aquelas pessoas e que daquele momento em diante os serviços de drenagem estavam embargados e ameaçou o depoente se tentasse trabalhar, que ele e as outras pessoas usariam os fuzis³⁸⁸.

³⁸⁸ APM. DOPS. Pasta 3893. Imagem 1705. [Depoimento de Benjamim Rodrigues dos Santos, 03/06/1964]

Os latifundiários por meio de ameaças conseguiram embargar a obra por alguns dias. Mas esta foi retomada por engenheiros do DNOS que se dirigiram para a região exclusivamente para solucionar a questão³⁸⁹.

Devido às tensões em torno da posse da terra vivenciadas na região, o governo federal, na tentativa de solucionar o conflito, em dezembro de 1962 sancionou a lei nº 4.176, que instituía a desapropriação por interesse social das áreas drenadas pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento nos municípios de Piumhi e Capitólio³⁹⁰. Essas terras foram destinadas à constituição de lotes agrícolas, cuja distribuição deveria ser feita, inicialmente, mediante arrendamento aos camponeses que exerciam suas atividades como pequenos agricultores na região. Contudo, essa lei não foi posta em prática e os conflitos entre latifundiários e camponeses permaneceram.

Em meio a essas intensas disputas foi fundado, em outubro de 1963, o Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Piumhi. A solenidade de criação desse sindicato contou com a presença de Padre Lage, coordenador da CONSIR em Minas Gerais. De acordo com esse religioso, o seu comparecimento à fundação de sindicatos rurais ocorria nos lugares onde se esperavam maiores dificuldades para a implantação desse tipo de organização³⁹¹.

O temor da ocorrência de qualquer reação dos fazendeiros no momento da fundação do sindicato era justificável, afinal, os conflitos entre as partes já eram intensos quando o sindicato foi criado. Porém, a fundação da organização ocorreu sem maiores tumultos, na redação do jornal *Alto São Francisco*³⁹².

No momento da sua criação o sindicato já contava com 2.500 associados, todos eles camponeses que trabalhavam na região do Pântano e que desejavam obter a posse da terra. Para presidente foi eleito Christóvão Mourão, homem que já realizava trabalho junto ao campesinato. De acordo com Mourão, depois da fundação do sindicato ficou resolvido que os pantaneiros só pagariam a porcentagem

³⁸⁹ APM. DOPS. Pasta 3893. Imagem 1706. [Depoimento de Benjamim Rodrigues dos Santos, 03/06/1964]

³⁹⁰ Lei baseada no projeto 1.293, de autoria do deputado federal Manuel de Almeida. Essa lei pode ser consultada no site www6.senado.gov.br/sicon

³⁹¹ LAGE, Padre. *O padre do diabo*. Rio de Janeiro: EMW Editores, 1998, p. 127-128.

³⁹² APM. DOPS. Pasta 0173. Imagem 2224. [Depoimento de Padre Alberico de Souza Santos, 14/05/1964].

contratada por via judicial. O sindicato iria recorrer à justiça para tentar solucionar o problema dos contratos abusivos cobrados pelos fazendeiros³⁹³.

Apesar de pertencer ao PCB, Mourão afirma que possuía autonomia de trabalho em relação ao partido. Segundo ele,

As lideranças do PCB não intervinham diretamente na ação do sindicato. Os membros do partido opinavam, falavam: isso aí você está meio radical, você afasta um pouco e tal. Ou entra mais nessa área e tal. Era só isso³⁹⁴.

Assim, de acordo com Mourão, as ações do sindicato se ligavam mais aos anseios dos camponeses da região do que aos pressupostos teóricos estabelecidos pelo PCB, para o trabalho no campo. Nota-se que em Piumhi, apesar dos camponeses reclamarem das altas taxas de arrendamento cobradas pelos latifundiários, a principal reivindicação do campesinato era a obtenção da posse legal da terra da região do Pântano.

Além de Christóvão Mourão, o sindicato contava também com a participação de outro membro do PCB, Sérgio Firmino, redator do jornal *Alto São Francisco*. Firmino trabalhava junto com Mourão para instruir o campesinato de que as terras pertenciam à União e divulgava essas idéias através do jornal *Alto São Francisco*. Por meio de ampla divulgação na imprensa local dos anseios e ações do sindicato, esse conseguiu obter o apoio de grande parte da população de Piumhi³⁹⁵.

Os dados revelam como os membros do PCB atuaram para que as reivindicações dos camponeses fossem atendidas. O sindicato defendeu os interesses do campesinato, mas não propôs, por exemplo, que eles invadissem as terras de outrem. De acordo com Christóvão Mourão,

Nunca houve invasão de terra, porque a terra que a gente estava ocupando, a terra estava provada que era terra da União. Nós não entramos em terra particular de ninguém, não³⁹⁶.

³⁹³ APM. DOPS. Pasta 3893. Imagens 1769-1770. [Depoimento de Christóvão Mourão, 05/06/1964].

³⁹⁴ *Centro de Estudos Mineiros*: Programa de História Oral – FAFICH/UFMG. Entrevista de Christóvão Mourão.

³⁹⁵ APM. DOPS. Pasta 3893. Imagem 1703. [Relatório policial que investigava atividades subversivas ocorridas em Piumhi, s/d].

³⁹⁶ *Centro de Estudos Mineiros*: Programa de História Oral – FAFICH/UFMG. Entrevista de Christóvão Mourão.

A área do Pântano foi declarada de interesse social e, de acordo com as lideranças do sindicato, foi por esse motivo que eles lutaram para que as terras fossem distribuídas ao campesinato.

No início do ano de 1964, o sindicato promoveu uma ação para embargar a entrega do arroz colhido, como forma de pagamento aos latifundiários, e alegaram que as terras não tinham dono, assim não deveriam pagar arrendamento a ninguém. Os camponeses entraram até mesmo na justiça para que o arroz não fosse confiscado pelos latifundiários. Segundo o jornal *Terra Livre*,

(...) querem os latifundiários cobrar a terça do lombo dos camponeses, que não estão de acordo e nem vão pagar, protegidos que estão pelo seu Sindicato. Através do dr. Ramiro os fazendeiros mandaram um recado ao presidente do Sindicato, proibindo os camponeses de colher o arroz e ameaçando de impedir a saída do produto, com seus capangas armados. Mesmo diante de todas essas intimidações, os camponeses não recuaram; colheram o produto e não entregaram aos usurpadores de terra e do trabalho alheio³⁹⁷.

A ação teve grande repercussão e advogados da SUPRA passaram a defender os camponeses nas disputas judiciais, cuja finalidade era resolver a questão do pagamento ou não do arrendamento. Já os latifundiários, após toda a mobilização alcançada pelo sindicato, em março de 1964 fundaram a Associação Rural de Piumhi com o intuito de defenderem seus interesses. De acordo com o jornal *Estado de Minas* a Associação Rural de Piumhi,

(...) irá congrega os fazendeiros de Piumhi e dos municípios vizinhos, bem como irá organizar e proteger a classe contra as atividades ilegais da SUPRA naquela região³⁹⁸.

No momento de sua fundação, a associação já contava com a participação de mais de 300 proprietários de terras, que firmaram um pacto de ação para a realização de uma campanha de esclarecimento aos camponeses sobre a infiltração do comunismo. Segundo os seus organizadores,

Trata-se de um movimento que visa demonstrar que os comunistas estão procurando transformar pacatos trabalhadores do campo em instrumento de agitação no meio rural, em detrimento dos verdadeiros interesses da classe³⁹⁹.

³⁹⁷ *Terra Livre*, março de 1964, p. 3.

³⁹⁸ *Estado de Minas*, 21/02/1964, p. 4.

³⁹⁹ *Estado de Minas*, 03/03/1964, p. 10.

A Associação Rural de Piumhi passou a atuar, assim, no sentido de impedir as ações que visavam o não pagamento das taxas de arrendamento, além de propagandear a idéia de que o trabalho realizado pelo sindicato rural era produto da atuação dos comunistas, um “bando de agitadores”, que desejavam insuflar os camponeses contra os verdadeiros proprietários das terras. O periódico *Estado de Minas* após entrevistar alguns proprietários de Piumhi divulgou que:

Frisam os fazendeiros que não são contra a reforma agrária, nem tampouco contra o direito dos lavradores de aspirarem a uma melhor posição econômico-social. O que não suportam e nem permitirão é que essa onda de agitação comunista venha a dominar aquelas terras, cujos habitantes são todos homens fiéis aos princípios que sempre nortearam a nossa vocação de povo livre e cristão⁴⁰⁰.

Nota-se assim, como os latifundiários temiam a ação dos comunistas na região. De acordo com esse grupo,

Elementos comunistas, que têm procurado tumultuar a vida de Piumhi, iniciaram uma campanha falsa, segundo a qual as terras são devolutas, com o propósito de justificar possíveis invasões. Acolheremos a deliberação da justiça, porque não nos interessam tumultos. Não poderemos concordar, contudo, que nossas propriedades sejam violadas. O nosso direito sobre a área é sagrado e as únicas divergências existentes referem-se apenas a fazendeiros e confrontantes⁴⁰¹.

Apesar de afirmarem que acatariam a decisão judicial no que se referia à questão das invasões do Pântano, o que se percebe é que os latifundiários não respeitavam as determinações judiciais. A questão do arroz, por exemplo, que não foi entregue como forma de pagamento do arrendamento e que ficou sob a tutela do delegado local José Karam, gerou enorme violência por parte dos fazendeiros. Esses muitas vezes foram às casas dos camponeses e, por meio de ameaças, confiscaram a produção que estava em poder do campesinato.

Em meio ao enorme conflito existente entre latifundiários e camponeses, emergiu a ação do pároco local, Padre Alberico, que objetivava amenizar essas tensões. De acordo com o religioso, ele interveio no conflito na qualidade de conselheiro e apaziguador de ambas as facções⁴⁰². Porém, para os fazendeiros esse padre era um dos principais responsáveis pelas agitações “comunistas” ocorridas na

⁴⁰⁰ *Estado de Minas*, 19/02/1964, p. 6.

⁴⁰¹ *Estado de Minas*, 22/02/1964, p. 6.

⁴⁰² APM. DOPS. Pasta 3893. Imagem 1765. [Depoimento de Padre Alberico de Souza Santos, 04/06/1964].

região e suas ações estariam intimamente ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Piumhi. O padre, em depoimento à polícia, afirmou desconhecer qualquer atividade subversiva de quem quer que seja na cidade de Piumhi⁴⁰³.

No entanto, mesmo não possuindo uma ligação direta com o sindicato, o padre acabou por apoiar as atividades deste, pois considerava que a lei nº 4.176, que estabelecia a desapropriação da região do Pântano, deveria ser cumprida. Ao adotar posturas em favor da causa camponesa, o pároco acabou por ser considerado, pelos latifundiários, como um dos líderes do sindicato rural e, por isso, um adepto das idéias comunistas. Por esse motivo, Padre Alberico foi indiciado em inquérito policial instaurado pelo DOPS/MG que investigava as atividades “subversivas” existentes em Piumhi. Mas a própria polícia constatou que:

Paradoxalmente Padre Alberico se encontra como indiciado no presente processo por acusações falsas motivadas por sua magnífica atuação de imparcialidade no caso “Pântano”⁴⁰⁴.

Em janeiro de 1964, o presidente João Goulart instituiu o decreto nº 53.498 que declarou de interesse social para fins de desapropriação toda a área recuperada pelo DNOS. De acordo com esse decreto, a desapropriação foi declarada urgente e a SUPRA ficou autorizada a promover a efetivação da mesma⁴⁰⁵. Entretanto, nenhum documento de posse foi emitido para qualquer camponês da região.

A questão da luta pela posse da terra na região de Piumhi não foi solucionada mesmo após a assinatura do decreto federal. De acordo com relatório policial datado de junho de 1964,

A falta de regulamentação da lei nº 4.176 e a omissão da SUPRA quanto à solução efetiva do problema são os responsáveis pelo que ocorreu e continua a ocorrer em Piumhi⁴⁰⁶.

A SUPRA não conseguiu promover as desapropriações determinadas pelo governo federal na região de Piumhi. Meses depois da assinatura do decreto, a ditadura militar foi instaurada no país e os sindicatos rurais proibidos de funcionarem.

⁴⁰³ APM. DOPS. Pasta 3893. Imagem 1766. [Depoimento de Padre Alberico de Souza Santos, 04/06/1964].

⁴⁰⁴ APM. DOPS. Pasta 3893. Imagem 1702. [Atestado de antecedentes políticos e sociais de Padre Alberico de Souza Santos, 06/12/1964].

⁴⁰⁵ Decreto disponível no site www6.senado.gov.br/sicon

⁴⁰⁶ APM. DOPS. Pasta 0173. Imagem 2257. [Relatório policial que investigava as atividades realizadas por padres considerados subversivos, junho de 1964].

Após o fechamento do sindicato rural, os camponeses de Piumhi não mais lutaram para obter a posse das terras localizadas na região do Pântano. Em 1970, a polícia política realizou uma nova investigação na região com o mesmo intuito de analisar a questão da posse da terra e detectou que a situação ainda não havia sido solucionada⁴⁰⁷. A partir da leitura do inquérito policial, é possível perceber que nesse período, a maior reivindicação dos arrendatários, era que os contratos de pagamento das porcentagens fossem cumpridos pelos latifundiários. Nesse inquérito consta um laudo emitido por um juiz de direito que analisou o caso do Pântano, em outubro de 1970, e afirmou que:

Tudo que se apurou foi que, sobre a área litigiosa, ninguém, mas ninguém mesmo, possuía antes da drenagem do rio Piumhi pelo DNOS domínio ou mesmo “pretensão de posse”⁴⁰⁸.

Apesar do juiz afirmar que as terras não eram de ninguém, os latifundiários continuaram com o domínio do local e os arrendatários sujeitos aos contratos abusivos estipulados pelos primeiros. Não obstante à grande repercussão suscitada pela luta para a regularização da situação dos camponeses, nenhuma medida efetiva foi colocada em prática. Ao contrário, com a ditadura militar a situação piorou, uma vez que a luta empreendida anteriormente pelo sindicato rural já não era mais possível.

A partir de abril de 1964, os latifundiários, que alegavam deter a posse do Pântano, foram expulsando os camponeses da região. Os mais resistentes, que não cederam às ameaças, acabaram, pouco a pouco, por vender aos latifundiários as terras que ocupavam.

⁴⁰⁷ Nota-se que no período militar o sindicato rural de Piumhi foi reaberto, porém, não possuía mais a mesma atuação do período anterior ao golpe.

⁴⁰⁸ APM. DOPS. Pasta 5087. Imagem 0155. [Autos da ação demarcatória, 12/10/1970].

3.3. Governador Valadares

A cidade de Governador Valadares, localizada no Vale do Rio Doce, no início da década de 1960 abrigava um enorme contingente populacional oriundo das áreas rurais. Essa população migrava para a cidade por estar sendo expulsa das lavouras, que passavam a ser utilizadas pela pecuária extensiva.

A maior parte desses camponeses era constituída por posseiros, que eram expulsos das terras por grileiros. Esses últimos contavam com o apoio da polícia, de juízes locais e de deputados para promoverem as expulsões. Com frequência tenentes, oficiais e coronéis de polícia da noite para o dia se transformavam nos maiores proprietários de terras da região, tal como o ocorrido com os coronéis reformados da polícia militar, Pedro Ferreira e Altino Machado, que se tornaram as principais lideranças ruralistas do Vale do Rio Doce.

Esses proprietários utilizavam as terras como pasto para o gado e afirmavam que o solo do Vale do Rio Doce não era fértil, se prestando somente para a pastagem. Segundo eles, o solo era arenoso e não adiantava plantar, pois todas as plantações morriam e davam lugar ao *capim colonião*, que era um excelente alimento para os bois⁴⁰⁹.

Desta forma, os proprietários justificavam a opção pela pecuária, atividade que promovia o emprego de um pequeno número de trabalhadores e exigia a utilização de grandes extensões de terras. Assim, grande era o número de pessoas que migrava das áreas rurais para os centros urbanos à procura de trabalho e de melhores condições de vida. Os que permaneciam no campo passavam a trabalhar como assalariados, meeiros ou parceiros, sujeitos às condições impostas pelos proprietários fundiários. Por isso, no início dos anos 1960 praticamente não existiam mais posseiros em todo o Vale do Rio Doce⁴¹⁰.

Nem todas as expulsões dos camponeses das áreas rurais ocorreram de forma pacífica. Em 1961, por exemplo, nas matas do Urupuca, localizadas próximo a Governador Valadares, um posseiro ameaçado de perder as suas terras matou um dos

⁴⁰⁹ *Folha de Minas*, 08/02/1964, p. 2.

⁴¹⁰ BORGES, Maria Eliza Linhares. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.24, n° 47, 2004, p. 316.

maiores grileiros da região, Horácio Ferreira Luz⁴¹¹. Esse fato revela a tensão existente entre camponeses e latifundiários, afinal os primeiros não se mostravam satisfeitos em perderem as terras que ocupavam para os segundos, que utilizavam da força para promoverem as expulsões.

Nesse contexto, o clima na cidade de Governador Valadares era marcado pelo descontentamento de um grande número de camponeses que haviam sido expulsos das terras que ocupavam. Essa insatisfação popular foi um dos fatores impulsionadores da ação de lideranças comunistas, que iniciaram a sua atuação em Governador Valadares, em meados da década de 1950.

Os principais membros do PCB atuantes na região eram o jornalista Carlos Olavo da Cunha Pereira e o advogado Plínio Mendes Martins. O primeiro se estabeleceu na região como correspondente do *Jornal do Povo* e, em seguida, fundou o periódico *O Saci*, que contava com a colaboração de Plínio Mendes, que utilizava a imprensa para denunciar os atos de violência praticados contra os camponeses. No ano de 1958, esse jornal mudou de nome e passou a se chamar *O Combate*.

As idéias divulgadas nesses periódicos tiveram ampla aceitação popular e *O Combate* se transformou em um jornal de projeção e de grande circulação. De acordo com a polícia política,

O semanário *O Combate* tornou-se um órgão de grande penetração popular. Suas campanhas violentas e difamatórias contra Empresas, autoridades e pessoas de projeção, fê-lo um jornal temido⁴¹².

Como era habitual, os comunistas se utilizaram da imprensa como meio de divulgação das suas propostas. O debate sobre a reforma agrária, por exemplo, foi amplamente divulgado pelo jornal *O Combate*, assim como a realização do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

Em 1961, com o apoio dos líderes comunistas foi fundada em Governador Valadares uma associação de lavradores e trabalhadores agrícolas. Alguns de seus membros rumaram para Belo Horizonte a fim de participarem do congresso camponês⁴¹³.

⁴¹¹ *Terra Livre*, outubro de 1961, p. 1.

⁴¹² APM. DOPS. Pasta 0583. Imagem 0546. [Transcrição de IPM instaurado em Governador Valadares em 06/05/1964].

⁴¹³ *Última Hora*, 09/11/1961, p. 5.

Após a realização desse evento, os camponeses voltaram animados com a possibilidade de realização da reforma agrária no país. Um dos membros da associação, Francisco Raimundo da Paixão, também conhecido como Chicão, depois de ter participado do Congresso de Belo Horizonte decidira que trabalharia com afinco para fundar um sindicato rural para os camponeses de Governador Valadares⁴¹⁴.

Mas Chicão não trabalhava no campo, quando criança a sua família havia sido expulsa do meio rural e no início dos anos 1960 ele possuía, na frente de sua casa, uma pequena sapataria, localizada no bairro Santa Terezinha. Chicão era filiado ao PCB, possuía 33 anos, era casado e pai de quatro filhos.

Segundo Chicão, Governador Valadares havia se transformado em cidade dos desabrigados. Mais de 13 mil famílias passavam a vida nas favelas, debaixo de marquises dos prédios, nos passeios e debaixo das pontes⁴¹⁵. Era para essas pessoas que ele trabalharia, com o objetivo de obter terras para que elas pudessem retornar para as áreas rurais.

O próprio Chicão afirmou que:

Na verdade sou sapateiro, mas é porque fui expulso do campo. Não estou a frente dessa luta por vaidade, mas porque eu quero terra, também, para trabalhar e produzir tudo aquilo que falta em minha casa e na casa de todos esses milhões de companheiros do Vale do Rio Doce⁴¹⁶.

Em meados de 1963, sob a liderança de Chicão foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Governador Valadares. Devido ao fato de Chicão não trabalhar no meio rural ele foi alvo de muitas críticas empreendidas pelos proprietários de terra e também pela imprensa, que asseguravam que o sapateiro somente queria promover agitação na cidade. O jornal *Estado de Minas*, por exemplo, divulgou reportagem sobre Chicão na qual afirmava que:

Esse homem não é um lavrador. É um sapateiro, que não esconde sua filiação a um pensamento revolucionário esquerdista, elemento que, inclusive, falou abertamente em promover uma ocupação violenta de propriedades particulares. Ele adota uma linguagem objetiva e franca. Não engana a ninguém⁴¹⁷.

⁴¹⁴ PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. *Nas terras do rio sem dono*. 2 ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1988, p. 95.

⁴¹⁵ *Última Hora*, 28/02/1964, p. 5.

⁴¹⁶ *Terra Livre*, março de 1964, suplemento, p. 3.

⁴¹⁷ *Estado de Minas*, 06/02/1964, p. 4.

Apesar de ser grande a propaganda contra o sindicato rural, esse conseguiu a adesão de inúmeros camponeses, tanto daqueles que residiam na cidade de Governador Valadares após terem sido expulsos das terras, quanto dos assalariados, meeiros e parceiros que ainda viviam no meio rural, mas que estavam insatisfeitos com as condições de trabalho impostas pelos latifundiários. No início do ano de 1964 o sindicato já contava com a participação de cerca de 2.000 membros⁴¹⁸.

Esse sindicato possuía como principal objetivo a luta pela realização da reforma agrária. No entanto, a organização propôs que inicialmente se reivindicasse a desapropriação de fazenda pertencente ao Ministério da Agricultura, que possuía cerca de 800 alqueires e poderia abrigar aproximadamente 600 famílias. Essa fazenda, localizada próximo à cidade de Governador Valadares, estava abandonada e era utilizada por alguns proprietários de terras da região para a engorda de bois. O maquinário lá existente não era utilizado na plantação de alimentos e encontrava-se em estado de deterioração, servindo de ninho para baratas e teias de aranha⁴¹⁹.

O sindicato passou a trabalhar com afinco para promover a desapropriação dessa fazenda. Chicão e Carlos Olavo viajaram inúmeras vezes para Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília para tentarem dialogar com autoridades governamentais com a intenção de conseguirem que a desapropriação fosse efetivada.

O sindicato possuía como sede a sapataria de Chicão e lá passou a ser intenso o movimento de pessoas, pois todos desejavam receber um pedaço de terra. Mas esse sindicato não estava mais sozinho na luta pela realização da reforma agrária na região, a organização obteve o apoio de diversos outros sindicatos existentes no município, como os sindicatos dos ferroviários, dos motoristas, dos comerciários e dos madeireiros⁴²⁰.

Grande era a mobilização camponesa na cidade de Governador Valadares, que almejava inicialmente obter a desapropriação de fazenda pertencente ao Ministério da Agricultura. Mas também era crescente o movimento contra a atuação do sindicato rural, composto principalmente por latifundiários temerosos de que suas propriedades fossem invadidas pelo campesinato. Segundo esses proprietários, o objetivo do sindicato rural de conseguir a desapropriação da fazenda pertencente ao

⁴¹⁸ *Estado de Minas*, 07/02/1964, p. 8; *Terra Livre*, março de 1964, suplemento, p. 2.

⁴¹⁹ *Terra Livre*, março de 1964, suplemento, p. 1.

⁴²⁰ *Terra Livre*, março de 1964, suplemento, p. 1.

Ministério da Agricultura era apenas o início de um movimento liderado por comunistas que visava à invasão de outras fazendas. Por isso eles deveriam ser combatidos.

Para atuar contra o sindicato rural os proprietários de terras organizaram-se em torno da Associação Rural de Governador Valadares, cujas principais lideranças eram os coronéis reformados citados anteriormente, Pedro Ferreira e Altino Machado, apontados como grandes grileiros da região. A associação rural se propunha a defender o inalienável direito de propriedade e não permitiria que terras fossem invadidas.

Para a divulgação das suas idéias a associação contava com o apoio da *Rádio Educadora do Rio Doce* e do jornal, impresso em Governador Valadares, *Diário do Rio Doce*. A Associação Rural de Governador Valadares recebeu ainda o apoio da maior parte das associações rurais existentes no estado de Minas Gerais⁴²¹ e pôde contar também com o auxílio da Liga Feminina Anticomunista, para a disseminação de suas propostas e a obtenção de adesão junto às mulheres.

Os ruralistas de Governador Valadares buscavam também obter o apoio da população por meio de propaganda anticomunista. Em folheto dirigido ao homem do Rio Doce eles afirmavam que:

Hoje é a terra do fazendeiro a ser invadida e desapropriada. Amanhã, será o seu estabelecimento comercial e seu lar humilde ou rico, mas sempre honrado. Aliste-se em nossas fileiras de luta contra o comunismo invasor, ateu e materialista (...). Não seja omissos!⁴²²

Devido à facilidade de se tornar membro do sindicato liderado por Chicão, os proprietários de terras conseguiram também que pessoas da sua confiança se infiltrassem no sindicato camponês⁴²³. Com isso, eles obtinham informações privilegiadas sobre as ações a serem desenvolvidas pelo sindicato, o que possibilitava o planejamento de práticas que visavam conter a mobilização camponesa.

No final do ano de 1963, apesar da desapropriação da fazenda do Ministério da Agricultura não ter sido decretada, cerca de 30 famílias de camponeses passaram a ocupar pacificamente a fazenda e aguardavam o recebimento do título de

⁴²¹ *Folha de Minas*, 09/02/1964, p. 1.

⁴²² APM. DOPS. Pasta 4632. Imagem 1324. [Material de propaganda veiculado na cidade de Governador Valadares, 21/02/1964] (ver anexo 12).

⁴²³ *Folha de Minas*, 09/02/1964, p. 2.

propriedade a ser emitido pelo governo federal⁴²⁴. Devido a essa ocupação, o líder ruralista Josaphat Macedo afirmou que a fazenda federal havia se tornado o quartel general dos comunistas e um foco permanente de agitadores⁴²⁵.

Diante desse fato, a tensão entre as partes parecia se agravar, afinal o número de sindicalizados crescia assustadoramente e os camponeses percebiam que apenas a desapropriação da fazenda do Ministério da Agricultura não seria suficiente para abrigar a todos. Eles começaram então a se mobilizar para que outras terras também fossem desapropriadas.

No final de janeiro de 1964, após ter recebido denúncias de possíveis invasões de terras na região, o governador Magalhães Pinto enviou a Governador Valadares o delegado assistente, Helvécio Arantes, o comandante geral da polícia militar, coronel José Geraldo de Oliveira e um representante da Secretaria do Trabalho, a fim de apurar o que ocorria na localidade⁴²⁶. Essa comissão convidou Chicão e Carlos Olavo para participarem de um almoço no quartel do 6º Batalhão de Caçadores, juntamente com líderes ruralistas. A comissão desejava saber quais eram os objetivos e as ações desenvolvidas pelo sindicato rural. Durante o almoço, Chicão afirmou que “a fome era a melhor arma dos seus sindicalizados. Os fazendeiros estão armados e nós só possuímos a fome e as ‘garruchinhas’ para enfrentar os poderosos”⁴²⁷.

Logo após esse almoço no 6º BC, Chicão foi a Belo Horizonte para solicitar do próprio governador Magalhães Pinto providências junto ao governo federal para a cessão da fazenda pertencente ao Ministério da Agricultura⁴²⁸. Depois do encontro com Chicão, o governador de Minas Gerais sugeriu ao presidente João Goulart que promovesse a desapropriação da referida fazenda⁴²⁹.

Sensível a essas pressões o presidente Goulart ordenou que o Ministro da Agricultura Oswaldo Lima Filho, que se encontrava em Belo Horizonte, se dirigisse para Governador Valadares para estudar o que poderia ser feito. O ministro, após visitar a fazenda, anunciou que promoveria a distribuição da propriedade aos

⁴²⁴ APM. DOPS. Pasta 0173. Imagem 2222. [Depoimento de Joaquim Pedro do Nascimento, prefeito de Governador Valadares, 12/05/1964].

⁴²⁵ *Estado de Minas*, 06/02/1964, p. 16.

⁴²⁶ *Estado de Minas*, 01/02/1964, p. 8; *Folha de Minas*, 01/02/1964, p. 1.

⁴²⁷ *Estado de Minas*, 02/02/1964, p. 16.

⁴²⁸ *Estado de Minas*, 02/02/1964, p. 16.

⁴²⁹ *Folha de Minas*, 04/02/1964, p. 3.

camponeses e disse ainda que enviaria para a região topógrafos e técnicos da SUPRA, que seriam responsáveis por realizarem estudos e análises sobre as condições em que se encontravam a fazenda, para que essa pudesse ser desapropriada⁴³⁰. Ele afirmou também que após divisão da fazenda pertencente ao Ministério da Agricultura, haveria em Governador Valadares diversas desapropriações destinadas a atender aos demais interessados em obterem terras⁴³¹.

Oswaldo Lima Filho em reunião com membros da Associação Rural de Governador Valadares, disse ainda que as terras do Vale do Rio Doce deveriam ser utilizadas para a horticultura, quem quisesse criar bois que os levasse para o Amazonas⁴³².

Depois da visita da comissão enviada por Magalhães Pinto, o governador mineiro enviou um telegrama ao presidente da Associação Rural de Governador Valadares, no qual fazia um apelo para o entendimento entre as partes em conflito⁴³³. Porém, nota-se que a Associação Rural não estava disposta a promover acordos com os camponeses sindicalizados.

Em manifesto divulgado em fevereiro de 1964 a Associação Rural afirmava que:

A classe ruralista tomou a única posição que lhe resta: **defender, custe o que custar, não importam os sacrifícios e as agruras, o sagrado e inalienável direito de propriedade** garantido pela vigente Constituição Federal, guardiã dos direitos de todos os brasileiros; os ruralistas não iniciarão qualquer violência, mas reagirão a ela de todas as formas e para isto estão preparados⁴³⁴.

Além disso, em telegrama enviado ao governador Magalhães Pinto, o líder ruralista Josaphat Macedo assegurou que:

A tolerância das autoridades poderá comprometer irremediavelmente a situação criada pelos comunistas no Vale do Rio Doce. Em nome da Associação Rural de Governador Valadares, cumpro o dever de dar conhecimento a v. excia. de que aquela entidade não se responsabiliza pelo que possa acontecer, sendo certo que os fazendeiros hão de defender, à custa de qualquer sacrifício, seu direito inviolável da propriedade, assegurado pela Constituição⁴³⁵.

⁴³⁰ *Folha de Minas*, 04/02/1964, p. 1; *Estado de Minas*, 04/02/1964, p. 4.

⁴³¹ *Estado de Minas*, 04/02/1964, p. 4.

⁴³² *Folha de Minas*, 08/02/1964, p. 2.

⁴³³ *Folha de Minas*, 08/02/1964, p. 1.

⁴³⁴ APM. DOPS. Pasta 4632. Imagem 1211. [Material de propaganda veiculado pela Associação Rural de Governador Valadares em fevereiro de 1964]. Grifos meus.

⁴³⁵ *Estado de Minas*, 06/02/1964, p. 16.

Parece claro que os conflitos entre os camponeses sindicalizados e os proprietários de terras se acirraram ainda mais após a visita de Oswaldo Lima Filho à região. Dias depois, o superintendente da SUPRA, João Pinheiro Neto, se dirigiu para Governador Valadares, juntamente com o delegado regional do órgão em Minas Gerais, Antonio de Oliveira Lins, com o objetivo de tentar propor medidas que promovessem a resolução do conflito.

No entanto, conforme afirmado no capítulo anterior, João Pinheiro não foi bem recebido na cidade, o comércio local fechou as portas em sinal de protesto à sua presença e os líderes da Associação Rural se negaram a participar de reunião com o superintendente da SUPRA, sob a alegação que não se reuniriam com comunista⁴³⁶. Este fato aponta para o desinteresse dos proprietários de terras em tentar dialogar com representantes do governo federal, que pretendiam alcançar soluções para por fim às tensões.

Segundo João Pinheiro, “os valadarenses estão mal informados sobre as atividades da SUPRA e os proprietários de terras muito exaltados”⁴³⁷. Apesar de afirmar considerar-se feliz por ainda estar vivo após a sua ida a Governador Valadares, João Pinheiro não se intimidou diante das ameaças e anunciou que a fazenda do Ministério da Agricultura seria realmente entregue aos camponeses e que a SUPRA iria estudar a possibilidade de desapropriar também uma fazenda pertencente ao frigorífico Anglo e outra de propriedade da Grã Duquesa de Luxemburgo, ambas praticamente abandonadas⁴³⁸.

Após a visita de João Pinheiro à cidade, os ruralistas decidiram formar uma comissão que iria conversar com o Ministro da Guerra para colocá-lo ciente do problema e solicitar providências para por fim à baderna e à agitação comunista que haviam se instaurado em Governador Valadares. Segundo o coronel Altino Machado, “o Ministro da Guerra é a única autoridade em quem ainda depositamos confiança, porque as demais do governo federal, ao que parece, já estão podres”⁴³⁹.

Nota-se com isso, que os ruralistas procuravam se preparar para um confronto armado com os camponeses. De acordo com o coronel Pedro Ferreira, “nenhum

⁴³⁶ *Estado de Minas*, 05/02/1964, p. 8.

⁴³⁷ *Estado de Minas*, 05/02/1964, p. 8.

⁴³⁸ *Estado de Minas*, 05/02/1964, p. 8.

⁴³⁹ *Estado de Minas*, 06/02/1964, p. 16.

fazendeiro está disposto a deixar os desordeiros ocuparem suas terras e esses usarão as armas disponíveis para impedirem a ocupação das propriedades”⁴⁴⁰.

Do lado dos camponeses, a presença de João Pinheiro em Governador Valadares provocou um grande entusiasmo de que as desapropriações ocorreriam em breve. Os líderes do sindicato decidiram promover um comício para divulgarem as conquistas obtidas após a vinda de representantes do governo à cidade. Chicão e Carlos Olavo solicitaram na polícia autorização para realização do comício, que ocorreria no dia 23 de fevereiro de 1964 e contaria com a participação de Padre Lage e dos deputados José Gomes Pimenta e Sinval Bambirra⁴⁴¹.

No entanto, a concentração foi suspensa pela interferência do juiz da segunda vara de Governador Valadares, Secundo Avelino Peito, que solicitou aos camponeses que não se reunissem, pois havia perigo iminente de derramamento de sangue. O juiz pediu também, aos proprietários de terras, que deixassem de fazer provocações através de passeios de carros ao bairro Santa Terezinha, local onde se realizaria o evento⁴⁴².

O comício camponês foi então programado para o dia 08 de março, porém o governador Magalhães Pinto aconselhou os líderes dos camponeses a suspenderem o evento, pois temia a ocorrência de confrontos, uma vez que o Comandante Geral da Polícia Militar declarou que a polícia sozinha não tinha condições de garantir a realização do evento⁴⁴³.

No início do mês de março, o clima na cidade era de confronto aberto entre camponeses e latifundiários. O jornal *O Combate* divulgou, na sua edição de 08 a 14 de março, a ocorrência de um tiroteio na casa de uma viúva vizinha de Chicão, fato que provocou o ferimento de uma senhora de 73 anos e de um garoto de 12 anos. Segundo o jornal, os pistoleiros queriam acertar Chicão, mas erraram de endereço⁴⁴⁴.

Aquela mesma semana foi marcada, também, pela expectativa dos camponeses devido à realização do comício na Central do Brasil, no dia 13 de março,

⁴⁴⁰ *Folha de Minas*, 08/02/1964, p. 2.

⁴⁴¹ APM. DOPS. Pasta 4632. Imagem 1224. [Recorte do jornal *Diário de Minas* de 25/02/1964].

⁴⁴² APM. DOPS. Pasta 4632. Imagens 1204-1205. [Recorte de jornal não identificado, s/d].

⁴⁴³ APM. DOPS. Pasta 4632. Imagem 1237. [Relatório policial que investigava os fatos ocorridos em Governador Valadares, 19/03/1964]; *Estado de Minas*, 06/03/1964, p. 6.

⁴⁴⁴ APM. DOPS. Pasta 4632. Imagem 1247. [Recorte do semanário *O Combate*, de 08 a 14 de março de 1964].

durante o qual o presidente Goulart assinaria o decreto da SUPRA. Segundo o jornal *Última Hora*,

Quando foi anunciado pelo rádio a assinatura do decreto da SUPRA, os bairros pobres de Governador Valadares explodiram de alegria, numa chuva de foguetes que durou mais de 10 minutos⁴⁴⁵.

Os camponeses comemoraram muito a assinatura do decreto e aguardavam ansiosos pela volta de Chicão, que fora ao Rio de Janeiro participar do evento. Durante sua estada no Rio de Janeiro, Chicão manteve contatos com o presidente Goulart e pediu a este que entregasse para a SUPRA a fazenda do Ministério da Agricultura, para que essa fosse imediatamente distribuída aos camponeses. Solicitou também garantias para a realização de concentração camponesa na cidade de Governador Valadares⁴⁴⁶.

Já os latifundiários temiam que no dia da realização do comício da Central do Brasil propriedades fossem invadidas pelos camponeses, por isso procuraram se precaver contra qualquer invasão, através da compra de farto armamento⁴⁴⁷. Sobre a ação desses proprietários, o periódico *Última Hora* divulgou reportagem em que afirmava que:

Em Governador Valadares chegam a cada dia elementos estranhos que, segundo supõem os camponeses, são capangas para integrarem a milícia armada dos fazendeiros. A sede do comando da milícia é a casa do Coronel Pedro Ferreira, onde existe um transmissor e receptor de rádio, em comunicação com outras regiões⁴⁴⁸.

Os proprietários de terras estavam organizando uma milícia armada que visava por fim à mobilização camponesa. Devido a esse fato, Chicão e Carlos Olavo, em muitas ocasiões, denunciaram na imprensa o risco que corriam de serem assassinados. No entanto, eles afirmavam não temer o poderio bélico dos proprietários e anunciavam que estavam dispostos a enfrentá-los com as garruchinhas de que dispunham⁴⁴⁹. Para fazer frente a essa milícia organizada pelos latifundiários, o sindicato rural também começou a se armar e a organizar os camponeses. Segundo o jornal *Estado de Minas*, a polícia chegou a apreender um

⁴⁴⁵ *Última Hora*, 16/03/1964, p. 5.

⁴⁴⁶ *Última Hora*, 17/03/1964, p. 2.

⁴⁴⁷ APM. DOPS. Pasta 4632. Imagem 1238. [Relatório policial sobre a atuação da Associação Rural e do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Governador Valadares, 19/03/1964].

⁴⁴⁸ *Última Hora*, 18/03/1964, p. 5.

⁴⁴⁹ *Estado de Minas*, 02/02/1964, p. 16.

caminhão que transportava armas e munições que seriam entregues aos camponeses de Governador Valadares⁴⁵⁰.

Ao retornar a Governador Valadares, após o comício do dia 13 de março, Chicão foi recebido com festa na sede do sindicato e informou que estavam bem adiantados também os estudos para a desapropriação das fazendas pertencentes à Grã Duquesa de Luxemburgo e ao frigorífico Anglo.

No entanto, os camponeses permaneciam de prontidão na sede do sindicato, aguardando que o governo federal entregasse a fazenda do Ministério da Agricultura à SUPRA. Os camponeses estavam ansiosos à espera de uma resolução do governo federal e o jornal *Terra Livre* chegou a divulgar reportagem em que denunciava a demora do governo em promover a desapropriação.

Os camponeses querem terra imediatamente. Tem que ser já, porque a maioria deles está desempregada e a época do plantio já está chegando ao fim. Por isso, os companheiros de Valadares já não podem mais esperar nem se conformar com palavras bonitas do governo nem dos políticos influentes⁴⁵¹.

Para tentarem promover a efetivação da desapropriação, Chicão juntamente com Padre Lage, José Gomes Pimenta e Sinval Bambirra⁴⁵² foram ao Rio de Janeiro para se encontrarem com o Ministro da Agricultura. Após esse encontro, Oswaldo Lima Filho escreveu uma recomendação ao delegado do Ministério da Agricultura em Minas Gerais, pedindo que fossem tomadas todas as providências até o dia 31 de março, quando ele iria a Governador Valadares fazer a entrega solene da fazenda aos camponeses⁴⁵³.

Nesse dia, para a entrega da fazenda, seria realizado um comício, organizado pelo sindicato rural. Para custear as suas despesas o delegado da SUPRA em Minas Gerais, Antônio Lins, enviou a Chicão a quantia de 50.000 cruzeiros⁴⁵⁴. Esse comício ocorreria na fazenda do Ministério da Agricultura. Mas o evento não chegou a acontecer devido a tiroteio ocorrido na sede do sindicato no dia anterior.

⁴⁵⁰ *Estado de Minas*, 07/02/1964, p. 8.

⁴⁵¹ *Terra Livre*, março de 1964, p. 2.

⁴⁵² Deputado eleito pelo PTB e que era também militante do PCB.

⁴⁵³ APM. DOPS. Pasta 0173. Imagem 2204. [Correspondência enviada por Sinval Bambirra a General não identificado, abril de 1964].

⁴⁵⁴ APM. DOPS. Pasta 0003{1}. Imagem 0291. [Depoimento de Antônio de Oliveira Lins, 07/08/1964].

No dia 30 de março, liderados pelos proprietários de terras, grupos armados abriram fogo contra a sede do sindicato rural, que era também a residência de Chicão. Na troca de tiros entre os camponeses e o grupo comandado pelos proprietários de terras, o genro do coronel Pedro Ferreira, Pascoal Souza Lima, morreu ao ser atingido por uma bala na cabeça. Além disso, se feriram, mas sem gravidade, o repórter do jornal *O Combate*, Aguinaldo Alves de Freitas, a esposa de Chicão, Edna Maria, e uma de suas filhas, Elizabete, de apenas 5 anos de idade⁴⁵⁵. Já Chicão nada sofrera, pois havia se escondido debaixo de uma cama na casa do vizinho⁴⁵⁶.

Após o tiroteio, Chicão foi levado para a delegacia e mais tarde junto com Carlos Olavo foram retirados da cidade pela polícia, e encaminhados para Belo Horizonte⁴⁵⁷. Dias depois, em represália à morte de Pascoal Souza Lima, a sede do jornal *O Combate* foi invadida por grupo ligado aos proprietários de terras e foi totalmente destruída⁴⁵⁸.

O que ocorreu em Governador Valadares demonstra que alguns grupos conservadores estavam impacientes pelo golpe, e tomaram a iniciativa antes mesmo do movimento militar ser deflagrado. Na região do Vale do Rio Doce, o golpe começou no dia 30 de março.

⁴⁵⁵ *Estado de Minas*, 31/03/1964, p. 8.

⁴⁵⁶ APM. DOPS. 4632. Imagem 1331. [Relatório policial que investigava os fatos ocorridos em Governador Valadares, s/d].

⁴⁵⁷ APM. DOPS. 4632. Imagem 1331. [Relatório policial que investigava os fatos ocorridos em Governador Valadares, s/d]. A polícia alegou que retirou Chicão e Carlos Olavo de Governador Valadares para garantir a segurança deles, uma vez que na cidade poderiam ser mortos a qualquer momento.

⁴⁵⁸ APM. DOPS. 4632. Imagem 1333. [Relatório policial que investigava os fatos ocorridos em Governador Valadares, s/d].

Considerações Finais

O aparecer dos camponeses no espaço público instituiu o novo e produziu uma ruptura com a imagem dominante do mundo rural como homogêneo e isento de tensões. Esse surgimento do campesinato ocorreu de diversas formas, seja através da reivindicação da legislação trabalhista para o meio rural, seja através de resistências e ocupações. A forma variou, mas o resultado foi que, no início dos anos 1960, os camponeses conseguiram obter o apoio de parcela da população para a sua luta pela realização da reforma agrária.

Assim, este trabalho procurou refletir sobre as ações desenvolvidas pelo movimento camponês em Minas Gerais, que objetivava principalmente que a reforma agrária fosse implementada no estado. Primeiramente foi analisada a forma como o campesinato mineiro ocupou o espaço público. Foi possível perceber que essa ocupação não foi imediata e espontânea, muito pelo contrário, ela ocorreu de forma gradual e teve como momento de ápice os primeiros anos da década de 1960. Esses anos foram marcados pelo crescimento da mobilização camponesa em todo país, principalmente devido ao incentivo concedido pelo governo federal para a criação de sindicatos rurais.

Observou-se ainda que, em Minas Gerais, a sindicalização rural foi a forma de organização camponesa preponderante. Os sindicatos rurais se tornaram os espaços por excelência de divulgação e discussão de idéias e informações. Era por meio deles que os camponeses construía uma nova identidade política e também criavam alternativas para tentarem modificar a situação de miséria na qual se encontravam. Mas isso não significou que as ações empreendidas pelos sindicatos rurais criados em todo o estado fosse homogênea. Em alguns locais o campesinato se mobilizou intensamente na luta pela obtenção da posse legal da terra, já em outras localidades essa mobilização foi pequena e restrita a um diminuto número de camponeses.

Diversos foram os grupos que atuaram junto a esse campesinato que passava a ocupar o espaço público e se organizava em torno dos sindicatos rurais. Por isso, a dissertação procurou também analisar as ações desenvolvidas pelos diferentes grupos que procuraram exercer algum trabalho junto aos camponeses. Isso permitiu

compreender que as atitudes adotadas por esses grupos não eram homogêneas e se alteraram de acordo com as especificidades vividas pelos camponeses de cada localidade.

Para conhecer algumas dessas peculiaridades locais e também para entender como se deram os principais conflitos pela posse da terra no estado de Minas Gerais foram analisados confrontos ocorridos nas regiões de Três Marias, Piumhi e Governador Valadares. A partir desses estudos foi possível compreender que a maior reivindicação do movimento camponês existente em Minas Gerais era a obtenção legal de terras. As principais lutas que se desenvolveram no estado foram para que terras consideradas de propriedade da União fossem desapropriadas.

A análise dessas três regiões, além de possibilitar conhecer qual foi o fator preponderante que movia as ações do campesinato, permitiu ainda o entendimento de como se deram as relações entre camponeses e os grupos atuantes no meio rural. Desta forma, foi possível observar que os grupos que agiram em defesa do campesinato procuraram atuar para atender as principais reivindicações dos camponeses.

A pesquisa mostrou como o movimento camponês em Minas Gerais no início dos anos 1960 conseguiu se expandir e também chamar a atenção das autoridades públicas para a necessidade de realização da reforma agrária. Essa expressão, que representava um projeto político, conseguiu obter muitas adesões e se constituiu em uma luta agregadora do campesinato.

No entanto, toda essa mobilização crescente em torno da realização da reforma agrária foi reprimida a partir do golpe civil militar. Após a instauração da ditadura militar no país, desencadeou-se um processo de prisão e perseguição de lideranças e de fechamento de todos os sindicatos rurais.

Todavia, as mudanças empreendidas nas relações sociais no campo tinham sido bastante profundas, o que fez com que os conflitos persistissem, mesmo que sob formas e dimensões distintas. Durante a ditadura militar o trabalho sindical foi aos poucos retomado, o que possibilitou à CONTAG assumir um papel de destaque. Essa organização pôde trazer assim, novamente ao debate, a questão da reforma agrária⁴⁵⁹. Mas a discussão sobre este assunto estava inserida num outro tempo e possuía

⁴⁵⁹ GRYNSZPAN, Mario. *op.cit.*, 2002, p. 139.

características bastante distintas daquela realizada nos primeiros anos da década de 1960.

As lutas empreendidas no início dos anos 1960 foram fundamentais para estabelecer os marcos nos quais a questão da reforma agrária se desenrolaria nos anos que se seguiram. Para o estado de Minas Gerais, permanecem os questionamentos sobre como ocorreu a mobilização camponesa no período da ditadura militar, qual foi a atuação do campesinato e quais foram as suas principais reivindicações e conquistas. A atuação do movimento camponês no estado, durante o governo militar, ainda não foi analisada pelos historiadores e é assunto que merece ser investigado por futuras pesquisas.

Referências Documentais

Arquivo Público Mineiro – APM

Fundo: Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/MG)

Pasta 0001{3} – {Movimento sindical e estudantil}

Pasta 0003{1} – {Ação Popular}

Pasta 0006{2} – {Liga Camponesa e Partido Comunista Brasileiro}

Pasta 0008 – {Uberlândia}

Pasta 0012{6} – {Comunismo - Investigações policiais}

Pasta 0054 – {Correspondências policiais}

Pasta 0093 – {Élson Costa - documentação sobre o Partido Comunista Brasileiro e entidades sindicais rurais e urbanas}

Pasta 0096 – {Élson Costa - material apreendido}

Pasta 0099 – {Reforma Agrária}

Pasta 0101 – {Investigações a entidades de trabalhadores rurais}

Pasta 0111 – {Ligas Camponesas}

Pasta 0142 – {Programa de rádio “Hernani Fala a Verdade”}

Pasta 0149 – {Jofre Corrêa Netto}

Pasta 0159 – {I Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas}

Pasta 0160 – {I Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas - Fotografias}

Pasta 0161 – {I Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas}

Pasta 0162 – {Ligas Camponesas}

Pasta 0163 – {Concentração Regional de Agricultores}

Pasta 0173 – {Padre Francisco Lage Pessoa - Inquérito Policial Militar}

Pasta 0181 – {Liga Camponesa de Felixlândia}

Pasta 0190 – {Partido Comunista Brasileiro - formação de comitês distritais, municipais e estaduais}

Pasta 0198 – {Comunicações sobre diligências policiais em Minas Gerais}

Pasta 0220 – {Reuniões de ruralistas}

Pasta 0222 – {Liga Camponesa}

Pasta 0223 – {Sindicalismo, movimento estudantil, reforma agrária}

Pasta 0232 – {Reforma agrária}

Pasta 0238 – {Antecedentes Políticos e Sociais}
Pasta 0239 – {Antecedentes Políticos e Sociais}
Pasta 0246 – {Antecedentes Políticos e Sociais}
Pasta 0273 – {Ligas Camponesas - Relatório Policial}
Pasta 0276 – {Sindicalismo e Reforma Agrária}
Pasta 0278 – {I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil}
Pasta 0285 – {Relatórios Policiais}
Pasta 0288 – {I Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas - Fotografias}
Pasta 0294 – {I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil}
Pasta 0409 – {Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esmeraldas}
Pasta 0414 – {Ricardo Prata Soares}
Pasta 0428 – {Antonio de Oliveira Lins}
Pasta 0494 – {Lindolfo Silva}
Pasta 0583 – {Carlos Olavo da Cunha Pereira}
Pasta 0824 – {Guido de Sousa Rocha}
Pasta 1045 – Francisco Julião
Pasta 3797 – {Comunismo - indivíduos suspeitos}
Pasta 3843 – {Sindicalismo e comunismo}
Pasta 3849 – {Aloysio Vilela}
Pasta 3855 – {Superintendência da Política da Reforma Agrária}
Pasta 3856 – {Governador Valadares}
Pasta 3857 – {Novo Cruzeiro - Inquérito Policial Militar}
Pasta 3858 – {Teófilo Otoni -Inquérito Policial}
Pasta 3859 – {Walter de Oliveira Garrocho - Tim Garrocho}
Pasta 3860 – {Sindicato dos Produtores da Lavoura}
Pasta 3862 – {Sindicalização Rural}
Pasta 3871 – {Ipatinga - Inquérito Policial}
Pasta 3872 – {Uberaba - Inquérito Policial}
Pasta 3875 – {Planura - Investigação Policial}
Pasta 3876 – {Região Central de Minas - Inquérito Policial Militar}

Pasta 3877 – {Caratinga - Inquérito Policial Militar}
Pasta 3878 – {Sindicato ruralista}
Pasta 3880 – {Passos - Inquérito Policial}
Pasta 3882 – {Ituiutaba - Inquérito Policial}
Pasta 3892 – {Visconde do Rio Branco - Inquérito Policial}
Pasta 3893 – {Reforma agrária - Disputa de posse de terras}
Pasta 3900 – {Monte Carmelo - Inquérito Policial}
Pasta 3913 – {Rio Pomba - Inquérito Policial Militar}
Pasta 3914 – {Rio Vermelho - Inquérito Policial Militar}
Pasta 3917 – {Colônia Agropecuária Brasilândia - Inquérito Policial}
Pasta 3925 – {Medina - Inquérito Policial}
Pasta 3928 – {Sindicato dos Trabalhadores Rurais}
Pasta 3941 – {Geraldo Tasso de Andrade Rocha}
Pasta 4083 – {Disputa de terras}
Pasta 4150 {2} – {Ação Popular}
Pasta 4152 – {Ação Popular}
Pasta 4229 – {Investigações diversas}
Pasta 4500 – {Ataléia- invasão de terras}
Pasta 4538 – {Campos Gerais}
Pasta 4632 – {Governador Valadares}
Pasta 4779 – {Nanuque}
Pasta 4780 – Nanuque
Pasta 4846 – {Pirapora}
Pasta 5010 – Teófilo Otoni - comunismo
Pasta 5018 – {Movimento Rural}
Pasta 5021- {Monte Alegre de Minas - comunismo}
Pasta 5057 – {Partido Comunista Brasileiro}
Pasta 5069 – {Partido Comunista Brasileiro - Élon Costa}
Pasta 5070 – {Teófilo Otoni}
Pasta 5078 – Galiléia
Pasta 5083 – {Montes Claros}
Pasta 5087 – Pium-hí - Pântano

Pasta 5295 – {Troca de informações entre agente e delegado }

Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais

- Jornal *Estado de Minas* (1961-1964)
- Jornal *Folha de Minas* (1961-1964)
- Jornal *Última Hora* (1961-1964)

Arquivo Privado de José Maria Rabelo

- Jornal *Binômio* (1961-1964)

Jornal *Terra Livre* (1961-1964) disponível no site: www.armazemmemoria.com.br

Centro de Estudos Mineiros: Programa de História Oral - FAFICH/UFMG

Entrevistas:

- Antônio de Oliveira Lins
- Christóvão Mourão
- Evaristo Garcia
- Guido Rocha
- José Gomes Pimenta

Centro de Memória e Pesquisa Histórica da PUC Minas

Fundo: Catolicismo no Brasil Contemporâneo: da politização dos anos sessenta à espiritualização dos anos noventa.

Entrevistas:

- Antonio Augusto Pereira Prates
- Ricardo Prata Soares

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *DOPS: A Lógica da Desconfiança*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996.

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

AUED, Bernadete Wrubleski. *A vitória dos vencidos - Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas 1955-64*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. V. 5 Anthrospos- Homem. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BENEVIDES, Maria Vitória. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENEVIDES, Maria Vitória. *O Governo Kubitschek. Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

BLOCH, Marc. *Introdução a História ou o Ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONOME, Maria Angélica Vieira. *A praia sob o paralelepípedo a experiência da AP e as potencialidades da ação política*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1994.

BORGES, Fragmon Carlos. O movimento camponês no nordeste. In: *Estudos Sociais*, Rio de Janeiro: Editorial Vitória Limitada, n° 15, dez. 1962, pp.248-260.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *Utopias e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950- 1964)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1988.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Estilistas urbanos do universo rural: o PCB na luta pela sindicalização rural em Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de História* (Brasil 1954-1964), São Paulo: Marco Zero: ANPUH/FAPESP/CNPq, n° 27, 1994, pp.73-86.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.24, n° 47, 2004, pp. 303-326.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Reforma Agrária e Identidade Camponesa. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964- 2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de. *Brésil du Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populist*. Tese (Doutorado). Paris: Université de Paris, 1973.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, t.3, v.3, O Brasil Republicano. 3ed. São Paulo: Difel, 1986.

CARNEIRO, Leandro Piquet; KUSCHNIR, Karina. As dimensões subjetivas da política. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.13, nº 24, 1999, pp.227-250.

CARNEIRO, Maria José [et al]. *Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas - A história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusc, Imprensa Oficial, Fapesp, 2002.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. 2ed. São Paulo:Ateliê Editorial, Fapesp, 2002.

CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964- ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil; v.3).

CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Pastoral da Terra: estudos da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 1977.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996.

CUNHA, Paulo Ribeiro da (org.). *O camponês e a história: a construção da Utlab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004.

DELGADO, Lucília Neves. *PTB – do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DELGADO, Lucília Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; v.3).

- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DULCI, Otavio. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. História e Culturas Políticas definições, usos e genealogias. In: *Vária História*. Belo Horizonte, n° 28, 2002, pp.13-29.
- FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- FERRY, Jean-Marc. Habermas: crítico de Hannah Arendt. In: *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v.17, n°33, jan/jun 2003, pp.25-46.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FUCHTNER, Hans. *Os sindicatos brasileiros de trabalhadores: organização e função política*. Rio de Janeiro: Edição geral, 1980.
- GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1986.
- GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes: Fase, 1987.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

GRYNSZPAN, Mario. Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Vera (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

GRYNSZPAN, Mario. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada. In: *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: vol. 33, nº 2, 1990, pp.285-308.

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil; v.2).

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GUSTIN, Fádua Maria de Sousa. *Parlamentarismo superação de dissensos: a experiência do governo João Goulart*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

HABERMAS, Juergen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOBSBAWN, Eric J. *A era dos extremos – O Breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

IANNI, Octavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. 3ª ed., rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

IANNI, Octavio. *A luta pela terra*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

LAGE, PADRE. *O padre do diabo*. Rio de Janeiro: EMW Editores, 1988.

LAZAR, Marc. Forte et fragile, immuable et changeante...La culture politique communiste. In: BERSTEIN, Serge (org.). *Les cultures politiques en France*. Seuil, L'univers historique, 1999.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular da JUC ao Pc do B*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

LIMA, Idalice R. S. *"Flores do Mal" na "Cidade Jardim": comunismo e anticomunismo em Uberlândia*. Dissertação (Mestrado). Campinas: UNICAMP, 2000.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco C. Teixeira da. O debate sobre as Estruturas Sócio-Econômicas do Brasil nas décadas de 1950 a 1970. In: LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco C. Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira. (combates e controvérsias)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

MARIGHELA, Carlos [et al]. *A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967) In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, volume 5: partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2007.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: MORAES, João Quartim de; ROIO, Marcos Del (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, volume 4: Visões do Brasil. Campinas (SP): UNICAMP, 1995.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil 1955-1964*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese (Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Ed Universidade, UFRGS, CPDA, 1999.

MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília: Edições Iattermund, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. In: *Anais do X Encontro Regional de História*. Mariana, 1996, pp.83-91.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho” – O anti-comunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, Fapesp, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá [et al]. República, política e direito à informação – Os arquivos do DOPS/MG. In: *Vária História*. Belo Horizonte, nº 29, janeiro de 2003, pp. 126-153.

NOVAES, Regina Reyes. Reforma agrária: o mito e sua eficácia. In: VILLAS BÔAS, Gláucia; GONÇALVES, Marco Antonio (orgs.). *O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.

ORTEGA, Any Marise. *As esquerdas, a questão agrária e os caminhos da revolução brasileira no “Congresso Camponês” de Belo Horizonte de 1961*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-64*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PALMEIRA, MOACIR. Modernização e reforma agrária. In: SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio Carvalho (orgs.). *Mundo Rural Brasileiro ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

PANDOLFI, Dulci. *Camaradas e Companheiros História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PAULA, Delsy Gonçalves de; STARLING, Heloisa Murgel; GUIMARÃES, Juarez Rocha (orgs.). *Sentimento de reforma agrária, sentimento de república*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

PCB: vinte anos de política, 1958-1979: (documentos). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. *Nas terras do rio sem dono*. 2 ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1988.

PEREIRA, Raquel Aparecida. *Bandeiras Vermelhas nas Ruas da Cidade!* Comunismo e Espaço Público em Belo Horizonte (1945-1951). Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira; SOUZA, Beatriz Muniz de; CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. Igreja Católica: 1945 – 1970. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, t.3, v.4, O Brasil Republicano. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

POMPERMAYER, Malori J (org.). *Movimentos sociais em Minas Gerais: emergência e perspectiva*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1987.

PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da morte e esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas na Paraíba*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, volume 5: partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2007.

RÉMOND, René. Por que a história política?. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, 1994.

- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. São Paulo: Record, 2000.
- RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, volume 5: partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2007.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, t.3, v.3, O Brasil Republicano. 3ed. São Paulo: Difel, 1986.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Tese (Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2001.
- SANTOS, Leonardo Soares dos. Revolução e Inocência: o perfil político do campesinato brasileiro por José de Souza Martins. In: *Sociedade e Cultura*, v. 9, 2006, pp. 187-202.
- SANTOS, Raimundo (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio Carvalho (orgs.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

SEGATTO, José Antonio. *Breve História do PCB*. 2ª ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SEMERARO, Giovanni. *A Primavera dos anos 60 a geração de Betinho*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SIGAUD, Geraldo de Proença [et al]. *Reforma agrária questão de consciência*. 4ª ed. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1962.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memória da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

SILVA, Emiliana Andréo da. *O Despertar do campo: lutas camponesas no interior do Estado de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

SILVA, Paulo Cândido da. *Cooperativismo e Polícia: a Ação Estatal face a Mobilização Camponesa*. Dissertação (Mestrado). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 2003.

SILVA, Vicente Gil da. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967

STARLING, Heloísa Murgel. *Os senhores das Gerais: Os Novos inconfidentes e o Golpe Militar*. Petrópolis: Vozes, 1986.

STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil v.3: Programas de reforma agrária 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STEDILE, João Pedro (org.) *A questão agrária no Brasil v.4: História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. In: *Tempo Social*, USP, São Paulo, nº1, vol.2, 1990.

TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*. Campinas: Unicamp, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo de Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VICENT, Gerard. “Ser comunista? Uma maneira de ser”. In: PROST, Antonie; VICENT, Gerard (orgs.). *História da vida privada*. V. 5 (da Primeira Guerra a nossos dias). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Anexos

Anexo 1- Tabela de sindicatos rurais fundados em Minas Gerais (1962 - 1964)	
Município	Ano de fundação
Abaeté	1963
Acesita	1963
Açucena	1963
Água Comprida	1963
Além Paraíba	1963
Araçuaí	1963
Araguari	1964
Arinos	1963
Astolfo Dutra	1963
Bambuí	1963
Belo Oriente	1963
Belo Oriente	1963
Bicas	1963
Bom Despacho	1963
Bom Jardim de Minas	1963
Bom Jesus do Galho	1963
Bom Sucesso	1963
Campanário	1963
Campo Florido	1964
Caratinga	1964
Cataguazes	1963
Cataguazes	1963
Centralina	1963
Centralina	1963
Cláudio	1963
Corinto	1963
Coronel Fabriciano	1963
Córrego Danta	1963
Córrego Novo	1963
Cristina	Não Localizado
Crucilândia	1963
Entre Rios de Minas	1964
Esmeraldas	1963
Esmeraldas	1963
Estrela D'Alva	1963
Ewbank da Câmara	1963
Fernandes Tourinho	1963
Francisco Sá	Não Localizado
Frei Inocêncio	Não Localizado
Frutal	1964
Galiléia	1963
Governador Valadares	1963

Anexo 1- Tabela de sindicatos rurais fundados em Minas Gerais (1962 - 1964)	
Município	Ano de fundação
Governador Valadares	1963
Guaxupé	1963
Iguatama	1963
Itabira	Não Localizado
Itajubá	1963
Itambacuri	Não Localizado
Itanhandú	1963
Itaúna	Não Localizado
Ituiutaba	1964
Jaboticatubas	Não Localizado
Jequitibá	1964
Juiz de Fora	1964
Lagoa da Prata	1963
Lima Duarte	1963
Luz	1963
Mantena	Não Localizado
Mar de Espanha	1963
Maripá	1963
Marliéria	1963
Marliéria	1963
Matias Barbosa	1963
Matozinhos	1964
Mesquita	1963
Monte Alegre	1964
Monte Carmelo	1964
Montes Claros	Não Localizado
Muriaé	1964
Nanuque	Não Localizado
Ouro Fino	1963
Paracatu	1963
Paracatu	1963
Pará de Minas	1963
Passos	1963
Patos de Minas	1963
Pedro Leopoldo	1963
Pimenta	Não Localizado
Pirajuba	1964
Pirapora	Não Localizado
Piumhi	1963
Planura	1964
Pompeu	Não Localizado
Ponte Nova	1963
Poté	1962
Rio Casca	Não Localizado

Anexo 1- Tabela de sindicatos rurais fundados em Minas Gerais (1962 - 1964)	
Município	Ano de fundação
Rio Novo	Não Localizado
Santana do Deserto	1963
Santa Rita do Sapucaí	Não Localizado
Santa Rosa da Serra	Não Localizado
Santos Dumont	1963
Sem Peixe	1963
Sete Lagoas	1964
Seritinga	1963
Simão Pereira	1963
Sobrália	1963
Tabuleiro	1963
Três Marias	1963
Ubá	1963
Uberaba	1964
Uberlândia	1963
Unaí	1964
Varginha	1963
Viçosa	1963
Visconde do Rio Branco	1963

Anexo 2 - Tabela dos sindicatos rurais fundados em Minas Gerais por categoria (1962-1964)

Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura	Sindicato dos Trabalhadores na Produção Extrativa	Sindicato dos Trabalhadores Autônomos	Sindicato dos Pequenos Proprietários	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Não identificados
Além Paraíba	Açucena	Belo Oriente	Itajubá	Abaeté	Acesita
Astolfo Dutra	Belo Oriente	Campanário	Marliéria	Bicas	Água Comprida
Araçuaí	Bom Jesus do Galho	Campo Florido	Paracatu	Bom Despacho	Araguari
Bambuú	Coronel Fabriciano	Centralina	Varginha	Cataguazes	Arinos
Cataguazes	Córrego Novo	Córrego Danta		Caratinga	Bom Sucesso
Centralina	Marliéria	Fernandes Tourinho		Esmeraldas	Bom Jardim de Minas
Crucilândia	Mesquita	Galiléia		Estrela D'Alva	Cláudio
Entre Rios de Minas		Governador Valadares		Ewbank da Câmara	Corinto
Esmeraldas		Patos de Minas		Itanhandú	Cristina
Governador Valadares		Piumhi		Ituiutaba	Francisco Sá
Guaxupé		Poté		Mar de Espanha	Frei Inocência
Iguatama		Sete Lagoas		Maripá	Frutal
Lagoa da Prata		Sobralia		Matias Barbosa	Itabira
Ouro Fino		Tabuleiro		Monte Carmelo	Itambacuri
Passos		Uberaba		Pará de Minas	Itaúna
Santana do Deserto				Paracatu	Jaboticatubas
Três Marias				Pedro Leopoldo	Jequitibá

Anexo 2 - Tabela dos sindicatos rurais fundados em Minas Gerais por categoria (1962-1964)

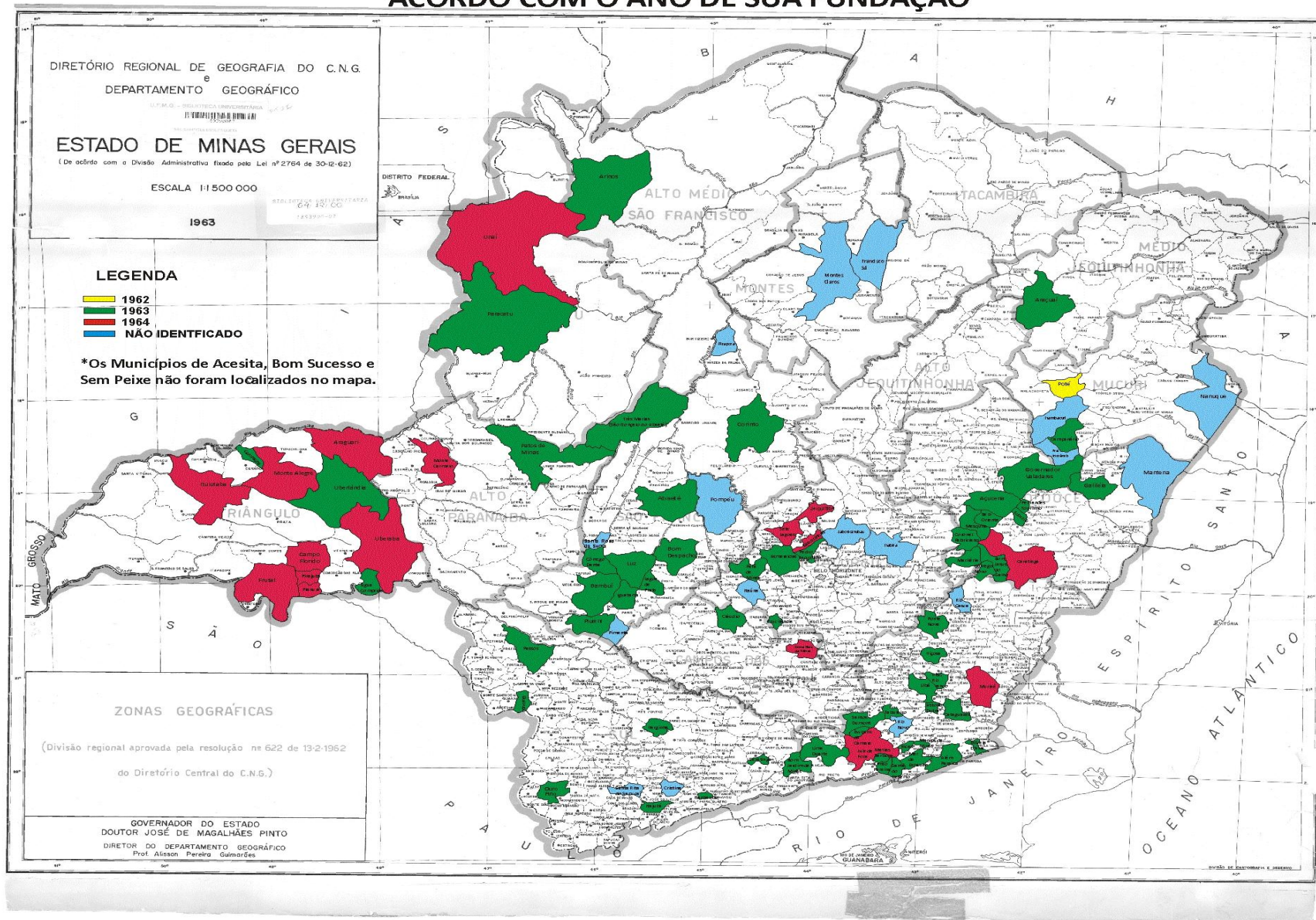
Sindicato dos Trabalhadores Lavoura	Sindicato dos Trabalhadores na Produção Extrativa	Sindicato dos Trabalhadores Autônomos	Sindicato dos Pequenos Proprietários	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Não identificados
Ubá				Sem Peixe	Juiz de Fora
Visconde do Rio Branco				Santos Dumont	Lima Duarte
				Seritinga	Luz
				Simão Pereira	Mantena
				Viçosa	Matosinhos
					Monte Alegre
					Montes Claros
					Muriaé
					Nanuque
					Pimenta
					Pirajuba
					Pirapora
					Planura
					Pompeu
					Ponte Nova
					Rio Casca
					Rio Novo
					Santa Rosa da Serra
					Santa Rita do Sapucaí
					Uberlândia

Anexo 3 - Tabela dos grupos participantes da fundação dos sindicatos rurais em Minas Gerais (1962-1964)	
Município	Grupo
Abaeté	-----
Acesita	-----
Açucena	PCB
Água Comprida	SUPRA - CONSIR/PCB
Além Paraíba	-----
Araçuai	-----
Araguari	PCB
Arinos	-----
Astolfo Dutra	PCB
Bambuí	-----
Belo Oriente	AP
Belo Oriente	PCB
Bicas	-----
Bom Despacho	SUPRA - CONSIR
Bom Jardim de Minas	-----
Bom Jesus do Galho	-----
Bom Sucesso	-----
Campanário	PCB
Campo Florido	SUPRA - CONSIR/PCB
Caratinga	-----
Cataguazes	PCB
Cataguazes	SUPRA - CONSIR/AP
Centralina	AP
Centralina	AP/ MEB
Cláudio	-----
Corinto	-----
Coronel Fabriciano	AP/MEB
Córrego Danta	SUPRA - CONSIR
Córrego Novo	AP/MEB
Cristina	-----
Crucilândia	-----
Entre Rios de Minas	-----
Esmeraldas	AP
Esmeraldas	AP
Estrela D'Alva	SUPRA - CONSIR
Ewbank da Câmara	-----
Fernandes Tourinho	Igreja Católica/ Setor Conservador
Francisco Sá	-----
Frei Inocência	-----
Frutal	SUPRA - CONSIR/PCB
Galiléia	SUPRA - CONSIR/PCB
Governador Valadares	PCB
Governador Valadares	PCB

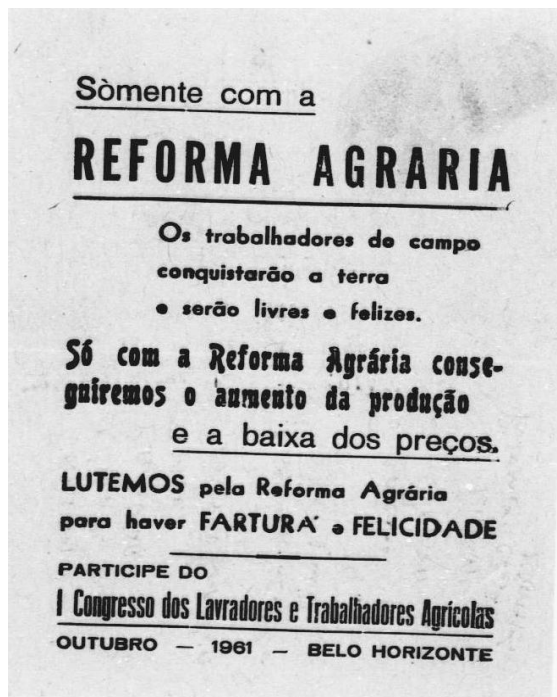
Anexo 3 - Tabela dos grupos participantes da fundação dos sindicatos rurais em Minas Gerais (1962-1964)	
Município	Grupo
Guaxupé	-----
Iguatama	-----
Itabira	-----
Itajubá	-----
Itambacuri	-----
Itanhandú	SUPRA - CONSIR
Itaúna	-----
Ituiutaba	SUPRA - CONSIR/PCB/AP
Jaboticatubas	-----
Jequitibá	SUPRA - CONSIR
Juiz de Fora	-----
Lagoa da Prata	SUPRA - CONSIR
Lima Duarte	-----
Luz	SUPRA - CONSIR
Mantena	-----
Mar de Espanha	-----
Maripá	-----
Marliéria	AP/MEB
Marliéria	AP
Matias Barbosa	-----
Matozinhos	-----
Mesquita	AP
Monte Alegre	SUPRA - CONSIR/AP/PCB
Monte Carmelo	SUPRA - CONSIR
Montes Claros	-----
Muriaé	-----
Nanuque	-----
Ouro Fino	-----
Paracatu	AP
Paracatu	AP
Pará de Minas	AP/MEB
Passos	SUPRA - CONSIR/AP
Patos de Minas	PCB
Pedro Leopoldo	-----
Pimenta	-----
Pirajuba	SUPRA - CONSIR/PCB
Pirapora	-----
Piumhi	SUPRA - CONSIR/PCB
Planura	SUPRA - CONSIR/PCB
Pompeu	-----
Ponte Nova	PCB
Poté	AP/MEB
Rio Casca	-----

Anexo 3 - Tabela dos grupos participantes da fundação dos sindicatos rurais em Minas Gerais (1962-1964)	
Município	Grupo
Rio Novo	-----
Santana do Deserto	-----
Santa Rita do Sapucaí	-----
Santa Rosa da Serra	SUPRA - CONSIR
Santos Dumont	-----
Sem Peixe	-----
Sete Lagoas	SUPRA - CONSIR
Seritinga	SUPRA - CONSIR
Simão Pereira	-----
Sobralia	PCB
Tabuleiro	-----
Três Marias	PCB/AP/POLOP
Ubá	-----
Uberaba	SUPRA - CONSIR/PCB
Uberlândia	SUPRA - CONSIR/PCB
Unaí	-----
Varginha	-----
Viçosa	-----
Visconde do Rio Branco	-----

ANEXO 4 - MAPA DE SINDICATOS RURAIS CRIADOS EM MINAS GERAIS (1962-1964) DE ACORDO COM O ANO DE SUA FUNDAÇÃO



Anexo 5 - Material de propaganda do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.



APM. DOPS. Pasta 0187. Imagem 0482.

Anexo 6 - Material de propaganda do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.



APM. DOPS. Pasta 0159. Imagem 1033.

Anexo 7 - Temário do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

REFORMA AGRARIA

I.º Congresso Nacional em Belo Horizonte nos dias 1, 2 e 3 de Outubro de 1961

TEMARIO

- 1º — SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA DA PROPRIEDADE E DO USO DA TERRA NO BRASIL:
 - A Reforma Agrária e a Constituição Federal.
 - Reforma Agrária e o Código Civil Brasileiro.
 - O preço da terra.
 - Terras públicas (da União, dos Estados e municípios), terras de propriedade privada.
 - Condições de venda da terra (prazos, juros, etc.).
 - Limites (máximo e mínimo) da propriedade da terra.
 - Formas de propriedade da terra.
 - A propriedade dos posseiros.
 - Problemas de colonização.
 - Empréstimos e financiamentos.
- 2º — MEDIDAS IMEDIATAS E PARCIAIS DE REFORMA AGRARIA:
 - Utilização de terras do Estado, para formação de núcleos de colonização.
 - Legalização da situação dos atuais posseiros.
 - Defesa contra a grilagem.
 - Medidas imediatas para o nordeste.
- 3º — FORMAS DE ARRENDAMENTO E PARCERIA:
 - Regulamentação legal dos contratos de arrendamento e parceria.
 - Taxas (limites máximos), prazos contratuais, indenização por benfeitorias, etc.
 - Lei do inquilinato e aluguel da terra.
- 4º — DIREITOS DOS PEQUENOS E MEDIOS PROPRIETARIOS RURAIS:
 - Defesa das propriedades.
 - Impostos, taxas e coação fiscal.
 - Imposto territorial rural.
- 5º — AJUDA AOS CULTIVADORES AGRICOLAS:
 - Ajuda técnica e financeira.
 - Créditos.
 - Prêços mínimos.
 - Incentivo à mecanização e à técnica.
 - Estimulo ao cooperativismo.
 - Fomento da produção agrícola.
 - Defesa contra a ação dos monopólios, açambarcadores, intermediários e atravessadores.
- 6º — ASSALARIADOS E SEMI-ASSALARIADOS RURAIS:
 - Legislação trabalhista (aplicação e extensão).
 - Salários atuais e salário mínimo.
 - Melhoria das condições de vida e de trabalho
- 7º — ORGANIZAÇÃO DAS MASSAS TRABALHADORAS DO CAMPO:
 - Os assalariados e semi-assalariados rurais e a organização sindical.
 - Organização independente dos pequenos e médios lavradores e suas formas.
- 8º — REIVINDICAÇÕES DEMOCRATICAS:
 - Direitos civis e políticos.
 - Direito de voto aos analfabetos.
 - Regulamentação democrática do direito de greve.
 - Liberdade de manifestação de pensamento, de reunião e de associação.
 - Garantias contra os despejos.
 - Liberdade de plantio, compra e venda.
 - Defesa contra as formas de coação econômica e extraeconômica.
- 9º — REIVINDICAÇÕES SOCIAIS:
 - Previdência Social (art. 166 etc.).
 - Serviço Social Rural.
 - Direitos da mulher, do jovem e da criança.
 - Educação e Saúde Pública.
 - Endemias.
 - Assistência médica e hospitalar.
 - Alfabetização e Instrução.
 - Proteção contra as calamidades.

Belo Horizonte, 20 de junho de 1961

ass.: *Deputado Hernanni Maia*
Presidente da Comissão Organizadora

ass.: *Prof. José Thiago Cintra*
Secretário da Comissão Organizadora

Anexo 8 - Material de propaganda contrário à realização do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

Camponês do Brasil, que Participa do "1.º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas"

VOCÊ sabe realmente o que é a chamada "REFORMA AGRÁRIA" e onde ela nasceu?

VOCÊ sabe que é pretensão das chamadas "LIGAS CAMPONÊSAS" a socialização das terras, isto é, tomar terras dos proprietários e entrega-las ao Estado?

Que isto é o primeiro passo para a implantação do Comunismo no País?

VOCÊ tem certeza que a "REFORMA AGRÁRIA" virá beneficia-lo?

Se VOCÊ herdasse as terras de seus pais, gostaria de vê-las requisitadas pelo Governo?

Que cerca de 60% do território nacional é composto de terras devolutas, que pertencem ao Governo Federal e ao Governo dos Estados?

VOCÊ conhece bem os dirigentes do chamado "1.º CONGRESSO NACIONAL DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO BRASIL"?

Tem conhecimento real da atuação política passada e presente dos homens que compõe a "COMISSÃO ORGANIZADORA DO 1.º CONGRESSO"?

VOCÊ sabe que grande parte desses elementos são agitadores comunistas fichados na polícia e pagos pela Rússia?

VOCÊ sabe realmente de onde vem o dinheiro para a realização deste CONGRESSO?

VOCÊ sabia que os Deputados FRANCISCO JULIÃO, HERNANI MAIA e muitos "LÍDERES CAMPONÊSES" já estiveram nos países da CORTINA DE FERRO" e recentemente em CUBA DE FIDEL CASTRO?

VOCÊ está servindo unicamente de instrumento para a política de agitação comunista no País, que levará fatalmente o BRASIL à guerra civil, na qual seus filhos serão os sacrificados.

— SE não sabe ainda, procure esclarecer-se antes de tomar qualquer decisão de apóio ao que fôr propôsto nêsse CONGRESSO!!!

**POLÍTICA AGRÁRIA. SIM.
REFORMA COMUNISTA. NÃO!**

APM. DOPS. Pasta 0159. Imagem 0878.

Anexo 9 – Ficha a ser preenchida pelos camponeses que desejavam se candidatar à compra de terras na região da Jaíba, através do plano de reforma agrária instituído pelo governador Magalhães Pinto.


Agente 1826
15 a 17-11-61
I.º C.N.L.T.R.B.

A CARGO DO REQUERENTE	
-----------------------	--

68

Plano de Reforma Agrária do Governo Magalhães Pinto

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRABALHO
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

	Pôsto de Inscrição	
	Número de Inscrição	

Exmo. Sr.

M.D. Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais

....., abaixo assinado, vem
(nome)
solicitar a V. Ex.^a, que se digne inscrevê-lo como candidato à aquisição de um lote rural, dentro do plano de colonização, do Governo do Estado de Minas Gerais, para o que apresenta as devidas informações em anexo, estando de acordo com os critérios de seleção estabelecidos.

N. Termos
P. Deferimento

.....
(local e data da inscrição)

.....
(requerente)

A CARGO DO
CADASTRISTA

- 13-2) - Já requereu a legitimação da posse?.....
- 13-3) - Paga taxa de ocupação? (anexar no caso positivo o último recibo).....
- 14) - Precisa de auxílio financeiro para sustento próprio e da família, durante o primeiro ano de instalação?.....
- 15) - Dispõe de algumas economias em dinheiro e em bens de trabalho?.....
- 15-1) - Especificar as principais:.....
- Em dinheiro:..... Cr\$......
- Cado: (número de cabeças)
- Suínos: (número de cabeças)
- Animais de trabalho:..... (número de cabeças)
- Máquinas e implementos agrícolas: (especificar).....
- Outros
- 16) - Onde trabalha atualmente?..... (nome e endereço do estabelecimento)
- 16-1) - Nome e endereço do proprietário:.....
- 17) - Registre abaixo o nome e endereço de pessoas ou firmas que possam dar informações sobre o candidato:.....
- 18) - Documentos pessoais que o candidato possui (registre o nome e, quando apresentar, o respectivo número).....
- 18-1) - Documentos encaminhados com a ficha:.....

II - OBSERVAÇÕES PESSOAIS DO CADASTRISTA

- 19) - Observações pessoais, do recebedor da inscrição, quanto ao candidato, no que respeita, aos seguintes fatores:
- 19-1) - Tem aspecto de homem integrado às atividades rurais?.....
- 19-2) - Apresenta ter boas condições físicas para o trabalho?.....
- 19-3) - Outras informações que julgue conveniente anotar para orientar os critérios de seleção:.....

A CARGO DO
PÓSTO

III - INFORMAÇÕES COLHIDAS NA COMUNIDADE

20) - Informações colhidas pelo Pósto de Inscrição, na comunidade, quanto ao candidato no que respeita ao seu conceito pessoal, estado de saúde, disposição para o trabalho e à veracidade das informações por ele prestadas, principalmente, as que constituem o grupo de fatores de prioridade:

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

OBSERVAÇÕES: - Subsidiariamente, verificar, na Delegacia de Policia, a conduta do candidato.

(assinatura do responsável pelo Pósto)

(assinatura do cadastrista)

Anexo 10 – Material de propaganda da I Concentração Regional de Agricultores, ocorrida no dia 22 de dezembro de 1961.

Primeira Concentração
Regional de Agricultores

Agricultores de Sete Lagoas

A sua colaboração é indispensável no
combate ao COMUNISMO.

Prestigiem as suas entidades de classe,
 comparecendo a Belo Horizonte

no dia 22,
 para levar a sua opinião sobre a

Reforma Agrária

APM. DOPS. Pasta 0163. Imagem 1730.

Anexo 11 – Material de propaganda do livro *Reforma agrária questão de consciência*

GRANDE SUCESSO DE LIVRARIAS!

Leia
REFORMA AGRÁRIA
QUESTÃO DE CONSCIÊNCIA
 com 1 suplemento em que 2 bispos e 2
 intelectuais brasileiros analisam a fundo a
REVISÃO AGRÁRIA PAULISTA

SOCIALISMO
FIDELCASTRISMO
AGROREFORMISMO
 O socialismo é a Revolução no mundo.
 O fidelcastrismo é a Revolução em Cuba.
 O agroreformismo socialista é a Revolução
 cubana no Brasil.
LIVREMOS O BRASIL DESSOS TRÊS FLAGÉLOS!

TRADIÇÃO - FAMÍLIA
PROPRIEDADE
 Defendamos as nossas tradições
 Protejamos as famílias brasileiras
 Lutemos pelo direito de propriedade
CONTRA A REFORMA AGRÁRIA SOCIALISTA
E ANTICRISTÁ É UM INJUSTO E UM DEVER!

FAZENDEIRO:
 - É um parasita ou um bode expiatório?
 - É um parasita ou uma vítima da
 burocracia e do desemprego oficial?

200 DIAS
3 EDIÇÕES
22 MILHEIROS
REFORMA AGRÁRIA
QUESTÃO DE CONSCIÊNCIA

REFORMA AGRÁRIA - questão de consciência
Autores:
 Dom Geraldo da Proença Sigaud - S.V.D.
 Arcebispo de Diamantina - 14.ª Classe
 Dom Antonio de Castro Mayer
 Bispo de Campos - Est. do Rio
 Plínio Corrêa de Oliveira
 Professor Universitário
 Luiz Mendonça de Freitas
 Economista

PELA REFORMA AGRÁRIA
PELA REFORMA INDUSTRIAL
E PELA REFORMA URBANA
 chegou-se em Cuba até a perseguição religiosa
BRASILEIRO, LEMBRE-SE DE QUE
O COMUNISMO CAMINHA POR ETAPAS!

RUSSIA, CHINA, CUBA... E O BRASIL?
 O comunismo na China começou pela reforma agrária.
 A bolchevização na Rússia começou pela reforma agrária.
 O fidelcastrismo em Cuba começou pela reforma agrária.
O QUE SIGNIFICARÁ A IMPLANTAÇÃO DE IDENTICA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL?

Pedidos a
D. P. J. R.
 Caixa Postal 4827 - São Paulo - Brasil
Preço Cr\$ 400,

APM. DOPS. Pasta 0163. Imagem 1731.

Homem do Rio Doce!...

Hoje é a terra do fazendeiro a ser invadida e desapropriada. Amanhã, será o seu estabelecimento comercial e seu lar humilde ou rico, mas sempre honrado.

Aliste-se em nossas fileiras de luta contra o comunismo invasor, ateu e materialista.

Quem não se manifesta, quem não se eleva contra os abusos e a desordem, quem não se afirma como cidadão democrático, é conivente com os inimigos da Pátria e não pode contar com a ajuda de ninguém na hora grave que se aproxima.

Não seja omissos!

Gov. Valadares, 21 de fevereiro de 1964